

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO

MÁRCIA GABRIELE ARAÚJO DE SOUSA

**COBERTURA DO MOVIMENTO PELAS “DIRETAS JÁ” NOS
JORNAIS PIAUIENSES *O DIA E O ESTADO* (1980-1984)**

TERESINA – PI

2020

MÁRCIA GABRIELE ARAÚJO DE SOUSA

**COBERTURA DO MOVIMENTO PELAS “DIRETAS JÁ” NOS
JORNAIS PIAUIENSES *O DIA E O ESTADO* (1980-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório para a obtenção de título de mestre em Comunicação.

Orientação: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima

Área de concentração: Processos e Práticas no Jornalismo.

TERESINA – PI
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S725c Sousa, Márcia Gabriele Araújo de
 Cobertura do movimento pelas “diretas já” nos Jornais piauienses o
 dia e o estado (1980-1984) / Márcia Gabriele Araújo de Sousa –
 Teresina, 2020.
 239 f.

 Dissertação - (Programa de Pós-Graduação em Comunicação)
 - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
 “Orientação: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima”

 1. Jornalismo. 2. Análise do Discurso. 3. Diretas Já. 4. Jornais
 Piauienses. I.Título.

CDD 070

MÁRCIA GABRIELE ARAÚJO DE SOUSA

**COBERTURA DO MOVIMENTO PELAS “DIRETAS JÁ” NOS JORNAIS
PIAUIENSES *O DIA E O ESTADO* (1980-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório para a obtenção de título de mestre em Comunicação.

Orientação: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima

Área de concentração: Processos e Práticas no Jornalismo.

Dissertação aprovada em: 28 /05 /2020

BANCA DE QUALIFICAÇÃO



Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima - UFPI
Orientadora



Prof. Dr. Gustavo Fortes Said - UFPI
Examinador Interno



Profa. Dra. Rosângela Assunção - UESPI
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a principal palavra que vem à minha mente ao relembrar da trajetória de estudante na #minhaufpi, desta vez, com o Mestrado em Comunicação. O momento é de reconhecer a superação das adversidades, o crescimento profissional e pessoal e ainda os vínculos que foram criados e mantidos ao longo deste percurso. É importante também relembrar a vontade de ajudar e ser ajudado, a troca de conhecimentos, mas principalmente de afetos registrados na minha memória em forma de atenção e de amizade, que foram dados por todos aqueles que me acompanharam para que mais esta etapa fosse vencida.

Ingressar no Mestrado em Comunicação na UFPI foi a realização de um sonho por me profissionalizar, mais ainda, na área do Jornalismo e que com muita garra e determinação enfrentei as minhas fragilidades, reconheci os meus erros e busquei corrigi-los, no intuito de evoluir. Este foi, sem dúvidas, o maior desafio da minha vida acadêmica e o que mais me instigou a vencer barreiras e buscar respostas para minhas inquietações, ampliando minha visão política, histórica e principalmente, comunicacional. Afinal, estive ao lado dos melhores professores e colegas de turma que poderia ter.

Foram os dois anos mais intensos e significativos da minha vida e nem mesmo a pandemia do coronavírus (Covid-19), que chegou a interromper vidas e nos obrigou a ficarmos reclusos e sem contatos físicos, foi capaz de diminuir o desejo de concluir este desafio e entregar para a sociedade o fruto desta investigação científica.

Agradeço, primeiramente, a Deus por acender em mim, diariamente, a fé e a esperança que me dão o conforto de lutar por dias melhores. E ainda, por ter colocado em minha vida pessoas que acreditaram neste sonho, me encorajaram, me fortaleceram e me estenderam a mão sempre que me vi fragilizada.

A minha mãe, Antônia Maria, a principal incentivadora dos meus estudos, por estar ao meu lado, se preocupando com meu bem-estar e apontando os caminhos que passarei com menos dores e mais alegrias. Sou eternamente grata não só por ter me dado a vida, mas por ter nela a fonte de inspiração do que é ser mulher na sociedade. Obrigada, Mamy!

A meus irmãos (Leide Daiana, Sílvia Laiana, Francisco Wellington, Renata Cristina, Nayra Luana e Nathan Vinícius) e ao meu pai, José Bonarque, pela convivência familiar que me proporcionaram e por despertarem em mim a busca pelo meu autoconhecimento, mesmo sem se darem conta disto.

Aos meus sobrinhos, (Andressa de Moura Fé, Arthur Antônio, Lucas Emanuel e Juan Guilherme) por me tirar da realidade, por vezes, do mundo adulto e me fazerem voltar a ser criança, ativando minha criatividade com desenhos, joguinhos, brincadeiras, lanches, historinhas e cinemas. Obrigada por confiarem em mim e saberem esperar o momento da tia, que só “vive estudando”.

Ao meu anjo teimoso, que insistiu em mim e acreditou que eu poderia chegar longe, mais longe do que eu imaginava. Me orientou, aconselhou, segurou a minha mão e secou minhas lágrimas sempre que eu achava que não conseguiria. Ao seu lado me torno uma mulher mais corajosa.

A minha melhor amiga, Virgínia Carvalho, pelo companheirismo, conselhos, risadas e pelos lanches. Uma amizade que se renova e fortalece a cada dia e me faz aprender muito quem eu sou e onde posso chegar. Obrigada por estar ao meu lado me fortalecendo e buscando a melhor versão de mim.

A minha orientadora, prof. Dra. Nilsângela Cardoso, pela humanidade, pela simplicidade, pela vontade de ensinar, pela compreensão, pelo companheirismo e por sua amizade. É uma mulher que inspira, encoraja e incansavelmente nos fortalece para também buscarmos o nosso espaço. Você foi a melhor orientadora que eu poderia ter tido! Foi uma honra ter dividido este sonho com você! Obrigada por ser assim e por ter tornado meus dias mais leves e doces.

Aos professores doutores do PPGCOM que me abraçaram e passaram seus conhecimentos de forma leve e repleta de aprendizagem: Dr. Gustavo Said, Dra. Samantha Castelo Branco, Dra. Cristiane Portela, Dra. Ana Regina Rêgo, Dr. Paulo Fernando, Dr. Laerte Magalhães, Dra. Monalisa Xavier, e novamente, Dra. Nilsângela Cardoso, cada um com suas características e formas de ensinar distintas e que com certeza buscaram sempre os melhores textos e os melhores debates em sala de aula. Meu muito obrigada!

Aos membros do Grupo de Pesquisa: Jornalismo, Mídia, História e Poder (JOMIHIP), que tem como professora representante, Nilsângela Cardoso, onde graças as nossas reuniões, recebi contribuições com outros olhares nas leituras de livros analisados nesta pesquisa.

A Coordenação do PPGCOM, em especial, ao coordenador Gustavo Silvano Batista, por suas orientações e pela sua humanidade e compreensão; aos servidores Fátima Melo e Mário Lustosa, por serem prestativos e me receberem bem sempre que precisei de informações. E também aos funcionários da Biblioteca Central e do Restaurante Universitário, que me acolheram tão bem. Muito obrigada mesmo!

Ao Departamento do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, que me deram a honra de ministrar a disciplina História da Imprensa II da UFPI, por meio do estágio em docência. Experiência na qual pude conhecer os meus eternos alunos: Rodrigo Alves, Francisco Dantas, Ezequiel Araújo, Mariana Costa, Ronney Machado, Glayson da Costa, Karonele da Silva, Martha Santos, Diego Alves, Renata dos Santos, João Victor Peixe, Iamércia Rocha e os demais, que me receberam de braços abertos e instigaram a dar o meu melhor em sala de aula. Vocês já são grandes jornalistas!

Aos meus amigos e colegas de turma do Mestrado em Comunicação/UFPI, especialmente, a Camila Fortes (obrigada por toda sua solidariedade e vontade de ajudar); Roberto Araújo (por sua alegria e aventuras acadêmicas), Jordana Fonseca (por sua companhia e sua solidariedade), Boris Gil (por sua amizade e por tentar me ensinar Espanhol), Jessica Libânio, Urziana de Moraes, Maurício Santana, Nathália Amaral, Thanandra Ferreira, Sanny Rêgo e Paula Cristina.

A todos que fizeram parte deste ciclo e compartilharam seus anseios, angústias e conquistas. Além dos jornalistas Marta Alencar (por sua alegria, companheirismo e garra), Edson Mineiro, Nathércia Vasconcelos, George Lima e a todos que, de alguma forma, me estenderam a mão nos momentos em que precisei.

Aos meus eternos amigos do curso de Letras na UFPI: Renofran Lima (meu amore!), Luciane Castro, Missione Aurélia, Layla Maia, Fátima Silva, Elaine Castro e mais uma vez, Virgínia Carvalho. E aos amigos do Jornalismo da UESPI e da vida: ao meu grupo Urêa (Daniely Viana (minha parceirinha!), Dowglas Lima, Lindalva Miranda e nosso saudoso Rhauan Macêdo), Fernanda Zaíra (minha chorona preferida) e Ohana Luize (bonequinha de cachos).

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí (Casa Anísio Brito), por todo acolhimento, orientação e a auxílio que recebi, principalmente, pela paciência que se dedicaram em buscar todo o material, jornais O Dia e O Estado, que estiveram dentro do recorte temporal desta pesquisa. Para sempre muito obrigada!

A Kris Sena pela correção caprichosa e dedicada ao texto final da minha dissertação.

A CAPES, pelo fornecimento da bolsa de pesquisa, a qual me deu todo o suporte financeiro para que eu pudesse concluir o Mestrado sem maiores dificuldades.

E por fim, à minha gloriosa UFPI, por sempre me acolher desde a graduação em Letras Português e Francês, contribuindo para minha formação acadêmica e profissional.

*“Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor, flor e fruto”*

(Milton Nascimento)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a cobertura das Diretas Já nos jornais *O Dia* e *O Estado*, num recorte temporal demarcado entre os anos de 1980 a 1984, período que corresponde à eclosão do debate sobre as eleições diretas no país para o cargo de governador e para presidente da República. Trata-se do período final do regime civil-militar (1964-1985) quando os partidos de oposição ao governo militar e os movimentos sociais e sindicais passaram a pressionar o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) com a proposta de abertura política. Estes tiveram como suporte a emenda Lobão e a emenda Dante de Oliveira, respectivamente, o que contribuiu para acender o debate sobre o reestabelecimento da democracia com as eleições diretas para os cargos de governador e presidente da república. O *corpus* da pesquisa é formado pelas matérias que tem como pauta o movimento pelas eleições diretas e a campanha *Diretas Já* publicadas pelos jornais *O Dia* e *O Estado* entre 1980 a 1984. A teoria/metodologia adotada neste trabalho é a Análise do Discurso, na perspectiva de Foucault (2004). Ainda foram acionadas as proposições teóricas de França (2012), que conceitua o acontecimento no jornalismo; e Charaudeau (2015) que aponta os múltiplos discursos que se pode destacar em uma informação midiática. Pretende-se, portanto, compreender as estratégias discursivas que deram visibilidade ou silenciaram os acontecimentos em torno do movimento Diretas Já nos jornais *O Dia* e *O Estado*; entender o processo de produção das notícias e a produção de sentido que foram construídas sobre o movimento *Diretas Já* e a atuação dos partidos políticos e entidades de classes na organização de movimentos e manifestações contrárias ao regime ditatorial instaurado em 1964 no Brasil; Comparar a produção discursiva dos jornais *O Dia* e *O Estado* o movimento *Diretas Já* e as lideranças políticas e sindicais que estavam à frente das manifestações populares que lutavam pela redemocratização do país e eleição direta para os cargos executivos. Pode-se afirmar que os anos 1980 foram cruciais para o processo de redemocratização do Brasil, não apenas no viés político, mas também social, econômico, cultural e para a própria imprensa brasileira, que em meio a este cenário de transformações foi se modernizando, porém, sem quebrar relações com os governos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Análise do Discurso. Diretas Já. *O Dia*. *O Estado*.

RÉSUMÉ

Le présent travail vise à analyser la couverture des *Diretas Já* dans les journaux *O Dia* et *O Estado*, dans un laps de temps délimité entre les années de 1980 à 1984, période correspondante à l'éclatement du débat sur les élections directes dans le pays pour le poste de gouverneur et de président de la République. Ceci est la dernière période du régime civile-militaire (1964-1985) lorsque les partis d'opposition au gouvernement militaire et les mouvements sociaux et syndicaux ont commencé à faire pression sur le président de la République João Figueiredo (1979-1985 / PDS) avec la proposition d'ouverture politique. Celles-ci ont été soutenues respectivement par l'amendement Lobão et l'amendement Dante de Oliveira, qui a contribué à enflammer le débat sur le rétablissement de la démocratie avec des élections directes aux postes de gouverneur et de président de la république. Le corpus de la recherche est formé par nouvelles sur le mouvement pour les élections directes et la campagne *Diretas Já* publiées par les journaux *O Dia* et *O Estado* entre 1980 et 1984. La théorie/méthodologie adoptée dans ce travail est l'analyse du discours, dans la perspective de Foucault (2004). Étaient encore déclenchées Propositions théoriques de França (2012), que conceptualise l'événement en journalisme ; et Charaudeau (2015) que pointe les multiples discours qui peut être mis en évidence dans les nouvelles. Il est destiné, donc, comprendre les stratégies discursives qui a donné de la visibilité ou ont été réduits au silence les événements entourant le mouvement *Diretas Já* dans les journaux *O Dia* et *O Estado* ; comprendre le processus de production de nouvelles et la production de sens qui ont été construits sur le mouvement *Diretas Já* et la performance des partis politiques et les entités de classe dans l'organisation des mouvements et manifestations contre le régime dictatorial établi en 1964 au Brésil ; comparez la production discursive des journaux *O Dia* et *O Estado* sur le mouvement *Diretas Já* et les dirigeants politiques et syndicaux qui étaient en avance sur les manifestations populaires, et se battaient pour la redémocratisation du pays et pour des élections directes aux postes de direction. On peut dire que les années 80 ont été cruciales pour le processus de redémocratisation au Brésil, pas seulement dans le secteur politique, mais aussi social, économique, culturel et pour la presse brésilienne elle-même, qu'était au milieu de ce scénario de transformations et de modernisations, cependant, sans rompre les relations avec les gouvernements.

MOTS-CLÉS: Journalisme. Analyse du discours. *Diretas Já*. *O Dia*. *O Estado*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do jornal O Dia na década de 1980.....	38
Figura 2: Publicidade do Armazém Paraíba em alusão da campanha Diretas Já.....	40
Figura 3: Capa do jornal <i>O Estado</i> do ano de 1980.....	44
Figura 4: Publicidade do Armazém Paraíba com referência à crise econômica da década de 1980.....	46
Figura 5: Carta Sindical do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí outorgada em 15 de outubro de 1959.....	54
Figura 6: O Estado divulgou a ação violenta da polícia contra a imprensa durante a visita do Papa João Paulo II em Teresina.....	62
Figura 7: Multidão com a faixa de protesto "Stº Padre, o povo passa fome".....	68
Figura 8: Logomarca da editoria “1984 ano da Sucessão” do jornal <i>O Dia</i>	110
Figura 9: Multidão no comício.....	144
Figura 10: Passeatas das Diretas sem incidentes.....	154
Figura 11: Comício na Praça do Marquês realizado em 13 de fevereiro de 1984.....	202
Figura 12: Estudantes decidem por ato público hoje.....	207
Figura 13: Matérias do jornal sobre manifestação das Diretas Já.....	208
Figura 14: Passeata pelas diretas nas ruas do centro de Teresina.....	211

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ADUFPI - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí

AL – Alagoas

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

APEP - Associação dos Professores do Estado o Piauí

API - Associação Piauiense de Imprensa

AVC - Acidente Vascular Cerebral

AVEPI - Associação dos Vereadores do Piauí

ASUFPI - Associação dos Servidores da Universidade Federal do Piauí

CCEP - Centro Colegial dos Estudantes do Piauí

CEAN - Centro Educacional da Asa Norte

CE - Ceará

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações

DF - Distrito Federal

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS - Delegacia de Ordem de Polícia e Social

FEJAI - Federação Nacional dos Jornalistas

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí

FGV - Fundação Getúlio Vargas

GO - Goiás.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MA - Maranhão

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MT - Mato Grosso

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PE – Pernambuco

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PI - Piauí

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PSD - Partido Social Democrata

PDS - Partido Democrático Social

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Piauí

SP - São Paulo

SINTUFPI - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Piauí

STF - Supremo Tribunal Federal

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

UPES - União Piauiense dos Estudantes Secundaristas

USP - Universidade de São Paulo

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

VASP - Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 JORNALISMO E IMPRENSA NA DÉCADA DE 1980.....	27
1.1 Os jornais impressos e o poder simbólico: a busca pela democracia durante o regime civil-militar	27
1.2 Imprensa piauiense: da crise a fundação de novos jornais.....	31
1.3 Regulamentação da profissão jornalista em pleno regime civil-militar	47
1.4 Campanha Diretas Já e a imprensa fiscalizada e censurada.....	57
2 IMPRENSA, POLÍTICA E PODER: O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA COMO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO	16
2.1 Produção do acontecimento e produção de sentidos no jornalismo	70
2.2 Os porta-vozes dos presidentes e o fazer jornalismo durante o regime civil-militar .	78
2.3 Emenda Lobão e a Imprensa: as perspectivas das eleições diretas nas páginas dos jornais	84
2.3.1 Emenda Lobão nas páginas de O Dia.....	88
2.3.2 Jornal O Estado e a Emenda Lobão.....	94
2.4 O cenário da abertura política na década de 1980 e a campanha Diretas Já	98
3 CAMPANHA DIRETAS JÁ NAS PÁGINAS DO JORNAL O DIA	107
3.1 Silenciamento versus Visibilidade nas páginas de O Dia: a cobertura da campanha Diretas Já no Brasil	107
3.2 O Dia e a cobertura dos comícios pelo Brasil através de agências de notícias.....	112
3.2.1. Notícias da capital federal, Brasília (DF): mobilizações, medidas de emergência e a votação da Dante de Oliveira.....	113
3.2.2 Comício das Diretas Já na Candelária (RJ) e tentativa de controle dos manifestantes pelo governador Leonel Brizola	122
3.2.3 Comício pelas Diretas Já na Praça Cívica em Goiânia e engajamento dos partidos de oposição ao governo ditatorial.....	130
3.2.4 Diretas Já na Praça da Sé e no Vale do Anhangabaú em São Paulo	136
3.3 Campanha Diretas Já e as mobilizações em Teresina no jornal O Dia	140
3.3.1 “Diretas, eu quero votar para presidente”: comício na Praça do Marquês	145
3.3.2 Passeata e comício na Praça Landri Sales: pacíficos e sem incidentes	153

3.3.3 Votação da Dante de Oliveira com vigília cívica e censura à imprensa.....	165
4 AS MATÉRIAS NO JORNAL <i>O ESTADO</i> DA CAMPANHA DIRETAS JÁ	174
4.1 A campanha Diretas Já nas páginas do jornal <i>O Estado</i>.....	174
4.2 <i>O Estado</i> e a publicação de matérias produzidas pelas agências de notícias sobre os comícios e passeatas em torno da campanha Diretas Já	183
4.3 Jornal <i>O Estado</i> e a cobertura das mobilizações da campanha Diretas Já em Teresina.....	201
4.3.1 Cobertura do “grande comício que as oposições piauienses” fizeram em Teresina na Praça do Marquês.....	206
4.3.2 Movimento estudantil de Teresina e a organização de comícios pela defesa da emenda Dante de Oliveira na Praça Saraiva	210
4.3.3 Sob fiscalização policial, o comício na Praça Landri Sales foi pacífico	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

O estudo da História da Imprensa no Brasil aponta uma relação entre o jornalismo e os grupos de poder político e econômico, desde o seu surgimento no século XIX. Mesmo no século XX, essas relações não deixaram de existir; antes ficavam ainda mais complexas quando se leva em consideração a publicidade e a chegada de novas mídias no cenário comunicacional. Os elos políticos e comerciais permanecem, especialmente porque são as empresas jornalísticas que dependem de recursos financeiros para a manutenção de sua estrutura como um todo, desde o pagamento dos profissionais, a modernização dos equipamentos logísticos de uma redação e as próprias despesas do prédio em si etc., para manter uma folha em circulação com notícias atualizadas para seu público leitor.

É inegável que a imprensa desempenha um papel social de certa relevância para a sociedade, pois ela informa o público leitor, pauta os assuntos que considera de maior interesse para serem discutidos e ainda contribui para a formação de opiniões e ideias. Estes dois últimos pontos parecem paradoxais à prática jornalística, à medida que se questiona até que ponto o critério jornalístico para a cobertura de um acontecimento tem a ver de fato com o papel que as mídias exercem frente à sociedade ou trata-se de questões ligadas a interesse comercial/empresarial, político e/ou econômico.

Assinalar que a imprensa brasileira surge vinculada ao poder político-partidário e empresarial se faz importante para o entendimento da linha editorial e do enquadramento que é dado ao acontecimento, ou seja, os critérios jornalísticos definidos pelas instituições jornalísticas numa determinada época e lugar e que implicam diretamente nos “modos de dizer” e apresentar, publicamente, um acontecimento cotidiano na forma de notícia. Isso ajuda a compreender, por exemplo, o porquê do “fato político” ter ganho durante muito tempo, espaços maiores na mídia e ter contribuído para a imposição de um modo de organização do discurso e um ordenamento temático. Tal fato mostra que o intuito de construir e/ou ampliar o poder simbólico por meio do discurso jornalístico, quer por meio de elogios e/ou de críticas, quer através de ataques virulentos às lideranças políticas.

No Piauí, essa questão sobre a relação entre a imprensa e o poder político partidário e empresarial foi levantada por Said (2001), que destaca que esta ligação era algo legitimado socialmente, já que se acreditava que o papel do jornalismo era defender os interesses da

administração pública. O autor ainda ressalta que isso ocorre desde a criação do primeiro jornal impresso do Piauí, *O Piauiense* (1832), lançado justamente para divulgar atos oficiais; bem como dos jornais *O Telégrafo* (1839), considerado o segundo impresso do Estado e editado pelo Barão da Parnaíba; e o *Espetro* (1849) foi produzido para combater o Governo do próprio Barão Manuel de Sousa. De acordo com Said (2001):

O jornalismo, neste sentido, se constituía uma atividade de elite, reservada apenas a aqueles que possuíam prestígio social, intelectual ou político, o que marcou a proximidade do jornalismo com a esfera pública – entenda-se por esfera pública, até então, a atividade política, pois era praticamente a única legitimada institucionalmente. Os jornais surgiram para divulgar atos oficiais do Governo e por vários anos mantiveram essa função política, em quase todos os casos, inclusive, de caráter partidário. Até aquele período, jornalismo e política se confundiam. Não existia, nos moldes em que é praticado hoje, um jornalismo voltado à cobertura dos acontecimentos corriqueiros, do cotidiano, e os jornais, por força de tais circunstâncias, assumiam uma feição institucional que se sobrepunha aos fins econômicos advindos da sua publicação e comercialização, até porque a atividade publicitária era bastante incipiente (SAID, 2001, p. 46-47).

O período é também analisado pela pesquisadora Rêgo (2001, p. 252) em seu trabalho sobre a imprensa piauiense e atuação política no século XIX. A autora ressalta que o primeiro jornal impresso no Brasil, fundado em setembro de 1808, foi o *Gazeta do Rio de Janeiro*: “cujo caráter informativo limita-se às notícias da Corte e da nobreza europeia”. No entanto, o primeiro jornal que apresentou informações oficiais do Brasil foi o *Correio Braziliense*, criado em junho de 1808, por Hipólito da Costa que editava suas páginas em Londres, porém fazia circular em terras brasileiras.

Rêgo explica que essa relação de poder permanece mesmo com as mudanças que ocorreram no campo da imprensa e do jornalismo, quando empresas continuavam sendo criadas e/ou financiadas por meio de recursos governamentais e empresariais ou por famílias com grande atuação na política, na economia e na própria sociedade.

[...] ao longo de toda a sua trajetória, a imprensa piauiense relaciona-se, de forma íntima, com a política, o que perdura, na atualidade. [...] Os políticos, quase sempre, atrelados a um grupo familiar, possuem não apenas afinidades intelectuais, mas sobretudo laços de parentesco e interesses econômicos. Assim, organizam-se em torno de um partido e fundam um jornal, para exercer a função de porta-voz de suas ideias e dos anseios de suas famílias. Essas folhas servem de púlpito para acaloradas discussões políticas e

peçoais, que transpõem os espaços de representatividade e chegam a publicizar uma discursividade própria do meio político. A imprensa é, pois, uma instituição marcada pelo discurso político (REGO, 2001, p. 166-167).

A partir de 1950 notam-se alterações mais sistemáticas neste cenário, mas não suficientes ainda para quebrar a dependência financeira das empresas jornalísticas em relação às verbas governamentais e ao capital privado para se manterem no mercado. Segundo Abreu (1996), houve mudanças na estrutura produtiva do país, principalmente, com a implantação das indústrias. Este contexto reflete em mudanças nos mais variados setores da sociedade, especialmente, na imprensa que até os anos de 1930 a 1940 dependia dos favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais.

Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade; os anúncios nos jornais se diversificaram, encontrando-se desde anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios e produtos agrícolas até anúncios de produtos artesanais os mais variados (ABREU, 1996, p. 16).

Abreu (1996, p. 15) destaca ainda que essas mudanças não foram apenas no setor financeiro, mas também na própria forma de produzir uma notícia, processo que se segue ao longo do tempo. Para ela, na década de 1950, as redações brasileiras foram abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião e passaram a produzir um jornalismo com notícias objetivas e impessoais. O jornalismo do tipo opinativo e doutrinário de influência francesa vai perdendo espaço, na medida em que o jornalismo moderno, inspirado no modelo norte-americano, se impunha nas redações dos jornais. Entretanto, o jornalismo opinativo, partidário e ideológico ainda permanecia como uma prática jornalística na segunda metade do século XX, tanto que ainda hoje o mito da objetividade do jornalismo suscita discussão no campo.

Com o regime civil-militar, instituído em 01 de abril de 1964, houve controle de vários setores como o econômico, político, cultural e, inclusive, os meios de comunicação. Segundo Romancini e Lago (2007, p. 119), a grande imprensa procurou conviver com maior e menor grau de resistência com as fiscalizações e as censuras. Os autores destacam que apesar da imprensa ter sofrido com as intervenções militares, houve um avanço na política de modernização das empresas jornalísticas, que envolveu grande aporte de recursos financeiros

e tecnológicos por parte do Estado, o que favoreceu o apoio que a imprensa forneceu ao regime civil-militar.

A grande imprensa, em geral, apoiou o golpe de 64, assim como parte da população brasileira, principalmente setores das classes médias e grupos conservadores preocupados com os rumos esquerdizantes do governo João Goulart e com os problemas econômico-financeiros do país (inflação, dívida pública). É certo, porém, que, num primeiro momento, dificilmente se poderia acreditar que a autointitulada “revolução” de 64 resultaria num ciclo autoritário que durasse tanto tempo (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 119-120).

Romancini e Lago (2007) explicam que o regime civil-militar, por meio do crescimento econômico, colaborou indiretamente com o crescimento da imprensa. No entanto, o ambiente repressivo criado pelos militares favoreceu o controle sob os veículos de comunicação, para se legitimar perante a opinião pública. Apesar disto, as empresas de comunicação não tinham posicionamentos homogêneos, alguns cederam às pressões dos militares, enquanto outros buscavam formas de denunciar as intervenções do governo. O resultado dos benefícios facilitados pelo regime civil-militar foi a censura e as intervenções nas práticas jornalísticas.

Na década de 1980, os veículos de comunicação também assumiram posicionamentos distintos no tocante as eleições diretas para governadores por meio da emenda Lobão, e para presidente da República pela emenda Dante de Oliveira. Para Romancini e Lago (2007, p. 112), embora, a grande imprensa tenha contribuído para a instituição do regime civil-militar no Brasil, ela também teve participação significativa no processo de abertura política, na medida em que recebeu apoio de empresários e da classe média e encampou as propostas de democratização, entre elas a campanha Diretas Já (1983-1984).

A respeito desta discussão, entende-se que a análise da produção discursiva de determinada empresa jornalística deve ser realizada por meio do conhecimento de seus proprietários, linha editorial, período de circulação, campo de atuação e sua relação com as conjunturas de seu tempo. Até porque as empresas jornalísticas selecionam o que é digno de visibilidade pública e estruturam o acontecimento a partir de uma narrativa construída de uma determinada forma que interessa ao jornal e também aos grupos ao qual possui vínculos.

Considerando que cabe ao jornalista, regulado pela linha editorial do órgão da qual está inserido, selecionar os acontecimentos que se tornarão notícias e empregar sentidos a

eles, é que esta dissertação tem como objetivo analisar a cobertura das Diretas Já nos jornais *O Dia* e *O Estado*, num recorte temporal demarcado entre os anos de 1980 a 1984, período que corresponde à eclosão do debate sobre as eleições diretas no país, entre as diretas para os cargo de governadores dos estados e para presidente da República. Neste sentido, os objetivos específicos têm por interesse: Compreender as estratégias discursivas que deram visibilidade ou silenciaram a campanha Diretas Já nos jornais *O Dia* e *O Estado*; Entender o processo de produção das notícias e a produção de sentido que foram construídas sobre a campanha Diretas Já e a atuação dos partidos políticos e entidades de classes na organização de movimentos e manifestações contrárias ao regime ditatorial instaurado em 1964 no Brasil; Analisar a produção discursiva dos jornais *O Dia* e *O Estado* sobre as Diretas Já e as lideranças políticas e sindicais que estavam à frente das manifestações populares, que lutavam pela redemocratização do país, e eleição direta para os cargos executivos.

O movimento que exigia eleições diretas para presidente foi nomeado de “campanha pelas Diretas Já” pela própria imprensa, tanto a nacional como local e, por este motivo, o presente trabalho faz uso da expressão, campanha Diretas Já, para designar as manifestações, os comícios e as passeatas realizadas para reivindicação da abertura política. De caráter político com proporção nacional, a campanha Diretas Já conseguiu mobilizar uma parcela significativa da sociedade brasileira para se fazerem presentes nos comícios e passeatas e foi considerado por muitos historiadores e pesquisadores como o maior movimento contrário ao regime ditatorial no Brasil.

O acontecimento ganhou visibilidade pela imprensa nacional e local no início da década de 1980, quando autoridades nacionais e locais passaram a se pronunciar sobre a possibilidade de haver eleições diretas no país, alguns manifestaram-se contrários enquanto outros favoráveis. A repercussão sobre o tema eleições diretas foi intensificada, significativamente, no período de 1983 a 1984, com as reivindicações nas ruas das capitais do país. Neste sentido, é que se apresenta o problema de pesquisa: Qual a importância da atuação da imprensa como partido político e como isso se reflete na cobertura jornalística sobre as *Diretas Já* construída pelos jornais *O Dia* e *O Estado* no período de 1980 a 1984?

Parte-se das hipóteses de que os jornais *O Dia* e *O Estado* apresentaram uma produção discursiva alinhada ao regime ditatorial, por conseguinte, e aos interesses da linha editorial do jornal e de seus proprietários. Neste sentido, os discursos sobre o movimento *Diretas Já*

buscam minimizar a força dos posicionamentos de autoridades políticas e das manifestações das entidades de classe na cidade de Teresina, muitas vezes, silenciando-as de suas páginas. As notícias veiculadas pelos jornais *O Dia* e *O Estado* sobre o movimento *Diretas Já* aparecem relacionadas à organização e/ou desorganização dos partidos políticos e das demais forças sindicais, de maneira que o sucesso ou o insucesso do movimento em Teresina refletia diretamente num ataque e/ou defesa em torno da atuação política e partidária de seus principais representantes. As notícias impressas sobre as *Diretas Já* apresentam que o movimento teve pequena adesão e popularidade no Piauí, apesar da mobilização dos partidos políticos e de vários grupos sociais e entidades de classe de oposição.

Vale destacar que nesta dissertação é utilizado o termo regime civil-militar, ao invés de ditadura militar, regime militar ou golpe militar, por compreender que foi um regime instaurado com uma efetiva participação não apenas das Forças Armadas, mas também da sociedade civil, especialmente a do setor empresarial, ligados aos bancos, indústrias e até da agricultura, como os grandes proprietários de terras. Tal escolha tem por base os estudos de Netto (2014), que explica que o sistema governamental instituído no dia 1º de abril de 1964 aconteceu de forma conjunta entre Forças Armadas e os grandes empresários.

[...] É igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octávio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os *pronunciamientos* dos “gorilas”) - foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus agentes, ‘gringos’ e brasileiros) (NETTO, 2014, p. 74, grifos do autor)

Sendo assim, o poder que o setor empresarial exercia sobre o país tinha o aval do governo militar, além de relações financeiras com a imprensa. Esta discussão ajuda a compreender o porquê de as empresas de comunicação pertencerem aos grandes empresários, políticos, militares ou mesmo alguém com vínculo parental ou de amizade com estes.

O corpus desta pesquisa, portanto, são as matérias que tem como pauta o movimento pelas eleições diretas e a campanha *Diretas Já* nos dois jornais impressos de Teresina (PI): *O*

Dia, de propriedade do coronel do exército militar Octávio Miranda; e *O Estado*, do delegado da Polícia Civil, advogado e jornalista, Venelouis Xavier Pereira, e do jornalista Helder Feitosa. A escolha dos jornais, *O Dia* e *O Estado*, se explica por serem os dois de maior circulação no Estado do Piauí durante a década de 1980 e por terem realizado ampla cobertura e visibilidade da campanha *Diretas Já* no Brasil e no Piauí.

A teoria e a metodologia adotada neste trabalho foram a Análise do Discurso, na perspectiva de Foucault (2004). Para o filósofo francês, quem fala ou escreve um discurso dispõe de um conjunto de vozes sendo elas sociais, históricas e ideológicas que dão base para o discurso ser como foi emitido e são essas vozes que vão impor regras a serem atendidas ao se produzir sentidos. Sendo assim, o autor destaca dois tipos de conjunto para se realizar análises de um discurso, o conjunto crítico e o conjunto genealógico, que se diferem, segundo ele, nem tanto de objeto ou de domínio, mas, sim, do ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação.

As análises que me proponho fazer se dispõem segundo dois conjuntos. De uma parte, o conjunto “crítico” que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação de que falava há pouco, mostrar como se formaram, para responder a necessidade, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medidas foram contornadas. De outra parte, o conjunto “genealógico”, que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação. (FOUCAULT, 2004, p. 60-61).

Assim, para Foucault (2004, p. 69-70), as análises devem alternar-se, apoiar-se nas descrições críticas e genealógicas porque uma complementa a outra. Sendo que a parte crítica se liga aos sistemas de recobrimento do discurso, procurando detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão e de rarefação; em contrapartida, as descrições genealógicas se detêm, nas séries da formação efetiva do discurso, como o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderiam afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas.

Charaudeau (2015, p. 59) também será acionado como referencial teórico por destacar que a mídia apresenta múltiplos discursos e por esclarecer que as informações veiculadas não representam uma verdade absoluta, mas, sim, uma encenação midiática. Para o autor, uma

informação pode produzir efeitos diferenciados segundo o contexto no qual aparece, dentre eles: o de banalização, de saturação, de amálgama ou, ao contrário, de dramatização. Principalmente, quando as manchetes dos jornais são distintas e leva cada jornal a produzir efeitos variados a fim de se diferenciar do concorrente.

Os discursos produzidos pelas mídias representam uma realidade construída, já que um mesmo fato pode ser abordado de inúmeras formas. Entende-se que os discursos produzidos e veiculados pelos jornais *O Dia* e *O Estado*, na década de 1980, foram construídos a partir dos interesses dos proprietários do jornal num período em que se discutia a abertura política nos anos finais do regime civil-militar, especialmente, com as eleições diretas e com voto popular: para os cargos de governador, no ano de 1982; e para presidente da República, que só viria a acontecer no ano de 1989.

No processo de construção da notícia interessa também observar a atuação dos jornalistas como “intermediários culturais” e seu papel na produção do capital simbólico. De acordo com Bourdieu (1989), o poder simbólico é invisível e é um poder de construção da realidade que tem por interesse estabelecer uma ordem predominante a partir da luta e dos interesses da classe dominante para se legitimar frente aos demais grupos.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Bourdieu (1989) destaca que o campo de produção simbólica seria um microcosmo da luta entre as classes, isto é, que ao servirem os interesses na luta interna do campo de produção que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. E de forma crítica, o autor reconhece que a mídia estaria muito mais a serviço dos grupos dominantes que dos dominados, considerando que o grupo dominante impõe a legitimidade da sua dominação por meio da própria produção simbólica ou por intermédio ideológico conservador.

Entendendo que a imprensa possui estreita relação com o poder político é que se destaca o conceito de partido político proposto por Gramsci (2010). Para o autor, o termo partido político é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado.

[...] de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua. (GRAMSCI, 2010, p. 24).

Tal conceito ajuda a compreender que a imprensa piauiense atuou como partido político para além da defesa de um partido em especial, ao atender os interesses do grupo dominante. Os jornais impressos, em especial, apresentaram um caráter ideológico e defenderam um determinado projeto de classe social. Considerando que os veículos de comunicação tinham relação com o poder e cada um foi utilizado para propagar e legitimar ideais do grupo dominante perante a sociedade civil

A partir do exposto, esta dissertação apresenta-se estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado “1 Jornalismo e imprensa na década de 1980” encontra-se subdividido em quatro tópicos. No primeiro tópico “.1 Os jornais impressos e o poder simbólico: a busca pela democracia durante o regime civil-militar” são apresentados conceitos como de poder simbólico, legitimação, ideologia e hegemonia tendo como contexto histórico o regime civil-militar. No segundo tópico “.1.2 Imprensa piauiense: da crise a fundação de novos jornais” discutem-se questões que retratam a década de 1980, de nível nacional ao local, como crises e criação de novos jornais impressos no país e ainda apresenta um histórico dos dois jornais, seus proprietários e modos de produção e circulação; o terceiro “.1.3 Regulamentação da profissão jornalista em pleno regime civil-militar” aborda o processo de profissionalização jornalista, com sua regulamentação, leis que interferiram na profissão, o Código de Ética dos Jornalistas, criação do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Piauí e implantação de cursos de Jornalismo; e o quarto tópico “.1.4 Campanha Diretas Já e a

imprensa fiscalizada e censurada” trata das formas de fiscalização e censura que a imprensa sofreu na década de 1980.

O segundo capítulo “2 Imprensa, Política e Poder: o processo de abertura política como acontecimento no jornalismo” está subdividido em quatro tópicos. O primeiro tópico, intitulado “2.1 Produção do acontecimento e produção de sentidos no jornalismo” apresenta algumas reflexões teóricas sobre a produção do acontecimento e de sentidos pelo discurso jornalístico; o segundo tópico “2.2 Os porta-vozes dos presidentes e o fazer jornalismo durante o regime civil-militar” é feita uma apresentação dos porta-vozes das autoridades políticas na década de 1980 e trata da relação da imprensa com os governantes, mesmo sofrendo censuras e tendo que silenciar informações; o terceiro tópico de título “2.3 Emenda Lobão e a Imprensa: as perspectivas das eleições diretas nas páginas dos jornais” discorre sobre a emenda proposta pelo deputado Edison Lobão, que propôs eleições diretas para governador, em vista do discurso do Governo Federal contrário a esta medida. Além disto, traz as produções de sentidos apresentadas nos discursos dos jornais impressos, que foram analisados nesta pesquisa, o jornal *O Dia* e *O Estado*; e o quarto de título “2.4 O cenário da abertura política na década de 1980 e a campanha Diretas Já”, destaca sobre o contexto histórico e político que surgiu a campanha Diretas Já para presidente da República, destacando mais especificamente a emenda Dante de Oliveira.

Já o terceiro é intitulado “3 Campanha *Diretas Já* em Teresina nas páginas do jornal *O Dia*” e está subdividido em três tópicos com o objetivo de fazer uma análise das matérias sobre a campanha *Diretas Já* realizado na capital piauiense, com destaque para a organização dos comícios pelos partidos políticos e movimentos sociais e sindicais, que vinham se firmando, além de terem participado nomes de grande destaque na política nacional. O primeiro tópico “3.1 Silenciamento *versus* Visibilidade nas páginas de *O Dia*: a cobertura da campanha Diretas Já no Brasil” aborda como ocorreu as questões de visibilidade e silenciamento de notícias sobre campanha Diretas Já nas páginas do *O Dia*; no segundo “3.2 *O Dia* e a cobertura dos comícios pelo Brasil através de agências de notícias”, trata da visibilidade dos protestos e comícios a nível nacional dada pelo jornal *O Dia*; no terceiro “3.3 Campanha Diretas Já e as mobilizações em Teresina no jornal *O Dia*” é apresentada a análise da produção de sentidos nos discursos do jornal *O Dia* diante dos protestos e comícios em prol das diretas em Teresina.

Por fim, o quarto capítulo intitulado “4 As matérias no jornal *O Estado* da campanha Diretas Já” e apresenta as análises das matérias sobre as Diretas Já em Teresina, dando relevância aos comícios e as passeatas. O primeiro tópico “4.1 A campanha Diretas Já nas páginas do jornal *O Estado*” analisa as estratégias discursivas usadas pelo jornal *O Estado* para dar visibilidade a campanha Diretas Já; o segundo tópico “4.2 *O Estado* e a publicação de matérias produzidas pelas agências de notícias sobre os comícios e passeatas em torno da campanha Diretas Já” destaca especialmente o comício na Praça da Candelária (RJ) e a repercussão deste ato entre os partidos políticos, além dos efeitos causados pelas medidas de emergência; o terceiro tópico “4.3 Jornal *O Estado* e a cobertura das mobilizações da campanha Diretas Já em Teresina” apresenta os comícios realizados na capital piauiense, seus representantes e como foram divulgados os atos da campanha Diretas Já no periódico; e o quarto e último tópico “4.4 Medidas de emergência proíbem protestos e causa detenção de vereadores piauienses”, mostra como as intervenções do governo ditatorial aplicadas em Brasília e em Goiás atingiram autoridades piauienses.

A partir do exposto, a presente dissertação faz uma análise da cobertura jornalística de *O Dia* e *O Estado* sobre o movimento pelas eleições diretas e a campanha Diretas Já no Brasil e no Piauí no período de 1980 a 1984, bem como as emendas: Lobão, emenda constitucional nº 37, 01 de outubro de 1979; e a Dante de Oliveira, emenda constitucional nº 5, de 1983, 02 de março de 1983. E ainda as manifestações, os comícios, as passeatas que reivindicavam o fim do regime civil militar, portanto, a retomada da democracia no país.

1 JORNALISMO E IMPRENSA NA DÉCADA DE 1980

1.1 Os jornais impressos e o poder simbólico: a busca pela democracia durante o regime civil-militar

Historicamente, o jornal impresso é um dos meios de comunicação no qual os grupos de poder fazem uso para se legitimar frente à sociedade. Por esta razão, ao longo do regime civil-militar (1964-1985) instituído no Brasil se verifica o controle do governo ditatorial em torno da imprensa por meio de fiscalizações e censuras.

Para tanto, os jornalistas assumem um papel de “intermediários culturais” dos discursos de grupos dirigentes com o interesse de construir o consenso e o poder simbólico para determinados grupos. Para Bourdieu (1989, p. 12), este poder simbólico é invisível e busca construir uma realidade ao tempo que estabelece uma ordem predominante a partir da luta e dos interesses da classe dominante, para se legitimar frente aos demais grupos. De forma crítica, o autor reconhece que a mídia estaria muito mais a serviço dos grupos dominantes que dos dominados, o que acaba promovendo e validando ao público os interesses de um grupo mais restrito da sociedade.

Vinculada à noção de poder simbólico está a ideia de legitimação, que se trata do processo de estabelecer ao poder dirigente o reconhecimento e visibilidade a certos interesses como amplamente aceitáveis o que se torna mais complexo de aplicar ao que seja de interesse social e/ou às questões relacionadas a grupos ou instituições contrárias ao que prega o poder dominante. De acordo com Eagleton (1997), para que uma determinada ideologia possa alcançar a legitimidade é necessário que ela esteja de acordo com os valores e interesses que são específicos de uma determinada época ou lugar, isto é, de um contexto que engloba o momento histórico, político, social, cultural e outros do período em vigor.

Legitimar o poder de alguém não significa necessariamente “naturalizá-lo”, no sentido de fazê-lo parecer espontâneo e inevitável a seus subordinados: um grupo ou classe pode muito bem perceber a existência de outros tipos de autoridade além daquela de seus senhores e, mesmo assim, endossá-la. Um modo de dominação é geralmente legitimado quando os que estão submetidos a ele passam a julgar seu próprio comportamento pelos critérios de seus governantes (EAGLETON, 1997, p. 59).

A questão da legitimação do poder, tal como explana Eagleton (1997), é reforçado quando o poder governamental está acima dos interesses sociais, especialmente pelo fato de que esses mesmos considerados justos e válidos a um bem comum necessitem de luta e engajamento para obter credibilidade, até mesmo diante de quem iria se beneficiar diretamente, que é a sociedade. Assim, muitas das crenças de um determinado grupo oprimido, de que o sofrimento é inevitável ou de que a rebelião será severamente punida, apenas reforçam a hegemonia do poder das autoridades sobre os demais cidadãos.

A legitimação de um grupo é reforçada por discursos que firmam o poder sob os demais. No entanto, é importante destacar que os discursos são facilmente modificados, ao longo do tempo, ao passo que o contexto histórico e as ideologias também se transformam. São as mudanças sociais que vão dando outras visões aos discursos que se moldam com a realidade histórica e cultural do contexto inserido. O que são percebidas tanto no discurso proposto pelo enunciador, como por quem deve consumir e interpretar.

Fairclough (2016, p. 98-99) propõe a diferença entre o discurso na prática política e na ideológica e afirma que ambos conceitos não são independentes um do outro. O autor explica que o discurso como prática política pretende estabelecer e transformar as relações de poder e as entidades coletivas (classes, grupos, comunidades). Já o discurso como prática ideológica visa naturalizar e transformar os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

Para o autor, a ideologia representa “significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder”. Em contrapartida, o discurso como prática política não é apenas um local de luta de poder, mas sim “um marco delimitador na luta de poder”, pois a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam as relações de poder, ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. Assim, o discurso além de naturalizar o poder do grupo dominante sobre os dominados, acaba legitimando e reforçando a concepção de poder. Atrelada à ideia de legitimação está a de hegemonia, na qual Fairclough (2016) conceitua como um processo que vai além da dominação de um grupo sobre outros:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca

atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127).

Dessa forma, a concepção de hegemonia põe em destaque a mudança discursiva e social. Como aponta Fairclough (2016), essa relação de dominação explicita as formas econômicas, políticas e ideológicas nos mais diferentes níveis e domínios das instituições sociais, ou seja, a análise da prática social ocorre por meio do discurso, pois este explora as estruturas de dominação, a ideologia e ainda as relações sociais.

Gramsci (2002) acredita num determinado momento da história que o foco que será dado não é o mesmo para todos os grupos em razão da hegemonia de um grupo no poder. A consolidação de um grupo não está relacionada apenas a questões políticas, mas aos diversos setores presentes na sociedade, como econômico, social, artístico, midiático e outros. Gramsci explica que ao colocar em destaque um grupo social, um outro acaba sendo desvalorizado e esquecido.

Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário, é rico em contradições. Ele adquire personalidade, é um “momento” do desenvolvimento, graças ao fato de que, nele, uma certa atividade fundamental da vida predomina sobre outras, representa uma “linha de frente” histórica. Mas isto pressupõe uma hierarquia, um contraste, uma luta. Deveria representar o momento em questão quem representasse esta atividade predominante, esta “linha de frente” histórica; mas como julgar os que representam outras atividades, os outros elementos? Será que estes também não são “representativos”? E não é “representativo” do momento? Será que estes também não são “representativos”? E não é representativo do “momento” também quem expressa seus elementos “reacionários” e anacrônicos? Ou será que deve ser considerado representativo quem expressa todas as forças e elementos em contradição e em luta, isto é, quem representa as contradições da totalidade histórico-social? (GRAMSCI, 2002, p. 65).

Diante desse pensamento, pode-se trazer para a discussão a relação que o Estado tem com a imprensa, já que este se alia a mídia para obter um “consenso social” e ainda ter uma base para divulgar ao público apenas o que lhe convém. Para Gramsci (2001), a relação de poder entre Estado e imprensa contraria o ideal de jornalismo, que é de divulgar sem exclusões e não apenas o que lhe convém.

O autor ainda explica que o dever da atividade jornalística é, em suas várias manifestações, seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam no país. No entanto, aponta exceções apenas para aqueles de “caráter arbitrário” e “amalucado”, que merecem “pelo menos ser registrados” (GRAMSCI, 2001, p. 247-248).

Explica, ainda, que um movimento de luta revolucionária não recebe o mesmo olhar da imprensa do início ao fim de sua realização, pois esse foco é modificado de acordo com a força que ele adquire diante da sociedade. Para que um movimento adquira a visibilidade da mídia vai depender de quem está envolvido e o engajamento, principalmente, se quem promovê-lo faz parte de um grupo privilegiado.

No início, um movimento é sempre incerto, de futuro duvidoso, etc.; será necessário esperar que adquira toda sua força e consistência para que nos ocupemos dele? Tampouco é necessário que possua traços de coerência e de riqueza intelectual: nem sempre são os movimentos mais coerentes e intelectualmente ricos os que triunfam. Ao contrário, é muito frequente que um movimento triunfe precisamente graças à sua mediocridade e elasticidade lógica: tudo pode ocorrer, os compromissos mais evidentes são possíveis e precisamente estes compromissos podem ser a razão do triunfo (GRAMSCI, 2001, p. 248).

Tal pensamento contribui para refletir a realização da campanha Diretas Já, ocorrida entre junho de 1983 a abril de 1984, e a visibilidade que a imprensa tanto nacional quanto local deu a ela. Inicialmente, houve uma tímida divulgação, o que mudou com as adesões nas capitais do Brasil, que tinham como organizadores: governadores, prefeitos, deputados e vereadores, além de sindicatos, associações, instituições e estudantes. Essa campanha foi o principal movimento de oposição ao regime civil-militar no Brasil, no qual partidos políticos com apoio da sociedade civil passou a exigir o retorno do sistema democrático nos poderes executivos para poderem participar, novamente, do poder.

É importante salientar que não foi apenas durante o regime civil-militar que houve a proximidade de governantes com a imprensa e seu funcionamento, mas ao longo da história é possível pontuar tais relações de poder, até porque era comum que proprietários de veículos de comunicação tivessem, simultaneamente, algum tipo de envolvimento com a política, mesmos vínculos familiares ou de amizade com políticos e, em alguns casos, eles próprios tendo um cargo político.

Oliveira (2016), que realizou estudo sobre a censura que ocorreu no jornalismo piauiense durante o Estado Novo (1937-1946) instituído pelo presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945), pontua que as produções jornalísticas neste período possuíam reflexos das intervenções dos órgãos de censura.

[...] Embora desde 1931, já existissem órgãos [sic.] de censura que interferiam nos meios de comunicação e, sobretudo, no jornalismo, o Governo visava atingi-los [sic] com maior vigor e cada vez mais investia em órgãos que se especializavam na censura e que tinham como responsabilidade formar a opinião pública a respeito das diretrizes doutrinárias do regime. [...] (OLIVEIRA, 2016, p. 63).

Segundo a pesquisadora, era benéfico para o Estado contar com o apoio dos veículos de comunicação, pois eles contribuía para que fosse repercutida uma imagem positiva do movimento varguista. Um dos órgãos de controle criados para intervir na imprensa por meio da censura no governo de Getúlio Vargas foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que vigorou entre os anos de 1939 a 1945. Esses órgãos ajudam a refletir sobre a necessidade que o Estado tinha de promover intervenções nos veículos de comunicação e com eles se aliar.

Ao longo do regime civil-militar não foi tão diferente e os veículos de comunicação sofreram intervenções, fiscalizações e até punições para quem descumprisse as orientações dos governos ditatoriais. Na tentativa de interferir quaisquer manifestações públicas contra suas ações, o regime civil-militar instituiu decretos e atos institucionais, sendo justificados para punir quem atentasse contra a ordem e os bons costumes. Dentre eles estão a Lei nº 5.250 (09/02/1967), conhecida como a “Lei da Imprensa” e o Ato Institucional nº 5, conhecido como o ato que promoveu mais intervenções no Brasil.

1.2 Imprensa piauiense: da crise a fundação de novos jornais

O estudo sobre a imprensa no Brasil torna-se necessário não apenas para se compreender a comunicação, a história do jornalismo, a evolução das plataformas midiáticas e seus efeitos e alcances, mas também por abrir a possibilidade de aprimorar as pesquisas referentes ao campo do Jornalismo com suas práticas e seus discursos dentro de contexto em um determinado período, sendo estes: histórico, social, econômico, cultural e político.

Na década de 1980, os meios de comunicação que já estavam consolidados no Piauí eram os jornais impressos e as rádios, em razão destes veículos disporem de concorrências e por serem mais acessíveis à população piauiense. Diferentemente da televisão, que apesar de ter chegado ao país na década de 1950, no Piauí, o primeiro canal só foi implantado apenas na década de 1970. Segundo Pinheiro Filho (2017), o primeiro canal de televisão a se tornar efetivamente operante foi a *TV Rádio Clube*, afiliada da *Rede Globo de Televisão*.

[...] a partir de 03 de dezembro de 1972, a TV Rádio Clube (canal 4) foi solitária no seu segmento por 13 anos e 04 meses, posto que a segunda emissora de televisão a ser implantada no Piauí somente entrou em atividade no dia 29 de março de 1986 – a então TV Pioneira, que trazia no seu quadro societário, entre outros, os nomes de Paulo Henrique Araújo Lima, Lindberg Leite, Otevaldo Soares do Nascimento, Helvídio Nunes de Barros e Jesus Elias Tarja (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 260).

Já a internet com os portais de notícias, conforme destaca Pinheiro Filho (2017, p. 270-271), se concretiza no Brasil com o *Jornal do Brasil Online*, o *JB Online*, criado no ano de 1995, com características de noticioso e atualização permanente. No Piauí, o primeiro portal de notícias foi lançado só em 2001 e ganhou o nome de *Portal AZ*, tendo como proprietário o jornalista Arimatéia Azevedo. Ainda em 2001, foi lançado o segundo portal do Estado, o *Portal 180 Graus*, que tem como proprietário o advogado Helder Eugênio.

No Brasil, na década de 1970 e início de 1980, as empresas de comunicação, em especial, as de jornais impressos vivenciaram o auge de uma crise, em que muitas foram obrigadas a fechar as portas, o que desencadeou no desaparecimento de inúmeros periódicos. No Rio de Janeiro, como destaca Barbosa (2007), na década de 1970, aconteceu o fechamento do *Correio da Manhã* (1901-1974); *Diário de Notícias* (1930-1976); *Diário Carioca* (1928-1965); e *O Jornal* (1919-1974), além dos jornais *Última Hora* de São Paulo e do Rio de Janeiro, criados por Samuel Wainer no início da década de 1950, sendo que o *Última Hora* de São Paulo fechou em 1979; e o *Última Hora* do Rio de Janeiro, chegou a ser vendido duas vezes consecutivas num espaço de apenas três anos, a última em 1973, quando foi comprada pela Arca Editora S.A, do grupo dirigido por Ary Carvalho, porém, encerrou as atividades no início da década de 1980.

Para Barbosa (2007), o motivo que levou ao fechamento de inúmeros jornais impressos no Brasil vai muito além do elevado custo do papel causado pela crise do petróleo.

O que de fato foi determinante para essa situação está relacionado à configuração do mercado jornalístico iniciado na década de 1960, no governo do presidente Jânio Quadros¹ (PTN), especialmente com a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar; o fim do câmbio favorecido da imprensa, a retirada da isenção do imposto de renda para as empresas jornalísticas e para os profissionais, além da divisão do montante de publicidade com outros meios de comunicação, como as emissoras de televisão.

As empresas de jornais impressos no Piauí também sentiram os efeitos dessa crise, o que igualmente causou o fechamento de periódicos, principalmente os de linha alternativa, e poucos conseguiram chegar ao fim da década de 1980 e início de 1990². No entanto, Said (2001) aponta uma crise dos anos 1980 a 1990, como a que mais trouxe transformações significativas na imprensa piauiense, sendo possível destacar mudança do perfil dos anunciantes e a diminuição destes em termos percentuais por cada empresa, além da necessidade de se modernizar.

A crise dos anos 80 e 90 é paradoxal. Remete, de um lado, a um problema de instabilidade financeira e de necessidade de reestruturação dos meios de comunicação já existentes. Por outro lado, aponta para uma diversificação dos veículos, consequência do processo de reconquista democrática e de abertura do mercado, principalmente o de insumos tecnológicos na área de informática e informação. Tudo isto requeria, por parte dos veículos de comunicação, uma capacidade de investimento muito grande para aquisição de novos equipamentos e instalação de novas práticas produtivas, uma vez que a competição para atrair o anunciante havia aumentado em razão da proliferação do número de veículos (SAID, 2001, p. 61-62).

Para Said (2001), as mudanças do mercado comercial nas empresas jornalísticas no Piauí, que as obrigaram a se reestruturar e a reorganizar a participação publicitária, aconteceram porque o modelo de subvenção estatal não suportou mais o volume de investimento, o que causou problemas de instabilidade financeira, ou seja, eram muitas empresas para o poder público patrocinar e os recursos disponíveis para esta função, passaram a não mais abarcar todo o mercado, que antes era mais restrito.

¹Jânio da Silva Quadros foi presidente do país, entre 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto do mesmo ano, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN).

²Na década de 1990, os jornais impressos piauienses que resistiram as crises foram: *O Estado, Jornal da Manhã, Diário do Povo, Correio do Piauí e O Dia*.

De acordo com Dantas (2008, p. 08), em Teresina, sobreviveram ao início do regime civil-militar as seguintes empresas de comunicação: três emissoras de rádio: *Rádio Pioneira* (1962); *Rádio Clube* (1960) e *Rádio Difusora* (1948); e seis de jornais impressos: *Jornal do Piauí* (1951), fundado por Antônio de Almendra Freitas; *Jornal do Comércio*, fundado por João Bastos tendo como diretor Bento Clarindo Bastos; *O Dominical* (1948), editado pela Arquidiocese de Teresina e dirigido pelo Pe. Hermínio Davis; *Folha da Manhã*; *Folha do Nordeste* e *O Dia* (1951), fundado pelo professor Raimundo Leão Monteiro.

Com a crise na segunda metade do século XX enfrentada pelas empresas de jornais impressos no Brasil, o Piauí mesmo enfrentando o fechamento de algumas empresas, houve também a retomada e a fundação de outras. Os jornais impressos que não resistiram à crise foram, principalmente, aqueles que não possuíam vínculos comerciais com o governo, tais como os chamados de alternativos. O jornal *Estado do Piauí*, fundado em 1928, por exemplo, já circulava na década de 1960 sob a direção de Josípio da Silva Lustosa e *O Pirralho*, fundado em 1934, retomou atividades em 1972, passando a ser dirigido por Alberoni Lemos, como suplemento do jornal *O Estado*, fundado em 1970 por Venelouis Xavier Pereira.

Além do jornal *O Estado*, outros impressos também foram fundados ao longo da década de 1970 até os anos finais de 1980, como os jornais: *A Hora* (1971); *A Tribuna* (1975), *O Liberal* (1975); *Correio do Povo* (1985), fundado pelo jornalista Genésio Araújo; e o *Diário do Povo* (1987), fundado pelo empresário Aécio Fernandes.

Entre a década de 1970 a 1980, os jornais impressos tiveram dificuldades financeiras, principalmente, aqueles que não se beneficiaram da política assistencialista do governo voltada à imprensa, tiveram que fechar as portas. Já as empresas beneficiadas, mesmo buscando se reestruturar e se modernizar, ficaram sob o domínio de quem as patrocinaram e sofreram pressão externa vindas do próprio governo, dos empresários e do sistema econômico. De acordo com Said (2001, p. 65-66):

Além de destinarem vultosas verbas publicitárias aos principais jornais do país, enquanto fiscalizavam a atuação de outros tantos, os governos militares subsidiaram a construção de parques gráficos, estúdios de TV e rádios e de algumas novas sedes destes veículos, como justificativa para implementação de políticas de comunicação social, seguindo a doutrina de segurança nacional então estabelecida. Em certa medida, esta herança da dependência político econômica do jornalismo face ao regime ditatorial terminou por engendrar uma situação de cumplicidade entre algumas partes do jornalismo nacional e os governos da “Nova República” e por consolidar a noção de que

a prática jornalística deve constituir-se em uma ação política, mas mais ainda, de caráter partidário. A cooptação de alguns setores do jornalismo brasileiro pelo regime militar levou à criação do vício do favorecimento político e do assistencialismo, sobretudo, nos primeiros anos que se seguiram ao fim da ditadura.

Foi devido a essas circunstâncias que duas empresas de jornais impressos se reestruturaram e se modernizaram no mercado piauiense, a saber: *O Dia* e *O Estado*. No ano de 1972, ambas as empresas com sede na capital Teresina passaram a utilizar em suas edições o processo gráfico chamado de *offset*, com apenas dois dias de diferença de implantação desta tecnologia de uma para a outra empresa. No entanto, no Brasil, o pioneiro a utilizar este sistema gráfico foi o jornal *Folha de S. Paulo*, que adotou a tecnologia no ano de 1968. Para Freire (2009), que classificou o uso do processo gráfico *offset* de “Fase Litográfica”, essa tecnologia trouxe às empresas de mídias impressas maior agilidade e apresentou mais qualidade e quantidade nas edições.

O *offset* propiciou ainda mais agilidade ao jornalismo. Nesta fase, há um aumento na quantidade de informações, uma melhoria na reprodução de imagens e consequente aumento na demanda de fotografias e infográficos. Os textos passam a ser menores e mais objetivos e dividem cada vez mais o espaço com as imagens e demais elementos gráficos. O design passa a ser agora uma exigência, diante de tantos componentes a coordenar. Outras mídias, como a televisão e as revistas semanais passam a influenciar a enunciação nos periódicos diários, pelo bombardeamento de imagens que proporcionam. As matérias passam a ser mais fragmentadas e mais ilustradas (FREIRE, 2009, p. 301).

O processo gráfico *offset* corresponde a um sistema de impressão capaz de reproduzir grafismos (textos e/ou imagens) de várias cores em diversos suportes em uma escala industrial, sendo que se consideram suportes os substratos que podem receber grafismos tais como lâminas plásticas e metálicas, tecidos e papéis. Este último suporte é o que era utilizado na produção de jornais impressos e passou a ser utilizado matrizes, que contribuíram na reprodução seriada, própria para a impressão de grandes volumes. Segundo Pinheiro Filho (2017), o jornal *O Dia* foi o primeiro no Piauí a lançar edições em *offset*, divulgação ocorrida no dia 29 de julho de 1972, com a seguinte nota:

Embora faltando ainda os retoques que toda perfeição exige, a partir de hoje circularemos dentro do novo sistema, procurando, com o aprimoramento da

técnica, do conhecimento e da habilidade, polir cada vez mais o nosso trabalho, no sentido de que a população piauiense tenha, de fato, um jornal moderno e com uma apresentação gráfica que não deixe a desejar aos mais bem impressos do país (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 118).

Já o segundo impresso piauiense a utilizar o processo *offset* foi *O Estado* que divulgou sua primeira edição com esse processo gráfico em 31 de julho de 1972. No entanto, apesar de ser o mesmo sistema, o jornal *O Estado* apresentou um processo de composição diferente de *O Dia*, dentre eles, a fonte e a cor, especialmente na logomarca. De acordo com Pinheiro Filho (2017), a empresa apresentou o novo visual da logomarca do jornal aos seus leitores com a seguinte nota: “Agora, impresso em *offset*, *O Estado* parte para uma etapa decisiva na história de nossa imprensa, definitivamente enquadrado nos conceitos da imprensa moderna, em que os métodos industriais tomam o lugar do velho sistema artesanal” (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 118).

Tais levantamentos de dados fazem-se necessários para compreender quais veículos de comunicação a população piauiense dispunha para se informar sobre os assuntos debatidos no país e no próprio Piauí, na década de 1980, nos anos finais do regime civil-militar, no momento em que partidos políticos passaram a exigir eleições diretas para cargos estaduais e até presidencial.

1.2.1 *O Dia*: “Jornal de quem quer saber mais”

O jornal *O Dia*³ foi fundado por Raimundo Leão Monteiro no dia 01 de fevereiro de 1951, data de fundação presente nos expedientes divulgados no próprio jornal, como na edição do dia 03 de janeiro de 1980. Santos (2018, p. 115) destaca que, somente em 1963, o jornal *O Dia* foi vendido por duas vezes: a primeira vez, em 19 de agosto, para o proprietário da *Folha da Manhã*, José Paulino de Miranda Filho; e a segunda ocorreu em outubro para o coronel do exército brasileiro, Octávio Miranda, considerado homem de muitas influências políticas no Piauí. No entanto, apenas no dia 01 de fevereiro de 1964, o jornal passou a circular, período que corresponde a dois meses antes da implantação do regime civil-militar

³A empresa Jornal *O Dia* tinha sede na Rua Areolino de Abreu, nº1434, em Teresina, anos mais tarde, foi transferida para a Rua Governador Artur de Vasconcelos, nº131, região central de Teresina, local em que permanece até os dias atuais.

no Brasil. Apesar de haver registro de outro jornal *O Dia* em Teresina que foi fundado em 1923, por Abdias Neves, tal como apresenta Pinheiro Filho (2017); nos dados pesquisados não há nenhuma ligação do primeiro *O Dia* com o que foi fundado por Leão Monteiro e que passou a ser de propriedade de Octávio Miranda, pois declara no expediente das edições do jornal que a data de fundação corresponde a 01 de fevereiro de 1951 e assim vem sendo contabilizada pela empresa.

Nas edições publicadas na década de 1980, o jornal *O Dia*, tinha em seu expediente: Octávio Miranda⁴, como diretor e presidente; Valcira Miranda Trábulo de Souza, como diretora-administrativa; Edgar Miranda e Volmar Miranda, como diretores; e Francisco Viana, como editor ou redator-chefe, função esta que sofreu duas mudanças dentro do recorte estudado: em 1981, o editor passa a ser Francisco Leal; e em 1984, Sérgio Baptista.

Dos nomes citados acima, os quatro primeiros que exercem cargos superiores na hierarquia de uma redação jornalística fazem parte da mesma família. Octávio Miranda direcionou nesse período, três de seus sete filhos para atuarem junto a ele na empresa, conjuntura que ainda continua no ano de 2020, em que o jornal *O Dia* segue como propriedade da família Miranda, tendo como responsável pelo impresso, um dos filhos de Octávio Miranda, Valmir Miranda, que é também presidente do *Sistema O Dia de Comunicação (Jornal O Dia; Portal O Dia; TV O Dia e a Rádio FM O Dia)*.

A partir do dia 1º de fevereiro de 1964, Octávio Miranda fez com que o jornal *O Dia* circulasse todos os dias da semana. Entre os anos de 1980 a 1984, o impresso circulava com um total de oito a doze páginas distribuídas em editorias com colunas, publicidades e classificado, que iam sendo publicadas de acordo com as necessidades da empresa, inclusive, algumas tiveram os nomes mudados, outras deixaram de ser publicadas, mas ainda tem aquelas que persistem nos dias atuais, como é o caso da “Roda Viva” e o “Um Prego na Chuteira” por Deusdeth Nunes.

⁴Octávio Miranda, natural da cidade de Campo Maior (PI), casou com a argentina Erminda Cribillete Miranda, com quem teve seus sete filhos: Volmar Miranda, Vilma Miranda Moreira, Valcira Miranda, Valmira Miranda Novack, Valmir Miranda, Octávio Miranda Filho (*in memoriam*) e Edgar Miranda. O empresário faleceu aos 90 anos, no dia 22 de junho de 2002, de insuficiência cardiorrespiratória.



Figura 1: Capa do jornal O Dia na década de 1980

Fonte: O Dia. Teresina, ano XXIX, n.7.344, p.1, 4 de set. 1980, p. 01.

Na década de 1980, *O Dia* tinha como editorias de maior destaque: política com conteúdo tanto nacional quanto local; Opinião; Editorial; Charges; Internacional; Geral; Sociedade; Classificados (Classídia); Esporte; Humor; Polícia e a Sucessão⁵ (1984 ano da Sucessão), que entrou como uma editoria especial do jornal *O Dia*, na página nº 4, no dia 03 de dezembro de 1983.

Já as colunas que repercutiram no jornal *O Dia*, foram: “Roda Viva”; “Retalhos do Cotidiano”; “Planalto”; “Folha da Mãe Ana”; “Cão Respondência”; “Por Dentro do Sertão”; “Horóscopo”; “Cinema”; “Linhas de Evidências”; “Relâmpagos”; “Coisas da Vida”; “Galeria

⁵ A editoria Sucessão (1984 ano da Sucessão) foi divulgada no Jornal O Dia, no sábado, 03 de dezembro de 1983, no Nº XXXII, ed. 5.596, na página 04.

da Sorte Lotepi”; “Visão Geral”; “Coluna Espírita”; “Coluna do Servidor”; “Empresas e Negócios”; “Mundo Empresarial”; “Encontro Empresarial”, essas três últimas colunas, que refletem sobre a mesma temática, foram veiculadas em momentos distintos.

Além destas, há também as colunas que eram assinadas por jornalistas ou profissionais especializados, dentre elas estão: “Um Prego na Chuteira” por Deusdeth Nunes; “Abertura” por Wilson Fernando; “Elviríssima” por Elvira Raulino; “As Dicas de Pompílio Santos”; “Albert Piauí e o Brasil”; “Ponto X Contraponto” com Paiva Igreja; “O Dia Municipal” por Ronaldo Ferraz; “Sertão Prestou” por Fernando Lira; “Atualidades Rotárias” por J. E. Pereira; “Marketing, Propaganda e Negócios” e “Multicenter Rural”, estas duas últimas foram assinadas por Mauro Rubens Barros em períodos diferentes. Outros nomes colocados em destaque pelo jornal foram os dos chargistas na primeira metade da década de 1980, quando *O Dia* apresentou os trabalhos de charges dos profissionais Batista, Paulo Moura e Milton, Edmundo e Leonardo Fernandes, “o Léo”.

Vale destacar que a partir de 1983, *O Dia* passou a utilizar como *slogan* “Jornal de quem quer saber mais”, o que sugere ao leitor que o periódico apresenta editoriais, colunas e conteúdos com temáticas mais diversificadas que os jornais concorrentes.

No recorte temporal em estudo, 1980 a 1984, as páginas do jornal *O Dia* eram nas cores preto e branca, sem uso de imagens e fotografias coloridas, exceto na edição de sexta/sábado, 25/26 de dezembro de 1981, é divulgada uma ilustração com um arco-íris nas cores azul, amarelo, verde e branco, representando as das bandeiras do Brasil e também do Piauí, além de uma árvore, um anjo, uma pomba e uma mensagem sobre o Natal. No texto, que se inicia “As três raças tristes – o Índio o Negro e o Português – que afirma terem construído o Brasil – na verdade eram muitas”, segue com a ideia de fraternidade, diversidade de raças e a confraternização diante do período natalino. Nesse contexto, as três empresas da família Miranda são citadas, no caso o jornal *O Dia*, a *Rádio FM O Dia* e a *Gráfica Júnior*, como produtos de trabalhos que estão em atividades e progresso. E também na edição de sexta/sábado, 01/02 de janeiro de 1982, em que foi publicada na capa uma fotografia colorida do sol no horizonte, sendo amparado pela vegetação, podendo representar a nascente ou o poente. Na legenda escrita reflete uma mensagem de Feliz Ano Novo ao público de *O Dia* e da *Rádio FM O Dia*.

As páginas com publicidades também fizeram parte das edições do jornal *O Dia* na década de 1980. Além da verba governamental, o periódico já contava com a verba de anúncios publicitários. *O Dia* veiculava em suas páginas diversos anúncios publicitários com campanhas institucionais do governo e lojas, dentre elas a Casas Pernambucanas (nacional) e o Armazém Paraíba (Figura 2) e loja Jet.



Figura 2: Publicidade do Armazém Paraíba em alusão da campanha Diretas Já

Fonte: O DIA. Teresina, ano XXXIII, ed. 6.675, 11-12 mar. 1984, p. 11.

A figura 2 acima mostra o anúncio publicitário da loja Armazém Paraíba que faz alusão a campanha Diretas Já. Na tentativa de vender seus produtos, a loja faz uso no anúncio de palavras de ordem presentes nas mobilizações, como: “Diretas Já” e “Do jeito que o povo quer”, apontando, assim, o posicionamento político dessa marca. Para Sant’Anna (2002), o

jornal passou a ser um órgão veiculador de notícias para o interesse restrito de uma determinada comunidade e se transformou numa indústria das mais complexas com espaço, tendo por unidade o centímetro de coluna.

[...] O jornal [...] tornou-se, por isso mesmo, mercadoria que precisava ser vendida diariamente, nos balcões de publicidade, para cobrir os custos operacionais da empresa e ainda gerar lucros razoáveis. Pode-se afirmar que com a conquista desse importante canal de difusão – o jornal – teve nascimento, realmente, a propaganda moderna aplicada ao mundo dos negócios (SANT’ANNA, 2002, p. 04).

Os jornais impressos investiram em anúncios publicitários com uma forma de angariar mais lucros, além das verbas governamentais. *O Dia* anunciou em suas páginas publicidades referentes a serviço, comércio e entretenimento, como clubes, hotéis, cinemas e shows. Além de anúncios, o periódico também apresentava notícias com conteúdo informando sobre shows e espetáculos que seriam apresentados no Piauí.

Tais dados ajudam a compreender que o referido periódico, na década de 1980, já investia em publicidade como forma de angariar mais recursos financeiros, além da verba governamental. Fazia, ainda, uso de suas editorias com temáticas distintas para atrair um público leitor diverso. Apesar do conteúdo político predominar no periódico, havia uma preocupação em apresentar outras temáticas.

1.2.2 *O Estado*: “A família piauiense prefere O Estado”

O jornal *O Estado*, fundado pelo delegado da Polícia Civil, advogado e jornalista Venelouis Xavier Pereira, foi implantado em Teresina (PI), em 15 de março de 1970, pelo jornalista Helder Feitosa Cavalcante. Sobre a data da implantação do jornal *O Estado* em Teresina, o órgão faz menção da data em matéria publicada pelo próprio jornal intitulada “Que jornal é este?”, de 12 de abril de 1980, em que se comemora a mudança de sede do jornal ocorrida em abril de 1980. Entretanto, vale ressaltar que a pesquisadora Maciel (2016, p. 133) considera que o jornal *O Estado* foi fundado em Fortaleza (CE), no ano de 1936, por um grupo de políticos do Partido Social Democrata (PSD), que tinha no comando o deputado federal José Martins Rodrigues, sendo vendido ao empresário Sérgio Filomeno, e em 1963, adquirido pelo delegado da Polícia Civil, advogado e jornalista, Venelouis Xavier Pereira.

Helder Feitosa Cavalcante tinha como colaborador o arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão, que contribuiu com artigos de opinião para o jornal. Nos quatro primeiros meses do ano de 1980, no expediente do jornal *O Estado* trazia apenas os nomes de Helder Feitosa Cavalcante, como diretor-presidente; e Montgomery Hollanda, como editor; e menciona Venelouis Xavier Pereira como fundador.

Helder Feitosa Cavalcante, que era jornalista e empresário, foi proprietário do jornal *O Estado* e das rádios *Poty AM, 610 kHz* e a *Poty FM, 94.1 kHz*. Ele deixou o comando de seus empreendimentos ao ser vítima de homicídio, no ano 1987.

Logo após a mudança de sede do jornal *O Estado*, no mês de maio de 1980, houve mudanças também de profissionais no expediente das edições, que passou a ter: Arimatéia Azevedo, como editor; Luiz Gonzaga Milanez, diretor administrativo; J. Barros de Oliveira, secretário; e José Batista da Silva, chefe de oficina; além de Helder Cavalcante como o diretor-presidente, que era o proprietário. Pode-se dizer que com a mudança de sede, a ampliação no número de funcionários e a aquisição do *offset*, a empresa passou a dar sinais de modernização e reorganização.

Na década de 1980, *O Estado* se apresentava em dois cadernos. O primeiro seguia da página 01 (capa) até a página 08 e tinha foco na Política local e nacional, artigos de opiniões e acontecimentos da capital e das demais cidades do Piauí. Já o segundo transcorria da página 09 a 16 e enquadrava o esporte, o humor com charges ou histórias em quadrinhos, coluna social, classificados e entretenimento. Diferentemente do que fazia o jornal *O Dia*, *O Estado* não indicava em suas páginas as editorias em cada página, ou seja, o leitor que tem acesso a esse impresso só reconhece as editorias que estão ali presentes por conta da temática das matérias dispostas em uma só página e ainda pela leitura de outras edições, quando se percebe que as mesmas temáticas se encontram no mesmo número das páginas de edições anteriores. Além disso, possuía um suplemento especial de domingo/segunda intitulado “Revista Nacional”, que trazia atualidades em geral e entretenimento.

As editorias de maior destaque foram: a de política com conteúdo nacional e local; polícia; esporte; sociedade; e classificados. Havia espaços para publicidades, horóscopo e cruzada. Já as colunas, pode-se destacar: “De Leve”; “Mister Eco”; “Política” que passou a ser intitulada de “Política e Bastidores” e “Loteria do Estado do Piauí”. As colunas que traziam assinaturas de jornalistas ou especialistas eram: “Jogo Aberto” por Wilson Fernando,

que escrevia no mesmo período para o jornal *O Dia*; “Super Social” por Climério Lima; “A Reportagem que não foi escrita” por Mário Moraes; “A Broca” de Vilson Carteira; “Coluna do Castello” de Carlos Castelo Branco; “Agenda Nobre” por Iracema Silva; “Comportamento” por Raul Giudicelli; “Plantão de Polícia” com Edvaldo Moura; e “Artigo de Opinião” na editoria de esporte por Pedro Alcântara, além das charges dos cartunistas que se identificaram pelos nomes de Batista, Vilson e Léo.

Em 1983, *O Estado* apresentava como *slogan* “A família piauiense prefere O Estado”, que abriu possibilidades para várias análises e interpretações, desde a alusão de um jornalismo com perfil conservador, que preza pelos preceitos morais e religiosos; até a ideia de que havia um cuidado maior com o conteúdo e a linguagem de modo que não ferisse os preceitos da família piauiense. Isso significa que apresentava um conteúdo diversificado, como político, esportivo, humor, novelas, cultura, colunas sociais e até palavras cruzadas, mas atendendo aos interesses do seu público leitor, a família conservadora piauiense. Muito mais do que somente atender as necessidades do público, *O Estado* passou a vislumbrar a concorrência existente entre os jornais, buscando se modernizar e vender uma marca representada em seu *slogan*, angariando expandir o número de publicidade.



Figura 3: Capa do jornal *O Estado* do ano de 1980

Fonte: *O Estado*, Teresina, ano: XI, n. 2.270, 02 set. 1980, p. 01.

O jornal *O Estado*⁶ se apresentava em suas edições cores preta e branca. Apesar disso, a logomarca era o único ponto colorido do impresso, trazendo a cor azul como plano de fundo e a fonte na cor branca, como identidade da marca *O Estado*, porém com fotografias em preto e branco, tal como ocorria em *O Dia*.

Como forma de conquistar mais capital financeiro, a empresa *O Estado* também investiu na publicidade por meio de anúncios. Para Sant'Anna (2002), a publicidade traz

⁶ Após a morte de Helder Cavalcante, a família, que passava por dificuldades financeiras, negociou as empresas do Grupo *O Estado*: duas emissoras de rádio (Poty AM, 610kHz e a Poty FM, 94.1 kHz) e o jornal *O Estado*, com o empresário Paulo Guimarães, que fundou em 1ª de janeiro de 1995 o jornal *Meio Norte* e atualmente é proprietário do *Sistema de Comunicação Meio Norte*.

benefícios não apenas econômicos, mas reflete também em uma certa liberdade de imprensa, que é resultante na ação democrática.

[...] A liberdade de imprensa, por exemplo, é resultante da publicidade e da sua ação democrática. Sem a receita dos anúncios, nem os jornais, nem as rádios ou televisões poderiam informar e recrear os leitores e ouvintes, como o fazem. É a publicidade que garante ao público receber serviços por um valor várias vezes superior aos preços pagos. Ela é, também, importante fator como esteio do regime democrático. Suprima-se a publicidade e desaparecerá a liberdade de imprensa que conhecemos. E, sem ela, estará comprometido o regime democrático. É pela publicidade que subsistem os órgãos de divulgação dos mais variados matizes. É pela publicidade que subsistem os órgãos de divulgação dos mais variados matizes. Graças a ela, as opiniões mais diferentes são emitidas, permitindo o confronto que precede à seleção dos melhores. (SANT'ANNA, 2002, p. 76-77).

O jornal *O Estado*, por exemplo, veiculou anúncios publicitários similares as empresas que anunciaram nas páginas de *O Dia*, inclusive, divulgando as mesmas artes comerciais. Dentre as empresas estão: “Casas Pernambucanas” (nacional); “Leite Delta”; “Armazém Paraíba” (Figura 4); e da “Água Mineral York”.



Figura 4: Publicidade do Armazém Paraíba com referência à crise econômica da década de 1980

Fonte: O Estado. Teresina, ano XVI, ed. 3.032, 24-25 abr. 1983, p. 05.

Na figura 4 pode-se perceber que a loja “Armazém Paraíba” tem como referência em seu anúncio a crise econômica que o Brasil vivenciava na década de 1980. O anúncio trata da abertura da loja “Armazém Paraíba Tecidos e Confeccões” na Rua João Cabral, região central de Teresina, aproveitando, também, para fazer referência às crises enfrentadas pelo Brasil na década de 1980, dentre elas a política e econômica.

Além dos anúncios publicitários, *O Estado* preencheu suas páginas com assuntos além de política, valorizou os conteúdos esportivos e principalmente de entretenimento, mostrando ser um periódico eclético e informativo. Os dados encontrados neste jornal ajudam a visualizar o cenário social e cultural que surgiu a campanha Diretas Já, durante o regime civil-militar. Apesar de observar muitas expressões artísticas, na década de 1980, a censura ainda

era recorrente e impedia músicas, filmes e peças teatrais de chegarem até o público, até mesmo o jornalismo sofreu intervenções desse regime, tendo notícias censuradas ou informações com omissões.

1.3 Regulamentação da profissão jornalista em pleno regime civil-militar

O regime civil-militar, chamado também de ditadura militar, foi implantado no Brasil em 01 de abril de 1964 e teve fim em 15 de março de 1985, com a deposição do presidente da República João Goulart (1961-1964/PTB), o Jango, que após sofrer o golpe militar⁷ acabou pedindo asilo no Uruguai. Compreender o regime civil-militar e suas fases é importante por ajudar na visualização dos cenários políticos, sociais, culturais e econômicos que o Brasil vivenciava. Apesar de entender que o regime civil-militar não foi um sistema governamental linear, é possível afirmar que em todo o momento houve censuras e intervenções que ora intensificavam ora abrandavam, de acordo com as posturas que adotavam os presidentes. É o que aponta Paulo Neto (2014) ao explicar os modos de censura que o regime civil-militar fez uso.

A censura não foi inaugurada pelo golpe de abril – havia mecanismos censórios pelo menos desde o tempo do Estado Novo. Entre 1964 e 1968, ela foi utilizada intensa, mas intermitentemente; com a Lei de Segurança Nacional da ditadura e sob o AI-5, ela se tornou mais rigorosa e então sistemática, contando com a instauração (janeiro de 1970) da *censura prévia*, um expressivo indicador dos *anos de chumbo*. A censura operava em dois planos, obviamente interligados: a censura de espetáculos e diversões e a censura explicitamente política; a diferença entre os dois modos de operação era que o primeiro contava com um corpo técnico identificável [...] e deixava registros oficiais, enquanto a censura política era exercida por qualquer autoridade (policial ou militar), com os censores impondo suas ordens através de “bilhetinhos” (PAULO NETO, 2014, 109).

Para Paulo Neto (2014), é inegável que ao longo do período ditatorial houve censura, principalmente nos anos de chumbo. No entanto, o autor explica que a censura ganhou maior dimensão quando se destaca a censura econômica exercida pelos agentes do regime, pois esta

⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **Verbetes Golpe 1964**. Disponível em: <<http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964>>. Acesso: 14 abr. 2020.

é realizada por órgãos governamentais e agências de propaganda que negavam publicidade a veículos de imprensa. Além da própria autocensura dos proprietários dos meios de comunicação, que temiam perder as benesses de que desfrutavam.

Apesar da censura aos meios de comunicação, é importante destacar que foi ao longo do regime civil-militar que a função jornalista ganhou caráter profissional, com fundação de cursos, regulamentação da profissão e o fortalecimento de sindicatos, até porque foi nesse período que houve uma preocupação maior em controlar a imprensa, por meios de decretos e atos institucionais. Assim, na grande mídia, notícias que atingiam o governo ditatorial eram evitadas/proibidas e o papel de atacar coube a imprensa alternativa, que por ser autossuficiente tinha pouca durabilidade.

Barbosa (2010, p. 131) ressalta que no final do século XIX, os jornais impressos referendam a missão do jornalismo e o sacerdócio dos jornalistas, cuja tarefa principal é fiscalizar os poderes públicos, denunciar e instituir a voz aos fracos e oprimidos. Todavia, seguiam reféns das censuras e dos cortes publicitários, o que impediam os jornalistas de ousarem em suas narrativas. A autora ainda esclarece que além da censura imposta, é preciso considerar também que o jornalista, ao selecionar fatos, acaba relegando outros ao esquecimento, ao escolher a forma de sua narrativa e definir o lugar na página a ser ocupado no texto, ou seja, os jornalistas acabam dirigindo o olhar subjetivo para um determinado acontecimento.

Já no século XX, a imprensa entra num processo de modernização não apenas da estrutura, mas também dos métodos do jornalismo. Segundo Lima (2014) o processo de modernização na imprensa aconteceu devido o fortalecimento e profissionalização, principalmente, por conta: da organização das entidades de classe; da criação dos sindicatos dos jornalistas no país; e da fundação de cursos de bacharelado em jornalismo. Tudo isso contribuiu para que a profissão jornalista adquirisse um papel social com identidade própria, ou seja:

Paulatinamente, os sujeitos que escreviam para os jornais deixavam de ser vistos como diletantes e/ou colaboradores semiprofissionais e passavam a ser reconhecidos como profissionais do jornalismo, *status* que lhes garantia uma função, competência, saber e o direito (e limites) de produzir notícias e de agir como guardião responsável pela coletividade (LIMA, 2014, p. 114).

A exemplo do processo de modernização, na década de 1980, os jornais *O Dia* e *O Estado* adquiriram novos maquinários, melhoraram na qualidade da impressão e ampliaram os seus conteúdos com colunas. Ambos possuíam conteúdos com maior destaque para as editorias de política, polícia e esporte, geralmente, são temáticas voltadas aos públicos jovens e adultos. Como forma de ampliar o número de assinantes e leitores e, de certa forma, incentivar a leitura, os dois periódicos traziam em um pequeno box (quadro ou caixa) a seguinte frase: “Habitue seu filho a ler jornal”, como uma autopublicidade para manter um público leitor cada vez maior e fidedigno.

Em vista disso, vale destacar o índice de analfabetismo no Piauí que, segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico⁸ de 1980, na população de faixa etária entre 20 a 49 anos apresenta um percentual de 47,2% das pessoas eram analfabetas. Em números, do total de 683.899 mil pessoas entrevistadas pelo Instituto, 323.815 mil eram analfabetas, isto é, para o IBGE são pessoas que alegaram ter aprendido a ler e escrever, mas esqueceram; e ainda aquelas que alegaram saber apenas assinar o próprio nome. Estes dados são importantes para compreender o possível público leitor de jornais, uma vez que ser alfabetizado não era garantia de que fosse um consumidor do impresso.

Em relação à formação acadêmica dos jornalistas, a maioria dos profissionais da imprensa não possuíam diploma na área e eram graduados em outras formações acadêmicas. Por conta disso, os profissionais que atuavam nas redações, em todo o país, eram: escritores, advogados, médicos, historiadores, professores e outros. Era possível também destacar profissionais que não tinham formação acadêmica superior, mas que dominavam as práticas jornalísticas, desde a obtenção de fontes, a apuração de informações e a escrita ou narração do texto jornalístico.

A profissão jornalista teve seu pontapé inicial para ser regulamentada com a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI⁹), em 07 de abril de 1908, que tinha como principal objetivo assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais. Na década de 1930, o idealizador da ABI, Gustavo Lacerda, elaborou o primeiro projeto de estatuto da ABI. Já no

⁸INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Censo Demográfico: Dados Distritais Piauí.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd_1980_v1_t3_n6_pi.pdf>. Acesso: 29 abr. 2019.

⁹ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA - ABI. **História.** Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/>>. Acesso: 13 abr. 2020.

Piauí, segundo Said (2001), a Associação Piauiense de Imprensa (API) foi fundada em 31 de janeiro de 1934.

Romancini e Lago (2007, p. 121) destacam que diante do crescimento do mercado das comunicações e do aumento no número de profissionais, houve a necessidade de criar uma instituição no Brasil que oferecesse o curso de Jornalismo e a instituição pioneira foi a Universidade Federal do Distrito Federal, no ano de 1935. Em seguida, em 1947, a segunda instituição a implantar o curso de Jornalismo foi a Escola de Jornalismo Cásper Líbero; e em 1948, a Universidade do Brasil, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Além do processo de profissionalização acadêmica, surgiu a necessidade do fortalecimento do jornalismo como categoria. Segundo os estudos da pesquisadora Assunção (2017), a classe burguesa passou a se organizar através de órgãos da sociedade civil e da sociedade política, tendo como objetivo dominar as instâncias de decisão no interior do Estado para construir a hegemonia para seus projetos.

As estratégias vão desde o monopólio de agências do Estado restrito, até a organização nos espaços da sociedade civil, como sindicatos, ONGs, fundações, etc., fortalecendo seus laços e suas propostas de reforma. Estas são elaboradas e aparecem para a sociedade como do interesse de todos, como se fossem consensuais (ASSUNÇÃO, 2017, p. 29).

Para representar a categoria dos jornalistas que atuavam no país, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj¹⁰) foi criada em 20 de setembro de 1946, com a proposta de garantir adoção de regras que organizassem a profissão e lutar por melhores condições de vida e trabalho para os jornalistas. Além da preocupação com a liberdade de comunicação, o acesso à informação e com a democracia. Em vista da profissionalização, a Fenaj decidiu elaborar no ano de 1949 o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹¹. Em 1986, esse código precisou ser revisado por servir de base para atuação dos jornalistas no período de redemocratização brasileira. Dentre suas revisões, o documento propõe regras de conduta profissional que devem ser respeitadas pelos profissionais e empresas e postas em prática diante da sociedade

¹⁰ FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS - FENAJ. **A federação:** A FENAJ na luta pela liberdade e pela ética no jornalismo. FENAJ. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/fenaj/a-federacao/>>. Acesso: 12 abr. 2020.

¹¹ FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS- FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros.** Disponível em <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

em geral, das fontes e até mesmo dos demais colegas de ofício. O capítulo I do Código de Ética dos Jornalistas destaca o *direito à informação*, que não poderá ser negado ao profissional, principalmente, quando o assunto é de interesse público.

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas; II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público; III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão; IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, deve ser considerada uma obrigação social; V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (CÓDIGO de ética dos jornalistas brasileiros, 2007, p. 1).

Regida por um código de ética e exercendo as funções que lhes cabem, que são: investigar, apurar, entrevistar, selecionar fontes, escolher o foco e redigir a notícia, os jornalistas adquiriram, ao longo de suas atividades, um papel social que é de informar e mediar os fatos.

Na década de 1950, a carreira de jornalista começou a conquistar caráter profissional com a criação de entidades de classes e de cursos superiores no país, que passaram a representar a categoria. Segundo Pinheiro Filho (2017, p. 281), em 15 de outubro de 1959, a API tornou-se o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí, por meio da Carta Sindical (Figura 5) recebida pelo fundador e primeiro presidente da instituição, José Araújo Mesquita, conhecido como Mesquitinha:

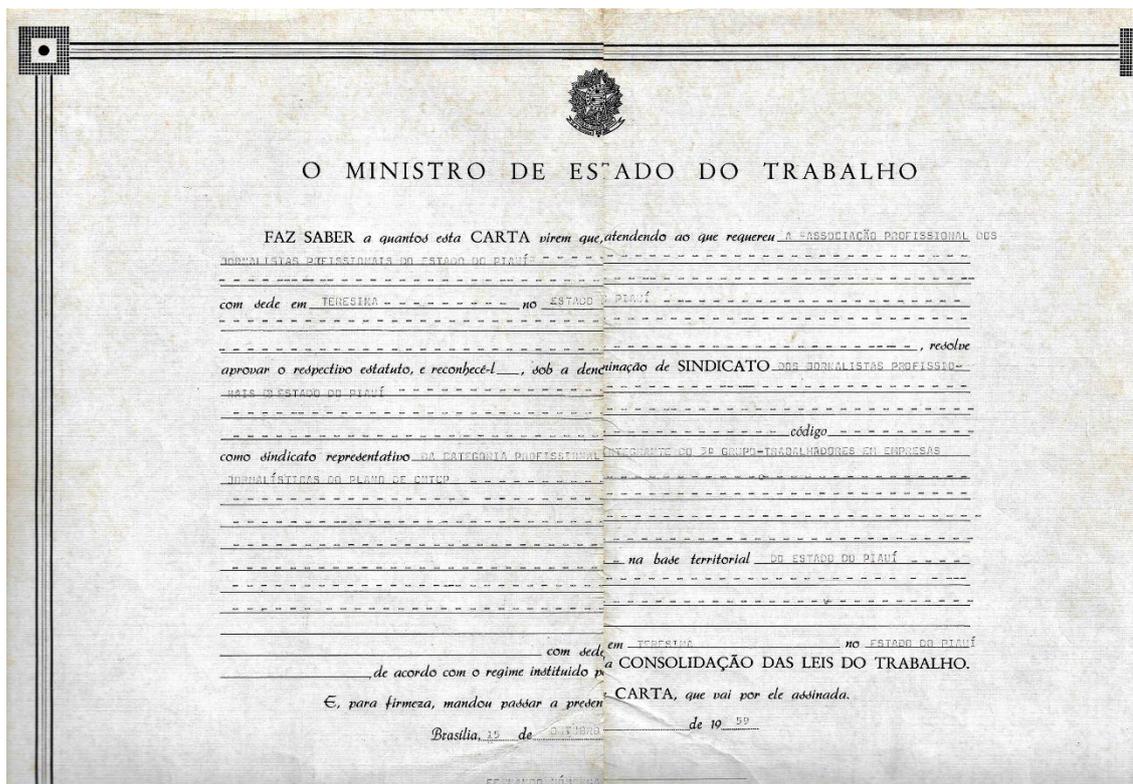


Figura 5: Carta Sindical do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí outorgada em 15 de outubro de 1959
 Fonte: Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, localizado na sede na Rua Desembargador Freitas, n. 1542, Centro, Teresina (PI).

A criação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí reforçou o debate sobre a formação profissional, que vinha ocorrendo desde a fundação da API. De acordo com Lima (2014), antes mesmo da implantação do primeiro curso de jornalismo no Piauí, o jornalista Arimatéa Tito Filho publicou no jornal *Folha da Manhã*, no dia 25 de outubro de 1962, a existência do Curso Intensivo de Jornalismo, promovido pela União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), com o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí.

[...] a ideia de promover o curso de jornalismo em Teresina partiu do estudante Jesualdo Cavalcanti Barros, à época, presidente da União Piauiense dos Estudantes Secundaristas, com o objetivo de orientar de forma mais segura os que já trabalhavam ou pretendiam trabalhar na imprensa. Poderiam frequentar esse curso de jornalismo estudantes secundaristas de qualquer estabelecimento de ensino de Teresina e, no final do curso, receberiam um diploma ou certificado de frequência. O Curso Intensivo de Jornalismo foi acertado entre o presidente do órgão estudantil UPES e o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Piauí, o jornalista José de Araújo Mesquita, para ter seu início em janeiro de 1962, com duração de sessenta ou

noventa dias. A organização do programa do Curso Intensivo de Jornalismo ficou sob a responsabilidade dos jornalistas A. Tito Filho e José Lopes dos Santos (LIMA, 2014, p. 124-125).

O processo de transição e de modernização pelo qual passavam as redações jornalísticas acarretaram no desenvolvimento de novas habilidades e competências por parte dos profissionais, que já atuavam na imprensa e para aqueles que pretendiam adentrar no mercado de trabalho. Por isso, a necessidade de promover cursos intensivos de jornalismo e seguir com a discussão de implantar na universidade o curso de bacharelado em Jornalismo.

Durante o regime civil-militar, os presidentes ditatoriais passaram a assinar alguns decretos na tentativa de interferir nos veículos de comunicação e em quaisquer manifestações contrárias aos seus ideais. Dentre eles a Lei da Imprensa¹², de nº 5.250 de 09 de fevereiro de 1967, assinada pelo então presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967/ARENA). A Lei da Imprensa buscou regular a liberdade de manifestar o pensamento e a prática de informar. Com ela, a Justiça podia apreender materiais de comunicação que afetassem o Governo Federal. O capítulo III, que trata dos “abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação”, a Lei de Imprensa instituía que quem divulgasse, por meio de algum veículo de comunicação, notícias que eles considerassem falsas, tendenciosas ou com fatos deturpados, poderia ser preso de três meses a cinco anos, o que causaram alertas às redações jornalísticas.

Art. 15. Publicar ou divulgar: a) segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do País, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando segredo de confidência ou reserva; b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que exista, igualmente, norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva. Pena: De 1 (um) a 4 (quatro) anos de detenção. Art. 16. Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem: I - perturbação da ordem pública ou alarma social; II - desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica; III - prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município; IV - sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro. Pena: De 1 (um) a 6 (seis) meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou transmissão incriminada, e multa de 5 (cinco)

¹² BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**: regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Lei da Imprensa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm>. Acesso: 06 fev. 2019.

a 10 (dez) salários-mínimos da região. Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposo: Pena: Detenção, de 1 (um) a (três) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região (BRASIL, 1967).

Para Moreira (2007), foi com a promulgação do Ato Institucional nº 5¹³, no dia 13 de dezembro de 1968, que o regime civil-militar no Brasil passou a censurar a imprensa de forma mais incisiva, oscilando entre práticas de vigilância, controle e punição. A autora põe em evidência que foi neste período que os governos militares buscaram disfarçar da sociedade as práticas de intervenções e repressões, principalmente, por questão de permanência no poder:

Dada a gravidade dos atos cometidos e outras razões ideológicas, não era intenção do Regime deixar-se ver, quer dizer, permitir que o povo relacionasse o governo à violência, à censura, à repressão. Então, ele agia de forma a omitir, silenciar ou transferir suas práticas abusivas de poder, buscando impor um único sentido, o seu sentido, atos pelos quais podemos considerá-lo como predominantemente autoritário. Mas entre a função primeira de produção e divulgação da informação e a de construir um imaginário social, pode-se dizer que a censura, na sua extensa rede de intenções, buscou reger o funcionamento do discurso, que ordena, entre outros, posições ideológicas a serem ou não ocupadas pelos sujeitos nos discursos dos jornais. [...] (MOREIRA, 2007, p.321).

O regime civil-militar pretendia que a imprensa desse o devido apoio na produção e divulgação de informações e na construção de imaginário social. Moreira (2007) explica que com a censura, na sua extensa rede de intenções, os governos ditatoriais buscaram reger o funcionamento do discurso, que ordena, entre outros, posições ideológicas a serem ou não ocupadas pelos sujeitos nos discursos dos jornais.

No final da década de 1960, com às mobilizações da Fenaj que tinha no comando o jornalista Lucídio Castelo Branco, a profissão jornalista passou a ser devidamente regulamentada no Brasil, por meio da Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Este foi aprovado e assinado pela chamada “Junta Governativa Provisória” ou “Segunda Junta Militar”, que assumiu o comando do país após o presidente marechal Artur da Costa e Silva (1967-

¹³ BRASIL. **Ato institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968:** são mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso em: 15 mar. 2019.

1969/ARENA) ter sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC), o que culminou em seu falecimento no dia 17 de dezembro de 1969.

Castelo Branco (2002) conta que o fim do impasse para a regulamentação da profissão ocorreu durante a realização do Encontro Nacional de Jornalistas, que foi realizado no ano de 1969, em Teresina (PI). Nesse momento, o então governador do Piauí, Helvídio Nunes (1969-1974/ARENA), decidiu se reunir no Palácio de Karnak, sede do governo estadual, com o presidente da Fenaj, Lucídio Castelo Branco, e com o Ministro do Trabalho, Cel. Jarbas Passarinho.

A oportunidade para discutir o assunto tinha sido concedida e eu então lhe apresentei uma cópia do projeto, pedindo ao Ministro que apontasse ali com o que mais o Governo não concordava, além do salário profissional. Passarinho apontou mais uns três ou quatro dispositivos com os quais não concordava. Nada de grande importância. Entendi então que aquela era a hora para negociar, pois o importante realmente era a aprovação de uma lei que reconhecesse a existência legal da nossa profissão. Questões outras, como o salário profissional, poderiam ficar para outra etapa da luta da nossa classe. Assim raciocinando, disse ao ministro Passarinho que aceitava as restrições apontadas. Concordearíamos com a retirada dos dispositivos que ele apontava naquele momento, desde que assumisse conosco o compromisso de fazer a maioria parlamentar governista aceitar o restante do projeto, aprovando-o na Câmara dos Deputados com maior brevidade possível. E o Ministro, depois de dizer que considerava justa nossa reivindicação, em torno da regulamentação da nossa profissão, se comprometeu ali, na presença do governador do Piauí, que iria fazer tudo que estivesse ao seu alcance pela aprovação do projeto, inclusive no Senado. Saí daquele encontro satisfeito e acreditando na palavra do Ministro, que me parecera um homem de bem (BRANCO, 2002, p. 90).

Para a surpresa do Ministro Jarbas Passarinho e do presidente da Fenaj, e de Lucídio Castelo Branco, o presidente Costa e Silva adoeceu e foi afastado do governo pelas Forças Armadas, que decretaram o impedimento e a substituição do presidente pela Segunda Junta Militar, integrada pelo General Odílio Denys, Brigadeiro Grum Moss, e pelo Almirante Sílvio Heck. Assim, a “Segunda Junta Militar” aprovou o Decreto-Lei nº 972, regulamentando a profissão jornalista em plena vigência do Ato Institucional nº 5.

Até o final da década de 1960, não havia a exigência do diploma de formação em Jornalismo aos profissionais que atuavam nas redações. Somente no ano de 1970, segundo Romancini e Lago (2007, p. 121), que o diploma passou a ser exigido para o exercício da

profissão. Os profissionais que já trabalhavam na imprensa, puderam obter o registro sem ter o diploma do ensino superior no curso de bacharelado em Jornalismo.

Pinheiro Filho (2017, p. 265) explica que, com a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, nos Estados onde não tinham a oferta do curso em nível superior era permitido a livre ocupação da atividade. O autor destaca que no Piauí, o primeiro curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo só foi implantado na década de 1980, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Campus em Teresina. Foi “autorizado pelo Ato da Reitoria nº 935, de 16 de novembro de 1983, assinado pelo então Reitor João Ribeiro de Oliveira e Souza” (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 266). No entanto, somente em 1984 que aconteceu o vestibular para a seleção da primeira turma do curso de jornalismo e no ano de 1988, houve a formação destes estudantes.

Além do curso de jornalismo na UFPI, Pinheiro Filho (2017) cita os demais cursos que foram implantados no Piauí: em 2001, foi criado o segundo curso de jornalismo na Faculdade Santo Agostinho; e em 2002, dois cursos de jornalismo com habilitações em jornalismo e marketing¹⁴ foram criados na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), sendo implantados nos *Campi*: “Torquato Neto” em Teresina; e no “Professor Barros Araújo” em Picos.

A obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissional estabelecida foi conquistada em 1969 e deixou de valer em 17 de junho de 2009. Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a questão sob a alegação de que aquele requisito cerceava o direito à informação e à liberdade de expressão. Conforme divulgado pelo *Portal Uol*¹⁵, do total de 11 votos: 08 (oito) votos foram contrários a obrigatoriedade do diploma de jornalismo e apenas 01 (um) foi voto favorável. Dos ministros que votaram contra estão: o relator Gilmar Mendes; Carmem Lúcia; Ricardo Lewandowski; Eros Grau; Carlos Ayres Britto; Cezar Peluso; Ellen Gracie; e Celso de Mello. Apenas o ministro Marco Aurélio votou favorável. Já os ministros Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Menezes Direito não estavam presentes na sessão.

¹⁴ Os cursos de comunicação social com habilitações em jornalismo e marketing na UESPI sofreram alterações. Uma delas foi que a habilitação em marketing foi substituída por relações públicas. Outra alteração aconteceu em 2016, quando os cursos de comunicação social tiveram de manter apenas a habilitação em jornalismo, extinguindo assim, a habilitação em relações públicas.

¹⁵ STF decide que diploma de jornalismo não é obrigatório para o exercício da profissão. Portal Uol. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/17/ult5772u4370.jhtm>>. Acesso: 07 jun. 2019.

1.4 Campanha Diretas Já e a imprensa fiscalizada e censurada

Na década de 1980, mesmo com a suspensão do AI-5, a imprensa brasileira seguia censurada e controlada pelo regime civil-militar, alguns meios de comunicação apoiando o sistema governamental e outros refutando, dependendo da linha editorial da empresa. Tal cenário não causa estranhamento nos dias atuais, já que jornalistas ainda são submetidos a divulgar informações que, muitas vezes, refletem os interesses de poucos, isto é, das autoridades que contribuem para a manutenção financeira das empresas em que trabalham e também dos próprios donos, que tendem a direcionar ou instigar a opinião do público seguindo as suas necessidades.

Com a campanha Diretas Já (1983-1994), os veículos de comunicação tiveram cautela ao divulgar suas informações iniciais, até porque o futuro dessa campanha era algo visto como incerto. De acordo com Bertonecelo (2007), a luta pelas Diretas foi iniciada em torno de dois âmbitos: o partidário, com as ações de setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT); e societário, com as mobilizações de alguns grupos sociais que vinham se tornando mais autônomos frente ao controle estatal, ou seja, em 1983, a campanha ainda não tinha forças suficiente para ter ampla visibilidade na imprensa.

As tentativas de deflagrar uma ampla campanha por eleições diretas ao longo de 1983 não foram totalmente bem-sucedidas, devido principalmente às divisões no principal partido de oposição e a pouca articulação entre os grupos sociais e políticos. A rigor, o início da Campanha se deu apenas em 1984, pois somente com a mobilização dos principais governadores de oposição e com a participação mais ativa da sociedade, a luta por eleições diretas ganhou abrangência nacional e amplo apoio sociopolítico, adquirindo mais claramente as características de um movimento social (BERTONCELO, 2007, p. 117).

Bertonecelo (2007, p. 122) ressaltou que a imprensa deu o devido respaldo à campanha Diretas Já somente em 1984, quando esta se consolida e ganha as ruas das principais capitais e o engajamento de partidos políticos e institucionais do país. O autor destacou o papel relevante que teve a imprensa com as oposições partidárias na produção e difusão desses discursos que foram construindo um sentido às mobilizações pelas Diretas Já.

O anseio dos partidos políticos por eleições diretas para presidente da República foi fortalecido com a proposta de abertura política iniciada pelo presidente general Ernesto Geisel (1974-1979/ARENA), tendo continuidade com o presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS), mas, principalmente, com a realização efetiva das eleições diretas para governadores estaduais em 1982, pois promoveu conquistas de cargos políticos aos partidos que estavam em ascensão, como o PMDB e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambas legendas juntas conseguiram eleger 10 governadores no país, embora, o Partido Democrático Social (PDS) tenha obtido vitória nos demais Estados, totalizando 12 unidades federativas.

Matos (2008, p. 54-55) acredita que foram a campanha Diretas Já e as eleições indiretas para presidente da República, ocorridas em 1985, que contribuíram para colocar um final definitivo ao regime civil-militar. A pesquisadora destaca que a campanha Diretas Já ganhou peso após a sociedade civil ter se organizado e se unido, o que fez com que os partidos políticos deixassem de lado as diferenças político-ideológicas.

No entanto, as Diretas resultaram de disputadas firmadas anteriormente. Segundo a autora, dentre os acontecimentos que culminaram na realização da campanha Diretas Já foram: o movimento da anistia de 1979, que fez o presidente Figueiredo assinar uma lei autorizando a volta de ativistas políticos exilados para o Brasil; e também o crescimento da influência política do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que passou a ser nomeado de PMDB, que desde 1972, havia declarado a intenção de lutar pela liberdade de prisioneiros políticos, o estabelecimento de uma Constituição e o retorno à democracia civil.

O movimento das eleições diretas também ganhou força em meio às divisões que estavam sendo criadas no corpo das elites do país em relação à continuidade do regime militar. De um lado estavam políticos representantes das tradicionais oligarquias autoritárias, uma elite militar e empresários conservadores; e do outro, uma geração mais jovem e mais progressista composta por políticos, empresários, sindicalistas e estudantes, bem como uma classe média desapontada com o milagre econômico militar. Esses grupos começaram a prever o colapso do regime militar, e logo iniciaram as articulações para acelerar a volta da democracia (MATOS, 2008, p. 55).

A campanha Diretas Já teve como uma das propostas formar uma plataforma suprapartidária com capacidade de favorecer um retorno à democracia política representativa e promover ainda maiores mudanças sociais, políticas e econômicas. E foi o que de fato

aconteceu com a campanha por meio das mobilizações que ganharam adesão popular e massiva e só depois disto, a visibilidade da imprensa. Além de ter posto no palanque os partidos políticos de oposição, sindicatos, associações, instituições e uma parte da sociedade civil que abraçou a causa.

É importante destacar que a grande imprensa estava ao lado do regime civil-militar, sobretudo, em razão do repasse de verbas e da própria manutenção da empresa jornalística. O meio de comunicação que não seguia as orientações e/ou desafiava as normas do governo ditatorial corria riscos de ser perseguido e de ter a redação fechada. Mesmo com a proposta de abertura política na década de 1980, a imprensa seguia temerosa com a possibilidade de sofrer algum tipo de punição ou perseguição, em qualquer tentativa de escrever e publicar informações que atingisse, diretamente, o regime civil-militar.

Marcondes Filho (2009, p. 42) afirma que a grande imprensa colaborou com os militares no Brasil e aponta que os jornais impressos *O Estado de S. Paulo*, ligado às oligarquias paulistas; o *Jornal do Brasil*, a *Tribuna da Imprensa*, e a *Folha de S. Paulo*, todos se juntaram na campanha contra o presidente João Goulart (1961-1964/PDT), Jango, acelerando a sua deposição ao cargo de presidente. Para o autor, quem manteve posição contrária às orientações do regime civil-militar foi “estraçalhado”, como aconteceu com os jornais *Última Hora* e o *Correio da Manhã*.

Em vista da censura aos meios de comunicação, a grande imprensa não podia divulgar as ações antidemocráticas realizadas pelos militares. Marcondes Filho (2009, p. 43-44) garante que a produção jornalística considerada de qualidade migrou após o AI-5 para as publicações em tabloides. Para o pesquisador, essa migração foi das produções jornalísticas e não de seus profissionais, já que estes não podiam publicar nada além de matérias não comprometedoras, o que o autor chama de “matérias jornalisticamente insossas”. Por esse motivo, os jornalistas repassavam suas matérias com teor crítico à imprensa nanica, que buscava manter este único espaço de liberdade na mídia.

Nos primeiros anos, os militares e agentes repressivos concentraram-se nas amplas difusões feitas em massa, na grande imprensa, no rádio e na TV, deixando de lado publicações menores, onde sobreviva o espírito da denúncia e da insubordinação ao *status quo*. Progressivamente, o regime foi amadurecendo e buscando calar todos os demais espaços onde se manifestavam algum respiro democrático para silenciar as vozes ainda persistentes. Isso levou a que jornalistas, artistas e intelectuais começassem a inventar formas ambíguas, subentendidas, metafóricas de atacar o regime,

que tinha morosidade e dificuldade em entender estas mensagens cifradas que, contudo, eram imediatamente apreendidas e decodificadas pela população politicamente mais participante. Trata-se, portanto, de um jogo, de uma estratégia de inteligência, onde estes atores, militarmente dominados conseguiram, de forma ágil e esperta, furar bloqueios da censura, que nitidamente mostrava ser incapaz de operar com níveis linguísticos que transcendiam o trivial (o lógico, o imediato, o ostensivo). Na música popular, este jogo foi particularmente vivenciado com canções de Chico Buarque, Gilberto Gil, Milton Nascimento e a interpretação de Elis Regina. A grande imprensa era obrigada a se calar sobre fatos que incomodavam o governo, a se calar inclusive sobre a existência da própria censura nas redações, impedida, portanto, de exercer a “metacomunicação”, quer dizer na sua situação era de um alucinante *double bind*. [...] Grandes jornais reagiram ora publicando receitas de bolo, ora versos de Camões, ora calhaus com logotipo da casa; em outros casos nada comentavam, como ocorreu com a *Folha de S. Paulo*. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 44).

Apesar de a grande imprensa ter apoiado o regime civil-militar, a história da imprensa aponta que, com a ascensão da campanha Diretas Já, os veículos de comunicação passaram, aos poucos, a dar espaço de visibilidade as matérias que informavam sobre as mobilizações, especialmente, as que ocorreram em 1984. Desta forma, passaram a assumir um novo posicionamento, tornando-se defensores da democracia, discurso este fortalecido devido ao descontentamento da sociedade em relação à crise econômica e política que o país enfrentava e com os protestos que pediam o fim do regime civil-militar.

As discussões sobre o fim do regime civil-militar podem ser compreendidas por meio dos estudos de Wood (2003). A pesquisadora utiliza o conceito de democracia no sentido socialista radical, do “governo do povo”, que acaba trazendo os ideais de Karl Marx, o que é incompatível ao sistema capitalista, já que este além de representar o governo de classe pelo capital, tende a limitar o poder do povo, compreendido com o seu mais rigoroso sentido.

Wood (2003) esclarece que a democracia tem grandes relações com as questões sociais e políticas, mas também econômicas. Para autora, no modo de produção capitalista, o Estado com suas instituições políticas, jurídicas e sociais é capaz de aplicar os instrumentos de coerção e violência, de maneira formal e preponderante, tendo como objetivo evitar os conflitos sociais.

Esses instrumentos de coerção podem ou não, desde o início, ser projetados como meios para que um segmento da população possa oprimir e explorar os demais. Em qualquer dos dois casos, o Estado exige o cumprimento de certas funções sociais comuns que outras instituições menos abrangentes –

lares, clãs, famílias, grupos etc. – não tem condições de executar. Sendo ou não verdade que o objetivo essencial do Estado seja manter a exploração, o seu cumprimento das funções sociais implica uma divisão social do trabalho e a apropriação por alguns grupos sociais de excedentes produzidos por outros (WOOD, 2003, p. 37).

O Estado mantém a ordem e a garantia da acumulação de capital com o intuito de atender as necessidades do sistema capitalista e, sempre que preciso for, se utiliza do aparato repressivo. Wood (2003, p. 28) reforça que por meio do sistema repressivo, no caso o penal, e das estratégias de poder e dominação, o Estado acaba exercendo o controle e promovendo a manutenção das desigualdades nas classes mais vulneráveis da sociedade.

Tais reflexões ajudam a entender as posturas que os jornais impressos tiveram que assumir ao sofrer censura e qualquer tipo de repressão. Vale destacar que o êxito de um periódico é manter uma venda estável, tendo como apoio as verbas publicitárias, inclusive, do governo. No entanto, para que as relações de poder ocorram é necessário que seus conteúdos satisfaçam e atendam às necessidades dos grupos dominantes. Esta situação se assemelha ao que ocorreu durante o regime civil-militar, com as censuras e controle aos veículos de comunicação, em troca de investimentos e permitindo o funcionamento sem intervenções mais severas.

A *Rede Globo*¹⁶ foi uma das empresas de comunicação no Brasil que apoiou o regime civil-militar na década de 1980. Duas notícias podem ser assinaladas sobre a posição da emissora frente aos acontecimentos políticos daquele período. A primeira delas ocorreu durante a votação para governador do Rio de Janeiro, por meio de eleições diretas em 1982. Romancini e Lago (2007, p. 157-158) contam que a Rede Globo divulgou resultados parciais, apontando o piauiense Moreira Franco (PDS) na frente de Leonel Brizola (PDT), sendo que este venceu as eleições com um total de 34,7% dos votos, o que representa 1.709.264.

Já a segunda notícia trata-se da transmissão do aniversário de 430 anos de São Paulo pela “Jornal Nacional¹⁷” da *TV Rede Globo*, no dia 25 de janeiro de 1984, na qual destacou os protestos pelas eleições diretas na cidade, dentre eles, um comício realizado na Praça da Sé em São Paulo. O âncora do “Jornal Nacional”, Marcos Hummel, realizou a chamada da matéria da seguinte forma: “Um dia de festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430

¹⁶A Rede Globo obteve o domínio do canal 4 do Rio de Janeiro e começou a funcionar no dia 26 de abril de 1965, tendo como fundador o jornalista e empresário Roberto Pisani Marinho.

¹⁷JN 1984 São Paulo 430 anos DIRETAS JÁ. **YOUTUBE**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3syHGJOXG4>>. Acesso: 01 maio 2019, 20.792 visualizações.

anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé”, ou seja, a produção discursiva do jornal fez com que as imagens dos protestos pelas eleições diretas fossem entendidas como parte das festas de aniversário da cidade realizadas na capital paulista. No entanto, após a chamada do âncora, a matéria produzida pelo repórter Ernesto Paglia foi além do aniversário de São Paulo. O repórter citou os protestos e o comício pelas eleições diretas, o que demonstra que a omissão diante das manifestações não aconteceu dentro da matéria, mas sim na bancada do apresentador.

Ernesto Paglia iniciou a matéria falando sobre o aniversário de 430 anos da cidade de São Paulo e também citou o aniversário de 30 anos da Catedral da Sé, tendo como fonte o Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Na mesma matéria, o repórter mostra ainda o aniversário de 50 anos da Universidade de São Paulo (USP), que contou com a presença da Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, recebida com protestos pelos alunos que reclamavam do corte de verbas na educação e exigiam eleições diretas. Encerrando a matéria, de aproximadamente dois minutos, o jornalista ressalta o comício realizado na Praça da Sé, ocorrido no final da tarde do mesmo dia sob muita chuva, em que pediam as eleições diretas para presidente com show cultural, com a presença de grandes nomes da música brasileira, atores e políticos, dentre eles: Moraes Moreira, Alceu Valença, Gilberto Gil, Chico Buarque, Christiane Torloni, Fernanda Montenegro, Regina Duarte, Irene Ravache, Bruna Lombardi, Luiz Inácio Lula da Silva e o então governador de São Paulo, André Franco Montoro (1983-1987/PMDB), que fez o discurso de encerramento do comício.

Em 1981, o Governo Federal distribuiu concessões de TV a dois empresários que fundaram suas respectivas emissoras e marcaram na história da imprensa no Brasil, no caso: a *Manchete*, que foi destinada a Adolpho Bloch; e o *Sistema Brasileiro de Televisão* (SBT), tendo como proprietário Sílvio Santos. Neste contexto, Romancini e Lago (2007, p. 151) afirmam que Sílvio Santos demorou a investir no jornalismo do SBT, implantando o departamento responsável apenas sete anos depois de sua fundação. Desta forma, o primeiro telejornalismo da emissora foi intitulado “TJ Brasil”, tendo como âncora Boris Casoy. Nos primeiros anos do SBT, o empresário Sílvio Santos investiu mais em programas popularescos, como o “Povo na TV” e ainda, aos domingos, havia “A Semana do Presidente”, que apresentava as ações da semana do presidente João Figueiredo, repassando ao telespectador à ideia de amor à pátria e de um presidente ativo em sua gestão.

Ao contrário da *Rede Globo* e do *SBT*, na década de 1980, a *Folha de S. Paulo*¹⁸, que tinha como proprietários os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho e como editor-chefe o jornalista Boris Casoy, foi uma das empresas de comunicação no país que combatia o governo militar e apoiou a ideia da redemocratização do país, o movimento pelas eleições diretas e divulgou a Campanha Diretas Já.

A *Folha de S. Paulo*, em comparação à *Rede Globo* e ao *SBT*, não se omitiu quanto aos protestos a favor das eleições diretas e inclusive estampou na capa com manchete e foto o protesto realizado no dia 25 de janeiro de 1984, no aniversário de 430 anos de São Paulo. A matéria tinha o seguinte título: “300 mil nas ruas pelas diretas”¹⁹. Além do comício em São Paulo, também ganhou destaque de capa a campanha Diretas Já realizada no Rio de Janeiro, com matéria de seguinte título: “No Rio, mais de 1 milhão pelas diretas”²⁰.

Apesar de a *Folha de S. Paulo* ter se apresentado, neste período, como empresa independente dos recursos financeiros do regime civil-militar e ter conseguido se manter, mesmo contrariando os ideais do presidente, vale destacar que por trás de seus posicionamentos também havia outros interesses e patrocinadores, em meio ao processo de abertura política e o enfraquecimento do regime civil-militar.

Qualquer ato de expressão política era visado pelos governos ditatoriais e a atividade jornalística sofria com as intervenções e fiscalização dos censores e da polícia. No Piauí, também se presenciou situações de censura nas práticas jornalísticas. Uma situação emblemática aconteceu durante a visita do Papa João Paulo II ao Estado do Piauí, em 08 de julho de 1980, visita esta que se restringiu apenas a pista de pouso do Aeroporto de Teresina²¹. Às 10h10min, o Papa João Paulo II subiu a um palanque montado no aeroporto exclusivamente para que ele interagisse com o público, sendo recebido pelo governador

¹⁸ *Folha de S. Paulo* foi adquirida no dia 13 de agosto de 1962, pelos empresários: Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. No ano de 1964, o impresso apoiou a derrubada do presidente João Goulart (1961-1964) e o estabelecimento do Regime Militar, diferente do que ocorreu na década de 1980, quando se posicionou contra o sistema militar e favorável a eleição direta para presidente da república.

¹⁹ *Folha de S. Paulo*. **300 mil nas ruas pelas diretas**. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/22318-acervo-da-campanha-das-diretas#foto-356506>>. Acesso: 01 maio 2019.

²⁰ _____. **No Rio, mais de 1 milhão pelas diretas**. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/22318-acervo-da-campanha-das-diretas#foto-356508>>. Acesso: 01 maio 2019.

²¹ O Aeroporto de Teresina era popularmente conhecido como Aeroporto Santos Dumont, no entanto, este nome foi alterado no ano de 2000 para Aeroporto de Teresina: Senador Petrônio Portela. A mudança teve como base a Lei nº 9.42, de 22 de dezembro de 1999, passando a homenagear o piauiense Petrônio Portella Nunes.

Lucídio Portella (1979-1983/PDS), pela primeira dama Mirim Portela e pelo arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão.

As informações da visita do Papa João Paulo II ganharam as páginas dos jornais *O Dia* e *O Estado*. No entanto, o que chamou a atenção nas edições publicadas no dia 09 de julho de 1980 dos dois jornais foi a divulgação de que repórteres e fotógrafos sofreram perseguições por policiais que faziam parte da comissão de segurança do Papa João Paulo II. Dois deles chegaram a ser detidos: a repórter Maria Rosa Costa, da empresa *Brasileira de Notícias* e o repórter-fotográfico, Antônio Francisco Costa²², conhecido como “Costinha” do *Jornal da Manhã*, do Piauí, ambos devidamente credenciados para cobrir o evento.

De acordo com a matéria “Fotógrafo é detido e agentes apreendem sua máquina e filmes”, publicada pelo jornal *O Estado* na edição do dia 09 de julho de 1980, a detenção do repórter-fotográfico Antônio Francisco Costa aconteceu após ele ter registrado o momento em que agentes da polícia, de maneira grosseira, retiravam cerca de 300 crianças da pista de pouso do aeroporto.

[...] Fazendo o seu trabalho - como todos os profissionais - Antônio Costa foi surpreendido por quatro agentes que arrebataram a máquina, levaram-no junto e só após 20 minutos o liberaram, sem contudo, devolver o filme. Pedindo explicações pelo ato, Costa recebeu a informação de um agente, segundo o qual, era proibido tirar fotos do pessoal da segurança. O fotógrafo fazia exatamente o contrário, preferindo, segundo disse, focalizar as crianças que não saudaram o Papa no seu desembarque (FOTÓGRAFO é detido e agentes apreendem sua máquina e filmes, 1980, p. 11).

O Estado deu visibilidade a violência sofrida pelo repórter-fotográfico Antônio Francisco Costa tanto na matéria “Fotógrafo é detido e agentes apreendem sua máquina e filmes” quanto dedicou a maior parte das matérias da página 11 para tratar da ação da polícia durante da visita do Papa João Paulo II (ver Figura 6). O jornal mostrou que os policiais agiram de forma violenta, grosseira e ainda impediram o trabalho de muitos profissionais da imprensa que cobriram o evento, até mesmo de jornalistas que vieram de outros Estados, como foi o caso da repórter Maria Rosa Costa, da empresa *Brasileira de Notícias*.

²²Antônio Francisco Costa, conhecido como o “Costinha” foi repórter-fotográfico do *Jornal da Manhã e no O Estado*. O Costinha faleceu aos 89 anos de idade, no dia 09 de julho de 2019, vítima de complicações cardíacas.

ESTADO Teresina, quarta-feira, 9 de julho de 1980 Página 11

Jornalistas detidos na visita do Papa

Dois jornalistas são detidos e o resto dos profissionais sofre pressão para deixar a cobertura da visita do papa João Paulo II em Teresina. Agente de forma masculina e outra grossa, os dois chegavam sobre a predefinição. Trabalho dos agentes, notadamente, fotografar, mas estando estes detidos a uma altura múltipla de cinco metros.

A jornalista Maria Rosa Costa, da imprensa brasileira, foi detida e credenciada para a visita do papa João Paulo II ao Piauí. Ela estava no momento da chegada do papa em Teresina, quando foi detida e presa em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros. Ela foi detida durante a chegada do papa em Teresina, quando foi detida e presa em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros.

Fotógrafo é detido e agentes apreendem sua máquina e filmes

Vítima da ação dos agentes da segurança do papa João Paulo II, o fotógrafo Antônio Francisco Costa, do "Estado", teve sua máquina apreendida e foi detido durante 20 minutos pela autoridade do aeroporto, segundo ele registrou em um momento em que, de maneira grosseira, os agentes policiais retiraram as 300 crianças da pista de pouso do aeroporto.

Fazendo o seu trabalho — como todos os profissionais — Antônio Costa foi surpreendido por quatro agentes que arrastaram a máquina, levaram-no junto e ao após 20 minutos o liberaram, sem, contudo, devolver o filme.

Repórter revoltado com prisão do colega

Os jornalistas envolvidos por ordem do chefe da visita do papa João Paulo II em Teresina, quando tomaram conhecimento, no aeroporto, da prisão do repórter Maria Rosa Costa, protestaram e exigiram a liberação imediata do colega. O repórter foi detido e preso em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros.

Jornalistas denunciam pressão da segurança do Papa João Paulo II

Quase todos os jornalistas confidenciados para acompanhar o papa João Paulo II em Teresina, denunciaram a pressão da segurança do papa João Paulo II. Eles foram detidos e presos em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros.

Marcinkus dá empurrão em Castelo

O governador do Maranhão, João Castelo, recebeu o papa João Paulo II em Teresina. Ele foi detido e preso em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros.

Ação da Segurança deixa descontentes os fiéis do Papa

A ação da segurança do papa João Paulo II em Teresina, quando tomaram conhecimento, no aeroporto, da prisão do repórter Maria Rosa Costa, protestaram e exigiram a liberação imediata do colega. O repórter foi detido e preso em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros.

Crianças tumultuaram a multidão

Centenas de crianças foram localizadas mais tarde, em um momento em que, de maneira grosseira, os agentes policiais retiraram as 300 crianças da pista de pouso do aeroporto.

Coronel Agostinho vai ao palanque do Papa

O comandante da Polícia Militar do Estado, coronel Agostinho Neto, viajou para Teresina para acompanhar o papa João Paulo II em Teresina. Ele foi detido e preso em um palanque de madeira. Ela estava com uma máquina de 35 milímetros e um filme de 36 quadros.

Figura 6: O Estado divulgou a ação violenta da polícia contra a imprensa durante a visita do Papa João Paulo II em Teresina

Fonte: O Estado. Teresina, ano XI, ed. 2.224, 09 jul. 1980, p. 11.

O jornal *O Dia* também divulgou sobre a censura sofrida pelo repórter-fotográfico Antônio Francisco Costa, porém em apenas dois parágrafos localizados no final da matéria intitulada de “Segurança impede repórter”, publicada na edição de 09 de julho de 1980. Deve-se destacar ainda que o foco dessa notícia não foi o ocorrido com repórter-fotográfico Antônio Francisco Costa, mas, sim, o jornalista Francisco Leal, que denunciou as perseguições e impedimentos que sofreram os jornalistas, inclusive por não terem acesso a pista do desembarque do Papa, o que revoltou os profissionais.

O jornal *O Dia* esclarece que apesar de o repórter-fotográfico Antônio Francisco Costa ter a sua máquina fotográfica confiscada pela polícia, ele ainda conseguiu resguardar, escondido dos agentes, um de seus filmes com registros do evento. Dentre estes registros,

estava a fotografia que registrou a multidão e uma faixa com a seguinte frase: “Stº Padre, o povo passa fome”, uma forma que os teresinenses tiveram de protestar e chamar atenção do Papa João Paulo II contra a crise econômica e a fome no Brasil, como se pode observar na Figura 7. Antônio Francisco Costa fez o registro momentos antes de a polícia ter confiscado a faixa dos manifestantes.



Figura 7: Multidão com a faixa de protesto "Stº Padre, o povo passa fome"

Fonte: Arquivo Pessoal de Antônio Costa.

A fotografia da multidão com a faixa de protesto registrada por Antônio Francisco Costa, que trabalhava no *Jornal da Manhã*, ganhou repercussão e foi veiculada pelos maiores jornais do Piauí: *O Estado* e *O Dia*. A perspicácia do repórter-fotográfico Antônio Francisco Costa em proteger um de seus filmes contra a ação dos agentes de polícia demonstra uma das tentativas que os profissionais de jornalismo buscavam para burlar e resistir a censura do regime civil-militar.

Outra situação de censura vivenciada no Piauí aconteceu com o jornalista Efrém Ribeiro²³ que foi preso no dia 03 de julho de 1983 nas dependências da Delegacia de Ordem de Polícia e Social (Dops). O acontecimento foi repercutido pelos jornais *O Dia*, sob o título

²³ Efrém Ribeiro, natural de Teresina (PI), na década de 1980, chegou a atuar no jornal *O Dia* e no jornal *Diário do Povo*. Atualmente, atua no *Grupo Meio Norte de Comunicação* (GMNC) do empresário Paulo Guimarães. Efrém Ribeiro, no ano de 2020, atua como repórter de TV, jornal impresso, portal e radialista do grupo de comunicação.

“Repórter é detido e torturado”, e *O Estado*, na matéria intitulada “Tempos de Gabeira”, nas edições de 04 de julho de 1983. Os jornais explicaram sobre a prisão de Efrém Ribeiro e apontaram motivo similar, ou seja, indicaram como motivo da prisão o fato de o jornalista ter feito uma enquete com os motoristas que reivindicavam na Praça Rio Branco, localizada no centro de Teresina, por melhores condições de trabalho.

A informação sobre a prisão do jornalista Efrém Ribeiro foi publicada no jornal *O Dia* da edição de 04 de novembro de 1983 na matéria “Repórter é detido e torturado”. A notícia ressalta que o repórter foi submetido a torturas físicas e morais, recebendo golpes de palmatória no solado dos pés por agentes do Dops. A sessão de torturas só teve fim com a intervenção do presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, Carlos Said, que pediu a liberdade do jornalista, o que foi concedido após várias conversas com o delegado Nilson Cunha:

[...] Os policiais praticaram violência contra a sua pessoa, não só na praça, mas nas próprias dependências do Dops. Efrém portava um gravador, folhas de papel com questionário e uma máquina fotográfica. Algum tempo depois, o presidente do Sindicato dos Jornalistas Carlos Said, acompanhado por vários companheiros, foi até o Dops, na Rua Coelho Rodrigues, a fim de conseguir a liberação do repórter. Nas dependências daquele departamento, o jornalista foi submetido a um interrogatório e a uma sessão de palmatória nos pés, nos joelhos e nas mãos, aplicadas por dois policiais. Mais tarde o delegado do Dops, Nilson Cunha, diria que desconhecia o fato. Depois de ser liberado, Efrém acompanhado por colegas de trabalho, foi até a presença do secretário de Segurança, Juarez Tapety, onde foram solicitadas as devidas providências, sendo na oportunidade convocado, o delegado do Dops, Nilson Cunha, para prestar os esclarecimentos. Os jornalistas solicitaram e foram autorizados pelo secretário a realizar exame de corpo de delito no companheiro. Ainda ontem pela manhã, o exame foi feito no Instituto Médico Legal, e na parte da tarde, os membros do sindicato procuraram continuar o procedimento, a fim de apurar o caso para que sejam adotadas as providências cabíveis. (REPÓRTER é detido e torturado, 1983, p. 07).

Tais acontecimentos ajudam na compreensão de que a atividade jornalística no Piauí foi bastante afetada por ações do regime civil-militar que tentava coibir a veiculação de informações das quais não queriam as devidas repercussões. É importante salientar que tanto o repórter fotográfico Antônio Francisco Costa, quanto o repórter Efrém Ribeiro estavam em pleno exercício da profissão, quando tiveram seus direitos de liberdade de imprensa cerceados.

Além disso, vale destacar o acontecimento ocorrido no dia 24 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, quando a sede da Fenaj, localizada em Brasília (DF) foi invadida por oito policiais da Swat²⁴, por manifestar posicionamento favorável às eleições diretas para presidente da República. A notícia foi divulgada pelo jornal *O Dia*, sob o título “Polícia invade sede da Fenaj em Brasília” na edição de 26 de abril de 1984. Segundo a matéria, a invasão aconteceu por conta de uma faixa que estava fixada na janela do edifício com a seguinte frase: “Os jornalistas exigem eleições diretas já”. Os policiais da Swat exigiram que o vice-presidente da Fenaj, Raimundo José Pinto, retirasse a faixa e este se recusou. Em seguida, os próprios policiais retiraram a faixa de protesto. Sobre este acontecimento, o jornal *O Dia* deu visibilidade da seguinte forma:

[...] Raimundo José Pinto foi interrogado pelos policiais na delegacia, sendo questionado se sabia da existência da faixa, desde quando estava em Brasília e o que fazia na cidade. O delegado Wilson Barbosa, um dos interrogadores, perguntou ainda se ele sabia quem havia colocado a faixa, dizendo ao jornalista, que “a Fenaj estava forçando muito, pois com as medidas de emergência estava proibida qualquer propaganda pública pelas eleições diretas já”. Ainda no 1º DP, Raimundo Pinto pediu para se comunicar com seus colegas de diretoria na Fenaj ou com um advogado, sendo proibido pelos policiais de fazer qualquer contato externo, até ser liberado. O jornalista retornou, então a sede da entidade, comunicando se com outros colegas e visando a concluir a sua missão profissional interrompida com a invasão da entidade pela Swat. O presidente da Federação dos Jornalistas, Audálio Dantas, disse, após tomar conhecimento dos fatos que a posição da entidade é de que a invasão é abusiva mesmo na vigência das medidas de emergência. Ele explicou que a faixa estava no local há vários dias e que não há nada que proíba uma entidade nacional de classe, como a dos jornalistas, de externar a posição da categoria “em favor de uma emenda constitucional tão importante para os destinos do Brasil. Segundo Audálio, “esses fatos são uma coincidência muito estranha, pois poucas horas antes a Fenaj havia impetrado um mandado de segurança contra o general Newton Cruz, por sua iniciativa de cercear o direito à informação e ao trabalho, com a implantação de censura em órgãos de comunicação”. Para ele, “o fato de se prender um jornalista dentro da sede de sua entidade máxima de classe revela o estado de coisas em que está entregue o país. (POLÍCIA INVADE A SEDE DA FENAJ EM BRASÍLIA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.711, 26 abr. 1984, p. 12).

A censura foi feita contra o jornalista Raimundo Pinto, quando este não estava em exercício da profissão, mas, sim, dentro da sede da Fenaj. A prisão dele foi causada pela

²⁴ SWAT corresponde a abreviação do inglês Special Weapons And Tactics, que em português quer dizer Armas e Táticas Especiais.

ousadia da instituição em se expressar, mesmo com uma faixa anexada no prédio, favorável à emenda das Diretas, contrariando o governo ditatorial. Ressalta-se que, nesse período, o presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS) já havia instituído as medidas de emergência pelo Decreto nº 89.566, de 18 de abril de 1984, atingindo Brasília e 10 cidades de Goiás. A justificativa deste decreto, que vigorou entre 19 de abril a 17 de junho de 1984, era coibir quaisquer tipos de protestos e manifestações, inclusive da imprensa.

Destarte, a década de 1980 promoveu grandes mudanças na política brasileira. Os partidos políticos que foram se reorganizando pretendiam, mais fortemente, participar dos cargos do poder executivo que, até então, eram ocupados por autoridades indicadas pelo regime civil-militar. Desde que o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS) foi eleito, ele apresentou posicionamentos favoráveis a proposta de abertura política no país, no entanto, por conta da falta de agilidade em decretar as eleições diretas, partidos políticos da oposição criaram a campanha Diretas Já como um grito de protesto pelo retorno da democracia e agilidade em decretar fim a este sistema ditatorial.

Por mais que o presidente João Figueiredo apresentasse uma postura mais branda em relação ao regime ditatorial, se comparando a outros presidentes do regime civil-militar, em seu governo também ocorreu censuras e interferências ditatoriais em vários setores sociais, inclusive as atividades jornalísticas eram impedidas de exercer a liberdade de imprensa em pelo exercício da profissão.

2 IMPRENSA, POLÍTICA E PODER: O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA COMO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO

2.1 Produção do acontecimento e produção de sentidos no jornalismo

A produção da notícia e dos sentidos nela impressos deve ser compreendida a partir dos controles e dos interesses das empresas jornalísticas, que implicam diretamente na seleção e nos modos de dar visibilidade a um determinado acontecimento. As regras ou estratégias utilizadas na produção de sentidos estão presentes não apenas no discurso político-ideológico da empresa, mas também na própria estruturação de um jornal impresso, na ordem de fala de um noticiário televisivo, radiofônico ou digital. No caso do jornal impresso, é possível destacar nos discursos: a estruturação na página de uma manchete ou uma notícia; a escolha de uma imagem ou fotografia; o enquadramento da notícia; o ponto de visualização que está diagramada a notícia etc. Essas são algumas das estratégias utilizadas para a produção de sentidos no discurso jornalístico para dar visibilidade aos acontecimentos na forma de notícia.

Segundo Foucault (2004), a produção discursiva ao tempo em que é controlada, é selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que lhe são internos e externos. Para ele, todo discurso parte de um lugar institucional de fala e, por isso, são regulados por um conjunto de regras de controles e procedimentos que visam delimitar os sujeitos que podem ou não atuar na produção dos discursos, assim como o que pode ou não ser dito.

Considerando que a produção discursiva não se dá de forma aleatória, Foucault (2004) afirma que ela obedece às instâncias e as relações de poder que a produz, sendo selecionadas e guiadas pelas posições sociais, políticas e ideológicas dos sujeitos e das instituições de fala.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2004, p. 9).

Além disso, é importante destacar que, para Foucault (2008, p. 224), o discurso é histórico e é constituído de acontecimentos reais e sucessivos, não podendo ser analisado fora do tempo em que foi produzido. Portanto, há diferenças de uma mesma prática discursiva, que

podem ser distinguidas umas das outras, de acordo com as posições e funções que o enunciador pode ocupar:

Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifos do autor).

Foucault (2004) propõe quatro princípios reguladores para analisar discursos: a noção de acontecimentos, a de série, a de regularidade e a condição de possibilidade que se opõem, respectivamente, aos termos: criação, unidade, originalidade e significação. Foucault (2004, p. 56) entende que não se deve compreender os acontecimentos como um jogo de causas e efeitos, mas, sim, introduzir na raiz do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade. Com isso, avalia que é necessário fazer uma análise tendo como ponto de partido o conjunto crítico e genealógico do documento e das instâncias de controle discursivo. Quanto ao aspecto crítico e genealógico, Foucault (2004, p. 65) define que:

[...] este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. [...] Toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais.

O autor ainda ressalta uma leitura arqueológica dos documentos, os quais são entendidos também como monumentos. Nesta concepção, Foucault (2008) considera que através da crítica do documento podem ser analisadas as regras de formação discursiva, pois analisando o discurso real, pronunciado e materializado pode-se ter acesso às regras de controle que permitem ou não que determinados enunciados tenham condições de existência a partir dos lugares institucionais de fala, até porque, segundo ele, a materialidade do discurso é sempre de ordem institucional e é regulado por uma estrutura de poder.

No tocante à produção dos acontecimentos no jornalismo, esses se dão por algum propósito ou razão de ser realizado e vão além do jogo de poder e das relações financeiras com patrocinadores ligados as empresas de comunicação. Rodrigues (1999) explica que no discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de quem se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas que os fatos são soberanos.

É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar o discurso jornalístico. É por isso que se diz, gracejando, que um cão que morde um homem não é um facto jornalístico, mas se um homem morder um cão então estamos perante a um facto suscetível de se tornar notícia. O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Ao noticiar, os jornalistas contam com um conjunto de normas sobre o que publicar ou não e como divulgar determinado fato. E é justamente este conjunto de restrições que ditam o ângulo da captura do acontecimento, como uma forma de impor modos de organização do discurso e ainda um ordenamento temático dos assuntos.

Para França (2012), diante de inúmeras situações que acontecem a todo tempo ao nosso redor, existe um peso ou mesmo um poder de afetação que faz com que este mereça destaque midiático sendo publicado numa notícia. O acontecimento é construído e assume uma noção importante em vários domínios no jornalismo.

A tarefa do jornalismo é farejá-los, identificá-los, e então narrar. Nesse âmbito, a teoria do jornalismo desenvolve toda uma tipologia da notícia para definir e classificar o que é ou não é relevante, hierarquizando fatos em função de sua importância, abrangência, impacto, interesse. Esses fatos que merecem ser noticiados seriam os “acontecimentos” (FRANÇA, 2012, p. 12).

O acontecimento, portanto, é o resultado do rompimento do que é considerado “comum” ou “normal”, por meio de interrogações sobre situações, que se suscita o presente e o passado, a ação e as consequências e, acima de tudo, investigações que buscam na produção de sentidos um novo olhar.

Lança (2006) reforça que o acontecimento é de ordem do inesperado, do novo ou do inédito, introduzindo uma descontinuidade e comportando uma parte de indeterminação, sendo, muitas vezes, incompreensível e não identificável num primeiro momento. Para a autora, os estudos dos acontecimentos sociais são bem mais pertinentes para se compreender a caracterização do fato do que as suas causas.

Em lugar das razões, motivações ou intenções dos agentes ou das circunstâncias e causas dos acontecimentos, são as suas consequências, sejam resultados pretendidos ou resultados não previstos e involuntários, que em grande parte os caracterizam e explicam; mesmo que venha estabelecer-se um elo de causalidade entre pacientes e agentes, ou entre vítimas e perpetradores, correspondendo à dimensão retrospectiva de uma estrutura de responsabilidade à qual os acontecimentos naturais escapam (LANÇA, 2006, p. 86).

Nota-se que existem diferentes tipos de acontecimentos, podendo assumir diversas classificações, como: trágico, fenômeno natural, atentado terrorista de maiores e menores proporções e impacto, um evento desportivo, show musical, ou mesmo uma pandemia. A autora ressalta, ainda, que diante de inúmeras possibilidades de haver um acontecimento, há também intensidades e interpretações diversas. Significa que um acontecimento recebe múltiplas compreensões diante daquele a quem aconteceu algo, aquele que o testemunhou, aquele que o observou à distância, aquele que se surpreendeu e emocionou e outros.

Com isso, entende-se que a mídia produz acontecimentos jornalísticos. Um mesmo acontecimento cotidiano pode ser abordado de inúmeras formas e a mídia ao optar por uma abordagem também faz escolhas sobre os modos de dizer e isso se faz de acordo com os interesses e as regras ou as estratégias discursivas da instituição jornalística na qual a notícia será produzida e veiculada. Dijk (1997) aponta para a relevância e as diversas formas que o discurso pode vir estruturado em um contexto:

As informações importantes e relevantes podem ser associadas de várias maneiras às estruturas de significado do discurso, tal como acontece com suas implicações ideológicas. Tanto a importância quanto à relevância podem ser assinaladas através de vários dispositivos de proeminência: os títulos, os parágrafos iniciais em textos jornalísticos, posição inicial em frases, a parte das conclusões em artigos acadêmicos ou os grandes planos no cinema e na fotografia (DIJK, 1997, p. 133).

Isso implica entender que um mesmo acontecimento pode ser divulgado de formas distintas pelos veículos de comunicação, inclusive, com possibilidade de haver a omissão da informação. Para Charaudeau (2015), as operações de distribuição em rubricas, que corresponde ao processo de escolha das palavras e expressões para os textos jornalísticos, pertencem inteiramente às redações das empresas, pois os profissionais da mídia são os responsáveis por recompor um discurso de verdade do acontecimento, mesmo com restrições de divulgação, considerando que as “seções” e as “rubricas” correspondem às categorias de pensamento da opinião pública:

Na imprensa escrita, a notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela: a localização (a primeira página ou numa página interna, no alto ou no fim da página, com pré-título, título ou subtítulo); a tipografia (dimensão e corpo dos caracteres de impressão no conjunto dos títulos); a quantidade de superfície redacional (ou icônica) comparada à de outras notícias, em porcentagem (CHARAUDEAU, 2015, p. 147).

Merece ser destacado o que se chama de paginação ou diagramação de um veículo por contribuir no entendimento sobre a produção de sentidos. Para Bahia (1990), os veículos impressos buscam sempre, a cada renovação, o seu estilo próprio; ou melhor, seu *design*, pois é este objeto da mensagem visual obtida pela disposição da página que se destina a afetar e sensibilizar o leitor:

Considerando o hábito de leitura e a movimentação dos olhos nas regiões de interesse de uma página escrita ou impressa, Edmund Arnold mostra em *Tipografia y diagramado para periódicos*, o princípio da zona visual primária – aquela área superior esquerda que retém, em primeiro lugar, a atenção do leitor. 1) *Zona óptica Primária*. 2) *Zona terminal*, para onde se move a vista, numa diagonal de leitura. 3 e 4) *Zonas mortas* ou cantos sem atração, que sugerem sinais fortes para despertar o interesse do leitor (BAHIA, 1990, p. 119-120, grifos do autor).

É por conta do *design* e da paginação de um veículo impresso que, segundo Bahia (1990), o leitor pode se atrair pelo produto e querer fazer a leitura. Sendo que é na zona visual primária que estão os elementos que retêm a atenção e interesse de um leitor por ser o primeiro ponto visualizado.

Em vista disto, pode-se questionar o que de fato é uma notícia. Charaudeau (2015, p. 132) propõe chamar de notícia um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado. Sendo que, em um mesmo espaço temático, o acontecimento, de algum modo, é um fato que se inscreve num certo domínio do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um mini relato.

Já Bahia (1990), conceitua a notícia como sendo o modo pelo qual o jornalismo registra e leva os fatos ao conhecimento do público. Sendo assim, a notícia pode ter sinônimo de: “acontecimento”, “matéria”, “dado”, “verdade”, “mentira”, “certeza”, “dúvida”, “jornalismo”, “informação”, “comunicação”, tendo os veículos do jornalismo que selecionar atenciosamente a pauta, para que seja produzida, reavaliada e só então se tornar produto do consumo do público. Isto é:

A notícia é a base do jornalismo, seu objeto e seu fim. Através dos meios do jornalismo ou dos meios de comunicação direta ou indireta, a notícia adquire conteúdo e forma, expressão e movimento, significado e dinâmica para fixar ou perenizar um acontecimento, ou para torná-lo acessível a qualquer pessoa (BAHIA, 1990, p. 35).

Vale destacar que geralmente um acontecimento é publicado na forma de notícia quando apresenta relevância e caráter de novidade, ou quando do seu desdobramento quando um elemento novo que até então era desconhecido pelo público aparece. Além disso, a escolha das fontes também é relevante ao avaliar a credibilidade da informação, principalmente, por ser este um dos elementos que contribui para nortear um discurso sobre um acontecimento, ou seja, pode-se perceber o sentido pretendido na matéria pela escolha das fontes, sendo pessoas ou documentos, de acordo com o grau de envolvimento delas com o acontecimento.

A questão do uso das fontes de informação e da credibilidade da notícia pelo jornalista também é prevista no *Código de Ética dos Jornalistas*, no Capítulo “II – Da conduta profissional do jornalista”, do artigo 4º diz que: “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela apuração e pela correta divulgação”. Nele está embutida a responsabilidade de ser imparcial, que é muito mais do que apenas ouvir os dois lados ou mais do acontecimento, é mediar à situação mostrando os pontos positivos e negativos de ambos os lados.

Para Bahia (1990), o que conduz o jornalismo na direção da imparcialidade, que é um ideal a ser alcançado cotidianamente pelo profissional, é a sua preocupação com a verdade, a objetividade, a honestidade, mesmo que seja difícil de realizá-las plenamente nos limites de tempo e espaço da notícia.

O fato de não estar sob o controle do governo, de ser a tribuna comum das minorias numa democracia, de separar o noticiário do que é opinativo, de se dispor a não omitir nada do que o público tem direito de conhecer, e de se corrigir ou de se retificar toda vez que comete um erro, aproxima o jornalismo do seu dever de ser imparcial. É discutível se concretamente a sociedade considera a imprensa imparcial. Nem mesmo as pessoas são sempre imparciais. Ainda que para a maioria esse ideal seja difícil de alcançar, esforços para evitar falhas de cobertura, práticas tendenciosas, atitudes preconceituosas, exercícios de manipulação, apelos ao sensacionalismo são hoje mais frequentes do que no passado (BAHIA, 1990, p. 16).

Apesar disso, ao se analisar as produções de sentido de um discurso quase sempre se coloca em xeque a imparcialidade da notícia, ao constatar que nenhum discurso é ingênuo e há uma razão de ser e como ele se apresenta em determinadas circunstâncias e contextos históricos. Traquina (2005) põe em destaque o que ele chama de “autonomia relativa” dos jornalistas, pois o produto final de seu trabalho vai depender de como ocorreu o processo de construção da notícia, mesmo as condições de trabalho nas quais estão sujeitos. O autor ainda pontua que, ao longo da rotina produtiva, o jornalista exerce múltiplas atividades e acaba sendo condicionado, desde a escolha da pauta e das fontes, ao fechamento da matéria, ao tempo de produção, a hierarquia dentro da redação, as publicidades, a competitividade do mercado em si e, principalmente, pelas normas das empresas as quais possuem vínculos.

Para Gramsci (2010, p. 24), a imprensa desempenha um poder hegemônico ao atuar como um partido político, principalmente, pela organização e divulgação de opinião pública,

tendo como base concepções ideológicas. O autor explica que o partido político proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo (o dominante e intelectuais tradicionais) e desempenham a função de elaborar os próprios componentes, os elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.

O autor ainda afirma que a imprensa atua como partido político pelo seu caráter ideológico e em defesa de um determinado projeto de classe social, como forma de propagar e legitimar ideais perante à sociedade. No entanto, a atuação da imprensa vai além da defesa de apenas um partido em especial, pois cada empresa de jornalismo, possui suas relações com o poder.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias [...] (GRAMSCI, 2006, p.105).

Ressalta, também, que a imprensa contribui para a construção e a reprodução de assuntos relacionados a um grupo dominante, sustentado por uma concepção de mundo com base em seu campo cultural, político e social. Ademais, pontua que a imprensa pode funcionar também como partido político ao desnudar a ideologia deste grupo dominante, ao fortalecer ações contra a hegemonia, especialmente, em momentos de crise do grupo dominante.

Pode-se destacar em meios a essas discussões, as questões de noticiabilidade dos acontecimentos, pois estas seguem critérios que orientam ao que se pode ou não divulgar no veículo de comunicação, sendo que, na maioria das vezes, esses critérios têm relação direta com os interesses (pessoais, políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos etc.) dos empresários e de seus patrocinadores. Aos jornalistas cabem, mesmo com todas as restrições, revelar suas marcas identitárias e ideológicas, que podem ser percebidas nas escolhas de suas fontes, de palavras e da própria estruturação do enunciado.

2.2 Os porta-vozes dos presidentes e o fazer jornalismo durante o regime civil-militar

A história da imprensa nacional e a local mostra que políticos, grandes empresários e militares veem nos veículos de comunicação uma forma de poder e de adquirir respaldo na sociedade, ou sendo proprietários ou financiando as empresas de comunicação. Essas ligações comerciais, socioeconômicas, políticas e partidárias acabam determinando quais assuntos podem ou não entrar nas listas de pautas e de serem executadas; ações que muitas vezes colocam em risco a credibilidade da empresa e do trabalho dos jornalistas. Um dos momentos mais emblemáticos na história da imprensa brasileira é o regime civil-militar, por este ter interferido direto e indiretamente nos produtos midiáticos e na própria prática jornalística.

O regime civil-militar no Brasil teve início em 01 de abril de 1964 e fim em 15 de março de 1985. Nos dias atuais, este período ainda gera dúvidas e discussões tensas sobre o que se vivenciou de fato, o que refletiu na sociedade como um todo e até que ponto a imprensa conseguiu atuar com o cerceamento da liberdade de expressão.

Para Rêgo (2014), a mídia e o jornalismo tiveram participação considerável neste processo que levou o Brasil a ser governado pela força militar, por deflagrar um estabelecimento político que se prolongaria até a década de 1980 e institucionalizaria medidas arbitrárias e crescentes que limitavam os poderes civis, cerceavam liberdades, coíbiavam as manifestações políticas e culturais e ainda direcionavam a opinião do povo brasileiro para um consenso forjado em torno de como se deveria pensar no país.

O “milagre econômico”, a cooptação dos grupos de mídia e a instituição da censura no jornalismo e nas manifestações artísticas, assim como, a intervenção estatal na condução da educação com a criação de novas disciplinas que tinham como objetivo desenvolver uma educação cívica nos moldes conservadores objetivando formar nos futuros cidadãos um pensamento em que o conservadorismo preponderasse; são algumas medidas, dentre inúmeras outras, tomadas pelo militares para criar consensos em torno de suas propostas de governo e do modelo de desenvolvimento para o país (RÊGO, 2014, p. 22).

A ideia de participação da mídia no fortalecimento do regime civil-militar está atrelada a de que os governos militares passaram a controlar os meios de comunicação, inclusive os que tinham qualquer tipo de ligação com eles. Não passavam despercebidas nem mesmo as

empresas alternativas, que buscavam certa independência e acabavam sofrendo retaliações, caso contrariassem as ideias governamentais.

Tal controle abria prerrogativa para que os presidentes militares permitissem veicular apenas aquilo que lhes convinham e também de promoverem o silenciamento de determinados fatos, até mesmo se isentaram de conceder entrevistas aos jornalistas quando solicitados, dificultando o trabalho de apuração e de questionar a autoridade. As respostas às perguntas dos jornalistas proferidas pelos porta-vozes, já vinham devidamente construídas e arquitetadas com a equipe presidencial.

De acordo com Jorge (2008, p. 17), a imagem de um cidadão “rude, agressivo, irritadiço, espinhento como um ouriço-cacheiro” foi criada em vista da postura do presidente João Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS). Já que os demais presidentes, como Castello Branco (1964-1967/ARENA), Costa e Silva²⁵ (1967-1969/ ARENA), Garrastazu Médici (1969-1974/ARENA) e Ernesto Geisel (1974-1979/ARENA), quase não tiveram contato com jornalistas. O autor ainda conta que uma das poucas entrevistas que o presidente Geisel concedeu à imprensa, quando esteve a bordo de um trem-bala no Japão e destaca que esse se apresentou “mais cordial e expansivo” aos repórteres. O presidente Ernesto Geisel falou à imprensa em setembro de 1976, no Japão entre as cidades de Tóquio e Kioto e a entrevista foi realizada pelo repórter Geraldo Costa Manso sendo veiculada pelo programa “Fantástico” da TV Rede Globo. Geisel chegou até mesmo, a admitir que durante os governos militares houve repressão à liberdade no país.

Eu sou um homem profundamente ligado à família, aos amigos, gostando de conviver com as pessoas do povo. E, no governo, eu me sinto tolhido em todas essas manifestações. Tenho em torno de mim vários ditadores, o que me impede de fazer o que quero. Acredito que o dia mais feliz da minha vida vai ser 15 de março, quando vou transmitir o governo ao meu sucessor. (VIAGEM DO PRESIDENTE GEISEL AO JAPÃO 1976. **YOUTUBE**. Publicada em 15 jul. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jFZa7InPiaw>. Acesso: 05 nov. de 2019, 1.519 visualizações).

²⁵ O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado no dia 31 de janeiro de 1980, diante do fim do sistema bipartidário. Com posicionamentos de direita, a criação deste partido fez parte de uma reforma política no governo do General João Baptista Figueiredo, que foi o primeiro filiado na legenda.

Jorge (2008, p. 18) cita alguns momentos em que João Figueiredo destrata os profissionais da imprensa, como aconteceu no dia 10 de abril de 1979, quando disse a alguns jornalistas que: “– O único problema que tenho tido são vocês”; no dia 19 de junho de 1980 na cidade de Cuiabá (MT): “– A imprensa usa de todos os meios para difundir o que é mau e esconde justamente aquelas coisas que o governo tem feito com sacrifício do povo brasileiro”; já no dia 15 de novembro de 1982: “– Não faz pergunta senão leva coice”; e ainda, durante uma entrevista concedida ao jornalista Alexandre Garcia, na extinta TV Manchete: “– O trabalho da imprensa foi um trabalho contra mim, contra o meu governo”. Assim, segundo o autor, a imprensa foi tratada pelo presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) de modo hostil ou brutal e ainda como se fosse algo perigoso. Destaca, ainda, que apesar da relação com a imprensa ter sido tensa, os veículos de comunicação noticiaram fatos positivos que marcaram o governo de Figueiredo.

Sua excelência, conforme disse o notável jornalista Carlos Chagas, logo se esqueceu de como a imprensa o saudou quando assumiu o governo, em virtude das suas promessas de reformas sociais, econômicas e políticas. Os jornais também o aplaudiram por ocasião da Anistia, da Abertura e do envio da emenda ao Congresso, propondo a reforma da Constituição. Sim, o jornalista Carlos Chagas está certo, o presidente Figueiredo se esqueceu de tudo isto (JORGE, 2008, p. 18-19).

Através das matérias analisadas nos jornais *O Dia* e *O Estado* verificam-se que o presidente João Figueiredo não falava diretamente com a imprensa e/ou os jornalistas, mas fazia uso de porta-vozes, que eram representados por políticos da mesma legenda ou por algum representante do regime civil-militar. Foi possível encontrar nomes de alguns destes porta-vozes: o Ministro da Comunicação Social, Said Farhat; o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel; o subsecretário de imprensa, Alexandre Garcia; e o senador do Maranhão, José Sarney (1971-1985/PDS).

Vale destacar que no final da década de 1970 e início de 1980, alguns jornais impressos do Piauí passaram a fazer parcerias com agências de notícias como uma forma de ampliar a cobertura jornalística e o conteúdo no impresso. Para Pinheiro Filho (2017, p. 278), as notícias oriundas das agências de notícias já vinham consagradas pelo rádio e nos jornais passaram a ser transmitidas por meio da veiculação de textos e fotos. Isto é, matérias que

abordavam conteúdos de fora do Estado do Piauí, geralmente, já vinham prontas das agências para editar na página.

Um exemplo deste tipo de prática pode ser observado no jornal *O Dia* na edição de 08 de fevereiro de 1980. Trata-se da matéria intitulada “Figueiredo é favorável às eleições municipais”, em que o presidente João Figueiredo faz uso de alguma autoridade como seu porta-voz, a fim de expressar seu posicionamento diante dos assuntos governamentais. Na matéria, o porta-voz do presidente é o deputado federal de Goiás Siqueira Campos (1971-1989/PDS), que fala em seu nome para afirmar que ele era favorável às eleições municipais e ainda destaca a pretensão do governo de lançar uma emenda mais ampla que a Emenda Lobão:

Brasília – O presidente João Figueiredo disse ao deputado Siqueira Campos (PDS-GO), que é favorável as [sic.] eleições municipais este ano, mas que acatará qualquer decisão do Congresso Nacional sobre o assunto. Isso, segundo o deputado “é prova de que o presidente Figueiredo quer fortalecer o Legislativo”. Siqueira Campos, que pediu ao Presidente da República agilização nos estudos para a criação do Estado do Tocantins, desmembrando uma parte de Goiás, disse também que na sua opinião pessoal, a Emenda do deputado Edison Lobão reestabelecendo as eleições diretas para governadores não será aprovada no congresso Nacional. Segundo Siqueira Campos, a Emenda Lobão, é inoportuna, pois as eleições diretas somente deverão vir após a formação das novas agremiações políticas. Outro fator, segundo ele, é que o Governo gostaria de tomar a iniciativa de propor eleições diretas para os governos estaduais. [...]. (FIGUEIREDO É FAVORÁVEL ÀS ELEIÇÕES DE 80. *O Dia*. Teresina, ano XXIX, n. 7.182, 08 fev. 1980, p. 01).

Pode-se observar na matéria em destaque acima a tentativa de reforçar a questão da abertura política, proposta que fez parte do programa de governo do presidente João Figueiredo e foi utilizada ao longo de seu mandato. O deputado Siqueira Campos destacou a opinião do presidente João Figueiredo de “fortalecer o Legislativo”. Em nome do presidente, o parlamentar ressaltou a existência de um suposto “poder de decisão” que o Congresso Nacional teria diante dos assuntos governamentais, o que coloca o presidente Figueiredo numa posição de mais liberal e a favor da democracia.

Outro argumento encontrado na notícia que reforçou o discurso em torno da abertura política, é quando o deputado Siqueira Campos apontou o desejo do presidente da República João Figueiredo de promover mudanças na Constituição favorecendo as eleições diretas para

o cargo de governadores estaduais. *O Dia* apresentou o discurso de que o presidente João Figueiredo teria o interesse de promover a abertura política, no entanto, nota-se que o retorno da democracia no país estava sendo articulado de acordo com as necessidades do regime civil-militar e a base de seus próprios decretos. A exemplo disto, a emenda Lobão foi caracterizada pelo deputado Siqueira Campos de “inoportuna”, discurso que se tornou um consenso aos representantes do PDS, especialmente entre as autoridades que estavam alinhadas as ideias do presidente João Figueiredo.

Outra matéria que apresenta dados de que o presidente João Figueiredo fazia uso de porta-vozes no contato com a imprensa é a intitulada “Partidos decidirão sobre eleições municipais” e publicada pelo jornal *O Dia*, em 19 de janeiro de 1980. Nela, é destacado outro nome da equipe do regime civil-militar que serviu de porta-voz do presidente, no caso o subsecretário de imprensa, Alexandre Garcia:

Brasília – O Governo entregará a apreciação da conveniência de se realizar eleições municipais em 1980 aos partidos políticos. Esta informação foi prestada ontem pelo subsecretário [sic] de imprensa, Alexandre Garcia. Garcia disse que pouca gente tem dúvida que, se as eleições municipais forem realizadas, o Governo será vencedor. “O Governo tem melhores condições de se organizar – disse no âmbito municipal. O problema das eleições municipais não está ligado ao medo de eleição e nem de outro lado, vontade de esmagar o adversário. É uma questão de se considerar, volto a repetir, que o assunto deve ser examinado pelos partidos”. O assunto das eleições municipais pela primeira vez tratado oficialmente pelo Palácio do Planalto, acabou por embaraçar o porta-voz, Alexandre Garcia. No início da entrevista, Garcia, respondendo a pergunta de um repórter sobre a posição do Governo na questão respondeu: - Os jornais falam que houve uma mudança de posição do Governo a respeito das eleições municipais. Eu acho que a posição do Governo continua a mesma, ou seja, a de que o assunto das eleições municipais depende dos partidos, do que os partidos decidirem. Eles saberão da conveniência. Ao ser indagado se o Governo tinha decidido entregar a questão nas mãos dos partidos, Garcia voltou atrás dizendo: - O assunto está entre aos partidos. Você está pedindo uma decisão do Governo. O Governo não tem uma decisão sobre este assunto. Eu estou dizendo que o assunto deve ser debatido pelos partidos. Eu não vou afirmar que o Governo está de acordo ou não com as eleições municipais (PARTIDOS DECIDIRÃO SOBRE ELEIÇÕES MUNICIPAIS. **O DIA**. Teresina, ano XXVIII, n. 7.164, 19 jan. 1980, p. 05).

É possível destacar na própria matéria que o subsecretário de imprensa, Alexandre Garcia, é identificado como o porta-voz do presidente João Figueiredo e, conseqüentemente, do regime civil-militar. Observa-se, ainda, o discurso em torno da proposta da abertura

política, porém de forma subjetiva, destacando que o presidente estaria disposto a deixar nas mãos dos partidos políticos a decisão de haver ou não as eleições municipais. O que se entende é que as decisões estavam se descentralizando do regime civil-militar e que o presidente João Figueiredo daria um passo para o processo de retomada do sistema democrático.

Na matéria publicada pelo jornal *O Dia* há uma tentativa de responsabilizar os partidos políticos pela decisão das eleições municipais. Na fala de Alexandre Garcia é destacado que o partido do presidente João Figueiredo, o PDS, sairia vitorioso nas eleições municipais, já que os representantes políticos do governo ditatorial teriam “melhores condições de se organizar”. Desta forma, subentende-se que a proposta de descentralização da decisão sobre as eleições municipais não traria mudanças significativas nos candidatos que seriam eleitos, já que os demais partidos concorreriam em desvantagem com o partido da base governamental, pois o PDS já estava consolidado, em vista, daqueles que vinham sendo criados e reorganizados.

Em um acontecimento jornalístico deve-se dar relevância a uma fonte de informação que tenha relações diretas com o fato. No entanto, pode-se notar que durante o debate da abertura política no país, o presidente João Figueiredo não era a fonte oficial da imprensa, mas sim seus porta-vozes que eram representantes do PDS e tinha estreita ligação com o presidente e corroborava com ideias do regime civil-militar. Estes discursos eram reforçados não apenas pelos porta-vozes do presidente, mas também pelas agências de notícias que divulgavam informações oficiais do governo ditatorial.

Na década de 1980, apesar da distância que os presidentes mantinham em relação aos jornalistas; no Piauí, é possível verificar um movimento contrário, uma aproximação da imprensa com as autoridades políticas, especialmente, em visitas, aparentemente cordiais, às redações jornalísticas de representantes do Exército Brasileiro, dos governadores, prefeitos e até ministros. Visitas, que muitas vezes, eram registradas e publicadas nos próprios jornais impressos.

Esta relação entre o poder político e a imprensa, na década de 1980, contribui para compreender até que ponto os jornalistas poderiam ir em suas atividades diárias de apuração, de contato com a fonte e ao mesmo tempo, se compreender porque os jornais, ou melhor, a mídia em geral não podia falar de tudo, em quaisquer circunstâncias, já que o papel social do jornalista é informar a sociedade sobre os acontecimentos do estado e do país, principalmente,

quando envolve interesse público. No próximo tópico é apresentado como a emenda Lobão foi divulgada pelos jornais *O Dia* e *O Estado*, quais eram seus posicionamentos e quais as produções de sentido que podem ser destacados nos enunciados presentes nas notícias destes periódicos.

2.3 Emenda Lobão e a Imprensa: as perspectivas das eleições diretas nas páginas dos jornais

Antes de as eleições diretas para presidente da República serem exigidas por partidos políticos e sociedade civil, no ano de 1979 iniciou-se as discussões em torno das eleições diretas para os cargos de governadores estaduais que ganhou força com uma medida proposta pelo deputado federal do Maranhão Edison Lobão (1979-1982/PDS), intitulada como Proposta de Emenda à Constituição nº 37, 01 de outubro de 1979²⁶, conhecida popularmente como emenda Lobão, que visava o reestabelecimento da eleição direta para governadores a partir do ano de 1982. Segundo o site do Senado Federal, a emenda Lobão possui parecer encerrado no dia 26 de março de 1980, não sendo aprovada.

De acordo com informações do site CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas)²⁷, ao longo da tramitação da emenda Lobão houve o fim do bipartidarismo e, conseqüentemente, a reorganização partidária. Inclusive, foi neste momento que o deputado federal Edison Lobão se filiou ao PDS, de base governista, substituto do partido Arena. Mesmo assim, a emenda do deputado Edison Lobão não recebeu apoio do governo ditatorial, que chegou a enviar, em janeiro de 1980, uma mensagem em nome do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva ao parlamentar, na qual dizia que a aprovação da emenda de sua autoria era “inoportuna”.

Então, o presidente João Figueiredo decidiu apresentar ainda no dia 26 de fevereiro de 1980 uma emenda que fosse capaz de suprir as necessidades das discussões do momento e ainda de deixar de lado a emenda Lobão. A medida do presidente foi discutida e aprovada em

²⁶ BRASIL. Constituição (1979). **Proposta de emenda à Constituição N° 37, 01 de outubro de 1979**. Da nova redação ao parágrafo segundo do artigo 13 da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18538>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

²⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbete Edison Lobão**. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/lobao-edison>. Acesso em: 7 jun. 2019.

novembro daquele ano e intitulada de Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980²⁸, e tinha como objetivo restabelecer o sistema de voto direto nas eleições para Governador de Estado e para Senador da República.

Na Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980, foi anexada a Mensagem nº 95 de 1980, cujo texto original se encontra na Mensagem nº 63/80²⁹, que explica o motivo desta alteração constitucional e garante se tratar de uma medida que traria mudanças significativas para o sistema democrático com as eleições diretas por meio do voto popular, tendo em vista o pluripartidarismo e a anistia. O texto da Mensagem nº 63/80 cita a necessidade de revisar os estatutos legais referentes à propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão.

Os estudos levantados pelo CPDOC/FGV apontam ainda que houve uma orientação do presidente da República João Figueiredo aos membros do PDS de que a emenda Lobão não poderia ser aprovada e a estratégia seria a não formação de quórum suficiente de votos. Apesar de ter a emenda rejeitada pelo seu partido, o deputado federal Edison Lobão aceitou a proposta de João Figueiredo e acabou sendo indicado para ser o relator da emenda constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980.

Os jornais *O Dia* e *O Estado* realizaram a cobertura jornalística desse momento, cada um seguindo os seus interesses ideológicos, políticos e financeiros, e apresentaram o cenário da política brasileira e estadual com o fim do bipartidarismo, revogado por meio da Lei Orgânica dos Partidos, Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979³⁰, sendo uma das medidas que fez parte do processo de abertura política no Brasil.

Após sanção do presidente Figueiredo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) teve um prazo de 60 dias para regulamentar esta lei. A aprovação da Lei Orgânica dos Partidos³¹ foi

²⁸ BRASIL. Constituição (1980). **Emenda Constitucional Nº 15, de 19 de novembro de 1980**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc15-80.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

²⁹ _____. Mensagem nº 95 de 1980 (CN) (nº 63/80). **Documentação**: emenda constitucional nº 15 de 19 de novembro de 1980. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181303/000393141.pdf?sequence=3>>. Acesso em 26 jun. 2019.

³⁰ BRASIL. **Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso no dia 05 jun. 2019.

³¹ A Lei Orgânica dos Partidos proporcionou o reestabelecimento do pluripartidarismo, sendo transformadas as legendas de: MDB passou a ser PMDB; ARENA mudou para PDS (Partido Democrático Social); e a criação de novas, como o PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

divulgada pelo jornal *O Dia*, na matéria do dia 17 a 20 de fevereiro de 1980, sob o título “Lei dos Partidos é aprovada pelo TSE”:

Brasília – O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, em sessão administrativa, o texto final da regulamentação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos uma resolução extinguindo a ARENA e o MDB e uma outra referente ao modelo de ficha de filiação partidária. De acordo com as instruções baixadas pelo TSE, não há nada que permita supor, que os pedidos de registros provisórios já encaminhados pelo Tribunal – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do grupo de Brizola, PTB da ala de Ivete Vargas, e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), serão invalidados. No caso de não preencherem todos os requisitos previstos na instrução dos partidos poderão, de acordo com a lei, suprir eventuais falhas, havendo possibilidade do processo ser convertido em diligência. Segundo o presidente em exercício do TSE, ministro Cordeiro Guerra, esses pedidos só atenderiam a todas as instruções se os organizadores dos partidos “fossem adivinhos”. A cada pedido, de acordo com informações de Cordeiro Guerra será examinado separadamente. Conforme a lei e as instruções, e posteriormente julgado, os pedidos já encaminhados foram distribuídos aos relatores que os estudarão [...] A sessão de aprovação da regulamentação, cujo o relator foi o ministro Pedro Gordilho, durou cerca de 3 horas e 30 minutos. Ao terminar a reunião, o ministro Cordeiro Guerra disse que a nova lei é de difícil interpretação, e ressaltou que o TSE procurou elaborar as instruções dentro do estrito prazo legal, “o que a imprensa pode testemunhar”. [...] Em relação as fichas de filiação partidária, informou que serão utilizadas mais de 12 milhões de fichas estocadas no TSE, por medida de economia em cujo o verso será acrescida a seguinte frase a ser endossada pelo eleitor: Declaro que estou de acordo com o estatuto e o programa do partido (LEI DOS PARTIDOS É APROVADA PELO TSE. **O Dia**. Teresina, ano XXIX, ed. 7.190, 17 a 20 de fev. 1980, p. 05).

A Lei Orgânica dos Partidos representou uma das medidas iniciais do presidente João Figueiredo, diante de sua proposta sobre a abertura política. Porém, alguns autores destacam que a medida trazia em seu bojo o desejo de enfraquecer a oposição. É o que apontam Romancini e Lago (2007, p. 156) ao afirmarem que o fim do bipartidarismo, além de representar a inclusão de novos partidos políticos no processo eleitoral para o regime civil-militar, representou uma forma de enfraquecer a oposição, já que esta deveria se dividir para formar as legendas.

Na década de 1980, o PDS, antiga ARENA, era o partido melhor estruturado, em vista de uns que estavam sendo reestruturados e de outros que foram fundados neste período, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT). Os dados localizados no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PI) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre as eleições do ano

de 1979 para o cargo de governador, realizadas pelo presidente Ernesto Geisel (ARENA), apontam que o Brasil, até então com 22 estados, teve 21 governadores do partido ARENA escolhidos para comandar as unidades federativas. Já nas eleições seguintes, realizadas no ano de 1982, o Brasil teve 12 candidatos do PDS, escolhidos como governadores. O que aponta uma redução de autoridades eleitas, que eram do PDS, mesmo ainda sendo a maioria vencedora.

O cenário no Piauí não era diferente. Na eleição 1979, além do governador Lucídio Portela (ARENA), foram eleitos os senadores Helvídio Nunes (ARENA) e Dirceu Arcoverde (ARENA). E das oito vagas de deputados federais, todas foram para candidatos do partido Arena. Já de deputados estaduais, das 24 vagas, 21 foram para candidatos do partido Arena. Nas eleições de 1982, o governador eleito foi o Hugo Napoleão (PDS) e o senador foi João Lobo (PDS). Para as nove vagas de deputados federais, 6 foram para candidatos do PDS; e para as 27 vagas de deputados estaduais, 17 eram candidatos do PDS. Estes números ajudam a compreender, que mesmo com a instituições de novos partidos, o PDS seguia fortalecido, diante do número de filiados sob o comando de cargos públicos. Em relação a eleições municipais, no ano 1976, dos 114 municípios piauienses, 108 elegeram candidatos para prefeituras do partido ARENA e quatro elegeram candidatos do PMDB. E nas eleições de 1982, dos 115 municípios piauienses, 102 elegeram candidatos do PDS para cargos de prefeitos e 11 municípios elegeram candidatos do PMDB.

Apesar da redução no número de candidatos eleitos do PDS nas eleições realizadas ao longo da década de 1980, o PDS ainda era um partido consolidado, tendo membros filiados nos maiores cargos do poder, além de governadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais, e o presidente da República. Diante deste cenário, um partido vinha quebrando a hegemonia do PDS, era o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que crescia o número de candidatos eleitos no decorrer das eleições realizadas na década de 1980. Um outro partido que pode ser citado é o Partido Democrático Trabalhista (PDT), especialmente com o Leonel Brizola, eleito como governador do Rio de Janeiro.

Diante disso, entre os anos de 1980 a 1982, o que se pode observar nas matérias publicadas nos jornais em estudo é um movimento político em torno das eleições estaduais, como: formação de partidos, escolha de candidatos, criação de novos partidos, união e separação entre eles, políticos se filiando a um determinado partido e outros se desfiliando em

busca de melhores propostas. Assim, foram sendo construídos os partidos políticos e quanto mais se fortaleciam, mais aumentava também o pedido para realização de eleições diretas.

A exemplo, podem ser citadas as matérias dos meses de janeiro a abril de 1980 publicadas no jornal *O Dia*³², a saber: “PDT de Brizola é o primeiro que requer registro no TSE”, 03 de janeiro; “PT lançado no Piauí”, em 22 de janeiro; “Primeiro filiado do PDS é Figueiredo”, em 31 de janeiro; “Lucídio afirma que PDS pode ganhar eleição”, em 07 de março; “PMDB pronto para disputar eleições”, em 11 de abril. No jornal *O Estado*³³, por sua vez, foram encontradas as seguintes matérias: “Chico Buarque e Lula vão fundar o PT no Piauí”, em 20 e 21 de janeiro; “Ulysses comunica aprovação da comissão do PMDB do Piauí”, em 13 de fevereiro; “Lucídio não fica no PDS com Alberto”, em 14 de fevereiro; “Chagas pode deixar PTB e aderir ao PT”, em 13 de maio.

Acontecimentos como o fim do bipartidarismo, a criação de novas legendas e a emenda instituída pelo presidente apareceram simultâneos ao debate sobre a aprovação ou não da emenda Lobão nos jornais analisados. Todos esses acontecimentos contribuíram para que esta medida proposta pelo deputado Edison Lobão (1979-1982/PDS), antes acolhida pelos partidos políticos, sofresse rejeição, principalmente pelo PDS.

2.3.1 Emenda Lobão nas páginas de O Dia

No início do ano de 1980, a emenda Lobão, Proposta de Emenda à Constituição nº 37, 01 de outubro de 1979, suscitou ampla discussão nos diferentes setores da sociedade e dividiu opiniões, entre os que se posicionavam favoráveis e contrários a esta proposta. O debate pelas eleições diretas para os cargos de governadores ganhou as páginas dos jornais do país, inclusive nos locais, como podemos ver na notícia *O Dia* com a matéria “Lucídio pede voto contra emenda Lobão³⁴”, veiculada em 22 de janeiro de 1980, apresentou o discurso de

³² PDT de Brizola é o primeiro que requer registro no TSE. **O Dia**. Teresina, ano XXVIII, n. 7.150, 03 jan. 1980, p. 5; PT lançado no Piauí. **O Dia**. Teresina, ano XXVIII, n. 7.166, 22 jan. 1980, p. 03; PRIMEIRO filiado do PDS é Figueiredo. **O Dia**. Teresina, ano XXVIII, n. 7.174, 31 jan. 1980, p. 5; LUCÍDIO afirma que PDS pode ganhar eleição. **O Dia**. Teresina, ano XXIX, n. 7.204, 07 mar. 1980, p. 2; PMDB pronto para disputar eleições. **O Dia**. Teresina, ano XXIX, n. 7.233, 11 abr. 1980, p. 5.

³³ CHICO Buarque e Lula vão fundar o PT no Piauí. **O Estado**. Teresina, ano X, n. 2.087, 20-21 jan. 1980, p. 4; ULYSSES comunica aprovação da comissão do PMDB Piauí. **O Estado**. Teresina, ano X, n. 2.107, 13 fev. 1980, p. 5; LUCÍDIO não fica no PDS com Alberto. **O Estado**. Teresina, ano X, n. 2.108, 14 fev. 1980, p. 4; CHAGAS pode deixar PTB e aderir ao PT. **O Estado**. Teresina, ano X, n. 2.177, 13 maio 1980, p. 6.

³⁴ LUCÍDIO PEDE VOTO CONTRA EMENDA LOBÃO. **O Dia**. Teresina, ano XXVIII, n. 7.166, 22 jan. 1980, p. 3.

Lucídio Portela com posicionamento contrário à emenda Lobão, onde este afirmava que ainda seria cedo para debater sobre as eleições diretas para governadores. As informações presentes nesta matéria apontam uma mudança discursiva, desta vez, rejeitando a emenda Lobão.

Na matéria “Posição de Lobão agrada a deputados”, publicada em *O Dia*, na edição de 07 de fevereiro de 1980, apresenta a informação de que a emenda do deputado federal do Maranhão, Edison Lobão (1979-1982/PDS), agradou um grupo de deputados representantes do PDS na Assembleia Legislativa do Piauí, que acreditavam na sua aprovação. No entanto, é reforçado, ao longo do texto, que este grupo não correspondia a maioria dos parlamentares, mas “os poucos deputados” que naquele período estavam em Teresina (PI).

A decisão do deputado federal Edson [sic.] Lobão (PDS/MA) em manter a emenda que reestabelece eleições diretas para os governos estaduais, a partir de 1982, para que seja votada até o final de março deste ano, foi recebida no Piauí como uma prova de que o país caminha para a democracia plena. Na Assembleia Legislativa, ontem pela manhã, os poucos deputados que estão em Teresina garantiram que a emenda será aprovada porque nem mesmo os parlamentares do Partido Democrático Social, a não ser que seja fechada questão em torno do assunto, pretendem votar contra o projeto (POSIÇÃO DE LOBÃO AGRADA A DEPUTADOS. *O Dia*. Teresina, ano XXIX, n. 7.180, 07 fev. 1980, p. 03).

É importante pontuar que a matéria é do dia 07 fevereiro de 1980, período anterior ao lançamento da Emenda Constitucional nº 15 do presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS), apresentada no dia 26 de fevereiro de 1980 e tinha como objetivo reestabelecer as eleições diretas para os cargos de governadores e senadores.

Além disto, a notícia colocou em destaque a aprovação da emenda Lobão, na fala de parlamentares da Assembleia Legislativa do Piauí, porém reforçou sobre a possibilidade deste percurso mudar, até porque o presidente João Figueiredo já havia manifestado que não apoiaria a medida para o próprio deputado Edison Lobão.

Vale ressaltar ainda que mesmo com o apoio de alguns políticos do Piauí, o governador do Estado, Lucídio Portela (1979-1983/PDS), era contra a emenda Lobão e a pedido do presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS) passou a fazer “campanha” para que deputados não votassem a favor da medida.

A rejeição da emenda Lobão aconteceu sob a justificativa de que por meio da Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980, que foi anexada a Mensagem nº 95 de 1980 e o texto original está na Mensagem nº 63/80, seria garantido mudanças mais significativas para o sistema democrático. Com esta medida, o presidente da República, João Figueiredo (PDS) instituiu as eleições diretas, por meio do voto popular, para os cargos de governadores e para senadores da República, diferentemente, da Lobão, que exigia eleições diretas apenas para governadores.

A orientação em rejeitar a emenda Lobão vinda do presidente da República João Figueiredo, que causou a mudança de discursos em algumas autoridades do PDS, se apresenta também no posicionamento assumido pelo deputado Edison Lobão, o autor da emenda. Com a matéria “Lobão diz que mais importante é eleição”, publicada em 17 a 20 de fevereiro de 1980, *O Dia* mostra o novo discurso do deputado Edison Lobão, que antes da orientação do presidente João Figueiredo era favorável à aprovação de sua emenda, desta vez, o parlamentar já não almeja a aprovação da emenda Lobão, porém defendia que fossem instituídas as eleições diretas, não importando quem fosse o autor da medida de lei. A notícia aponta que o parlamentar tinha ciência do pedido de João Figueiredo para rejeitar a emenda Lobão.

Brasília – “Não importa se as eleições diretas sejam reestabelecidas com a aprovação da minha emenda, por iniciativa do Governo ou de qualquer deputado ou senador. Importa, isso sim, que elas sejam reestabelecidas” disse o deputado Edson Lobão. - Não sou um intransigente – continuou o deputado – Quando tomei a iniciativa de apresentar a Emenda Constitucional reestabelecendo eleições diretas para governadores foi para atender compromissos assumidos com meus eleitores, com a minha consciência e com os brasileiros, nunca visando uma autopromoção. Lobão – negou-se a remeter as críticas de seus opositores segundo as quais a emenda “é uma iniciativa demagógica”, visando lucros eleitorais. Limitou-se a declarar: - Não tem sentido alimentar polêmica. Isto não me interessa. Agora, é esperar pela votação da emenda que deverá ocorrer até o dia 25 de março. Disse ainda, o representante maranhense que tem muita esperança de que sua proposta seja aprovada pelo Congresso, mas considerando a hipótese da rejeição está segundo [sic.] de que o Governo tomará a iniciativa de reestabelecer os pleitos diretos para governadores através de um projeto mais amplo. Ele lembrou a recomendação do Presidente Figueiredo referindo-se a sua proposta quando disse para numa oportunidade apresentar uma emenda completa e não pela metade. Comentando as declarações do líder do PTB, Getúlio Dias, no sentido de que seu partido estaria disposto a votar contra a Emenda Lobão em troca de um compromisso do Governo de encaminhar ao Congresso um projeto mais amplo, disse Lobão: - O deputado Getúlio Dias me parece estar numa posição conflitante, com a do próprio presidente do PTB, Leonel Brizola, que já se declararam favorável à aprovação da emenda

no Congresso Nacional. Não sei quem está com a verdade, se o líder do PTB na Câmara ou o líder nacional do partido (LOBÃO DIZ QUE MAIS IMPORTANTE É ELEIÇÃO. *O Dia*. Teresina, ano XXIX, n. 7.190, 17- 20 fev. 1980, p. 05).

Além de apresentar um pouco do cenário político da década de 1980, o jornal *O Dia* apontou dois representantes do PTB – o deputado federal do Rio Grande do Sul, Getúlio Dias (1979-1983/PTB), e o governador do Rio de Janeiro, Lionel Brizola (1983-1987/PTB) – e o choque de ideias partidárias existente internamente entre petebistas em que Lionel Brizola é favorável à emenda Lobão e Getúlio Dias contrário.

A emenda Lobão teve ampla cobertura jornalística na imprensa piauiense, especialmente, no momento que o deputado Edison Lobão ampliava suas críticas também aos governadores do Nordeste pela posição que estavam assumindo diante da votação de sua emenda. Na matéria “Lobão condena governadores³⁵”, publicada em *O Dia* na edição de 23 de fevereiro de 1980, o parlamentar declarou que “governador não vota, governa e, por isso, não tem que se envolver com a emenda apresentada” por conta do movimento realizado contra seu projeto. Segundo a matéria, o deputado Edison Lobão acreditava que sua emenda seria aprovada em vista do apoio que vinha recebendo, de um total de 67 senadores e de 50 deputados do PDS”, no entanto, reconhece que deputados estavam inibidos ao tratar da emenda já descartada pelo presidente João Figueiredo.

Assim, a rejeição à emenda Lobão para os defensores do regime civil-militar e para a bancada do PDS era algo certo, principalmente, por causa do lançamento da emenda da Presidência da República, que para o presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS) era considerada mais ampla, por promover não apenas o reestabelecimento do pleito direto para governadores em 1982, mas também extinguir o mandato dos senadores indiretos no ano de 1986.

Na edição de 27 de fevereiro de 1980, é publicado em *O Dia* a matéria intitulada “Eleições para governadores serão diretas”, com a divulgação da Mensagem de nº 63 e da emenda constitucional nº 15, que reestabelecia às eleições diretas para governadores e senadores para o ano de 1982 e resguardava os atuais mandatos. A informação tem como principal fonte o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que garantiu reformulação na “Lei

³⁵ LOBÃO CONDENA GOVERNADORES. *O Dia*. Teresina, ano XXIX, n. 7.193, 23 fev. 1980, p. 3.

Falcão³⁶”, dentre as alterações, seria permitido o debate político na televisão e no rádio no período eleitoral:

[...] O anúncio foi feito na tarde de ontem pelo ministro Abi-Ackel, após reunião do Presidente Figueiredo com a cúpula do PDS. O senador José Sarney disse que estas medidas estão inseridas dentro de um projeto de uma grande reforma constitucional que poderá ser delineada ainda este ano. “A emenda que será agora enviada ao Congresso disse Sarney é apenas uma antecipação da reforma constitucional que coroará o processo de abertura política”. A reunião dirigida pelo presidente Figueiredo, teve início às 15h30m, com a participação dos ministros: Abi-Ackel e o Golbery do Couto e Silva, e o senador Jose Sarney, presidente do futuro PDS, e dos líderes senador Jarbas Passarinho e o Nelson Marchezan. A reunião teve duas horas e meia de duração e ao final teve o texto definitivo do projeto, de emenda redigido, pronto para ser enviado hoje ao Congresso. A decisão de enviar “a emenda reestabelecendo as eleições diretas para governadores e senadores, segundo o ministro Abi-Ackel foi tomada tendo em vista que a “Emenda Lobão” será votada no próximo 25 de março”. Como tenho dito inúmeras vezes – disse Abi-Ackel a emenda denominada Lobão é incompleta e inoportuna. Incompleta porque coloca como solução unilateral para um só dos problemas que compõe a problemática constitucional brasileira e inoportuna porque se aprovada agora faria com que eclodisse prematuramente o problema das candidaturas ao Governo dos estados com prejuízos para os partidos em formação e tumulto na vida administrativa do país. O ministro disse que diante deste quadro coube ao Governo tomar iniciativa de mandar uma emenda mais completa o que será aprovada, depois dos tramites dentro do Congresso, em tempo hábil para que não venha precipitar a disputa eleitoral nos Estados. [...] (ELEIÇÕES PARA GOVERNADORES SERÃO DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXIX, n. 7.196, 27 fev. 1980, p. 05).

A matéria “Eleições para governadores serão diretas” apontou a disposição e o empenho do presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS), pelo menos no início de 1980, em realizar a abertura política no Brasil. A emenda constitucional nº 15 de 19 de novembro de 1980 é enaltecida nas falas de dois porta-vozes de João Figueiredo: o senador

³⁶ BRASIL. **Lei nº 6.339, de 1ª de julho de 1976 (Lei Falcão)**. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/1970-1979/L6339.htm>>. Acesso em 07 jun. 2019.

José Sarney, que aponta que esta emenda faz parte de um projeto que altera a conjuntura política como um todo; e o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, que garante ser a emenda do presidente João Figueiredo mais completa, em contrapartida, considera a emenda Lobão “incompleta” e “inoportuna”.

Já a matéria intitulada “Figueiredo assina mensagem sobre eleições diretas”, publicada pelo *O Dia* em 28 de fevereiro de 1980, informa que o presidente João Figueiredo sancionou a emenda que reestabelece as eleições diretas para governadores e para senadores. A medida foi divulgada com a Mensagem nº 63:

Brasília – O presidente João Figueiredo assinou ontem, as 10h30m, a Mensagem nº 63, encaminhando ao Congresso emenda constitucional reestabelecendo as eleições diretas para governadores e extinguindo as eleições diretas para senadores. A eliminação dos diplomas de exceção e a reestruturação da coexistência democrática pela anistia – diz a mensagem – e, finalmente, a reintrodução do pluripartidarismo na vida política do país assinalaram passos decisivos na obra de construção do regime democrático. A assinatura da mensagem foi feita logo após a reunião matinal do Presidente Figueiredo com os ministros “da casa” – Golbery do Couto e Silva, Danilo Venturini, Octávio Medeiros e o ministro interino do Planejamento, Flávio Pécora. Terminada a reunião com a presença destes ministros, entrou no gabinete presidencial o ministro da Justiça, Abi-Ackel, que entregou a mensagem ao presidente para a assinatura. Estavam presentes, também, o professor Heitor Ferreira, secretário particular do presidente e o coronel Paiva Chaves, assessor especial do presidente. O ministro Said Farhat, mais tarde, durante o “briefing” disse que o presidente tem expressado satisfação por estar cumprindo mais uma de suas metas, de um compromisso que ele assumiu como candidato a Presidente da República. (FIGUEIREDO ASSINA MENSAGEM SOBRE ELEIÇÕES DIRETAS. **O DIA**. Teresina, ano XXIX, n. 7.197, 28 fev. 1980, p. 05).

O jornal *O Dia* apresentou os nomes de autoridades políticas nacionais que estavam envolvidas nos trâmites da emenda, como: os ministros Golbery do Couto e Silva, Danilo Venturini, Octávio Medeiros, Flávio Pécora e Ibrahim Abi-Ackel. No entanto, ao longo da notícia, não há citações diretas de trechos com as falas das autoridades presentes na reunião, com exceção do ministro da Comunicação Social, Said Farhat, que é um dos porta-vozes do presidente João Figueiredo, e elogiou a aprovação da emenda do governo ditatorial. Segundo a matéria, Said Farhat declara que o presidente “tem expressado satisfação por cumprir mais uma de suas metas” e que esta medida representa “um compromisso que ele assumiu como candidato a Presidente da República”.

É importante salientar que esta notícia não faz sequer uma menção a emenda Lobão, tampouco os pontos negativos que a fez ser rejeitada, inclusive, pelos representantes do PDS, partido que o deputado federal Edison Lobão era filiado. Desta forma, *O Dia* aponta como definitiva a emenda constitucional nº 15 e fortalece o discurso de abertura política proposto pelo presidente João Figueiredo.

Nota-se, por meio das análises das matérias publicadas pelo jornal *O Dia*, que a abertura política no Brasil passou por processos de avanços e recuos por parte do regime civil-militar. A exemplo disto, o lançamento e a rejeição da emenda Lobão e a apresentação da emenda constitucional nº 15. Vale destacar que diante de um jogo de interesses políticos, o regime civil-militar e o PDS, partido ligado a ele, tinham poder de influenciar outras bases partidárias, a fim de aprovar ou não as medidas ou decretos que lhes fossem convenientes.

2.3.2 Jornal O Estado e a Emenda Lobão

A emenda Lobão, Proposta de Emenda à Constituição nº 37, 01 de outubro de 1979, fez o regime civil-militar antecipar a decisão de como seriam as eleições governamentais no ano de 1982. De acordo com o jornal *O Estado*, inicialmente, a emenda teve aprovação dos partidos políticos, inclusive, os de oposição como é o caso do PMDB, PT, Partido Democrático Trabalhista (PDT), que a tinham como algo certa. Na matéria intitulada “Emenda Lobão já é questão fechada³⁷”, publicada na edição de 15 de fevereiro de 1980, trata de uma reunião realizada pela Comissão Nacional Provisória, que aprovaria a emenda Lobão, abrindo margens para a possibilidade de reestabelecer as eleições diretas para governadores.

Em fevereiro de 1980, a exigência para que se tomassem posicionamentos em relação à emenda Lobão começou a se intensificar. Muitos representantes do PDS, partido base do governo, passaram a se posicionar contra o projeto de lei do deputado Edison Lobão. Da mesma forma, partidos que se aliaram ao PDS, a exemplo do PTB, quando o presidente do partido era Getúlio Dias, anunciou que não apoiaria a medida. A ação provocou e acentuou divergências políticas no próprio partido.

³⁷ EMENDA A LOBÃO JÁ É QUESTÃO FECHADA. *O Estado*. Teresina, ano X, n. 2.109, 15 fev. 1980, p. 04.

Na matéria intitulada “PTB admite votar pela derrubada da emenda Edson Lobão³⁸”, de 17/18 de fevereiro de 1980, há declarações do presidente do PTB, Getúlio Dias, afirmando que ele “está disposto a votar contra a emenda Lobão, em troca de um compromisso do Governo de encaminhar ao Congresso Nacional uma medida mais ampla”. O posicionamento do presidente do PTB, segundo o jornal, não agradou ao deputado Edson Lobão, já que o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1959-1963/PTB) já tinha se declarado favorável.

Ainda em torno destas divergências, *O Estado* publica uma matéria no dia 21 de fevereiro de 1980, sob o título “José Sarney reafirma que Governo vai cumprir compromissos em 1982”, e apresenta a fala do senador do Maranhão, José Sarney (1971-1985/PDS), sobre a existência de uma proposta presidencial mais ampla que a do deputado Edison Lobão. Sem pontuar mais detalhes, José Sarney confirmou apenas que haveria eleições diretas em 1982, como forma de cumprir compromissos com o regime civil-militar.

O Senador José Sarney, presidente do PDS, reafirmou ontem que há um compromisso do Governo e do seu partido com a realização das eleições diretas em 1982, embora exista a orientação oficial para que se promova a rejeição da Emenda Lobão – que reestabelece exatamente aquelas eleições – sem compromisso de que o Congresso terá posteriormente uma mensagem mais ampla, propondo a mesma coisa e mudanças na lei de propaganda eleitoral. Comentou também que o debate em torno do programa de seu partido era extremamente salutar, até mesmo porque esclarece alguns pontos de vista antes da aprovação final, na Convenção. [...] Acrescentou o senador que a ordem da votação da Emenda Lobão, se pelo Senado ou Câmara, é uma questão regimental que deve ser analisada pela Mesa, e que não tem conhecimento de que deve também obedecer à tradição das casas. Sarney explicou que não desmentia e nem confirmava a vinda de mensagem presidencial propondo medidas capazes de substituir a sugestão do deputado Edison Lobão, porque não tinha conhecimento de proposta do Governo neste sentido. Afirmou apenas que partem do pressuposto de que em 1982, serão realizadas eleições diretas. E elas, disse não seriam reestabelecidas logo, porque no momento a tarefa primordial era a organização dos partidos. Na sua opinião, as divergências se travam exatamente nesse aspecto de tempo e oportunidades (JOSÉ SARNEY REAFIRMA QUE GOVERNO VAI CUMPRIR COMPROMISSOS EM 1982. *O Estado*. Teresina, ano X, n. 2.144, 21 fev. 1980, p. 13).

³⁸ PTB ADMITE VOTAR PELA DERRUBADA DA EMENDA EDSON LOBÃO. *O Estado*. Teresina, ano X, n. 2.111, 17-18 fev. 1980, p. 15.

Segundo *O Estado*, o argumento sobre as eleições diretas é fortalecido diante do compromisso que o presidente João Figueiredo teria feito, desde o lançamento de seu programa de governo, de promover a abertura política. O jornal ainda evidencia que a realização das eleições diretas não poderia ser de imediato, em vista da formação e reorganização dos partidos, possibilitado por meio da Lei Orgânica dos Partidos.

O que se pode perceber ao longo da matéria “José Sarney reafirma que governo vai cumprir compromissos em 1982” é que ocorreu, de fato, uma “orientação oficial” do presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) para que o PDS e partidos aliados rejeitassem a emenda Lobão.

Outro ponto que merece ser destacado é que o senador José Sarney garante não ter conhecimento da proposta do governo ditatorial de substituir a emenda Lobão, se mostrando distante de quaisquer decisões. Ao mesmo tempo, na matéria é apresentada certa concordância e afinidade entre o senador Sarney e os ideais do presidente João Figueiredo, principalmente, quando este aponta desejo de promover as eleições diretas e que no momento “a tarefa primordial” é a organização partidária, proposta pela Lei Orgânica dos Partidos.

No dia 28 de fevereiro de 1980, os jornais *O Dia* e *O Estado* publicaram, respectivamente, as matérias “Figueiredo assina mensagem sobre eleições diretas” e “Governo envia ao Congresso Mensagem sobre as diretas” dando visibilidade à divulgação da emenda constitucional nº 15 e a Mensagem nº 63 do presidente João Figueiredo. A proposta da emenda presidencial era instituir eleições diretas para governadores e do mesmo modo seriam instituídas as diretas para senadores, o que causou as expectativas maiores que geradas com a emenda Lobão.

O presidente João Figueiredo assinou, as 10 horas de ontem, em Brasília, mensagem ao Congresso Nacional encaminhando proposta de emenda constitucional reestabelecendo as eleições diretas para governadores e acabando os biônicos. A mensagem que tem o número 63 redigida em 25 linhas, foi assinada após reunião do Presidente João Figueiredo com o Ministro Ibrahim Abi-Ackel. O documento a ser apreciado pelo Congresso Nacional no próximo mês de março, possui dois artigos. O primeiro altera o parágrafo segundo do artigo 13 e os parágrafos um, dois e três do artigo 41 da Constituição Federal. O segundo artigo da emenda proposta ao Congresso mantém os mandatos dos atuais senadores biônicos até o seu final. Com a iniciativa do governo em encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de reestabelecimento de eleições diretas para governadores a emenda do deputado Edson Lobão – PDS-MA – será rejeitada porque, segundo o deputado Jesualdo Cavalcanti a mensagem do governo está mais abrangente,

vez que dispõe sobre o desaparecimento de eleições indiretas para governadores e senadores. Segundo Jesualdo Cavalcanti, embora a emenda Edson Lobão já tenha o parecer favorável da Comissão mista do Congresso Nacional não haverá problema quanto a sua rejeição argumentando que a maioria dos políticos inclusive o próprio autor da matéria, estava torcendo por medidas mais abrangentes no que respeita ao estabelecimento das eleições de governadores. Sobre o fim da Lei Falcão, o deputado Jesualdo Cavalcanti disse que o governo poderá encaminhar, depois da votação da proposta enviada ontem ao Congresso reestabelecendo as eleições uma lei ordinária, dispo[n]to [sic] sobre a desarticulação da Lei Falcão. Frisou, por outro lado, que o desaparecimento deste instrumento eleitoral será uma consequência do restabelecimento das eleições diretas de governadores. (GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO MENSAGEM SOBRE AS DIRETAS. **O Estado**. Teresina, ano X, n. 2.120, 28 fev. 1980, p. 12).

Em relação às fontes presentes na notícia, o jornal *O Estado* não deu visibilidade a autoridade política de nível nacional; mas, ao deputado estadual do Piauí Jesualdo Cavalcanti (1979-1987/PDS), representando o partido do presidente João Figueiredo a nível local. A notícia traz a rejeição da emenda Lobão como algo certo, mediante a proposta do presidente.

A matéria “Governo envia ao Congresso mensagem sobre as Diretas” enaltece, na fala do deputado Jesualdo Cavalcanti, a emenda da Presidência da República, intitulada “Emenda Constitucional nº 15”, de 19 de novembro de 1980, que é considerada como a “mais abrangente”. Há também na matéria um discurso de desvalorização da emenda Lobão, mesmo ressaltando que ela tinha possibilidade de ser aprovada pelo Congresso Nacional, ao pontuar que existia um grupo que torcia por uma emenda mais abrangente, inclusive, o autor da emenda Lobão, deputado federal do Maranhão Edison Lobão (1979-1982/PDS).

A matéria ainda busca suavizar o fato de que a emenda proposta pelo presidente, mesmo com recente elaboração, não gerou atritos no interior do partido político, no caso o PDS, e nem mesmo entre seu autor, o deputado Lobã, e o presidente da República João Figueiredo. Principalmente, ao destacar, por meio de Jesualdo Cavalcanti, que o próprio autor da emenda Lobão já não mais acreditava na resolubilidade de seu projeto de lei e se aliou a proposta da Presidência da República, sem maiores atritos.

O jornal *O Estado* também retratou a emenda Lobão, apesar de ter sido em frequência menor que em *O Dia*, mostrando pontos divergentes entre os partidos políticos diante da possibilidade realização das eleições diretas para governadores. O periódico trouxe discursos que apontavam o favoritismo pelas eleições diretas, porém, destacando que esta proposta já fazia parte do programa de governo do presidente João Figueiredo. Os discursos se

subdividiram entre ser favorável às eleições diretas apenas para o nível estadual ou favorável a diretas para os cargos de governador e para presidente da República. Com o posicionamento do presidente João Figueiredo favorável às eleições diretas apenas para os cargos de governador, é que passou a haver uma dispersão e insatisfação entre os partidos políticos, que passaram a exigir eleição direta também a nível presidencial.

O fato é que a emenda constitucional nº 15 de 19 de novembro de 1980, que reestabelece as eleições diretas para governadores e senadores, foi aprovada no Congresso Nacional por unanimidade, sem nenhum voto contra. A medida extinguiu os senadores “biônicos” e preservava os atuais mandatos. Assim, os governadores indiretos permaneceriam em seus cargos até 15 de março de 1983 e os senadores "biônicos" até 15 de março de 1986.

A matéria “Voltam as eleições diretas para governador e senador”³⁹, publicada pela “Folha de S.Paulo”, no dia 14 de novembro de 1980, descreve como ocorreu a votação da emenda. Segundo a matéria, “a proposta alcançou no primeiro turno 389 votos na Câmara dos Deputados e 54 no Senado”. A notícia ressalta ainda que no segundo turno de votação, realizado, imediatamente, após o primeiro, “a emenda obteve 390 votos na Câmara e os mesmos 54 votos no Senado. Faltaram 25 deputados e 11 senadores”.

A “Folha de S. Paulo” pontuou ainda na matéria que está “foi a primeira vez em 25 anos, que uma lei passou pelo Legislativo sem nenhum voto contra”. Além disto, o jornal alerta que durante a votação não foi colocado em pauta as propostas dos partidos oposicionistas, que pretendiam estender as eleições diretas para os cargos: de presidente da República, prefeitos e vice-prefeitos das Capitais; que extinguiu, já em 1982, os mandatos dos senadores "biônicos", nomeados em 1978; reduzia de seis para cinco anos o mandato do presidente da República e acabava com o Colégio Eleitoral do presidente da República, atualmente previsto no artigo 75 da Constituição.

2.4 O cenário da abertura política na década de 1980 e a campanha Diretas Já

³⁹ VOLTAM AS ELEIÇÕES DIRETAS PARA GOVERNADOR E SENADOR. In: O CONGRESSO APROVA A ELEIÇÃO DIRETA EM 82. **Banco de Dados Folha**. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14nov1980.htm. Acesso: 12 jan. 2019.

As mudanças provocadas no final da década de 1970 a início de 1980, eram reflexos das necessidades internas em seus mais variados setores, mas também do que ocorria fora do Brasil. O regime civil-militar tinha como proposta acabar com a corrupção e afastar a ameaça de implantação do Comunismo, no entanto, passou a explicitar a proposta de abertura política, o que seria o início da campanha Diretas Já.

A primeira metade da década de 1980 foi marcada por acontecimentos políticos e sociais na história mundial. Dentre eles estão às guerras internacionais: a Guerra Fria (1945-1991) marcada sem a ocorrência de uma guerra direta entre Estados Unidos e União Soviética; Guerra Afegã-Soviética (1979-1989) ocorrida entre a União Soviética e o Afeganistão (Resistência Islamista Mujahideen) o que ocasionou a derrota da primeira; Invasão de Granada (1983) que foi comandada pelos Estados Unidos; Guerra do Líbano (1982) entre o Governo de Israel e Líbano; a Guerra Irão-Iraque, que ocorreu entre 1980 e 1988 e a Guerra das Malvinas, que aconteceu entre 2 de abril de 1982 a 14 de julho de 1982, entre a Argentina e o Reino Unido, que saiu vitorioso; entre outras que inclusive, se prolongaram até o final da década.

Já o Brasil enfrentava uma realidade com grandes contrastes sociais e econômicos, em que uma grande parcela da população não possuía acesso à educação, saúde, saneamento básico e habitação. Apesar de na década de 1980 o Brasil não ter vivenciado uma guerra propriamente dita, o país passou por algumas mudanças sociais, políticas e até culturais, principalmente, por se tratar da retomada do sistema democrático. Cenário este que causou a intensificação do surgimento de novas organizações da sociedade civil e política, como: sindicatos, associações científicas e comunitárias, novos partidos políticos e organizações não governamentais; todos sendo instituições independentes e desenvolvendo ações não assumidas pelo Estado.

O país estava sob o comando do presidente da República, general João Baptista Figueiredo (1979-1985/PDS), que foi indicado pelo seu antecessor general Ernesto Geisel (1974-1979/ARENA), por comungar de suas ideias e propostas políticas, em especial, a promoção da abertura política no país. Tal como Geisel, Figueiredo também sofreu pressões da extrema direita do regime civil-militar e da oposição partidária, em face de um período conturbado pela crise econômica, o endividamento do país e a eclosão de greves, dentre elas a

promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos ocorrida no ABC Paulista (SP), que trouxe a figura do Luiz Inácio Lula da Silva⁴⁰, como um dos líderes dos protestos.

O governo de João Figueiredo proporcionou benefícios que se encaminharam para o que ele pregou em seu mandato, a exemplo da abertura política. No ano de 1979 ocorreu a aprovação de duas leis que foram cruciais para o processo de redemocratização: a “Lei da Anistia Política” que era demanda de vários setores sociais e possibilitou o retorno dos exilados ao país; e a “Lei Orgânica dos Partidos”, que colocaria o fim no bipartidarismo, tendo como ideia central dividir e enfraquecer a oposição. Até então, havia apenas dois partidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Além disso, em 1982 houve as eleições diretas⁴¹ para os cargos de governadores, senadores, deputados estaduais e federais em todo o país e o fortalecimento do sindicalismo e de entidades classes. A exemplo da OAB e da ABI, organizações que possuíam representatividade no país. Este cenário político não foi bem recebido pela extrema direita do regime civil-militar, que buscou dificultar o avanço da democracia, o que acabou favorecendo problemas de ordem política e econômica ao país.

Romancini e Lago (2007, p. 156) destacam algumas ações causadas pela extrema direita para inibir o avanço das esquerdas ou qualquer outra ação de ordem política que colocasse em xeque o comando dos militares no poder, como: a explosão causada por bombas à sede da OAB do Rio de Janeiro em 1980; o sequestro de dom Adriano Hypólito e do jurista Dalmo Dallari, personalidades conhecidas por contrariar o governo; o atentado conhecido como Riocentro, ocorrido no dia 30 de abril de 1981, em comemoração ao dia do trabalho; e ainda o aumento no preço do petróleo no ano de 1979.

Pode-se dizer que o sentimento de catarse em torno do regime civil-militar só foi sentido, com maior intensidade, no ano de 1984, com as manifestações que exigiam mudanças no sistema governamental e reuniram milhares de pessoas em praças e avenidas do país. Segundo Nunes e Weyne (2013), os protestos expressavam o desejo pela volta da democracia e a liberdade de expressão, inclusive, a imprensa brasileira que ainda estava presa às normas

⁴⁰ A greve dos metalúrgicos de São Paulo, ocorrida entre os anos de 1978 a 1980, foi a de maior repercussão. Inclusive, foi marcada pela prisão de vários líderes sindicais, dentre eles o Luiz Inácio Lula da Silva, preso em abril de 1980, ano que também fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) no país.

⁴¹ A eleição direta no ano de 1982, para os cargos de governador e vereador, apesar de ainda regido pela Lei Falcão, ocorreu por meio do voto popular após 17 anos que estava suspenso.

do governo. Para os autores, o movimento pelas Diretas Já foi considerado o maior momento de comoção e expressão social ocorrido ao longo do regime civil-militar, em que o ato de se posicionar contra o governo causava punições.

São milhões de brasileiros que em 1984 tomam as praças e avenidas do Brasil, vaiando a Ditadura Militar. A longa Diáspora da Democracia no Brasil (64 a 84) operava essa união. Em momento algum de nossa história, o orgulho do sentimento nacional terá se manifestado com tanta altivez! Os alicerces da Ditadura estremeçam! Brasileiros de todas as idades, de todos os quadrantes desfilam pelas cidades brasileiras. Os indecisos cordões de Geraldo Vandré, ao de o “Menestrel das Alagoas”, batizam a rosa dos ventos da política e seguem o azimute das aspirações populares. No sertão e na caatinga do Nordeste o povo desperta da letargia política e, aos acordes do Hino Nacional cantado pelas massas urbanas, sente perpassar-lhe o corpo a onda de fervor cívico nacional (NUNES; WEYNE, 2013, p. 13).

O movimento pelas eleições diretas representou um contrapoder frente ao governo militar e uma luta pela retomada da democracia brasileira. No entanto, houve políticos e instituições que se posicionaram contrários às eleições diretas, em apoio ao governo e ao mesmo tempo, contrapondo todo debate que vinha sendo construído em torno do discurso democrático. Muitas vezes, esses posicionamentos eram divulgados nos veículos de comunicação, de acordo com a linha editorial da empresa.

Após a conquista das eleições diretas para o cargo de governador, o presidente general João Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS) seguia com o discurso de abertura política, atrelado ao de não ser ainda o momento de se promover eleições diretas para o cargo de presidente, o que deu fôlego as reivindicações políticas. *A priori*, havia manifestações individualizadas, em que políticos e lideranças sindicais se posicionavam e apontavam as eleições diretas como o melhor caminho para resolver as crises que o país enfrentava.

As mobilizações realizadas por meio de debates retóricos ganharam outros formatos. Ou seja, de apenas posicionamentos prós e contras materializados pelos discursos, o movimento ganhou estrutura física quando os partidos políticos, organizações de várias entidades institucionais, artistas, estudantes e parcela da sociedade ganharam as ruas das principais capitais do país, por meio de protestos e comícios. O movimento foi intensificado com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5, de 2 de março de 1983, apresentada pelo deputado federal do Mato Grosso, Dante de Oliveira (1983-1985/PMDB), que solicitava as eleições diretas para cargo de presidente do Brasil.

Apesar da comoção, a emenda não teve o resultado esperado pelos manifestantes favoráveis às diretas e acabou sendo rejeitada pela Câmara dos Deputados, no dia 25 de abril de 1984. Segundo Romancini e Lago (2007, p. 160), dos 479 dos votos: 298 deputados federais votaram a favor; 65 votaram contra; 03 se abstiveram de votar e 113 deputados estavam ausentes do plenário. Desta forma, faltando apenas 22 votos favoráveis, a emenda Dante de Oliveira não atingiu quórum mínimo para ser analisada pelo Senado.

Deste modo, a emenda Dante de Oliveira representou no imaginário popular a esperança de melhorias nas condições de vida dos brasileiros, que foi frustrado diante da rejeição. Ao longo do processo de debate da emenda Dante de Oliveira, o presidente da República João Figueiredo lançou, em parceria com o chefe do gabinete civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu⁴². A proposta de lei ficou conhecida como emenda Leitão de Abreu e tinha como finalizada superar a emenda Dante de Oliveira. A emenda Leitão de Abreu estabelecia, além da eleição direta para presidente da República em 1988, tinha como proposta reduzir para quatro anos o mandato do presidente a ser eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Apesar disto, ela foi retirada de pauta do Congresso Nacional, em 28 de junho de 1984, não chegou nem mesmo a ser votada.

Por conseguinte, o presidente João Figueiredo cumpriu seu mandato e ainda indicou um nome que lhe sucederia para as eleições de janeiro de 1985. Nesta eleição, foram eleitos: o presidente civil Tancredo Neves (PMDB) e o vice-presidente José Sarney⁴³ por um processo de votação no Colégio Eleitoral, novamente de forma indireta.

Apesar das tentativas de implantar as eleições diretas, a mudança no sistema de votação só quando a Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988, sob o governo do presidente da República José Sarney (1985-1990/PMDB). Dentre suas principais determinações está a instituição do sistema presidencialista de governo com eleição direta para presidente da República, em dois turnos.

As eleições diretas para presidente da República no ano de 1989, de fato, aconteceram em dois turnos: primeiro turno, no dia 15 de novembro de 1989, e o segundo turno em 17 de

⁴²FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Verbete ABREU, João Leitão de**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-leitao-de-abreu>>.

⁴³ Em 15 de janeiro de 1985, ocorreu a última eleição indireta e foi eleito presidente Tancredo Neves (PMDB) contra Paulo Maluf (PDS). Apesar disso, quem assumiu foi o vice José Sarney, após o falecimento de Tancredo, no dia 21 de abril de 1985, vítima de infecção.

dezembro de 1989, em março de 1990, quando foram eleitos por votos populares, o presidente Fernando Collor de Mello⁴⁴ (1990-1992) e o vice-presidente Itamar Franco, ambos do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Além de Fernando Collor de Mello, os demais candidatos que disputaram o cargo de presidente da República em 1989 foram: Luís Inácio Lula da Silva (PT); Leonel Brizola (PDT); Mário Covas (PSDB); e Paulo Salim Maluf (PDS). O primeiro presidente da República eleito após o regime civil-militar, Fernando Collor foi afastado da presidência, por meio de um processo de impeachment, no entanto, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o comando do país em dezembro de 1992, concluindo seu mandato em janeiro de 1995.

Apesar da campanha Diretas Já não ter sido suficiente para aprovar a emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, esta foi capaz de realizar manifestações e comícios em diversas capitais, com a comoção popular. Os atos públicos que se sobressaíram nos noticiários nacionais foram às manifestações ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois, além de terem acontecido nas capitais onde estão instaladas as empresas de comunicação de maior abrangência nacional, conseguiram reunir públicos maiores em relação aos demais Estados do Brasil.

Na década de 1980, o Piauí foi pauta das manchetes dos principais jornais do Estado por enfrentar problemas sociais, que envolviam setores da educação, saúde e habitação. Havia matérias sobre: famílias alagadas em decorrência do período chuvoso; cidades em estado de emergência devido à estiagem; obras inacabadas; faltas de saneamento básico e calçamento; greves dos trabalhadores, inclusive professores; alta taxa de desemprego; aumento no preço da gasolina e de alguns alimentos, como: a carne, o pão e o leite. Todas estas e outras problemáticas que atingiam a população, causaram a insatisfação na população, que passaram a depositar esperanças de melhores condições de vida na redemocratização do país com as eleições diretas, até porque era este o discurso dos partidos políticos de oposição ao regime civil-militar.

Entre os anos de 1980 a 1984, o Brasil foi comandado pelo presidente João Baptista Figueiredo que governou entre o dia 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Já o Piauí foi governado por duas autoridades: Lucídio Portella (PDS), que esteve no cargo entre 15 de

⁴⁴ Fernando Collor de Mello, considerado o presidente do Brasil mais jovem a assumir o cargo, foi o primeiro eleito por votação direta após o Regime Militar e também o primeiro a sofrer impeachment, acusado de corrupção.

março de 1979 a 15 de março de 1983; e Hugo Napoleão (PDS), entre 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986. E a capital do Piauí, Teresina, contou com um total de três prefeitos: Raimundo Bona Medeiros (PDS), entre 23 de março de 1979 a 14 de maio de 1982; Jesus Tarja (PDS), entre 14 de maio de 1982 a 21 de março de 1983; e Antônio Freitas Neto (PDS), entre 21 de março de 1983 a 1 de janeiro de 1986.

Pode-se perceber que os representantes a nível estadual e municipal são do mesmo partido político do presidente João Figueiredo, no caso o PDS. A explicação vai além do poder e domínio que o regime civil-militar tinha sobre as unidades federativas do país. É que no ano de 1982, foi instituído o “voto veiculado”, sob a Lei nº 6978 de 19 de janeiro de 1982. Segundo Lopes Júnior (2007, p.82), foi por meio do “voto vinculado” que o eleitor foi obrigado a escolher candidatos de um mesmo partido em todos os níveis de representação, sendo proibida a coligação de partidos; caso contrário, os votos em candidatos de agremiações diferentes seriam considerados nulos. O autor destaca ainda que esse tipo de voto beneficiaria o PDS, partido da base governista, que tinha grande força nos municípios.

As eleições diretas para governador impulsionaram os partidos políticos a tentar eleições, com o voto popular, também para o cargo de presidente da República, proposta que não era refutada pelo presidente João Figueiredo, contanto que ocorresse somente após o seu mandato. Desta forma, os partidos políticos que representavam a oposição, estavam subdivididos e se aliaram para pressionar o governo ditatorial, com protestos e comícios por todo o país.

Em Teresina, no ano de 1984, houve uma série de comícios a favor das eleições diretas. Dentre eles, destacam-se dois por terem ganhado destaque nos jornais *O Dia* e *O Estado*. O primeiro aconteceu em fevereiro de 1984, na Praça do Marquês; e o segundo, em abril do mesmo ano, na Praça Landri Sales, conhecida como Praça do Liceu.

O comício realizado no dia 13 de fevereiro de 1984, na Praça do Marquês de Paranaguá, foi organizado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Piauí, que tinha como presidente o jornalista e deputado estadual Deoclécio Dantas (1979-1985/PMDB), com o apoio do PDT e PT. As autoridades piauienses que estiveram no comício foram: os deputados federais do Piauí Ciro Nogueira Lima (1983-1987/PMDB) e Raimundo Wall Ferraz (1983/1984/PMDB) e o vereador Osmar Júnior (1983-1989/PMDB). Marcaram presença também alguns nomes relevantes na política nacional, como: do

presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães; do governador do Rio de Janeiro e presidente do PDT, Leonel Brizola (1983-1987/PDT); do presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva; do senador do Paraná, Afonso Alves Camargo Filho (1979-1995/PMDB); do ex-ministro do Trabalho e Emprego Amino Afonso; ex-vice-governador de Santa Catarina, Doutel de Andrade, e outros.

Além destas autoridades políticas e da sociedade civil, as entidades reforçaram o protesto na Praça do Marquês, como: a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB/PI); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (Fetag-PI); órgãos ligados a Universidade Federal do Piauí (UFPI) como: a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), Associação dos Servidores da Universidade Federal do Piauí (ASUFPI)⁴⁵, Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Centro Colegial dos Estudantes do Piauí (CCEP); Associação dos Economistas; Associações de Bairros e Associações dos Mutuários do BNH.

E o segundo comício a favor das eleições diretas, ocorreu no dia 24 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira e tinha como ponto de concentração a Praça Saraiva e o destino foi a Praça Landri Sales, conhecida como Praça do Liceu. O evento conseguiu reunir parlamentares do PMDB, a OAB, vereadores, líderes sindicais, representantes de entidades estudantis, a ADUFPI e ainda o Clube dos Diretores Lojistas.

Esta mobilização também contou com um número representativo de pessoas, que gritavam palavras de ordem da campanha Diretas Já, com faixas nas cores verde e amarelo, reforçando o espírito de nacionalidade e democracia. O que marcou nesta manifestação, além do grande público, foi à exigência prévia do secretário de segurança, Juarez Tapety, que se pronunciou na televisão, às 12 horas do dia 24 de abril de 1984, e exigiu que o comício tivesse de acontecer de forma pacífica.

É importante ressaltar que o movimento pelas eleições diretas, pelo menos em processo de votação, não teve o resultado esperado. No entanto, tornou-se uma das principais mobilizações contra o regime civil-militar e que tinha como interesse a redemocratização do país. Sobre o assunto, Maciel e Fontineles (2016) destacam as Diretas Já como um

⁴⁵A Associação dos Servidores da Universidade Federal do Piauí (ASUFPI) foi citada pelos jornais O Dia e O Estado, no entanto, não foram encontrados estudos sobre esta entidade de classe. É possível que a ASUFPI tenha relações com a Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Piauí (SINTUFPI).

movimento que se delineou a passos lentos, chegando a ultrapassar anseios políticos por atingir diferentes setores da sociedade civil:

Levando em consideração que tal movimento foi delimitando e ampliando um espaço cada vez maior, ganhando até mesmo proporções surpreendentes em número de adeptos, não podemos esquecer que este foi um acontecimento que se delineou através de um processo histórico. Então, partindo desse pressuposto, a campanha das *Diretas Já* não foi algo encabeçado da noite para o dia, mas algo que foi pensado, articulado e disseminado entre vários grupos sociais e políticos de diferentes segmentos (MACIEL; FONTINELES, 2016, p. 132).

Em virtude do aumento da mobilização em torno da campanha Diretas Já, bem como as ações que anteciparam a emenda Dante de Oliveira em todo o país, é que o assunto será discutido de forma ampla no próximo capítulo, em vista das eleições diretas para o cargo majoritário, dando atenção especial à cobertura deste acontecimento e de seus desdobramentos na imprensa piauiense.

O(s) acontecimento(s) jornalístico(s) é(são) construído(s) segundo regras da prática discursiva adotada por um órgão de imprensa, o que dá margens para o controle, a seleção e a organização de informações. As regras de produção de um discurso jornalístico têm relação não apenas com o ambiente interno das redações, mas também é pensado no externo a ela, em vista das relações políticas, ideológicas, econômicas e sociais que a empresa possui. Desta maneira, para que um acontecimento seja publicado no formato de notícia jornalística, este deve haver relevância, ser um fato novo, mesmo que dê continuidade a um fato divulgado anteriormente, porém, com novas informações.

No início da década de 1980, as discussões nos jornais impressos de Teresina (PI), mais especificamente, *O Dia* e *O Estado*, giraram em torno de duas emendas: a emenda Lobão e a emenda Dante de Oliveira. Apesar de rejeitadas, os dois projetos de lei contribuíram para fomentar o debate da abertura política proposta pelos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, este sendo o último do regime civil-militar. Por meio dessas emendas foi possível ressaltar diversos acontecimentos jornalísticos que ganharam as principais manchetes dos periódicos, inclusive, posicionamentos e interpretações diversas, como é abordado nos capítulos 3 e 4 desta dissertação.

3 CAMPANHA DIRETAS JÁ NAS PÁGINAS DO JORNAL *O DIA*

3.1 Silenciamento *versus* Visibilidade nas páginas de *O Dia*: a cobertura da campanha Diretas Já no Brasil

A proposta da abertura democrática no Brasil esteve no programa político do regime civil-militar desde quando o general Ernesto Geisel (1974-1979/ARENA) assumiu a presidência da República, em 1974. Este projeto foi seguido por seu sucessor, o general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS), que tinha como vice-presidente o engenheiro Aureliano Chaves (1979-1985/ARENA-PDS); ambos eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral no dia 15 de março de 1979, concluindo seus mandatos em 15 de março de 1985.

Segundo Paulo Netto (2014, p. 211), o governo do presidente João Figueiredo foi marcado pela crise e a derrota do regime ditatorial, tornando-se o último presidente da era dos generais. Sobre o período, o autor sustenta que Figueiredo em nada inovou ao assumir o cargo e acabou deixando margens para rupturas e dilaceramentos nos suportes sociais e políticos da ditadura e ainda para que as lutas de classes ganhassem uma nova dinâmica.

Ao longo dos dois primeiros anos do governo Figueiredo, passos importantes no sentido de romper com os constrangimentos ditatoriais foram efetivados, graças ao adensamento das forças democráticas – que vinha especialmente desde 1978. [...] Cabe salientar que rapidamente se generalizava a percepção de que a “institucionalização” geiselista não daria conta das massivas aspirações democráticas acumuladas durante anos e anos (PAULO NETTO, 2014, p. 216).

Com a realização das eleições diretas para governador, em 1982, o debate sobre as eleições diretas para presidente da República ficou cada vez mais acalorado. De acordo com Leonelli e Oliveira (2004, p. 78), este debate ganhou mais força com a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, no dia 02 de março de 1983, de autoria do deputado federal do Mato Grosso, Dante de Oliveira (1983-1985/PMDB), e assinada por mais 176 deputados e 23 senadores. Os estudiosos ressaltam ainda que a criação da campanha Diretas Já ocorreu na Câmara dos Deputados no dia 09 de março de 1983, pela bancada do PMDB.

Tal campanha trouxe um clima de incertezas para a sociedade, para as autoridades e até para a imprensa. Os veículos de comunicação, inicialmente, não deram a mesma repercussão de quando a mobilização se estendeu para as ruas das principais capitais do país, com as passeatas e comícios. Como pontuam Leonelli e Oliveira (2004, p.78), dentre os grandes jornais nacionais, apenas *O Globo* registrou, em pequena matéria, a apresentação da PEC que solicitava o reestabelecimento das eleições diretas para presidente da República.

Acredita-se que essa atitude ocorreu devido ao presidente da República, João Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS), assumir uma postura cautelosa sobre as eleições diretas. Por mais que ele não rejeitasse a possibilidade de instituir as diretas para presidente, sua postura também não garantia de imediato, como era exigido na campanha Diretas Já, as eleições diretas para o dia 15 de novembro de 1984.

O jornal *O Dia* divulgava as informações da política nacional com o apoio de agências de notícias e, no que era possível, fomentava o debate com as autoridades locais. A primeira vez que o periódico citou a campanha Diretas Já foi na edição de 5/6 de junho de 1983, através da matéria “PMDB lança em Goiânia campanha pelas diretas”. Verifica-se, ainda, que nesta edição não havia chamada de capa e nem fotografia, ou seja, pouca visibilidade foi dada ao assunto. Já no tocante à matéria, consta a informação sobre o lançamento oficial da campanha Diretas Já pelo PMDB, em Goiânia (GO), que seria realizado em 15 de junho de 1983 com a realização de comício.

BRASÍLIA - [...] uma campanha de âmbito nacional, em favor das eleições diretas para presidente da República, pretendendo, com isso, uma ampla mobilização popular em torno do tema para que também no bojo dessa iniciativa possa ser debatidos amplamente os problemas nacionais. Isso foi o que anunciou ontem em Brasília, o senador Henrique Santillo, representante peemedebista de Goiás e presidente da Fundação Pedroso Horta, para quem a solução da crise econômica do país necessariamente passa pelo caminho institucional. Segundo explicou o parlamentar goiano, o futuro do país corre sérios riscos, mas ainda é possível evitar o caos, basta que o país restabeleça as eleições diretas para presidente da República e vote uma nova Carta Constitucional por via de uma Assembleia Nacional Constituinte. [...]. (PMDB LANÇA EM GOIÂNIA CAMPANHA PELAS DIRETAS. *O Dia*. Teresina, ano XXXII, n. 5.548, 5-6 jun. 1983, p. 04).

A matéria colocou em destaque o PMDB, partido que encabeçou a campanha Diretas Já e era considerado o de melhor estrutura política dentre os que formavam a oposição do regime civil-militar. O texto apresentou o primeiro ato público da mobilização informando

que a campanha Diretas Já ultrapassaria os limites das regiões Sul e Sudeste e agregaria mais Estados de outras regiões do país, com justificativa de retomar a democracia e sanar as crises econômicas da década de 1980.

De acordo com Leonelli e Oliveira (2004), após o lançamento em Goiânia (GO), a campanha Diretas Já seguiu um roteiro de atividades com ações em várias capitais do país. Dentre elas, os autores destacam os atos públicos em Teresina (PI), que aconteceu no dia 24 de junho de 1983, e em São Luís (MA), no dia 25 de junho de 1983:

A campanha pelas eleições diretas vem tendo o seu deslocamento consoante o organograma elaborado. Já estão programados para este mês atos públicos em Goiânia (dia 15), Teresina (dia 24), São Luís (dia 25), bem como um seminário em São Paulo, nos dias 17, 18 e 19, sob o título “PMDB, o salário, o desemprego e a crise”, e dia 20, também um seminário em Cuiabá-MT, na Assembléia Legislativa (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 161).

Na matéria “Chagas chega a Teresina para traçar programa”, publicada em *O Dia* de 24 de junho de 1983, apesar de não citar em suas linhas o nome “campanha Diretas Já”, trata-se de uma reunião organizada pelo PMDB local para debater as ações em torno da campanha das eleições diretas para a presidência da República. A reunião contaria com a participação dos membros do diretório regional do PMDB, do ex-governador Chagas Rodrigues, do senador Alberto Silva (1979-1987/PMDB) e da bancada federal do partido.

A notícia pontua também uma “elaboração do programa a ser cumprido pelo presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães” (CHAGAS CHEGA A TERESINA PARA TRAÇAR PROGRAMA. *O Dia*. Teresina, ano XXXII, n. 5.563, 24 jun. 1983, p. 01). Sem ao menos mencionar a campanha Diretas Já, o jornal *O Dia* justificou a existência da reunião em razão da vinda do presidente nacional do PMDB, deputado federal de São Paulo, Ulysses Guimarães (1951-1992/PMDB), a Teresina, agendada para 02 de julho de 1983. Seria um espaço de discutir e solucionar problemas que o PMDB enfrentava no Piauí, inclusive o de formação de chapas que renovaria os diretórios de Teresina e do município de Picos.

O principal motivo da reunião do PMDB em Teresina só foi melhor explanado na edição de 25 de junho de 1983, com a matéria “Cúpula do PMDB prepara recepção a Ulysses”. Apesar de também não citar o nome “campanha Diretas Já”, nela foi ressaltada que a reunião do PMDB discutiria uma programação de atividades que daria “curso ao trabalho de pregação em favor da eleição direta para presidente da República” (CÚPULA DO PMDB

PREPARA RECEPÇÃO A ULYSSES. *O Dia*. Teresina, ano XXXII, n. 5.564, 25 jun. 1983, p.03), ou seja, seria um roteiro de atividades da campanha Diretas Já no Piauí que ia ser avaliado por Ulysses Guimarães.

Indiretamente, o jornal *O Dia* divulgou os passos da campanha Diretas Já a nível local, mesmo com quatro meses de atraso em relação a criação oficial. A veiculação tardia das informações representa bem mais que um atraso noticioso quando se leva em consideração que houve um certo silenciamento do assunto pelo jornal *O Dia*, em vista do seu próprio interesse político e ideológico.

Durante a campanha Diretas Já, as matérias que foram divulgadas pelos meios de comunicação no país, especialmente pelos jornais *O Dia* e *O Estado* analisados neste estudo, passaram a assumir na sociedade um poder propriamente simbólico que, para Bourdieu (1989, p. 174), pode se enquadrar em diversos campos sociais. O autor destaca o campo político e pontua que o poder simbólico é capaz de “fazer ver” e “fazer crer”, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado).

Neste jogo de poder, fica marcado o que Orlandi (2007) classifica como “política do silêncio”, por se tratar de legitimar vozes e discursos, ao mesmo tempo em que negligencia outros. Para a autora, o estudo do silenciamento já não se refere a “estar em silêncio”, mas, sim, “pôr em silêncio”. Ela diz que:

Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’ (ORLANDI, 2007, p. 11-12).

Para Orlandi (2007), o silêncio de discursos tem relação com a história e a ideologia das partes envolvidas. É possível perceber tais relações ao fazer um levantamento de quem fala e como fala. Nas matérias selecionadas e analisadas de *O Dia* pode-se observar um certo silenciamento dos representantes da campanha Diretas Já, especialmente no ano de 1984, que é considerado o ápice da mobilização. Nota-se que a maioria dos sujeitos que tiveram voz nas páginas deste periódico defendia posição contrária as eleições diretas e apoiavam as decisões do presidente da República João Figueiredo.

Neste momento, estava no comando do executivo estadual o governador do Piauí Hugo Napoleão do Rêgo Neto (1983-1986/PDS), que teve grande apoio do jornal *O Dia* em sua campanha eleitoral, iniciada em 26 de janeiro de 1981, quando oficializou a sua candidatura ao Governo do Estado. O jornal *O Dia* inclusive informou sobre a candidatura de Hugo Napoleão na matéria “Hugo diz que é mesmo candidato” (HUGO DIZ QUE É MESMO CANDIDATO. **O Dia**. Teresina, ano XXIX, n. 7.465, 27 jan. 1981, p. 01).

Hugo Napoleão possuía estreita ligação política com o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) e conseqüentemente este teria aprovado a sua candidatura para o cargo de governador do Piauí. Era comum encontrar nesse referente meio de comunicação notícias de visitas entre estas autoridades. Ao longo da pesquisa se observou que durante o governo de Hugo Napoleão, o presidente João Figueiredo chegou a realizar mais de três visitas ao Estado do Piauí.

O sentimento por mudanças no sistema político e eleitoral foi encabeçado pelo PMDB, mas também houve a participação do PDT, PT, PCdoB, entidades de classes e instituições, que juntos foram ganhando cada vez mais força. Eram os representantes destes partidos que exigiam a retomada do direito do voto popular, o que na realidade, para eles, representaria também estar no poder e dele participar.

No jornal *O Dia* de Teresina, as matérias sobre a política nacional que tratavam especificamente das eleições diretas para o cargo de presidente da República ganharam uma editoria especial, que foi intitulada “1984 ano da Sucessão”. A primeira divulgação desta editoria aconteceu no dia 23 de fevereiro de 1984 e possuía uma logomarca característica, como pode ser observada na Figura 2.



Figura 8: Logomarca da editoria “1984 ano da Sucessão” do jornal *O Dia*.

Fonte: *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.663, 23 fev. 1984, p. 04⁴⁶.

Vale destacar que há edições em que a editoria era veiculada sem a logomarca, porém os conteúdos seguiam envolvendo a temática das eleições diretas para presidente da República. Além disto, havia outra editoria intitulada “Política”, na página 03, que apresentava matérias com conteúdo do Piauí e, ainda, a editoria “Nacional”, na página 08, com mais conteúdos de política de outros Estados, porém, com temáticas mais amplas.

3.2 *O Dia* e a cobertura dos comícios pelo Brasil através de agências de notícias

Com o fortalecimento da campanha Diretas Já a partir de janeiro de 1984, houve nas principais capitais do Brasil várias passeatas, comícios e até protestos mais fervorosos a favor das eleições diretas para o cargo de presidente da República. De acordo com Leonelli e Oliveira (2004, p. 469), o entusiasmo provocado pelos comícios chegava a emocionar até os políticos mais experientes e o público aumentava a cada mobilização.

Leonelli e Oliveira (2004, p. 469) destacaram que em abril de 1984, o número de pessoas nessas mobilizações bateu recordes, como em Recife (PE), oitenta mil pessoas; Natal (RN), cem mil; Porto Alegre (RS), duzentas mil; Goiânia (GO), trezentas mil; Rio de Janeiro (RJ), um milhão de pessoas; e São Paulo (SP), um milhão e meio de pessoas. Assim, pode-se

⁴⁶ A editoria “1984 ano da Sucessão”, em 01 de março de 1984 foi veiculada na página 06, e no dia seguinte, 02 de março de 1984, a editoria retornava para a página 04, ficando nela até ser retirada do jornal *O Dia*, no dia 26 de abril de 1984, um dia após a emenda Dante de Oliveira ter sido rejeitada no Congresso Nacional.

apontar que as capitais São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) conseguiram reunir os maiores números de público no país durante a campanha Diretas Já.

Por meio das páginas do jornal *O Dia*, é possível ter acesso as matérias que divulgaram as movimentações em torno do dia da votação da emenda Dante de Oliveira, que pretendia instituir as eleições diretas para presidente da República, e as mobilizações de protestos com a campanha Diretas Já, antes e depois desta votação. Apesar das limitações da imprensa teresinense da primeira metade da década de 1980 e do pequeno interesse do jornal *O Dia* de falar sobre a campanha Diretas Já inicialmente, observa-se que tal postura muda à medida que o movimento ganha proporção e notoriedade. *O Dia* divulgou manifestações em defesa das eleições diretas como a de Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO) e São Paulo (SP) e até fora do país, em Madri (Espanha).

3.2.1. Notícias da capital federal, Brasília (DF): mobilizações, medidas de emergência e a votação da Dante de Oliveira

Brasília (DF), foi cenário das principais mobilizações em prol das eleições diretas para o cargo de presidente da República, especialmente, por ser nesta cidade onde se encontra a sede dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Muitos grupos que protestavam a favor das eleições diretas saíam em caravanas em suas cidades e em outros Estados para reforçar o movimento político na capital federal do Brasil, em torno das Diretas para a presidência da República.

Em vista da votação da emenda Dante de Oliveira, pelo Congresso Nacional, que aconteceu no dia 25 de abril de 1984, o presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS) instituiu por meio do Decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984⁴⁷, o que se chamou de “Medidas de Emergências”, que vigorou no período de 19 de abril a 17 de junho de 1984. Para o regime civil-militar, essas medidas emergenciais se justificavam por serem consideradas necessárias para a ordem pública. Tiveram, ainda, como foco o Estado de Brasília (DF) e dez municípios do Estado de Goiás, por estarem “ameaçados de grave perturbação”, principalmente, pelas caravanas de outros Estados que pretendiam seguir para estas regiões.

⁴⁷BRASIL Decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89566.htm>. Acesso: 11 nov. 2019.

Esta situação em Brasília e no Estado de Goiás gerou um clima de apreensão e medo, o que fez lembrar o período denominado “anos de chumbo”, quando foi instituída o Ato Institucional nº 5⁴⁸ (AI-5), entre os anos de 1968 a 1979. Dentre as proibições do AI-5, constava o Art. 5 incisos III e IV que trataram, respectivamente, sobre a suspensão dos direitos políticos referente: a “proibição de atividades ou manifestação sobre o assunto de natureza política” e da “aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança”, o que envolve ter a liberdade vigiada, a proibição de frequentar determinados lugares e ter domicílio determinado.

O assunto rendeu pauta para as páginas de *O Dia*. Tanto que no dia 07 de abril de 1984, o jornal divulgou uma matéria sobre a aplicação das medidas de emergência intitulada “Brasília poderá ficar sob emergência após o dia 15”, na qual divulgava que tais normas visavam inibir a realização de passeatas, comícios, a chegada na região de manifestantes em caravanas e qualquer forma de manifestação.

O que se pode perceber na matéria construída e publicada é que as fontes escolhidas faziam parte de partidos políticos opostos. As autoridades aparecem na notícia na seguinte ordem: a primeira é do PDS, o presidente do Senado Federal do Brasil, senador do Espírito Santo Moacir Dalla (1979/1987/PDS); e as outras duas autoridades do PMDB: o senador de Goiás Henrique Santillo (1979-1987/PMDB) e o senador de Santa Catarina Jaison Tupy Barreto (1979-1987/PMDB), respectivamente, 1º secretário e 2º vice-presidente do Senado.

Vale pontuar que a organização textual dessa notícia se enquadra no tipo Pirâmide Invertida, o que, para Bahia (1990, p. 52), quer dizer que o aparecimento das fontes ou dois acontecimentos no texto seguem um esquema de seleção por ordem de importância, isto é, o assunto tratado nos parágrafos se apresenta numa lógica decrescente.

Assim, Moacir Dalla (1979/1987/PDS) aparece no primeiro plano da notícia porque possui cargo de maior relevância, presidente do Senado, em relação as demais autoridades. Além disso, pode ser apontado como motivo dessa organização do discurso e das fontes o fato de o senador pertencer ao PDS, partido de situação, sendo aliado do presidente João Figueiredo.

Evidentemente que essas fontes se posicionaram de maneiras diferentes quanto aos protestos da campanha Diretas Já, visto que cada uma seguia sua linha de pensamento

⁴⁸ _____. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro 1968.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso: 04 de nov. 2019.

político-ideológico que acastelava. Enquanto Moacir Dalla defendia a implantação das medidas de emergência, a fim de reforçar a segurança em torno do Congresso Nacional, os senadores Henrique Santillo (1979-1987/PMDB) e Jaison Tupy Barreto (1979-1987/PMDB) eram contrários a proibição das manifestações públicas. Dentre os senadores, Henrique Santillo (1979-1987/PMDB) ganhou maior visibilidade na matéria e foi apontado como “uma ameaça à ordem pública”. É ressaltado na matéria que Henrique Santillo tinha suas principais bases políticas em Anápolis e Goiânia, cidades de Goiás atingidas pelas medidas de emergência.

Além dos senadores, a matéria publicada pelo jornal *O Dia* trouxe à cena dois grupos políticos, até então clandestinos: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o PCdoB, ambos apoiavam a campanha Diretas Já nas principais capitais do país.

[...] O governo já está informado, também, de que os grupos de esquerda radical – MR-8 e o PCdoB, desencadearão uma campanha para torpedear o entendimento em torno da proposta de reforma constitucional do presidente da República. Estes dois grupos entendem que a situação é favorável ao confronto. [...] não haverá qualquer restrição à presença de policiais nas proximidades do prédio. As tropas militares ficarão de sobreaviso para qualquer emergência. O governo não aceita em nenhuma hipótese que haja perturbação da ordem de Brasília. Isto será considerado uma tentativa de derrubada do regime e reprimida com maior rigor (BRASÍLIA PODERÁ FICAR SOB EMERGÊNCIA APÓS O DIA 15. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.698, 7 abr. 1984, p. 04).

O MR-8 e o PCdoB foram classificados discursivamente na matéria como “esquerda radical” e causadores de “desentendimentos” e “transtornos” ao regime civil-militar, o que contribuía para a tentativa de justificar a aplicação das medidas de emergência com o uso da força policial, bem como ocorreu no período mais intenso do regime civil-militar que corresponde aos “anos de chumbo” (1968-1979). Segundo a matéria, os opositoristas tinham a intenção de promover “uma tentativa de derrubada do regime”, fazendo uso do radicalismo. No entanto, qualquer investida seria “reprimida com maior rigor”, deixando explícitas possíveis ameaças.

Na notícia “Congresso vota cercado emenda pelas diretas”, de 25 de abril de 1984, nota-se pelo menos quatro acontecimentos causados por essas medidas e que foram citados em *O Dia*: um protesto com manifestantes motorizados, que circularam com seus carros o prédio do Congresso; João Figueiredo (1979-1985/PDS) desce a rampa do Palácio do

Planalto, em meio a um grande tumulto; a detenção de quatro vereadores e do senador Henrique Santillo (1979-1987/PMDB), na rodovia que liga Anápolis (GO) a Brasília (DF); e, por último, a invasão a Câmara Municipal de Goiânia pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, onde acontecia uma vigília cívica.

Pode-se perceber que a vigilância das polícias não atingia apenas quem protestava nas ruas ou ao redor do prédio do Congresso, onde ocorria a votação, mas também quem detinha poder de fala e quem divulgasse as mobilizações, no caso a imprensa. Tal ação é registrada pelo jornal *O Dia* quando afirma que as medidas de emergência atingiram até “[...] a programação das emissoras de rádio e TV e dois jornais está sendo submetida a censura prévia” (CONGRESSO VOTA CERCADO EMENDA PELAS DIRETAS. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.710, 25 abr. 1984, p. 01). Dessa forma, os jornalistas e as empresas de comunicação, como nos “anos de chumbo”, passaram por intensas vistorias, perseguições e censuras.

A matéria “Baixadas normas de acesso à Brasília” apresentou em detalhes os itens das medidas de emergência na edição do dia 25 de abril de 1984, dia da votação da emenda Dante de Oliveira. No texto consta as instruções gerais sobre o acesso à capital federal, a respeito das restrições para concentrações públicas e para transmissão de rádio e televisão.

O que pode ser observado é que o período de divulgação das informações sobre as medidas de emergência pela mídia ocorreu com certo atraso quando se leva em conta a data de sua aprovação, ou seja, as normas foram instituídas em 18 de abril de 1984, por meio do Decreto nº 89.566, pelo general Newton Cruz, mas só foi tornada pública pela mídia no dia 25 de abril de 1984, o que representa sete dias de “atraso”. Tal situação pode indicar uma tentativa de “silenciamento” sobre as medidas de emergência tanto pelo jornal *O Dia* quanto pela agência de notícia, responsável por produzir e enviar as notícias nacionais ao periódico, até porque o referido meio de comunicação já vinha divulgando em suas páginas matérias que reivindicavam por mais segurança, o que de certa forma indica a preparação do terreno para que as medidas emergenciais, quando instauradas, tivessem apoio da sociedade.

Nesse sentido, considera importante apresentar a transcrição da matéria “Baixadas normas de acesso à Brasília”, *O Dia*, para a compreensão do que se tratava a aplicação das medidas de emergência aprovada. Foi por meio do Decreto nº 89.566, de 18 abril de 1984, que elas foram instituídas para que o governo militar praticasse as intervenções e fiscalizações

a quem protestava pela retomada da democracia e se posicionava favorável à emenda Dante de Oliveira, além de controlar a mídia:

Brasília – O Dia – O executor das medidas de emergência em Brasília, general Newton Cruz, divulgou à noite a resolução nº 01, com instruções gerais sobre acesso à capital federal, concentrações públicas e normas para transmissão de rádio e TV. A resolução estabelece que “é vedada a irradiação, sem prévia liberação, de programas noticiosos, jornalísticos, de debates, de entrevistas e pronunciamentos produzidos ou gerados nas áreas submetidas às medidas de emergência”, cujo conteúdo esteja ligado à votação da emenda Dante de Oliveira. Na íntegra da resolução é a seguinte: “Após audição dos órgãos federais e estaduais com responsabilidade na aplicação das medidas de emergência de que trata o decreto nº 89.566, de 18 abril de 1984, com vistas ao interesse de uma ação uniforme e coordenada e também ao conhecimento da população, o executor das referidas medidas resolve baixar as seguintes normas: 1) O controle dos acessos a Brasília, que está sendo feito pelas Polícias Militares do Distrito Federal e de Goiás, com a cooperação do Departamento de Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, destina-se a impedir o ingresso, na Capital federal, de pessoas ou grupos de pessoas cujo objetivo é o de intimidar e coagir parlamentares e, assim, prejudicar o livre exercício do poder. 2) Estão proibidas concentrações públicas (inclusive passeatas) de natureza política, na área do Distrito Federal e nos municípios abrangidos pelas medidas de emergência; encarregam-se do cumprimento dessa proibição as Polícias Militares do Distrito Federal e de Goiás, a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. 3) Estão proibidas, na área do Distrito Federal e nos municípios abrangidos pelas medidas de emergência, em recintos abertos ou fechados; reuniões promovidas ou com a participação de entidades não reconhecidas legalmente. 4) As Polícias Militares do Distrito Federal e de Goiás, inclusive nas áreas submetidas a medidas de emergência, manterão a sua missão normal de segurança pública, para esse fim sujeitas aos respectivos canais de comando. 5) O Comando Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal, para fins de aplicação das medidas de emergência, está sendo realizado pelo comandante do Comando Militar do Planalto; o da Polícia Militar de Goiás, com a mesma finalidade, pelo comandante da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada. 6) Relativamente à censura das telecomunicações, de que tratam os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do art. 1º do decreto nº 89.566, fixam-se as seguintes diretrizes: a) É vedada a irradiação, sem prévia liberação, de programas noticiosos, jornalísticos, de debates, de entrevistas e pronunciamentos produzidos ou gerados nas áreas submetidas às medidas de emergência, cujo conteúdo seja direta ou indiretamente referenciado à tramitação no Congresso Nacional de emendas à Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a fatos originados da aplicação das medidas de emergência. b) Compete à Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal a emissão do certificado liberatório destinado às emissoras de radiodifusão, na forma de suas atribuições legais. c) Compete ao Departamento Nacional de Telecomunicações – Dentei, no exercício de sua ação fiscalizadora, a adoção de medidas necessárias ao fiel cumprimento das presentes diretrizes,

inclusive promovendo a interrupção imediata do funcionamento das emissoras de radiodifusão que infringirem as presentes diretrizes. 8) As medidas coercitivas de "busca e apreensão em domicílio" e a de "intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais" serão executadas em última instância e apenas para assegurar a proibição incluída no número 4 desta Resolução. 9) O executor mantém a firme disposição de aplicar as medidas de emergência consoante a nobre inspiração que lhes deu origem: evitar constrangimento ao livre exercício da atividade parlamentar. A melhor cooperação que, para esse fim, pode receber da população dos municípios sujeitos às medidas de emergência, particularmente a de Brasília, é a de que não se preocupe com tais medidas no curso de sua vida normal, para trabalhar, para comemorar, para festejar, para viver, enfim, pacífica e ordeiramente, como de hábito, voltada às suas necessidades e interesses do dia-a-dia. Aliás, nos padrões de execução legalmente impostos e naqueles que o seu discernimento lhe impõe, entende que a execução está servindo à garantia dessas necessidades e interesses" (BAIXADAS NORMAS DE ACESSO À BRASÍLIA. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 04).

Apesar de longa, a transcrição da matéria "Baixadas normas de acesso à Brasília" explicita bem as medidas de vigilância, fiscalização e censura que atingiu Brasília e dez municípios de Goiás. Dentre seus efeitos, o Decreto nº 89.566 interferia no trânsito livre de manifestantes e de jornalistas, bem como de qualquer outro cidadão que morava nas regiões ou precisassem nelas trafegar. Assim, a votação da emenda Dante de Oliveira ocorreu no dia 25 de abril de 1984 de forma restrita e inacessível para a sociedade brasileira, provando que a democracia no país ainda era algo não conquistado.

Na edição do dia 26 de abril de 1984, a matéria "Dante de Oliveira derrotada antes de ir ao Senado"⁴⁹ ganhou espaço de destaque no jornal *O Dia*, sendo a manchete principal da capa, acompanhada de uma fotografia do Congresso Nacional com deputados. Tal como é indicado no texto, a votação seguiu até as duas horas da manhã do dia 26 de abril de 1984, o que é possível perceber que a matéria foi escrita e divulgada após o anúncio dos votos, ou seja, sem atrasos em sua veiculação.

Para que a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada, ela teria que seguir pela seguinte ordem de tramitação: primeiramente, pelo Congresso Nacional com a Câmara dos Deputados, caso fosse aprovada seguiria para o Senado Federal; e, por fim, deveria ser sancionada pelo presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS). Segundo a matéria do jornal *O*

⁴⁹ DANTE DE OLIVEIRA DERROTADA ANTES DE IR AO SENADO. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.711, 26 abr. 1984, p. 01.

Dia, a votação da emenda Dante de Oliveira pelos deputados federais, realizada no dia 25 de abril de 1984, não conseguiu quórum suficiente para seguir ao Senado Federal.

Sobre o assunto, Romancini e Lago (2007) esclarecem que a aprovação da emenda Dante de Oliveira estaria garantida se obtivesse pelo menos 320 votos favoráveis. No entanto, a matéria do jornal *O Dia* destaca que a emenda conseguiu apenas “297 votos favoráveis, com um total de 65 votos contra 106 ausentes, tendo sido registradas três abstenções” (DANTE DE OLIVEIRA DERROTADA ANTES DE IR AO SENADO. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.711, 26 abr. 1984, p. 01). O resultado desta votação foi anunciado pelo presidente do Senado Federal do Brasil, o senador do Espírito Santo Moacir Dalla (1978-1987/PDS).

É importante destacar que a matéria citada apresenta trechos das falas da fonte de informação em citações indiretas que, nesse caso, refere-se ao senador do Rio de Janeiro Amaral Peixoto⁵⁰ (1979-1987/PDS) no qual foi apontado supostos desajustes internos no PDS, e também desta legenda com outros partidos. O senador Amaral Peixoto, antes da divulgação do resultado da votação da emenda Dante de Oliveira, teceu críticas tanto para quem apoiava a aprovação dessa emenda quanto para quem a desaprovava. As críticas do senador Amaral Peixoto tiveram como alvo principal o presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS), como pode ser observado neste fragmento: “[...] se o presidente da República não tomar iniciativa de sugerir, imediatamente, um entendimento político, e se as oposições não compreenderem a gravidade do momento, marcharemos irremediavelmente para uma solução militar. [...]”, (DANTE DE OLIVEIRA DERROTADA ANTES DE IR AO SENADO. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.711, 26 abr. 1984, p. 01).

De acordo com o jornal *O Dia*, o parlamentar deixa claro que a emenda das Diretas, proposta pelo presidente João Figueiredo, não tinha votos suficientes para sua aprovação, ou seja, “não dispõe de dois terços para aprova-la”. Na realidade, a emenda chamada pela imprensa de emenda Figueiredo, é intitulada de emenda Leitão de Abreu, que foi elaborada pelo chefe de gabinete civil da presidência da República, João Leitão de Abreu e tinha como principal proposta as eleições diretas para o cargo de presidente da República. No entanto, a emenda Leitão de Abreu foi retirada das pautas de votação do Congresso Nacional, em junho de 1984. Desta maneira, a existência de uma desarmonia interna no PDS e com os demais

⁵⁰ O senador Ernâni do Amaral Peixoto, em 19 de dezembro de 1979, aceitou oficialmente o convite do presidente João Figueiredo para ser um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS), de apoio ao governo. (PEIXOTO, Ernani do Amaral. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>. Acesso: 22 fev. 2020).

partidos, impediria o presidente da República João Figueiredo de aprovar não apenas a sua emenda pelas Diretas, mas qualquer outra atitude que quisesse tomar de forma autoritária e individualizada.

Segundo informações existentes no verbete “Ernâni Amaral Peixoto”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV⁵¹), no ano de 1984 a crise interna do PDS se estendeu para além da votação da emenda Dante de Oliveira. Em junho daquele ano, a escolha do candidato que sucederia o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) desagradou muitos políticos do partido. O fato ocasionou a renúncia, em sequência, de dois presidentes do PDS nacional, do senador do Maranhão José Sarney (1971-1985/PDS) e do senador de Santa Catarina Jorge Bornhausen (1983-1991/ PDS), o que levou ao senador do Rio de Janeiro Amaral Peixoto (1979-1987/PDS) ao comando do partido, já que este era o segundo-vice-presidente do partido nacional.

Diante dos acontecimentos envolvendo as medidas de emergência e a votação da emenda Dante de Oliveira, o jornal *O Dia* veiculou a matéria “Polícia Massacra estudantes”, como manchete principal da edição do dia 28 de abril de 1984. A notícia ressalta sobre a ação violenta da polícia para conter um protesto resultante da rejeição da emenda Dante de Oliveira, ocorrido no Centro Educacional da Asa Norte (CEAN), em Brasília, com alunos da 6ª série até o 1º grau.

A matéria colocou em primeiro plano a forma truculenta que a polícia agiu com os estudantes, nomeia tal ação de “massacre” e evidencia a utilização de tiros e bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes. É importante salientar que após a votação da emenda Dante de Oliveira, ainda estava em vigor as medidas de emergência, que seguiriam até 17 de junho de 1984. O que justifica a ação dura da polícia de coibir manifestações em Brasília (DF).

“Atiraram para matar, não foi para o alto não. Eles miravam as pessoas com as armas. Atiraram tanto, bateram em muita gente, que parecia filmagem da guerra civil em El Salvador”. Com essas palavras, jovens estudantes Centro Educacional da Asa Norte (CEAN), de Brasília, resumiram a violenta invasão do colégio por policiais em perseguição a um grupo de manifestantes insatisfeitos com a rejeição da emenda Dante de Oliveira e com as medidas de emergências. Lançando bombas de gás lacrimogêneo

⁵¹FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- FGV. **Verbetes PEIXOTO, Ernani do Amaral**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>>. Acesso: 04 out 2019.

atirando e espancando, os policiais chegaram a impedir, com violência, que uma paraplégica caída no asfalto, em frente à escola, fosse socorrida por um rapaz. Em Teresina, o presidente do DCE, Marcos Lopes, emitiu nota de protesto contra a invasão da Universidade de Brasília e a prisão de alguns estudantes, inclusive, o presidente da União Nacional dos Estudantes, Acildon de Matos Pae (POLÍCIA MASSACRA ESTUDANTES. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.713, 28 abr. 1984, p. 01).

Ao destacar a ação violenta da polícia por meio da fala de estudantes, a matéria a comparou com a Guerra Civil ocorrida em El Salvador⁵², entre os anos de 1980 a 1992, que culminou na morte de mais de 60 mil pessoas. As expressões presentes na chamada de capa: “Atiraram para matar, não foi para o alto não”, “Eles miravam as pessoas com as armas”, “Atiraram tanto, bateram em muita gente”, “a violenta invasão” e “atirando e espancando”, contribuem para indicar que a ação policial foi de longe pacífica e que de forma alguma promoveria a ordem, fazendo lembrar ações sustentadas pelo AI- 5.

O mesmo ocorreu na matéria interna dessa edição do dia 28 de abril de 1984, intitulada “Estudantes massacrados por policiais”, que são relatados com mais informações os atos de violência contra os estudantes do Centro Educacional da Asa Norte. A notícia está presente na página 12, na editoria de “Polícia”, o que destoa das demais sobre os protestos da campanha Diretas Já, pois apareciam na página 04 na editoria “1984 ano da Sucessão”.

A organização dessa notícia na página do jornal *O Dia* aponta que a ação da polícia fugiu da atuação rotineira da instituição e acabou por afetar a integridade física dos manifestantes, que se tratavam de estudantes de faixa etária de 11 a 16 anos. Vale destacar ainda a ausência da fala institucional da polícia de Brasília (DF), que não foi ouvida pela agência que produziu a matéria, ganhando visibilidade apenas as vítimas da ação policial.

Brasília (DF) foi a capital que sofreu mais interferências do regime civil-militar durante a campanha Diretas Já (1983-1984), principalmente, por ser a cidade-sede do Congresso Nacional, local de votação da emenda Dante de Oliveira. Em razão disso, Brasília foi atingida amplamente pelas medidas de emergências, que prevaleceria entre 19 de abril a

⁵² El Salvador, em 1979, sofreu um golpe de Estado, que acabou deportando o General Carlos Humberto Romero e trouxe ao poder uma Junta Civil-Militar, que comandou o país por 12 anos. A Guerra Civil no país envolveu a ditadura de direita e a guerrilha de esquerda, organizada pela Frente Farabundo Martí, apoiados respectivamente, por EUA e URSS. (GUERRA CIVIL EM EL SALVADOR. Globo.com. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/guerra-civil-em-el-salvador/guerra-civil-em-el-salvador-a-historia.htm>. Acesso: 05 out 2019.

17 de junho de 1984, tornando-se um cenário propício para a ocorrência de repressões, censuras e prisões de quem se atrevesse a burlar tais normas.

As medidas de emergências foram postas em prática pelo governo militar, diante das informações que manifestantes chegariam em caravanas de outros os Estados do país para acompanhar de perto a votação da emenda Dante de Oliveira e pressionar os deputados federais a votar favorável a essa emenda. Notícias sobre as caravanas com destino à Brasília foram divulgadas pela própria imprensa, inclusive foram publicadas em ambos jornais analisados nesta dissertação, no caso *O Dia* e *O Estado*.

3.2.2 Maior comício das Diretas Já acontece na Candelária (RJ)

O jornal *O Dia*, em Teresina (PI), deu visibilidade as mobilizações da campanha Diretas Já realizadas no Rio de Janeiro (RJ), tal como o processo de organização e sua repercussão, tendo em vista a votação da emenda Dante de Oliveira. Dos demais protestos ocorridos nas ruas cariocas, o que ganhou maior destaque no periódico foi o que aconteceu no dia 10 de abril de 1984, na Praça da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, localizada na região central do Rio de Janeiro que contou com a presença do Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola⁵³ (1983-1987/PDT), o principal organizador, bem como de políticos, entidades de classe e artistas engajados no movimento nacional. É importante destacar que Leonel Brizola era considerado de esquerda e defensor do direito dos trabalhadores, sendo um dos maiores opositores do regime civil-militar.

Na matéria “Hum milhão no Rio pelas diretas”, veiculada pelo jornal *O Dia* na edição de 11 de abril de 1984, a manchete de capa é acompanhada de uma charge que ilustra manifestantes e faixas com palavras de ordem da campanha Diretas Já. O texto descreve com uma riqueza de detalhes o que aconteceu no comício, entretanto, não apresenta as falas de fontes que participaram da mobilização. Essa edição se limitou a informar sobre o comício na

⁵³ Leonel Brizola, durante o regime civil-militar, foi exilado para o Uruguai, passando pelos Estados Unidos e Portugal. Após o exílio, que durou cerca de 15 anos, retornou ao Brasil, mais especificamente no ano de 1979, quando fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). No ano de 1982, foi eleito governador do Rio de Janeiro.

Candelária apenas na chamada de capa, sem maiores informações nas páginas internas da edição. A notícia relatava a seguinte situação:

Uma multidão calculada aproximadamente um milhão de pessoas, participou ontem, no centro da cidade do Rio de Janeiro do comício pelo reestabelecimento das eleições diretas para presidente da República, na Candelária. A avenida Presidente Vargas ficou tomada de faixas de todas as cores e o povo cantando e repetindo slogans pelas diretas e contra a continuação do regime militar. O locutor Osmar Santos, comandava o ato público, enquanto artistas, políticos de oposição, governadores de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio de Janeiro, falaram no comício. Todas as televisões do Rio deram flashes a todos os instantes, mostrando o desenvolvimento do comício, assim como as estações de rádio. O êxito do comício aumentou a preocupação dos dirigentes pedessistas sobre as consequências da pressão popular para que seja aprovada a emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas de imediato, enquanto no Congresso, o comício teve influência nos indecisos, que já começam a classificar as diretas de irreversíveis (HUM MILHÃO NO RIO PELAS DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.701, 11 abr. 1984, p. 01).

Apesar de ter detalhado o cenário na Praça da Candelária indicando as presenças de faixas, músicas e slogans das diretas, ao falar das autoridades políticas no comício apenas foi citada a presença, mas não detalhou os nomes e os partidos que elas pertenciam. Foram ressaltados os governadores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, sem maiores informações de quem seriam.

Nem mesmo citou o nome do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983-1987/PDT), que foi o principal responsável pela organização do comício na capital carioca. Os nomes omitidos pela matéria publicada pelo jornal *O Dia*, além de Leonel Brizola, foram: governador de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987/PMDB); governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (1983-1984/PMDB); governador do Espírito Santo, Gérson Camata (1983-1986/PMDB); e o governador do Paraná, José Richa (1983-1986/PMDB).

Com exceção do Rio de Janeiro, que tinha como governador Leonel Brizola, filiado ao PDT, todos os quatro Estados citados na matéria estavam sob o comando de governadores ligados ao PMDB. Essas informações ajudam a perceber que os partidos de oposição ao governo militar, composto por PMDB, PDT, PT e PTB, apenas o PMDB e o PDT resistiram ao PDS, legenda do regime civil-militar e angariaram cargos do Poder Executivo Estadual nas eleições estaduais de 1982.

Segundo dados coletados da Fundação Perseu Abramo⁵⁴, ocorreu em 15 de novembro de 1984 a primeira eleição direta para governos estaduais desde 1965. Do total de 22 vagas para os cargos de governadores estaduais: 12 eram candidatos do PDS; 09 do PMDB e 01 do PDT, reforçando que o PDS ainda tinha a predominância na maioria dos Estados, porém a oposição do regime civil-militar passou a dispor de bases efetivas de poder no país.

Como aponta na matéria “Hum milhão no Rio pelas diretas”, os parlamentares tidos como indecisos, ao participar do comício, passaram a ver as eleições diretas como “irreversíveis” em vista da força e do alcance que até então havia conquistado. Além disso, chegaram a frequentar as mobilizações em prol das eleições diretas, em busca de visibilidade, de futuros apoios políticos e do próprio eleitorado, até porque as repercussões da campanha Diretas Já, a adesão popular e as coberturas jornalísticas eram os elementos essenciais para iniciar campanhas políticas para muitos políticos engajados.

O comício na Praça da Candelária (RJ) repercutiu ainda no jornal *O Dia* com a matéria “Povo vai à Candelária e pede eleições diretas”, publicada em 12 de abril de 1984, agora, acompanhada por uma fotografia deste protesto. O texto informava que o comício havia ocorrido entre as avenidas Presidente Vargas e Rio Branco e teve início às 17 horas reunindo maior público na história do Brasil, sendo superior ao público presente no enterro de Getúlio Vargas, ocorrido no dia 25 de agosto de 1954.

Diferentemente da matéria “Hum milhão no Rio pelas diretas”, veiculada em 11 de abril de 1984, a notícia “Povo vai à Candelária e pede eleições diretas”, publicada no dia seguinte, 12 de abril de 1984, ao tratar do público presente no comício da Candelária citou nomes de artistas e autoridades que participaram desta mobilização, principalmente, dos governadores com os respectivos Estados que comandavam, contudo, sem indicar o partido político que estes pertenciam. Ao mencionar os nomes dos governadores, a matéria ressalta que todos eles eram da oposição e cita: “Tancredo Neves, de Minas Gerais; Gilson Camata, do Espírito Santo; Gilberto Maestrinho, do Amazonas; José Richa, do Paraná”.

RIO: [...] Não houve incidentes – mesmo porque os oradores insistiram para que a multidão mantivesse a ordem. Como de costume dirigido pelo locutor Osmar Santos, esse comício foi o que atraiu o maior número de artistas: Chacrinha (que disse perante a multidão: “alô, Waldemar, o povo quer

⁵⁴ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Documentos dossiê**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/04-PrimeiraProvaDasUrnas_15novembro1982.pdf>. Acesso: 05 abr. 2020.

votar”); Jô Soares; Sônia Braga; Erasmo Carlos; *Maitê Proença*; Beatriz Segall; Fagner; Chico Buarque; *Cristiane [sic] Torloni e Raul Cortez*. Também no comício dois juristas famosos: Sobral Pinto e Afonso Arinos. Logo de manhã, nas proximidades da Candelária iniciava uma esperada disputa: a luta pelas bandeiras. PT e PDT disputavam as melhores colocações, além, claro, dos partidos clandestinos como MR-8, PCdoB e PCB. Todos conseguiram boas colocações. O governador Leonel Brizola, às 14 horas, foi ao local do comício, pediu que uma faixa do alicerce socialista fosse retirada. Não foi atendido, pediu novamente. Nada, e, enfim, mandou arrancar. Partidários do PDT chegaram logo cedo para tomar posições, vieram munidos com sanduíches e refrigerantes. Os militares [sic.] do PT fizeram o mesmo. À pouca distância da disputa de rua, o presidente do PT, Luís Ignácio [sic] da Silva dava uma entrevista, no Clube de Engenharia, dizendo que “não havia motivos para ser patrulhado”. Disse: “Estamos levando a culpa por tudo. Não estamos aqui para vaiar. Essa é uma luta unida”. De qualquer forma, as rugas entre Lula e Brizola ainda estavam quentes – apenas os assessores de ambos tentarem minimizar o fato. [...] durante a noite, os organizadores da manifestação exibiam preocupação. Falava-se em investidas de radicais de direita, que aproveitariam a aglomeração para causar danos não só ao governador como ao presidente interino Aureliano Chaves. E, para evitar isso, Brizola colocou nas ruas quase dois mil homens da polícia. [...] O deputado Nelson Seabra [sic], do PDS, disse que iria fazer uma investigação para vê até onde o governo gastou dinheiro na concentração: “De onde pode estar saindo tanto dinheiro?”, indagou. O próprio Brizola responde que o governo, a prefeitura e a Assembleia Legislativa junto com os partidos de oposição, pagaram todas as despesas de publicidade na televisão, a conta do governo e do protesto pró-diretas. [...] (POVO VAI À CANDELÁRIA E PEDE ELEIÇÕES DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6702, 12 abr. 1984, p. 04).

Segundo a matéria do jornal *O Dia*, o comício na Candelária ocorreu com algumas restrições criadas pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983-1987/PDT). É possível perceber, ao longo da matéria, a tentativa de ressaltar a centralização e limitação supostamente imposta pelo governador. Dentre estas restrições, a proibição, permanentemente, no comício de levantar bandeiras não relacionadas à campanha Diretas Já. Medida que acabou sendo descumprida, e segundo a matéria, quem ousou descumprir sofreu retaliações.

Não era a primeira vez que o jornal *O Dia* apresentava matéria sobre Leonel Brizola, em vista de apresentar imposições ditadas por ele. A que mais se destaca é a de que Leonel Brizola chama a atenção dos participantes do movimento das Diretas Já para a necessidade de união e concentração em torno de uma só luta, as eleições diretas. Do mesmo modo, as matérias publicadas pelo jornal também pontuavam que o governador do Rio de Janeiro,

Leonel Brizola, organizou o comício na Candelária e disponibilizou recursos do Estado para manter a segurança na mobilização. Ele possibilitou aproximadamente dois mil policiais, mais de um milhão de panfletos e dois milhões de “mosquitos” (mini panfletos), 50 mil cartazes e 3.500 *outdoors*.

Apesar da organização promovida por Leonel Brizola (1983-1987/PDT), nota-se que a matéria expõe um clima de preocupação sobre a manifestação, no que toca a garantia da segurança dos participantes, frente ao que foi chamado no jornal de “investidas de radicais de direita”. Assim, uma possível reação do regime civil-militar foi destacada também na notícia, tal como o clima de apreensão vivido entre os participantes do comício na Praça da Candelária (RJ).

Para Leonelli e Oliveira (2004, p. 485), a expressão “radicais de direita” representava as autoridades do regime civil-militar, que não estavam satisfeitos com as mobilizações nacionais, principalmente diante do crescente no número de adesões. Os autores relembram esse momento de apreensão ao ressaltar que durante o comício na Candelária, apesar de ter sido pacífica, os manifestantes vivenciaram um clima de expectativa e tensão por temerem a “reação da ditadura a uma investida tão grandiosa”, se referindo a alguma ação repreensiva.

O que se pode observar é que a matéria “Povo vai à candelária e pede eleições diretas” não tinha como principal propósito divulgar informações sobre o comício, até porque na edição do dia 11 de abril já tinha repercutido o assunto. A proposta era tecer críticas contra o governador Leonel Brizola ao apresentar duas fontes que tiveram desentendimentos com ele: o Lula, presidente do PT, e o deputado estadual do Rio de Janeiro Nelson Sabrá (1982-1987/PDS). A matéria citou que Lula teria criticado a forma como a Polícia Militar do Rio de Janeiro tratava os moradores de rua; já Nelson Sabrá criticou os gastos públicos empreendidos pelo governador no comício na Candelária.

É possível observar que a imagem do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola foi bastante visada neste momento. Havia um jogo de interesses e desentendimentos nas relações políticas entre os organizadores da campanha Diretas Já e da própria oposição. No dia 13 de abril de 1984 é publicada a matéria “Comício provoca euforia entre parlamentares em Brasília”, que também iniciou tratando da repercussão do comício na Candelária e apresentou mais críticas contra o governador do Rio de Janeiro. Agora, partindo do deputado federal Agnaldo Timóteo (1983-1987/PDT), após classificar o comício na Candelária (RJ) como

“uma festa muito bonita”, ressaltou que isso também criou “um problema dentro das oposições”. Além disso, afirmou que Brizola teria se autointitulado de “verdadeiro líder da campanha das eleições diretas” e pretendia se candidatar ao cargo de presidente da República, ação que poderia causar estranhamentos e desavenças entre os membros da oposição do governo.

Na matéria “Comício provoca euforia entre parlamentares em Brasília” ainda é dado destaque para o deputado federal do Rio de Janeiro Agnaldo Timóteo (1983-1987/PDT), afirmando que Leonel Brizola “não respeita ninguém e como presidente da República vai ser um desastre” (COMÍCIO PROVOCA EUFORIA ENTRE PARLAMENTARES EM BRASÍLIA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.703, 13 abr. 1984, p. 04). Apesar disso, o texto aponta ainda que o parlamentar reconhecia que Brizola seria uma figura carismática e não havia no cenário político alguém que pudesse competir de igual com ele. Tais posicionamentos indicam divergências políticas entre Agnaldo Timóteo e Brizola. E mais uma vez, o jornal *O Dia* trazia matérias que afetavam a imagem de Leonel Brizola.

A matéria “Congressistas comentam comício”, veiculada pelo jornal *O Dia* em 12 de abril de 1984, tratou das declarações de parlamentares a respeito da repercussão do comício na Praça da Candelária, ocorrido no dia 10 de abril de 1984. Vale destacar que os parlamentares citados na matéria não participaram da mobilização, mas foram procurados para apresentar suas opiniões a respeito do comício na Candelária, denominado de “monstro do Rio”, por ter reunido um dos maiores públicos em comícios, até então realizados pela campanha Diretas Já.

BRASÍLIA – Os congressistas de todos os partidos políticos acompanharam atentamente o desenrolar do comício – monstro do Rio, através de telefonemas dados a amigos e assessores cariocas e dos flashes da televisão. Inicialmente, os parlamentares se surpreenderam com o número de pessoas que acorreram ao comício, logo calculado em torno de 1,2 milhão de pessoas, passando para 1,5 milhão, em seguida, ultrapassando de três a quatro vezes os cálculos previstos pela imprensa. As reações dos parlamentares de todos os matizes políticos eram de principalmente espantos com o que consideravam ser “uma caudal humana”, nunca presenciada na história política brasileira. [...] (CONGRESSISTAS COMENTAM COMÍCIO. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6702, 12 abr. 1984, p. 04).

O que chama atenção nessa matéria é a seleção das fontes de informações, uma vez que foram citadas as declarações de parlamentares de apenas duas legendas políticas: do PDS

e do PMDB. Os parlamentares citados foram: o deputado federal do Espírito Santo, José Carlos da Fonseca (1983-1987/PDS); deputado federal do Ceará, Evandro Ayres de Moura (1979-1987/PDS); deputado federal do Rio de Janeiro, Amaral Neto (1983-1995/PDS); deputado federal da Bahia, Jutahy Júnior (1983-1995/PDS); deputado federal do Ceará, Flávio Marcílio (1964-1987/PDS), que também era presidente da Câmara dos deputados; e o deputado federal Egídio Ferreira Lima (1983-1987/PMDB), que era também o vice-líder do PMDB.

É importante ressaltar que a matéria, ao colocar em evidência as reações de espanto das fontes, pontua que tais reações eram de “parlamentares de todos os matizes políticos (Op. cit., grifo meu)”, embora na prática tenha dado voz apenas a dois partidos políticos, o PDS e o PMDB. O primeiro correspondia aos parlamentares do partido da situação, e o segundo refere-se ao partido que contribuiu para a fomentação da campanha Diretas Já no país.

Com isso, verifica-se a falta de pluralidade das fontes de informações na construção desta notícia, especialmente por ter dado voz somente para dois partidos e acabou silenciando outros. Até porque na matéria foram apresentadas cinco fontes de informações, deste número apenas uma possuía legenda distinta das demais, sendo que parlamentares de outras legendas também estiveram envolvidos no debate, como do PT, PTB, PCdoB, contudo, não foram ouvidos.

De acordo com Charaudeau (2015, p. 148), na instância de produção de uma notícia é preciso obter os meios de aceder um máximo de fontes possíveis, verificá-las e apresentá-las, sendo que, segundo o autor, existem duas formas de as informações chegarem à mídia: ora chegam aos organismos de informação (fala-se de fontes passivas), ora são os atores das mídias que vão procurá-las (fala-se de fontes ativas).

Charaudeau (2015, p. 148) ressalta que é na instância de produção, principalmente no ato de obter informações, que se identifica o problema dos jogos de manipulação entre as mídias e as fontes. De um lado está a pressão da parte das instâncias de poder (Estado, governo) ou dos movimentos dos cidadãos (sindicatos, associações, manifestações); de outro, pressão das mídias junto a algumas dessas instâncias (oficiais ou não).

Para apresentar as fontes, é preciso, antes de tudo, querer fazê-lo, o que nem sempre é o caso. Em seguida, é necessário fornecer a origem das fontes e os meios de identificar os signatários pelo nome, pelo *status*, função e pelo pertencimento ou não ao organismo de informação considerado. Mas isso

não é tudo, pois está também em causa o modo de nomear a fonte, escolhendo um modo de *denominação* e uma *modalidade de enunciação* que indique a relação que a mídia mantém com a fonte (CHARAUDEAU, 2015, p. 148, grifo do autor).

Dessa forma, é possível perceber, por meio da matéria criada pela agência de notícias e veiculada pelo jornal *O Dia*, que se dá prioridade a estas duas legendas: o PDS e o PMDB, indicando mais proximidade com esses em relação aos outros. Os parlamentares do PDS tiveram um discurso similar um do outro e que mesmo acreditando na rejeição da emenda Dante de Oliveira, se mostraram preocupados com o processo de sucessão a presidência da República.

Já o parlamentar do PMDB, Egídio Ferreira Lima, foi o único a se posicionar favorável a campanha Diretas Já. Para ele, o comício no Rio de Janeiro “escancarou uma realidade que já vinha ocorrendo desde o início do ano no Brasil e que só o governo e os amantes do autoritarismo estão querendo esconder” (CONGRESSISTAS COMENTAM COMÍCIO. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6702, 12 abr. 1984, p. 04). Egídio Lima se referiu aos comícios pelas Diretas ocorridos no início do ano de 1984 no país, um dos mais marcantes foi o da Praça da Sé, ocorrido no dia 25 de janeiro de 1984 em São Paulo (SP).

Ainda sobre a matéria dar prioridade a vozes do PDS, partido de situação, em relação aos demais, nota-se um jogo de poder intrinsecamente relacionado entre a política e a imprensa, até porque para buscar melhores condições de governar, as autoridades políticas buscavam/buscam nos meios de comunicação formas de se legitimar diante da opinião pública e, em contrapartida, a imprensa precisa das autoridades políticas para sua manutenção financeira e mesmo para divulgar informações da máquina pública.

Diante do exposto, verifica-se que diferente das matérias relacionadas as manifestações em Brasília (DF), no comício do Rio de Janeiro (RJ) o assunto foi pautado e construído em torno da figura do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola (1983-1987/PDT). Ele representava a autoridade com maior cargo do Poder Executivo Estadual de oposição ao governo ditatorial no Rio de Janeiro.

As eleições estaduais de 1982, com pleito direto, realizadas no Rio de Janeiro, mostrou a conquista do PDT na maioria dos cargos políticos disputados⁵⁵. Além da indicação do nome de Marcello Alencar (1983-1986/PDT) para o cargo de prefeito da capital e da vitória nas urnas do governador Leonel Brizola (1983-1987/PDT) e do senador Saturnino Braga (1975-1985/PDT), a legenda conquistou um número maior número de deputados federais quando comparado ao PDS. Do total de 46 vagas no Rio de Janeiro para deputado federal, o PDT elegeu 16 candidatos e o PDS 14 deputados.

Em 1982, havia um mecanismo de votação chamado de “voto vinculado”, que induzia os eleitores a votar em candidatos de mesma legenda. Foi assim que Leonel Brizola acabou proporcionando ao PDT uma expressiva bancada de parlamentares no Estado do Rio de Janeiro. A FGV ressalta, ainda, que por falta de maior organização no plano partidário a nível nacional, o PDT deixou de disputar as eleições em 12 Estados do Brasil. Com domínio partidário no Rio de Janeiro, o PDT participou ativamente da campanha Diretas Já, encabeçado pelo governador Leonel Brizola, sendo favorável à aprovação da emenda Dante de Oliveira.

Assim, as matérias de agências de notícias veiculadas no jornal *O Dia* buscaram, de certa forma, atacar o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, já que este era contrário ao regime civil-militar e era considerado autoridade política de maior representatividade no Estado do Rio de Janeiro. Além de ter sido atuante nos comícios pelas eleições diretas, Brizola conseguiu mobilizar um dos maiores públicos da campanha Diretas Já no país, motivos que levaram o governador a ser criticado por autoridades do PDS na mídia.

3.2.3 Repercussão das Diretas Já na Praça Cívica provoca fiscalizações e restrições em Goiânia

Leonelli e Oliveira (2004, p. 497) apontam Goiânia (GO) como a capital pioneira do lançamento da campanha Diretas Já, por considerarem que no dia 15 de junho de 1983 foram realizados atos públicos na cidade. Para os autores, “[...] naquele dia, ninguém poderia imaginar que a tese das Diretas Já se transformaria nessa febre cívica que contagiou todo o

⁵⁵FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Cf.: Partido Democrático. Disponível em: < <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-trabalhista-pdt..>> Acesso em 28 mar. 2020.

Brasil”. E, tampouco, que Brasília (DF) e as 10 cidades de Goiás (Goiânia, Formosa, Cristalina, Luziânia, Ipameri, Catalão, Anápolis, Itumbiara, Pires do Rio e Jataí) seriam atingidas pelas medidas de emergência, por meio do Decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984⁵⁶, que vigorou entre 19 de abril a 17 de junho de 1984. A justificativa de instituir tais medidas foi construída em torno do discurso de preservação da ordem pública nestas regiões.

A matéria “PMDB lança em Goiânia campanha pelas diretas”, veiculada pelo *O Dia* na edição de 5/6 de junho de 1983, deu visibilidade pela primeira vez para a campanha Diretas Já. Goiânia (GO) foi apresentada nas páginas do jornal em referência como uma das capitais mais engajadas nessa campanha e, por isso, nesse período e também ao longo do processo de votação da emenda Dante de Oliveira acabou sendo visada pelo regime civil-militar, o que levou a sofrer fiscalizações, restrições e proibições.

Nas eleições de 1982, o PDS elegeu a maior parte dos seus candidatos a governadores de Estado, deputados federais e senadores⁵⁷. No entanto, foi derrotado em estados de grande desenvolvimento econômico no Brasil, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Para Paiva e Campos (2017), nas eleições de 1982, o PDS perdeu espaço para o PMDB no Estado de Goiás, que liderou em todos os níveis, inclusive o cargo de governador de Goiás foi assumido por Iris Rezende (1983-1986/PMDB) e a vaga do senado, por Mauro Borges (1983-1991/ PMDB). Nesse ponto, pode ser apontado, ainda, que do total de 16 vagas para deputados federais, o PMDB elegeu 11 deputados federais, já o PDS somente 05. Para as 40 vagas de deputados estaduais, o PMDB elegeu 27 parlamentares, em contrapartida, o PDS apenas 13.

Em Goiás, na eleição de outubro de 1982, o PMDB elege governador estadual Iris Rezende Machado, com a maior bancada na Assembleia Legislativa, também a maioria dos deputados federais. A partir de então, o PMDB estabeleceu sua hegemonia sobre a política estadual, elegendo os sucessivos governadores e tendo maioria na bancada federal e na estadual. (PAIVA; CAMPOS, 2017, p. 86).

⁵⁶BRASIL. Decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89566.htm>. Acesso: 11 nov. 2019.

⁵⁷FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Verbete Partido Democrático social. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/partido-democratico-social-pds>>. Acesso: 29 mar. 2020.

Diante do resultado eleitoral de 1982, o PMDB com apoio das demais legendas de oposição, PDT, PT, PTB e PCdoB, passou a ampliar o alcance das mobilizações promovidas em prol da campanha Diretas Já. Em abril de 1984, mês da votação da emenda Dante de Oliveira, esta campanha atingiu seu ápice, conquistando grande número de público em seus comícios.

Em 12 de abril de 1984, Goiânia promoveu um dos maiores comícios pelas Diretas realizados no Estado de Goiás, o qual reuniu mais de 300 mil pessoas na Praça Cívica. O jornal *O Dia* deu visibilidade a essa mobilização na edição do dia 14 de abril de 1984 com a matéria “Comício pára Goiânia e reúne 390 mil pessoas”, na qual foi apresentada em detalhes às autoridades que estiveram presentes nesta mobilização. O jornal informou o número total de 390 mil manifestantes, dado da Fundação Indur (Instituto de Desenvolvimento Urbano) divulgado na matéria, indicando uma grande adesão popular.

Dentre os nomes das autoridades que protestaram na Praça Cívica da capital goiana e que foram citadas em *O Dia* estão: o governador Iris Rezende (1983-1986/PMDB); o prefeito de Goiânia, Nion Albernaz (1983-1985/PMDB); o deputado federal do Rio de Janeiro, Mário Juruna (1983-1987/PDT); o deputado federal de Goiás, Aldo Arantes (1983-1987/PMDB); o deputado federal de Pernambuco, Roberto Freire (1979-1995/PMDB); a deputada estadual de São Paulo, Ruth Escobar (1983-1991/PMDB); o deputado federal do Mato Grosso, Dante de Oliveira (1983-1985/PMDB), autor da emenda constitucional pelas eleições diretas a presidente da República e Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente nacional do PT. São citados ainda artistas, como: o cantor Belchior, a cantora Fafá de Belém e a atriz *Christiane* Torloni. As duas últimas ficaram conhecidas como “musas das diretas”, por participarem de alguns comícios.

O que chamou a atenção foi o fato de a matéria ter dado visibilidade para o governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola (1983-1987/PDT), mesmo ele faltando ao comício na Praça Cívica (GO). A ausência de Leonel Brizola foi um ponto marcante no texto, pois era um dos nomes relevantes para a concretização da campanha Diretas Já, apesar de ser citado que ele teria mandado um representante de seu governo, tal como os demais faltosos fizeram. A presença de Leonel Brizola era esperada, já que conseguiu mobilizar um milhão de pessoas em prol da campanha Diretas Já, no dia 10 de abril de 1984, na Praça da Candelária (RJ), considerado um dos comícios com maior número de público.

A matéria “Comício pára Goiânia e reúne 390 mil pessoas” ainda colocou em destaque o discurso proferido pela jornalista e deputada estadual por São Paulo, Ruth Escobar (1983-1987/PMDB), porque foi considerado o discurso “mais inflamado” e “agressivo” dentre os demais oradores do comício:

GOIÂNIA – [...] Todos gritavam palavras de ordem para o reestabelecimento das eleições diretas. Dos oradores, a mais inflamada foi a deputada Ruth Escobar, que classificou as autoridades federais de “prostitutas”, e, ainda de “um bando que assaltou o país”. [...] O discurso de Ruth Escobar, deputada do PMDB, foi bastante agressivo, chamando os atuais governantes de “prostitutas”, observando que “elas venderam o Brasil”, mas conclamando que o povo haverá de “recuperar o seu destino” e escolher seu próximo presidente (COMÍCIO PÁRA GOIÂNIA E REÚNE 390 MIL PESSOAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.704, 14 abr. 1984, p. 04).

A deputada estadual Ruth Escobar teve seu discurso classificado como “bastante agressivo” por chamar os parlamentares federais de “prostitutas” e insinuar que os governantes estariam “se vendendo” ao aceitar acordos com o Governo em troca de benefício próprio. Outra expressão usada pela deputada para classificar o comportamento dos políticos foi a que se tratava de “um bando que assaltou o país”, como uma forma de denunciar os desmandos da administração pública. E ainda, tal como ocorre no discurso da maioria dos oradores, a deputada apontou a eleição direta para presidente da República como sendo a principal saída das crises no país.

Ainda sobre essa matéria, foi ressaltada também a fala do deputado federal do Mato Grosso, Dante de Oliveira (1983-1985/PMDB), pronunciada no comício na Praça Cívica de Goiânia. Segundo o jornal *O Dia*, mesmo sendo o autor das Diretas, o parlamentar demonstrava dúvidas se a aprovação de sua emenda era realmente a mudança política que se esperava.

[...] O deputado Dante de Oliveira, que falou minutos antes do encerramento do comício feito pelo governador Iris Rezende, também pregou reformas e disse não vê apenas na aprovação de uma emenda proposta por ele a solução dos principais problemas do país. Observou, entretanto, que sua aprovação seria um grande passo para que o povo consiga sair da miséria a que está imposto. [...]. (COMÍCIO PÁRA GOIÂNIA E REÚNE 390 MIL PESSOAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.704, 14 abr. 1984, p. 04).

Apesar de buscar a aprovação de sua emenda no Congresso Nacional, Dante de Oliveira acreditava que ela não ia promover melhorias de imediato ao país. No entanto, seria “um grande passo”, caso aprovada, para solucionar os principais problemas, principalmente, o retorno da democracia. Nota-se que mesmo ele participando dos comícios das Diretas, sua imagem era pouco explorada pela mídia em relação a outras autoridades.

Observou-se nesta matéria, um relevo maior para as falas dos organizadores da campanha Diretas Já. Além de Ruth Escobar e de Dante de Oliveira, foi dado destaque aos discursos de Lula, presidente nacional do PT, que citou os principais problemas sociais do país e criticou o presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS); e do deputado federal de Pernambuco, Roberto Freire (1979-1995/PMDB), que pedia a legalização do PCdoB, por acreditar que com o fim do regime civil-militar, a democracia só seria alcançada com a participação dos “comunistas”.

Vale salientar que a matéria ao se referir ao deputado federal de Pernambuco Roberto Freire⁵⁸ comete um equívoco e o chama de “Gilberto Freire”. O equívoco é detectado pelo fato de que não houve nenhum deputado federal com esse nome pelo estado. Segundo informações da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁵⁹ nas eleições estaduais de 1982, ele foi eleito como autoridade do PMDB e que era favorável à campanha Diretas Já.

Leonelli e Oliveira (2004) afirmam que durante o discurso de Lula muitas bandeiras vermelhas foram agitadas pelos manifestantes e recebeu muitos aplausos ao citar os problemas do país. Anunciado pela atriz Cristiane Torloni, Lula pontuou que “é lamentável que o presidente Figueiredo só seja favorável à eleição direta quando está fora do Brasil” (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 499). A fala de Lula fazia referência a uma declaração do presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) e que havia sido proferida pelo seu porta-voz, o deputado federal de São Paulo, Alcides Franciscato (1975-1987/PDS), quando ele e o presidente Figueiredo estavam em Madrid na Espanha. A declaração dizia que caso Figueiredo estivesse no Brasil, ele participaria do comício na Candelária.

⁵⁸ Roberto João Pereira Freire, natural de Recife (PE), em maio de 1985, deixou o PMDB e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O parlamentar chegou a ganhar novo mandato de deputado nas eleições de 1986 pelo PCB, passando a integrar a Assembleia Nacional Constituinte dos anos de 1987 a 1988.

⁵⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil(CPDOC/FGV). **Verbete Roberto João Pereira Freire**. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-joao-pereira-freire>> Acesso em: 05 abr. 2020.

Goiás, que tinha como governador Íris Resende (1983-1986/PMDB), foi cenário de grandes ações da campanha Diretas Já, ocorrida entre os anos de 1983-1984. A sua capital, Goiânia, além de ter sido a primeira cidade a receber a mobilização no país, sediou reuniões entre seus organizadores e por esse motivo foi diretamente atingida pelas medidas de emergência.

Na matéria “Oposição traça nova estratégia”, publicada no dia 14 de abril de 1984, o jornal tratou de uma das reuniões ocorridas em Goiânia, neste caso, no Palácio das Esmeraldas, sede oficial do governador de Goiás, localizado na Praça Cívica. A matéria aborda a reunião que aconteceu entre governadores do PMDB e teve como pauta central a campanha Diretas Já, no entanto, não citou a data exata de sua realização e compreende-se que esta ocorreu após a realização do comício.

A notícia aponta as presenças das seguintes autoridades: o governador do Espírito Santo, Gerson Camata (1983-1986/PMDB); o governador de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987/PMDB) e um representante do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983-1987/PDT). Além disso, estiveram presentes na reunião no Palácio das Esmeraldas líderes dos partidos da Câmara e do Senado. O objetivo foi para traçar novas ações em vista de possíveis negociações com o regime civil-militar, como pode ser verificado no seguinte fragmento transcrito:

GOIÂNIA – Os governadores do PMDB que estiveram em Goiânia traçaram uma linha de ação a ser seguida nos próximos dias, visando o seu maior fortalecimento. O encontro foi no Palácio das Esmeraldas e, ao final, o governador Gerson Camata, do Espírito Santo, disse que as próximas posições de todos os governadores quanto às questões nacionais deverão ser tomadas em conjunto, logo após um prévio entendimento. Dessa reunião, participaram também os líderes dos partidos na Câmara e, no Senado. Neste encontro eles acertaram também que comunicarão essa decisão ao governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e aos representantes do Partido dos Trabalhadores, para, como oposição decidirem os próximos passos a serem dados em busca de um posicionamento único no que se refere aos rumos que a política brasileira deverá tomar. Não se falou em conciliação, disse Montoro, e qualquer negociação só deverá sair na bandeira das diretas já (OPOSIÇÃO TRAÇA NOVA ESTRATÉGIA. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.704, 14 abr. 1984, p. 04).

A matéria retratou um engajamento na campanha Diretas Já das legendas políticas PMDB, PDT e o PT, que além do PTB, que representavam os principais partidos

oposicionistas ao governo militar. Ela ressaltou também que a reunião foi motivada para que os governadores pudessem traçar “uma linha de ação a ser seguida nos próximos dias”. O discurso presente nela foi principalmente mostrar a preocupação destes partidos em se manter unidos em prol do fortalecimento da campanha pelas Diretas, que seria encerrada logo após a votação da emenda Dante de Oliveira, ocorrida no dia 25 de abril de 1984.

O jornal *O Dia* veiculou algumas matérias de agência de notícias que tratou da campanha Diretas Já em Goiás, desde o lançamento das Diretas, a implantação das medidas de emergência e a realização de comício com público numeroso. De certo modo, as matérias mostraram a importância de Goiás, em plena organização dos comícios nas capitais do país, ressaltando a interação dos partidos políticos que faziam a oposição ao regime civil-militar.

No entanto, o fortalecimento dos partidos políticos, com as eleições de 1982, e as mobilizações que aconteceram em várias capitais do país, entre 15 de junho de 1983 a 26 de abril de 1984, contribuíram para a consolidação da campanha Diretas Já. É importante destacar que as matérias veiculadas pelo jornal *O Dia*, que trataram da organização dos comícios pelas Diretas, nem sempre foram depreciativas em relação as mobilizações nas ruas, principalmente por se compreender que os organizadores desses atos públicos eram, na maioria das vezes, autoridades políticas com cargos públicos em exercício, desde de governador, a senadores, deputados e vereadores.

3.2.4 Diretas Já na Praça da Sé e no Vale do Anhangabaú em São Paulo

A capital São Paulo (SP) foi um dos principais cenários das mobilizações da campanha Diretas Já. Tiveram dois grandes comícios na capital paulista, sendo que o primeiro aconteceu no dia 25 de janeiro de 1984 na Praça da Sé; e o segundo, no dia 16 de abril de 1984, no Vale do Anhangabaú.

O primeiro foi noticiado na matéria “Polícia paulista está alerta para comício gigante”, veiculada no dia 25 de janeiro de 1984, que informa sobre o comício na Praça da Sé em prol das eleições diretas para presidente da República. O foco estava no tocante a segurança na capital, pois no dia de sua realização seria comemorado o aniversário de 430 anos de São Paulo.

Com informações sobre a expectativa de público e de segurança para o comício agendado para o dia 25 de janeiro de 1984, a notícia ressaltou também os detalhes do esquema de preparação estrutural do comício na Praça da Sé. Os preparativos dessa mobilização foram: a instalação de equipamentos de alto-falantes; acesso gratuito ao metrô; não haveria cobrança extra na passagem de ônibus; ambulâncias; carros-pipa; bombeiros e até a abertura de bares e restaurantes, facilitando o acesso de alimentos e banheiros para os manifestantes. Ao mesmo tempo, deixava claro que o movimento estaria sob a vigilância das polícias militar e civil e das forças do exército:

SÃO PAULO – Sob a vigilância dos efetivos das polícias militar e civil desta capital, e também das forças do Exército que estão em regime de prontidão, realiza-se hoje, dia em que São Paulo comemora 430 anos, o comício pró-eleições diretas promovido pelos partidos políticos e entidades da sociedade civil. A expectativa é de que ao comício compareçam mais 250 mil pessoas, embora a Praça da Sé, segundo cálculos efetuados pelos promotores do grande comício, comporte uma grande população de, no máximo, cem mil pessoas. Nas ruas próximas à praça, dentro de uma área 1,5 quilômetro, foram instalados alto-falantes. O metrô será o principal meio de transporte. As passagens hoje serão gratuitas, bem como dos trens da Fepasa. Serão colocados 1.500 ônibus, que cobrarão passagem normal (Cr\$150,00). Os ônibus do interior do Estado serão conduzidos em comboio por viaturas do DSV até uma estação do metrô. Os proprietários de bares e restaurantes receberam instrução para permanecerem abertos para fornecimento de alimentação e sanitários à população. Ambulâncias, carros-pipas, bombeiros, também já foram acionados. (POLÍCIA PAULISTA ESTÁ ALERTA PARA COMÍCIO GIGANTE. *O Dia*. Teresina, ano XXXII, n. 5.638, 25 jan. 1984, p. 09).

O apoio principal partiu do governador de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987/PMDB), que estava à frente das mobilizações da campanha Diretas Já. Ao fornecer toda uma estrutura para o comício, avalia que a ação reduzia as chances de haver grandes transtornos a quem deseja protestar e garantia a segurança do protesto.

É importante pontuar que o jornal *O Dia* não divulgou matéria anunciando a realização do comício pelas eleições diretas na Praça da Sé (SP), realizado no dia 25 de janeiro de 1984. Todavia, o periódico com a matéria “Polícia paulista está alerta para comício gigante”, veiculada em 25 de janeiro de 1984, teve como foco a ação das polícias militar e civil em São Paulo (SP) e ainda do Exército diante da possibilidade de desordem social.

O periódico não repercutiu o comício das Diretas na Praça da Sé (SP) na edição do dia seguinte à sua realização, em 26 de janeiro de 1984, e nem na edição do dia 27 de janeiro

de 1984. Tampouco foram citados os nomes de autoridades políticas e artistas que participaram do evento, o que pode indicar um silenciamento da agência de notícia ou do próprio jornal *O Dia*, uma vez que não produziu e/ou não encaminhou conteúdos sobre o comício ocorrido em São Paulo.

A segunda matéria abordou o comício no Vale do Anhangabaú (SP) sendo veiculada pelo jornal *O Dia* por meio da matéria “Líderes não vão à passeata em São Paulo”, publicada como chamada de capa da edição de 17 de abril de 1984. A matéria não se propôs a detalhar o que aconteceu no comício, nem mesmo quem dele participou, entretanto, o foco do conteúdo era promover críticas negativas contra o governador de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987/PMDB).

O que ainda se verifica ao longo da matéria é um breve comentário em torno da ausência de governadores de outros Estados que faziam parte da organização, mas não cita nenhum os nomes dos que faltaram no comício do Vale do Anhangabaú. Sendo que a única autoridade citada no texto é o governador de São Paulo Franco Montoro, que justifica a ausência de alguns governadores por causa de problemas administrativos e políticos, como a greve de professores e de funcionários públicos.

A justificativa apresentada por Franco Montoro à imprensa serve de isca para o jornal colocá-lo numa situação de descrédito em relação às demais lideranças, sobretudo, quando afirma que São Paulo enfrentava situações similares à de outros Estados e nem por isso Montoro deixou de ir à Goiânia para participar dos comícios.

O governador Franco Montoro verificou ontem da seguinte forma a ausência de vários chefes do Executivo de outros Estados na passeata pró-diretas: “Quase todos estão com problemas sérios, como greves de professores, de funcionários, de setores da administração problemas de várias ordens”. Mas ninguém no Palácio dos Bandeirantes soube explicar como Montoro enfrentando os mesmos problemas que seus colegas da oposição, deixou São Paulo, na semana passada, com destino a Goiás para participar de um comício pelas diretas, enquanto os professores do Estado continuavam em greve (LÍDERES NÃO VÃO À PASSEATA EM SÃO PAULO *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.706, 17 abr. 1984, p. 04).

Apesar de encontrar algumas matérias sobre a mobilização em São Paulo, verifica-se, ao mesmo tempo, que pouca visibilidade lhe foi dada nas páginas de *O Dia*. Quando foram publicadas matérias referentes ao comício na Praça da Sé, buscou-se minimizar seu impacto e

a força que tinha entre os manifestantes. A afirmação de que na capital paulista o comício não contou com participação dos grandes representantes da campanha Diretas Já constrói uma imagem de pouca adesão ao movimento, o que denota seu enfraquecimento entre os líderes.

A matéria “Líderes não vão à passeata em São Paulo”, foi publicada no dia 17 de abril de 1984, isto é, faltando apenas 08 (oito) dias para acontecer a votação da emenda Dante de Oliveira, apresentando uma possível falta de engajamento entre líderes da campanha das Diretas. Com isso, compreende-se que ao mostrar um certo enfraquecimento no comício da Praça da Sé (SP), a matéria buscou fazer com que tal ideia repercutisse entre os parlamentares e refletisse no resultado da votação da emenda Dante de Oliveira, causando a sua rejeição no dia 25 de abril de 1985.

Sobre a popularidade do governador Franco Montoro, Leonelli e Oliveira (2004, p. 514) apontam que se encontrava em baixa e ainda teria sido vaiado no comício no Vale do Anhangabaú. Os autores ainda explicam que a situação não foi mais constrangedora porque o apresentador do comício Osmar Santos⁶⁰ chamou o deputado federal do Mato Grosso Dante de Oliveira (1983-1985/PMDB), autor da emenda das Diretas, que foi aclamado pelo povo, igualmente ao Lula.

Leonelli e Oliveira (2004, p. 514) destacam ainda que muitas autoridades se fizeram presentes no comício no Vale do Anhangabaú, discurso bem diferente do que mostrou a matéria divulgada pelo jornal *O Dia* sobre esse mesmo comício. Os autores ressaltam que, além de Franco Montoro, se fizeram presentes o vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB); o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (1983-1984/PMDB); o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983-1987/PDT); o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade; o presidente nacional do PT, Lula; o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães; o ex-senador de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso (1982-1983/PMDB); e o deputado federal do Mato Grosso, Dante de Oliveira (1983-1985/PMDB). Além de políticos, eles registraram as presenças da cantora Beth Carvalho, do cantor Chico Buarque, da cantora Fafá de Belém, do maestro Benito Juarez e do jogador do Corinthians Dr. Sócrates.

⁶⁰ Osmar Aparecido Santos, natural da cidade Osvaldo Cruz (SP), é um ex radialista e locutor. Na política brasileira, Osmar Santos se destacou por apresentar os comícios da campanha Diretas Já, porém, não se candidatou a nenhum cargo político.

Leonelli e Oliveira (2004, p. 514) asseguram que as ruas do Vale do Anhangabaú estavam lotadas e contou com a participação da Orquestra Sinfônica de Campinas. Apontaram também que o maestro Benito Juarez, conhecido como “maestro das Diretas”, apresentou a nova composição, intitulada “Sinfonia Eleitoral nº 1”, regendo o coro da multidão no comício, tendo a única estrofe da melodia: “Direeeeeetas Jáaaaaaaa”.

Com base nos dados apresentados pelos autores analisa-se o quanto que o jornalismo tem de seletividade dos acontecimentos e dos conteúdos que veiculam. Para além do silenciamento, que já foi mencionado, destaca-se a seletividade do que se quer apresentar para o público leitor. No processo de produção da notícia nem tudo é dito. Ao mesmo tempo que o que é dito também passa por um processo de controle do que se quer dizer, que se faz pela linha editorial do jornal e dos interesses políticos, econômicos, sociais etc. dos grupos a qual pertence.

3.3 Campanha Diretas Já e as mobilizações em Teresina no jornal *O Dia*

Segundo Leonelli e Oliveira (2004, p. 497), a campanha Diretas Já foi lançada no dia 15 de junho de 1983, na cidade de Goiânia (GO). Porém, é somente em fevereiro de 1984 que o processo de sua expansão ultrapassou os limites do Sul e Sudeste do país alcançando as regiões Norte e Nordeste. Frente a esse dado, entende-se porque a partir de fevereiro de 1984 é que a cobertura sobre a campanha Diretas Já também se fez mais presente nas páginas de *O Dia*. Foi diante desse momento que se encontrou registros nas páginas dedicadas a política local dos primeiros comícios no Piauí, tanto na capital Teresina quanto em alguns municípios, a exemplo de Picos, União, Barras, Parnaíba, Oeiras e Floriano e outras.

As matérias publicadas em *O Dia* sobre a realização dos comícios no Piauí permitem compreender não apenas o fortalecimento da campanha Diretas Já no Estado, mas, também, o firmamento de parcerias e/ou articulação entre as autoridades políticas locais, como prefeitos, vereadores e deputados.

Nas cidades interioranas do Piauí, a campanha Diretas Já só aconteceu de forma mais intensa em abril de 1984, mês de votação da emenda Dante de Oliveira. A matéria “PMDB

realiza comícios por diretas já”⁶¹, da edição de 07 de abril de 1984, trata do roteiro de comícios que seriam realizados no interior do Piauí, principalmente, nas cidades de Picos, Oeiras e Floriano. Do ponto de vista macro, na década de 1980, essas três cidades estavam dentre as mais desenvolvidas e populosas do Estado.

Na matéria “PMDB realiza comícios por diretas já” foram citadas algumas autoridades que estiveram presentes nestes comícios no Piauí, como o deputado federal Heráclito Fortes (1982-1989/PMDB), deputado federal Raimundo Wall Ferraz (1983-1985/PMDB); deputado federal Ciro Nogueira Lima (1983-1987/PMDB); o vereador Osmar Júnior (1983-1989/PMDB); e o prefeito de Monsenhor Gil, Antônio de Noronha Pessoa Filho (1983-1987/PMDB).

Outros dois nomes citados na matéria foram de dois suplentes: o suplente a deputado federal Elias Ximenes do Prado Júnior (1979-1983/PMDB); e do suplente de deputado estadual José Reis Pereira (1982-1990/PMDB). Segundo dados informados por Santos (2019, p. 91-121), anos mais tarde, ambos os suplentes assumiram vagas de deputado estadual do Piauí: José Reis Pereira (1987-1991/PMDB-PSDB) e Elias Ximenes do Prado Júnior (1998-2002/PTB).

Nota-se que muito mais que citar os nomes destas autoridades, a matéria de *O Dia* credita o protagonismo da campanha Diretas Já no Piauí ao PMDB, até porque na década de 1980 este era o partido que fazia oposição ao regime civil-militar de forma mais estruturada. Essa postura combativa ao regime ditatorial foi assumida ainda na década de 1970, quando o PMDB ainda era chamado apenas de Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁶², chegando a abrir espaços para lideranças populares, como Ulysses Guimarães, que no ano de 1971 tornou-se presidente nacional da legenda.

Com essa estratégia, a década de 1970 marcaria o grande salto do MDB. Além da linha mais combativa que abria espaço para lideranças populares, outros fatores contribuíram de forma significativa para o crescimento do MDB: a primeira crise do petróleo provocou abalo no milagre econômico e o esfacelamento da luta armada, que refluíu diante da repressão e do fracasso das várias iniciativas radicais. O MDB assumiu definitivamente o papel de escoadouro das insatisfações em todos os níveis. Torna-se uma frente

⁶¹ PMDB FAZ COMÍCIOS EM PROL DE ELEIÇÃO DIRETA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 5.646, 03 fev. 1984, p. 03.

⁶² O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi fundado em 24 de março de 1966.

oposicionista, legítima e consolidada com objetivo claro: demolir a ditadura. (50 ANOS PMDB, 2016, p. 26)⁶³.

Já na década de 1980, o MDB assumiu a nova sigla PMDB e seguiu em defesa da queda do regime civil-militar, promovendo assim a campanha Diretas Já no país, inclusive no Piauí. Nesse jogo de articulação política, as mobilizações a favor das eleições diretas tinham aumento considerável de público e, em virtude disso, os partidos políticos ganhavam visibilidade mirando as eleições estaduais e municipais.

O PMDB do Piauí realiza hoje comício pelas eleições diretas nos municípios de Picos e Oeiras, devendo fazer o mesmo amanhã, na cidade de Floriano. Ontem pela manhã, seguiram para organizar o comício de Picos [...]. Em Picos, o comício do PMDB será pela manhã, às 10 horas, na feira. Em Oeiras e Floriano a concentração será a noite. [...] Todos os municípios que participaram do primeiro encontro da Frente Municipalista, no final da semana passada, receberam instruções para divulgar os comícios pelas eleições diretas, mesmo aqueles dirigidos pelo PDS, como é o caso dos integrantes da Associação dos Municípios do Médio Parnaíba (PMDB FAZ COMÍCIOS EM PROL DE ELEIÇÃO DIRETA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 5.646, 03 fev. 1984, p. 03).

O Piauí foi um dos Estados brasileiros que não contou com o apoio privilegiado de seu governador, Hugo Napoleão (1983-1986/PDS), e nem do prefeito de Teresina, Freitas Neto (1983-1986/PDS). Os dois eram membros filiados ao PDS, legenda que integrava o presidente da República, João Figueiredo (1979-1985/PDS). Todavia, na matéria “PMDB realiza comícios por diretas já” é possível destacar que, no Piauí houve comícios pelas eleições diretas organizados pelo PDS, mesmo sendo um partido afinado com as ideias de permanência do regime civil-militar.

É importante salientar que a campanha Diretas Já foi encabeçada por políticos que assumiam cargos eletivos, como prefeitos, vereadores, deputados e senadores. Dessa maneira, não eram apenas os partidos de esquerda ou membros de instituições e de associações sindicais ou estudantis que organizavam os comícios no Estado do Piauí. Isso fica claro na matéria de *O Dia* na qual aponta alguns dos líderes da organização da campanha das Diretas em cidades do Piauí, a exemplo de Picos que tinha no comando o prefeito Abel de Barros

⁶³ FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **50 anos PMDB: o partido que muda o Brasil**. Brasília: Positiva, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Livro_PMDB50anos.pdf> Acesso: 08 mar. 2020.

Araújo (1983-1988/PDS); Floriano, Manoel Simplício da Silva (1983-1989/PDS); e Oeiras, Benedito de Carvalho Sá (1983-1989/PMDB), ou seja, dois deles, sendo do partido de situação, PDS; e o outro do PMDB, que era considerado de oposição moderada.

Com o crescimento do público e as adesões político-partidárias, a campanha Diretas Já foi vista por autoridades políticas e representantes de classe como espaço propício para ganhar visibilidade pública, em meios aos holofotes midiáticos, vislumbrando as futuras eleições e cargos eletivos. A matéria “PMDB faz comícios e avalia campanha pelas diretas”, divulgada no dia 10 de abril de 1984, apresenta o cenário de reformulação de partidos e parcerias políticas daquele ano. Nesse processo, foram citados os nomes de dois ex-deputados estaduais do PMDB, antigo MDB: Oscar Neiva Eulálio (1971-1975/MDB), que confessou o desligamento com o PMDB; e de Filadelfo Freire de Castro (1971-1975/MDB), que visava reconquistar o posto de deputado estadual.

[...] Desses encontros, ficou patente o rompimento do ex-deputado Oscar Eulálio, que manifestou o desejo de sair do PMDB, tendo deixado de participar da concentração, e o desejo do ex-deputado Filadelfo Freire de Castro, de voltar à Assembleia Legislativa, como forma de unificar o partido em sua cidade. As lideranças que participaram do comício em Oeiras acham que de lá sairá um deputado federal (PMDB FAZ COMÍCIOS E AVALIA CAMPANHA PELAS DIRETAS. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 7.700, 10 abr. 1984, p. 01).

As matérias analisadas deixam pistas de que alguns políticos piauienses se envolveram com a organização dos comícios das Diretas Já não porque tinham como objetivo derrubar o regime civil-militar, mas aproveitar a popularidade que o movimento ia ganhando no Piauí para projeção política, por conseguinte, angariar futuros cargos com a institucionalização das eleições diretas. Tal cenário político-social acabou servindo de avaliação para a realização de próximas campanhas políticas.

A capital do Piauí, Teresina, não ficou de fora das grandes mobilizações realizadas no país pelas eleições diretas para presidente da República. No ano de 1984, com a eclosão da campanha Diretas Já, foi possível encontrar matérias sobre os comícios em Teresina nas páginas do jornal *O Dia*, que geralmente eram veiculadas além da capa, na página 03, sendo dispostas para matérias sobre política de cunho local. Diferentemente das informações que eram colocadas na editoria intitulada “1984 ano da Sucessão”, oriundas de agências de

notícias, as matérias com conteúdo local eram produzidas pela equipe jornalística de *O Dia* e não continha a assinatura do repórter, exceto matérias de colunas.

Tal meio de comunicação divulgou sobre os principais comícios ocorridos em Teresina (PI), como o da Praça do Marquês e da Praça Landri Sales, conhecida popularmente como Praça do Liceu, tornando possível, também, pontuar outros comícios realizados em alguns bairros e mesmo em outros municípios do Piauí. São citadas, por exemplo, comícios realizados nos municípios de Altos, Barras, Floriano e Parnaíba. No entanto, o periódico apresentou a maioria desses comícios em um plano secundário, não proporcionando a mesma visibilidade que foram dadas as mobilizações ocorridas nas praças do Marquês e Landri Sales.

As matérias sobre a divulgação dos comícios em Teresina (PI), mais especificamente, na Praça do Marquês, que aconteceu em 13 de fevereiro de 1984 e na Praça Landri Sales, no dia 24 de fevereiro de 1984, tiveram maior destaque nas páginas do jornal referido e citaram as mobilizações ocorridas nos bairros como Bela Vista, que aconteceu no dia 29 de janeiro de 1984; Promorar, 01 de fevereiro de 1984; Poti Velho, em 03 de fevereiro de 1984; e Cidade Satélite, que não foi possível ter conhecimento do dia de realização deste comício.

A matéria do jornal *O Dia* “PMDB faz comícios em prol de eleição direta” divulgou a informação da nova data de realização do comício no Bairro Poti Velho, zona Norte de Teresina, para o dia 03 de fevereiro de 1984 e explicou sobre essa mudança na programação da campanha Diretas Já no Piauí. Segundo ela, a alteração de data do comício no Bairro Poti Velho foi motivada pela realização do jogo de futebol entre o Auto Esporte do Piauí e o Santa Cruz de Recife. O jogo de futebol ocorreu no dia 02 de fevereiro de 1984, no Estádio Albertão, localizado em Teresina, e foi marcado pela vitória de 1 a 0 para o Santa Cruz de Recife.

Apresentou, ainda, a fala do deputado estadual do Piauí Deoclécio Dantas (1979-1985/PMDB), afirmando que “o comício que rendeu mais gente até o momento foi o da Cidade Satélite (PMDB FAZ COMÍCIOS EM PROL DE ELEIÇÃO DIRETA. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 5.646, 03 fev. 1984, p. 03). Deoclécio Dantas é cotado como fonte de informação não apenas por pertencer ao PMDB, mas pelo seu envolvimento nas manifestações, já que tinha uma participação atuante nas concentrações e ajudava a distribuir panfletos da campanha Diretas Já, como é pontuado na matéria.

Além disto, a matéria reforçou sobre o empenho do PMDB em mobilizar os moradores dos bairros da capital, anunciando, inclusive, o comício na Praça do Marquês de Paranaguá, planejado para acontecer em 13 de fevereiro de 1984 e contaria com as presenças do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; o senador do Paraná, Affonso Camargo (1979-1987/PMDB); o ex-ministro Almino Afonso, além de outros líderes nacionais.

Esse comício foi considerado por pesquisadores e historiadores que têm trabalho publicado sobre esse período como um dos grandes destaques na capital piauiense. Porém, pode-se apontar outro comício de proporcional relevância que foi realizado na Praça Landri Sales, conhecida como Praça do Liceu, em 24 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. A respeito da quantidade desses tipos de reuniões que foram realizadas em Teresina (PI), não se sabe ao certo o número exato de mobilizações que ocorreram nas ruas da capital, até porque não é o foco desse trabalho fazer tal levantamento. Contudo, buscou-se analisar a cobertura do *O Dia* em relação a campanha Diretas Já em Teresina.

3.3.1 “Diretas, eu quero votar para presidente”: comício na Praça do Marquês

Em fevereiro de 1984, algumas praças de Teresina foram palco das manifestações a favor das Diretas Já. Um dos comícios foi realizado no dia 13 de fevereiro de 1984, na Praça do Marquês de Paranaguá, situada na zona Norte da capital. O assunto ganhou visibilidade no jornal *O Dia*, com informações dos seus primeiros preparativos até a realização desse comício, além de apresentar quem eram os organizadores, como se estruturou e quem participou.

A matéria “Entidades participam ativamente”, publicada na edição correspondente aos dias 12 e 13 de fevereiro de 1984, apresenta quais entidades e partidos políticos que participariam do comício na Praça do Marquês. Destaca a presença do escritor Miguel de Moura⁶⁴ e das atrações musicais Kasamba e Os Musicais.

Além disso, cita os partidos, entidades e instituições que inicialmente se mobilizaram para a realização da campanha Diretas Já no Piauí: PMDB; a OAB, seção Piauí; Sindicato

⁶⁴ Francisco Miguel de Moura, natural de Francisco Santos (PI), foi funcionário público do Banco do Brasil, radialista e professor de Língua e Literatura. Na política piauiense, participou de comícios da campanha Diretas Já, mas não assumiu cargos políticos.

dos Jornalistas Profissionais do Piauí, FETAG; Associação dos Economistas; Associações de bairro; Associações dos Mutuários do BNH; a Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP), e os órgãos ligados à Universidade Federal do Piauí (UFPI), como: Adufpi, Asufpi, DCE e o Ceep.

Deu destaque, ainda, ao vereador de Teresina Desudeth Nunes (1983-1985/PMDB) que, em nome da sua legenda política, ajudou a facilitar a estrutura física do comício na Praça do Marquês, principalmente, a respeito do serviço de som particular. O equipamento de som era um dos itens indispensáveis nesse tipo de reunião, pois tais serviços faziam com que as autoridades políticas fossem, de fato, ouvidas pelo público.

[...] Ontem à tarde, o vereador Deusdeth Nunes informava que dois conjuntos musicais de Teresina, Kasamba e Os Musicais, tocarão na praça, a partir das 18 horas, com músicas inspiradas na própria campanha (paródias) e hinos dos partidos que integram a campanha. Os apresentadores do programa do PMDB na praça do Marquês serão os radialistas Airtor [sic] Silva e Fernando Mendes, mas o partido espera a presença do comentarista esportivo da Globo, Osmar Santos, que vem participando das campanhas no sul do país. Segundo informou o vereador Deusdeth Nunes, o PMDB contratou um serviço de som particular, com mesa portátil de vários canais, não havendo qualquer preocupação nesse sentido. Cerca de 10 carros de som volantes farão a divulgação do comício nos bairros, a partir de hoje. (ENTIDADES PARTICIPAM ATIVAMENTE. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 5.654, 12-13 fev. 1984, p. 03).

Nessa matéria, o jornal *O Dia* trouxe à frente da campanha Diretas Já no Piauí, além de sindicatos e associações, o PMDB. Essa legenda política foi apresentada como a primeira envolvida na organização dos comícios em Teresina, com suas principais autoridades. De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI)⁶⁵, o PMDB foi o partido político da oposição ao regime civil-militar que mais angariou vagas dos cargos executivos do Piauí nas eleições diretas do ano de 1982, perdendo apenas para o PDS. Para as 10 vagas de deputados federais, o PMDB conquistou 05; e o PDS 05 também. Já para as 57 vagas de

⁶⁵ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. **Eleições 1982**: resultado para Governador, Senador, Suplente de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-governador-vice-goverandor-senador-deputado-federal-e-deputado-estadual-1982/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-governador-vice-goverandor-senador-deputado-federal-e-deputado-estadual-1982/at_download/file>. Acesso: 31 mar. 2020.

deputado estaduais o PMDB elegeu 27 parlamentares; e o PDS 31. É importante destacar que os dados do TRE-PI⁶⁶ apontam que o único cargo que o PMDB obteve resultado superior ao PDS foi ainda para vereadores de Teresina, das 19 vagas de vereadores, 14 foram para o PMDB e 05 para o PDS.

Por sua vez, o PDS elegeu nas eleições diretas do ano de 1982 seus candidatos para os maiores cargos do Poder Executivo do Piauí. Dentre os candidatos eleitos estavam Hugo Napoleão (1983-1986/PDS), para o cargo governador do Piauí; José Raimundo Bona Medeiros (1983-1986/PDS), como vice-governador; e João Calisto Lobo (1983-1991/PDS), como senador do Piauí. Vale destacar que no mesmo ano de 1982, o PDS já havia conquistado o cargo de prefeito de Teresina, tendo como indicação o prefeito Antônio de Almendra Freitas Neto (1983-1986/PDS).

O Dia produziu na edição de 14 de fevereiro de 1984 algumas matérias que davam conta do comício da Praça do Marquês. Uma delas se apresentou sob o título “Milhares de pessoas assistem manifestação”, que informava a dimensão dos manifestantes presentes por meio das expressões “milhares de pessoas” ou “multidão”. O jornal limitou a informação apenas na chamada de capa, oferecendo pouco detalhes sobre a mobilização.

No entanto, o texto da matéria é acompanhado na capa do jornal por fotografia que mostra a dimensão da quantidade de pessoa que se fizeram presentes no comício da Praça do Marquês. A fotografia, em preto e branco, é de autoria do repórter fotográfico Raimundo Costa e tinha como legenda “O povo compareceu pedindo a realização de eleições diretas”. A fotografia, muitas vezes entendida como um retrato fiel da realidade, reforça os termos “multidão” e “milhares de pessoas” apresentados no texto, como se pode observar na Figura 03.

⁶⁶ _____. **Eleições 1982:** resultado por município para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-prefeito-vice-prefeito-vereador-1982/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-prefeito-vice-prefeito-vereador-1982/at_download/file>. Acesso: 31 mar. 2020.



Figura 9: Multidão no comício.

Fonte: O Dia. Teresina, ano XXXIII, n. 5.655, 14 fev. 1984, p. 01.

Nela foi ressaltada a grande adesão popular a campanha Diretas Já em Teresina (PI), inclusive destacou o grito em coro de uma das principais palavras de ordens da campanha: “Diretas, eu quero votar para presidente”. Na matéria, apenas duas personalidades políticas reconhecidas nacionalmente participaram do comício no Marquês que foi o presidente nacional do PMDB, deputado federal de São Paulo, Ulysses Guimarães (1951-1992/PMDB); e o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, na ocasião representando o governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola (1983-1987/ PDT).

É possível ressaltar que as autoridades nacionais citadas pelo jornal pertencem as legendas PMDB e PDT, que eram os maiores representantes da campanha Diretas Já no país. Especialmente, o PMDB, que foi o principal partido a impulsionar as mobilizações pelas eleições diretas para presidente da República.

Embora o referido meio de comunicação tenha citado apenas a presença de Ulysses Guimarães (1951-1992/PMDB) e Doutel de Andrade (PDT) no comício da Praça do Marquês,

Leonelli e Oliveira (2004, p. 402) apontam a presença também do presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. A par da informação apresentada pelos pesquisadores, verifica-se que por algum motivo o jornal *O Dia* não teve interesse de dar visibilidade ao Lula que não foi mencionada na matéria analisada.

Vale destacar que o PT esteve presente nas principais mobilizações pelas Diretas Já no país, inclusive, no Piauí, com o apoio do presidente regional da legenda, Antônio José Medeiros. Além de se fazer presente nos comícios organizados pelo PMDB, o PT elaborou uma programação nacional de comícios, realizados no mês de março de 1984. No Piauí aconteceram nos principais bairros de Teresina e em algumas cidades, como União, Campo Maior e Água Branca.

Leonelli e Oliveira (2004, p. 402) apontam que as três personalidades políticas nacionais conduziram o comício no Marquês e se surpreenderam com a adesão da população à campanha em Teresina (PI). Esperaram um público um tanto que alheio aos interesses políticos, porém, acabaram se deparando com populares um tanto que engajados no debate.

Em cima de um velho caminhão, improvisado de palanque, Ulysses, Lula e Doutel emocionaram o povo piauiense com discursos inflamados. Antes, no entanto, um tanto surpreso, ouviram discursos locais tão violentos que Ricardo Kotscho não pode sequer anotar, quanto mais publicar na *Folha de S. Paulo*. A recepção popular foi a mais calorosa possível, surpreendendo os três líderes oposicionistas, que chegaram à capital do Piauí com informações de que o povo lá era muito frio, e não se interessava por política. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 402, grifo do autor).

O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, era um dos principais representantes políticos no fortalecimento da campanha Diretas Já e sua figura estava ligada às lutas de classes e greves no país. Vale pontuar que o jornal *O Dia* divulgou a matéria “Lula é preso acusado de incitar greve e ofender autoridade”, em 19 de abril de 1980. Foram postas em destaque a prisão de Lula e de mais outros 13 líderes, ocorridas em 18 de abril de 1980. A prisão foi por causa do movimento grevista dos metalúrgicos no ABC paulista, por agentes do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.

A exclusão do nome de Lula na matéria desse meio de comunicação pode ser explicada em decorrência de um dos processos de produção do acontecimento que, segundo Charaudeau (2015, p. 148), se chama seleção das fontes de informações, procedimento que

está ligado, intrinsecamente, a linha política, ideológica e até financeira da empresa midiática, neste caso, o jornal *O Dia*.

De acordo com Azevedo (2009, p. 49), tais exclusões de personalidades políticas ocorrem porque o sistema de mídia brasileiro é historicamente conservador do ponto de vista político. Essa característica se deve, em parte, ao fato de os principais meios de comunicação de massa estar concentrada nas mãos de poucas famílias. Para o autor, ao lado do conservadorismo está a concentração e a propriedade cruzada dos meios de comunicação, que resultam numa reduzida pluralidade externa do sistema de mídia, o que implica, por sua vez, numa redução da diversidade e confronto de opiniões e no estreitamento do debate público.

Essa discussão ajuda a compreender o motivo da exclusão do nome do presidente do PT, Lula, na matéria “Milhares de pessoas assistem manifestação”, mesmo ele estando presente no comício do Marquês. Ainda segundo Azevedo (2009, p. 52), entre os anos de 1980 a 1994, o PT estava em processo de formação e fortalecimento e não tinha capilaridade organização e nem capital eleitoral suficiente para disputar pleitos majoritários ou se apresentar de forma competitiva nas eleições.

[...] Neste contexto, o partido constrói sua identidade política nas ideias socialista [sic.] e numa prática política orientada para a organização, mobilização e representação das demandas dos mais diversos movimentos sociais urbanos e rurais. [...] O partido está impregnado de voluntarismo político, espírito revolucionário e uma vaga e genérica ideologia socialista. O PT era, antes de qualquer outra coisa, um representante e um porta-voz das demandas sindicais e dos grupos socialmente minoritários (feministas, ecologistas, etc.) ou subalternos do ponto de vista político e social (AZEVEDO, 2009, p. 52).

Assim, mesmo contribuindo com a fomentação da campanha Diretas Já no país, ao lado do PMDB e do PDT, o PT não ganhava a mesma visibilidade midiática como essas legendas, até porque a proposta de articulação inicial do PT estava voltada aos movimentos sociais, recusando a possibilidade de qualquer aliança eleitoral, mesmo sem recursos financeiros para patrocinar ou promover acordos com a imprensa.

É importante destacar ainda que o ato de excluir o representante do PT das páginas dos jornais é muito mais que uma mera omissão de informação, mas serve para compreender que dentro do campo jornalístico, como explica Mouillaud (2002, p. 42), “dizer ‘o que ocorreu’ obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio; então, ‘algo ocorreu’

figuras tornam-se manifestas no tecido existencial”. Dessa forma, os acontecimentos e as fontes que ganharam visibilidade engendrada pela cobertura jornalística tornam-se conhecidas e as que ficaram de fora, se não desconhecidas, ficam silenciadas/invisíveis pelo discurso.

Parece-nos que toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa; inicialmente, porque produzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso (a vitrine mostra e esconde, a palavra diz e não diz): um invisível que não pode mais ser destacado do visível; o avesso de um tecido não o pode ser de seu direito (MOUILLAUD, 2002, p. 39).

Na produção de uma informação, o que é dito traz embutido em si o que não é dito, isto é, ao dar visibilidade a alguém ou alguma coisa deixa de destacar outras. O que se pode reforçar é que as práticas jornalísticas são realizadas por diversos moldes, que podem partir dos propósitos ideológicos, políticos ou mesmo financeiros da empresa de comunicação, mas também por limitações ou motivações pessoais do profissional de jornalismo que redigiu a informação.

A matéria considerou que o comício no Marquês foi “uma das maiores manifestações públicas” realizadas no Piauí até então. Contudo, diferentemente do que aconteceu em comícios das regiões Sudeste e Sul do país, percebeu-se que as mobilizações realizadas no Piauí não contaram com a presença de artistas (atores e cantores) de reconhecimento nacional, tampouco das personalidades artísticas que participaram ativamente dos comícios, por exemplo, em São Paulo (SP), no Rio de Janeiro (RJ) e em Goiânia (GO), que eram como uma espécie de figurinhas carimbadas nessas mobilizações, como é o caso da atriz *Christiane Torloni*, Fafá de Belém, Maitê Proença, Fagner, Erasmo Carlos, Chico Buarque, Belchior e outros. Os artistas de reconhecimento nacional que estiveram no Piauí, inclusive, no dia de realização de comícios, não tiveram relação direta com o movimento, ou seja, vieram por outros objetivos que não faziam relações com a situação política.

Milhares de pessoas participaram ontem à noite na Praça do Marquês de Paranaguá, do comício realizado pelos partidos de oposição, pelo restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis. A multidão gritava em coro: “Diretas, eu quero votar para presidente”. Representante de classe trabalhadora, líderes estudantis, e lideranças de todos os partidos de oposição estavam presentes. O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o presidente do PDT, Doutel de Andrade, representando o governador Leonel Brizola, do Rio, disseram em seus pronunciamentos, que

é chegada a hora de o povo escolher o futuro mandatário da Nação através de eleições livres e diretas. Foi uma das maiores manifestações públicas já realizadas na capital do Estado, onde milhares de pessoas portando faixas e cartazes pediam o restabelecimento de eleições para presidente da República. Nem mesmo o show da cantora Elba Ramalho, que se realizava ao mesmo tempo no Ginásio de Esportes Verdão, foi suficiente para tirar o brilho do comício das oposições realizado ontem na Praça do Marquês de Paranaguá. (MILHARES DE PESSOAS ASSISTEM MANIFESTAÇÃO. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 5.655, 14 fev. 1984, p. 01).

Na edição de 14 de fevereiro de 1984 o jornal *O Dia* cita a realização do show “Coração Brasileiro”, da cantora Elba Ramalho, no mesmo dia do comício no Marquês que ocorreu em 13 de fevereiro de 1984. No entanto, esse evento não tinha relação direta com a mobilização, mas com compromissos profissionais da agenda de shows da cantora. Ainda na mesma edição, trouxe na chamada de capa a matéria “Tarcísio e Glória falam sobre as diretas” com a informação de que em 13 de fevereiro de 1984, mesmo dia do comício, chegaram em Teresina (PI) os atores Tarcísio Meira, Glória Menezes, Arlete Sales e Élcio Romar.

Segundo a notícia, a vinda desses artistas era motivada pela estreia da peça “Toma lá dá cá”, que foi apresentada durante dois dias, 14 e 15 de fevereiro de 1984, no Teatro 4 de Setembro. Assim, não tinha relação alguma com o comício no Marquês e, assim como a presença de Elba Ramalho, se tratava de uma coincidência por conta da agenda de compromissos profissionais.

Apesar disso, parte da entrevista com os atores saíram publicadas na matéria “Tarcísio e Glória falam das diretas”, de forma sucinta, afirmando que os artistas Tarcísio Meira e Glória Menezes disseram que eram “[...] favoráveis à eleição direta para presidente da República, embora não participem do movimento pró-diretas [...]” (TARCÍSIO E GLÓRIA FALAM DAS DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 5.655, 14 fev. 1984, p. 01). Vale destacar que na notícia o que predominou foram as informações a respeito da peça “Toma Lá Dá Cá” e de “uma tarde de autógrafos” concedida pelos atores na agência local da Viação Aérea São Paulo (Vasp).

Também na edição de 14 de fevereiro de 1984 foi publicada outra matéria intitulada “Cantora defende opção política para os artistas”, que se apresenta como chamada de capa do jornal *O Dia*. Assim como foi observado na matéria produzida com as informações extraídas da entrevista com os atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, a redação de *O Dia* mostra o

posicionamento político da cantora Elba Ramalho, através da afirmativa feita na “[...] entrevista coletiva que concedeu à imprensa, que os artistas devem tomar uma atitude política séria e devem participar ativamente deste processo, pois eles servem de exemplo para o povo” (CANTORA DEFENDE OPÇÃO POLÍTICA PARA OS ARTISTAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 5.655, 14 fev. 1984, p. 01).

Diferentemente dos atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, a cantora Elba Ramalho não se posicionou nem favorável e nem contrário as eleições diretas para presidente da República, embora tenha sido questionada sobre o assunto, e a matéria foi finalizada com falas indiretas da cantora lembrando sua trajetória artística, que já contabilizava dezoito anos.

Apesar de registrar a presença de artistas e cantores de renome nacional na cidade de Teresina no dia do comício realizado na Praça do Marquês, não há nenhuma informação que algum deles tenha participado do evento. Esse argumento ganha ainda mais sustentação quando se leva em conta a afirmação proposta por Maciel (2018, p. 72), com base em pesquisas bibliográficas e hemerográficas, que é possível que no comício ocorrido na Praça do Marquês houvesse apenas a participação de músicos locais.

Acredita-se que no Piauí, do ponto de vista político, a adesão à campanha Diretas Já era mais forte, principalmente, por parte das entidades de classe e instituições locais, mesmo tendo um maior empenho do PMDB, já que organizaram maior parte das mobilizações com apoio do PT. Em contrapartida, em relação a adesão de representantes nacionais, não se viu o mesmo fervor a ponto de fazer com que as autoridades de outros Estados, que faziam parte da campanha, participassem de comícios realizados no Piauí.

3.3.2 Passeata e comício na Praça Landri Sales: pacíficos e sem incidentes

Às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, no dia 24 de abril de 1984, em Teresina (PI), aconteceu uma grande mobilização que tinha como cenário principal a Praça Landri Sales, conhecida popularmente, como Praça do Liceu. A concentração teve início na Praça Saraiva que logo depois saiu em passeata com destino a Praça do Landri Sales, onde foi realizado o comício pelas Diretas. A data é um marco considerando que fez mudar a rotina de muitos teresinenses, principalmente, dos lojistas do centro da capital, que recebeu a orientação

de fechar às portas naquela data, a partir das 17 horas, a fim de que os comerciários participassem da mobilização.

O jornal *O Dia* reproduziu a informação que o Comitê Estadual Pró-Diretas havia previamente repassado para os veículos de comunicação de Teresina, de maneira que a programação da passeata pelas Diretas Já na capital piauiense saiu ainda publicada na edição do dia 24 de abril de 1984. Na matéria “Teresina terá passeata hoje pelas diretas” foram apontados os membros desse comitê, que era composto por professores, advogados, estudantes, economistas, eletricitários e assistentes sociais. Além disto, divulgou o que estava previsto pela organização para acontecer ao longo da mobilização:

Uma passeata animada pela Banda de Música da Prefeitura de Barras, e precedida por um desfile de motoqueiros que será o ponto alto das manifestações de entidades de classe e Associações em favor do restabelecimento das eleições diretas já, hoje, em Teresina, às 17 horas. A manifestação, que ocorrerá na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, constará de uma passeata a ter início na Praça Saraiva e será encerrada com um comício na Praça do Liceu [...] (TERESINA TERÁ PASSEATA HOJE PELAS DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.709, 24 abr. 1984, p. 01).

Assim como acontecia em todo o Brasil, o regime ditatorial por meio da Secretaria de Segurança estava atento para que as mobilizações não saíssem do seu controle. Embora na edição de 24 de abril de 1984, o jornal tenha apresentado a programação da passeata a favor das eleições diretas como um movimento que ocorreria de forma ordeira e pacífica, na edição de 25 de abril de 1984 é publicada a matéria intitulada “Segurança”, na coluna “Abertura” assinada por Wilson Fernando⁶⁷, na qual se tem conhecimento de um esquema montado pela Secretaria de Segurança e Polícia Militar do Piauí para evitar qualquer tipo de tumulto.

A matéria ainda explica que o secretário de Segurança, o deputado estadual do Piauí Juarez Piauiense de Freitas Tapety⁶⁸ (1975-1991/PDS), se pronunciou por meio da televisão,

⁶⁷ O jornalista Wilson Fernando de Figueiredo Rêgo, natural de Fortaleza (CE), iniciou seus trabalhos no jornalismo, com apenas 16 anos de idade, no jornal *Tribuna do Ceará*, chegando a atuar nas funções de repórter, colunista. Trabalhou em algumas rádios e foi editor de algumas empresas de jornal impresso, como *Gazeta de Notícias* e *O Povo*. Em 1971, foi convidado pelo coronel Octávio Miranda a assumir a função de editor-chefe do jornal *O Dia*, onde passou 20 anos. Na década de 1980, Wilson Fernando chegou a escrever, simultaneamente, para dois jornais de destaque no Piauí, além do *O Dia*, *O Estado* de propriedade do jornalista Helder Feitosa. Wilson Fernando faleceu em Teresina, em 06 de outubro de 1992, aos 56 anos, vítima de câncer no pulmão.

⁶⁸ Juarez Tapety, que havia sido vereador e prefeito de Oeiras (PI), além de deputado estadual, por três mandatos, saiu do PDS no ano de 1982 e se filiou ao no Partido da Frente Liberal (PFL).

cinco horas antes da passeata do dia 24 de abril de 1984, confiando que o movimento seria pacífico e que não haveria necessidade de qualquer tipo de repressão policial contra os manifestantes. No entanto, segundo o jornalista Wilson Fernando, as reações dos parlamentares eram acaloradas. Acredita-se que essa tensão se dava pela aproximação do dia da votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para o dia 25 de abril de 1984.

No Piauí, desde ontem que Secretaria de Segurança e Polícia Militar estão em estado de alerta, cumprindo determinações superiores, com a finalidade de evitar tumultos na cidade se a emenda Dante de Oliveira for rejeitada. O Secretário de Segurança, Juarez Tapety, não acredita que haja desdobramentos, qualquer que seja a decisão do Congresso. Mas mesmo assim, está com o seu esquema de segurança preventiva montado. Depois que o governo federal encaminhou a sua proposta de reforma constitucional ao Congresso. Os ânimos exaltados de Deputados, Prefeitos e vereadores do PDS, favoráveis às diretas já foram de certa forma contida. E até mesmo as lideranças mais expressivas do PMDB, adotaram posição de maior cautela, não se envolvendo nas manifestações ontem realizadas na Capital. Uma coisa é inegável: o desejo de mudanças corporificado nas diretas-já é avassalador e nunca os Partidos de Oposição, que funcionam com pecado de origem, estiveram tão perto das aspirações populares como agora. (SEGURANÇA. Abertura de Wilson Fernando. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.709, 25 abr. 1984, p. 03).

A matéria destaca que autoridades do PDS que haviam se declarado favoráveis às Diretas Já estavam com “ânimos exaltados”. A contenção dos ânimos só aconteceu quando o presidente da República Joao Figueiredo (1979-1985/PDS) encaminhou ao Congresso Nacional sua proposta de reforma constitucional, que estabelecia as eleições diretas para o ano de 1988.

Essa proposta ganhou destaque na matéria “Figueiredo quer diretas só em 1988”, do dia 17 de abril de 1984, dizendo que a realização das eleições diretas para prefeitos e para presidente da República seriam em dois momentos distintos, respectivamente, nos anos de 1986 e 1988. A decisão indica que não era intenção do presidente João Figueiredo promover imediatamente abertura política para o principal cargo político, nem durante o seu mandato e nem em sua sucessão.

A proposta de João Figueiredo andava na contramão das mobilizações públicas que reivindicavam pelas eleições Diretas. O presidente, na realidade, planejava dar maior agilidade às eleições diretas para prefeitos, mesmo com certas restrições, já que seria apenas

para “capitais e cerca de 95 municípios considerados de segurança nacional” (FIGUEIREDO QUER DIRETAS SÓ EM 1988. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.706, 17 abr. 1984, p. 01).

Além disso, o jornalista Wilson Fernando apontou a ausência das lideranças “mais expressivas do PMDB” nas manifestações que ocorreram em Teresina no dia 24 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, no comício na Praça Landri Sales.

Para o colunista Wilson Fernando, o fato de uma autoridade política se ausentar do protesto poderia indicar cautela em relação aos que preferiram participar das mobilizações. Visto que o PMDB foi um dos partidos políticos que encabeçou a campanha pelas Diretas, acredita-se que o jornalista ao falar das ausências de representantes desta legenda, pontuou, indiretamente, um certo recuo das ações do PMDB a fim de obter a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

Wilson Fernando afirmou que o “desejo de mudanças” políticas esteve bem perto de ser concretizado. Entretanto, ele considerou os partidos de oposição como o “pecado de origem”, indicando como algo que gerasse perigos ou danos sociais. O termo pecado é relacionado a ideia de mau uso da liberdade nos estudos de Teixeira (2016), ao tratar dos pensamentos de Santo Agostinho e do pecado original.

Deus o criador de tudo que há, sendo o ser infinito e imutável, fez todas as coisas do nada e assim fez todas as coisas inferiores. Por isso, deu-os a liberdade como sendo seres mutáveis para escolher seguir o bem supremo e assim alcançar a imortalidade. Porém o homem que é criatura, usou a sua liberdade para seguir o seu bem próprio que nada mais é o que chamamos de mal. Assim, portanto, o pecado é o mau uso da liberdade que os seres criados optaram para seguir o seu bem próprio e assim encontrando-se para sua própria felicidade (TEIXEIRA, 2016, p. 118 – 119).

Na matéria “Segurança”, o colunista Wilson Fernando relaciona os partidos de oposição ao regime civil-militar com a ideia de pecado de origem o que pode ser entendido, a partir da compreensão de Teixeira (2016), como um “mau uso da liberdade”, em vista de seus avanços e adesões populares. Vale lembrar que durante o AI-5 foi considerado por estudiosos como “anos de chumbo”, quando os protestos e qualquer tipo mobilização que contrariassem o regime eram reprimidos. Dessa forma, percebe-se que a questão do “mau uso da liberdade” é pertinente ao regime civil-militar, não apenas nos anos de 1968 a 1979, mas também na década de 1980, quando se pregou a abertura política.

Durante os anos do regime ditatorial no Brasil, havia um certo temor de que a oposição assumisse o poder, especialmente a que foi denominada de extrema esquerda, por estar relacionada ao pensamento do comunismo e do socialismo. É o que explica Bresser-Pereira (2006, p. 29) ao destacar a existência de pelo menos quatro tipos de esquerda: a extrema esquerda; a esquerda utópica; a esquerda burocrático sindical; e a centro-esquerda. Ao tratar a respeito da extrema esquerda, o autor apresenta um conceito similar a ideia que foi colocada para a oposição dita mais radical, ou seja, “a extrema esquerda é revolucionária, não vê na democracia existente senão uma forma de dominação: pretende assumir o poder revolucionariamente para em seguida implementar o que denomina socialismo, que seria mais correto chamar de estatismo” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 29).

Assim, a expressão “extrema esquerda” é entendida como um movimento político que foi associado ao socialismo e ao comunismo e apontado como aquele que não promoveria benefícios ao país caso chegasse ao poder, sendo refutado, inclusive, pela imprensa. Ao lado do termo extrema esquerda, há outra palavra no campo político com ideia igualmente “revolucionária”, subversiva. Foi tachado de “subversivo” quem se opusesse de alguma forma ao regime civil-militar, podendo ser desde políticos, militantes, jornalistas e até artistas (cantores, compositores, atores, pintores, escritores e outros) e o que estes produziam.

Para Oliveira (2007), a sociedade em geral associava tais ideias a palavra “subversiva” para indicar quem tivesse a pretensão de fazer alertas públicos sobre algum aspecto político e social que os governantes pretendiam esconder ou omitir. Destarte, o ato de reivindicar, manifestar e protestar era confundido com atos comunistas.

A palavra “subversivo” também aparece associada à imagem dos comunistas. Geralmente, o subversivo era aquele que queria mudar algum aspecto na sociedade. Participação em movimentos populares, militância no movimento estudantil e praticar política partidária, de uma forma mais populista, eram atos ou ações subversivas. Mesmo sem ter qualquer tipo de ligação com o PCdoB, tais comportamentos ou práticas determinavam prisões e cassações de direitos políticos após a implantação do regime militar pós-64 (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Oliveira (2007) explica que a palavra comunista adquiriu uma significação bem distinta da que foi apresentada pelos estudiosos Karl Marx e Friedrich Engels. Para eles, os comunistas eram, na prática, a parcela decidida e mais avançada dos partidos operários de cada país. A partir do exposto, não surpreende encontrar matérias no jornal *O Dia* em que os

partidos de esquerda/oposição sejam denominados de “pecados de origem” ainda na década de 1980.

Na edição do dia 25 de abril de 1984, o jornal *O Dia* deu destaque para a mobilização na Praça Landri Sales, ocorrida no dia 24 de abril de 1984, com uma chamada de capa intitulada “Passeatas das diretas sem incidentes” e outras matérias sobre o evento na página interna. A chamada da capa é construída por meio de texto e fotografia em preto e branco retratando a mobilização. Na figura 4, verifica-se que a fotografia compõe o texto da matéria que pretende mostrar o que foi o movimento que, segundo o jornal, lotou cinco quarteirões do centro de Teresina. Da mesma forma, registra a multidão e cartazes contendo palavras de ordem da campanha Diretas Já.



Figura 10: Passeatas das Diretas sem incidentes.

O jornal *O Dia* classificou a mobilização na Landri Sales como “passeata” ou “caminhada”, seguida de comício. Foi por meio das expressões “sem incidentes” e “não houve qualquer repressão policial”, que o periódico deu visibilidade para a mobilização como um evento político sem cor partidária, uma vez que as bandeiras e os cartazes coloriam o movimento de verde e amarelo, ou seja, as cores nacionais. A matéria destacou ainda que no Piauí até representantes do PDS participaram do evento, sem subir ao palanque e sem proferir discursos.

A passeata pelas eleições diretas, realizada ontem em Teresina, lotou cinco quarteirões em seu trajeto pela Rua Barroso até atingir o seu destino, a Praça Landri Sales. A caminhada saiu da Praça Saraiva e não registrou nenhum incidente. Os oradores foram ouvidos de cima de um caminhão, em frente ao Liceu Piauiense, enquanto eram agitadas bandeiras e cartazes que coloriam a multidão de verde e amarelo. Não houve qualquer repressão policial, conforme havia prometido o secretário de Segurança, Juarez Tapety. Alguns membros do PDS engrossaram a passeata, mas não subiram no palanque. (PASSEATAS DAS DIRETAS SEM INCIDENTES. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 01).

É importante destacar que a produção discursiva contida no jornal *O Dia* se empenhava na tentativa de aproximar a campanha das Diretas como uma mobilização nacional e das oposições. Em 1980, o órgão tinha como proprietário o coronel Octávio Miranda, que privilegiou uma linha editorial na qual combatia o comunismo e os partidos de esquerda. Mais que isso, a matéria “Passeata das Diretas sem incidente” aponta para um jogo discursivo em que pretende cada vez mais destacar as cores da multidão “verde e amarelo”, desvinculando a campanha Diretas Já da cor vermelha. Essa cor possui grandes ligações com o comunismo, o PT e aos demais movimentos de esquerda e em certos momentos, foi associada a essas mobilizações. Embora não se tenha encontrado registro das bandeiras vermelhas nas matérias do jornal *O Dia*, Leonelli e Oliveira (2004, p. 499) asseguram que as bandeiras vermelhas se fizeram presentes em muitos comícios organizados pelo país, dentre eles, o comício da Candelária (RJ).

É importante destacar que o PT, inclusive em outros Estados, participou de vários comícios encabeçados pelo PMDB e chegou a promover no Piauí uma programação de

mobilizações para o mês de março de 1984. Todavia, o PMDB foi o principal representante da campanha Diretas Já, especialmente por ter sido essa legenda a pioneira no lançamento da mobilização nacional e estadual.

Em 25 de abril de 1984, o jornal *O Dia* publicou a matéria “Caminhada pelas diretas foi pacífica e bem concorrida” na qual oferece maiores detalhes sobre o comício da Praça Landri Sales, informando, principalmente, quem participou da mobilização. Segundo a notícia, não houve nesse comício nenhuma autoridade política que representava a campanha Diretas Já a nível nacional.

Dessa forma, uma grande parte dos participantes era figuras locais de partidos políticos, entidades e associações pró-diretas. Estiveram na mobilização parlamentares do PMDB; vereadores; o presidente da OAB, Reginaldo Furtado; professores da Universidade Federal do Piauí; membros do Clube dos Diretores Lojistas de Teresina; líderes sindicais e representantes de entidades estudantis.

A matéria pontuou sobre a participação do deputado estadual do Piauí Maurício Ribeiro Melo (1983-1991/PDS) na marcha pelas Diretas ocorrida da Praça Saraiva até a Praça Landri Sales. O parlamentar era favorável à aprovação da emenda Dante de Oliveira, posicionamento distinto do que apresentou o PDS nacional, já que eram contra a emenda. No entanto, foi destacado que apesar de Maurício Melo ter participado da caminhada, não se envolveu no segundo ato do evento, que foi o comício.

A marcha pelas eleições diretas, realizada ontem da Praça Saraiva até a Landri Sales, em frente ao Liceu Piauiense, saiu de acordo com as previsões do secretário de Segurança, Juarez Tapety, que foi à televisão ao meio dia externar a sua confiança de que a caminhada seria pacífica. Foi difícil uma avaliação sobre o número de participantes, mas, no trajeto, pela rua Barroso, a multidão se comprimia numa extensão de cinco quarteirões. [...] Vários serviços de som acompanhavam a marcha pelas diretas, enquanto inúmeras faixas e cartazes coloriam de verde e amarelo o ambiente. As pessoas que gritavam slogans da campanha estavam roucas quando ia começar o comício. O bar localizado no centro da praça não teve acomodação para os muitos curiosos que acompanhavam a marcha a uma curta distância. O único deputado do PDS que havia prometido participar do comício pelas diretas, Maurício Melo, foi visto acompanhando a marcha, mas não chegou ao palanque. Populares afirmavam que ele deixou a caminhada na metade do percurso. Antes de sair da Assembleia, ele disse que só faria parte do comício se a oposição assumisse o compromisso de não atacar o governador do Estado. [...] (CAMINHADA PELAS DIRETAS FOI PACÍFICA E BEM CONCORRIDA. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 03).

A notícia fez uma crítica a postura do deputado Maurício Melo e pontuou que o parlamentar não seguiu até o palanque, porque não teria gostado das ofensas contra o governador do Piauí Hugo Napoleão (1983-1986/PDS). O fato de Maurício Melo ter participado da caminhada pelas Diretas ajuda a compreender que, apesar de pertencer ao PDS, não concordava com a manutenção do pleito indireto para a escolha do presidente da República e queria que a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada no dia 25 de abril de 1984 no Congresso Nacional.

Com a tensão em torno da votação da emenda Dante de Oliveira, o PDS passou por divergências internas e alguns correligionários queriam votar favorável, contrapondo-se a outros de posição contrária a emenda. O clima de tensão só foi amenizado quando o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) enviou ao Congresso Nacional a emenda Leitão de Abreu⁶⁹, como uma alternativa adversária a emenda Dante de Oliveira, bem como sustentou a orientação de que os representantes do PDS deveriam votar contra a emenda Dante de Oliveira ou mesmo se ausentar da sessão no dia da votação. A emenda Leitão de Abreu estabelecia eleição direta para presidente da República em 1988 e reduzia o mandato para quatro anos. Todavia, foi retirada em 28 de junho de 1984, não chegando a ser votada.

A pressão dos militares pela não aprovação da emenda era grande. O então presidente, João Figueiredo, chegou a apresentar uma emenda na semana anterior à votação propondo eleições diretas para escolher o sucessor de seu sucessor. Como quiseram alterar o texto e garantir eleições diretas para escolher o presidente já depois de Figueiredo, o general retirou o texto. O deputado Paulo Maluf (PP-SP) foi um dos parlamentares que faltaram à votação da emenda. Segundo ele, havia uma orientação do partido para que os deputados do PDS, partido de apoio da ditadura, não votassem a favor das Diretas Já. (CAMINHADA PELAS DIRETAS FOI PACÍFICA E BEM CONCORRIDA. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 03).

Com o fim do bipartidarismo, revogado com a Lei nº 6.767⁷⁰, no dia 20 de dezembro de 1979, as lideranças políticas adotaram o sistema pluripartidário, que prevaleceu no texto da Constituição da República Federativa do Brasil do ano 1988. Assim, foram criadas as

⁶⁹FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diretas Já**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-4-DocumentosP3.pdf>. Acesso em 03 mar. 2020.

⁷⁰BRASIL. **Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979**. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm> Acesso em 04 mar. 2020.

principais legendas que protagonizaram as eleições estaduais no de 1982, marcando o retorno do pleito direto.

Os partidos que foram fundados ou ganharam uma nova roupagem na década de 1980 são: PDS⁷¹, criado em 31 de janeiro de 1980 para suceder à ARENA; PMDB⁷², fundado em 15 de janeiro de 1980, o antigo MDB; o PT⁷³, em 10 de fevereiro de 1980; PDT⁷⁴, em 16 de setembro de 1980; e o novo PTB⁷⁵, refundado em 03 de novembro de 1981.

Assim, em pleno período de votação da emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984, o PDS buscava negociar ou fazer acordos com alguns partidos para que tal emenda fosse rejeitada. Houve negociações, principalmente com o PMDB, apesar de ser da oposição ao regime civil-militar. O motivo central é porque naquele período, o PMDB era um dos partidos que possuía grande número de representantes em cargos políticos no país, tendo melhor estrutura para pleitear cargos nas disputas eleitorais, diferentemente do PT que tinha pouca estrutura e angariou pouquíssimas vagas nas eleições de 1982.

Sobre a tentativa do PDS em negociar com os demais partidos para conquistar a rejeição da emenda das Diretas, na matéria intitulada “Segurança”, da coluna Abertura de Wilson Fernando do *O Dia*, publicada em 25 de abril de 1984, foi posta em destaque uma mudança de postura do PMDB em relação as mobilizações nas ruas.

No trecho: “até mesmo as lideranças mais expressivas do PMDB, adotaram posição de maior cautela, não se envolvendo nas manifestações ontem realizadas na Capital” (SEGURANÇA. Coluna Abertura de Wilson Fernando. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, 6.709, 25 abr. 1984, p. 03), o PMDB, que até então era a legenda política que mais tinha se destacado na campanha, assume postura cautelosa, deixando de participar do comício na Praça Landri Sales, ocorrida às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira.

⁷¹FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS(FGV). **Verbete Partido social democrático**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>>. Acesso: 01 abr. 2020.

⁷²_____. **Verbete Partido do movimento democrático brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>>. Acesso: 01 abr. 2020.

⁷³_____. **Verbete Partido dos trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-dos-trabalhadores-pt>>. Acesso: 01 abr. 2020.

⁷⁴FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Verbete Partido democrático trabalhista**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-trabalhista-pdt>>. Acesso: 01 abr. 2020.

⁷⁵_____. **Verbete Partido trabalhista brasileiro**. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-ptb-1980>>. Acesso: 01 abr. 2020.

Até então, o jornal *O Dia* não tinha tratado da estimativa de público no comício da Praça Landri Sales. Essa informação foi divulgada pelo impresso apenas na nota “O biombo das diretas” veiculada na coluna de Wilson Fernando “Abertura”, ao fazer referência a duas fontes de informação: o jornal *O Estado*, que indicou um público de 20 mil pessoas; e o repórter Walteres Arraes, radialista da *Rádio Clube*⁷⁶, que deu a estimativa de 30 mil pessoas no comício.

A matéria apontou Reginaldo Granja, presidente da OAB, secção Piauí, como um dos coordenadores da campanha Diretas Já no Estado. No texto, Reginaldo Granja fala que o comício na Praça Landri Sales foi “o maior da história política da capital, da redemocratização (1.945) para cá” (O BIOMBO DAS DIRETAS. Abertura de Wilson Fernando. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.711, 26 abr. 1984, p. 03).

No texto, o colunista Wilson Fernando põe em destaque a comparação feita por Reginaldo Granja, presidente da OAB, secção Piauí, entre o comício na Praça Landri Sales e o ano de 1945, quando ocorreu o fim do Estado Novo (1937-1945) e a renúncia do então presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Segundo a notícia, a comparação se deu em termos de “participação popular”, sendo que estes momentos políticos foram os que conseguiram reunir um grande número de pessoas nas ruas de Teresina (PI).

Trinta mil? Vinte mil? O repórter Walteres Arraes calculou em 30 mil o número de pessoas ao comício pelas Diretas Já, realizado anteontem na praça Landri Sales. Enquanto que os repórteres de “O Estado” estimaram em 20 mil o número de manifestantes. Mas isso não é relevante. Merece o realce o sentido ordeiro em que se desenvolveram as duas manifestações - a passeata e o comício – considerados os maiores, já realizados em Teresina pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Piauí, Reginaldo Granja, um dos coordenadores dos eventos. Para ele, o comício, em termos de participação popular, foi o maior da história política da Capital, da redemocratização (1.945) para cá. [...] Foi uma festa limpa. No campo dos organizadores, nem tudo foi flores. Representantes do PT e do PCdoB entraram em atrito e por pouco não foram as vias de fato. E tudo por causa da imensa faixa que o PT conseguiu colocar no improvisado palanque. Não ficaram aí as divergências. A maior delas envolveu a escala de oradores. O vereador Carlos Lobo quis falar, mas lhe foi negada a palavra, caracterizando-se aí uma disputa de caráter eminentemente eleitoral. Nesse ponto, aliás, é que estão localizadas as maiores restrições e censura aos critérios adotados pelos organizadores. Por exemplo: concedeu-se a palavra

⁷⁶ A Rádio Clube foi fundada em 31 de janeiro de 1960 pelo professor Valter Alencar. O empresário ainda criou a TV Clube em 03 de dezembro de 1972, hoje afiliada da Rede Globo; e a FM Clube, em 19 de novembro de 1993. Com tais empreendimentos, Valter Alencar construiu o Sistema de Comunicação Prof. Valter Alencar.

ao deputado Marcelo Castro, do PMDB, que é líder da bancada estadual, e não a facultaram ao 2º vice-presidente em exercício do Partido, Deoclécio Dantas. A propósito Dantas afirmou que não fez muita questão de se pronunciar, pois compreendeu que o sentimento suprapartidário que deveria orientar as manifestações foi afastado, cedendo lugar ao sectarismo ideológico. Por essa razão ele se ausentou do palanque e apenas acompanhou, de longe, entre a massa, o desenrolar dos acontecimentos. O parlamentar não disse, mas ele e o vereador Carlos Lôbo, que tem objetivos políticos eleitorais ligados à Capital, compreenderam que o cerceamento de suas palavras só faz sentido visto nesse prisma. Dantas foi o Deputado mais votado do PMDB e o seu nome é sempre lembrado como possível candidato do seu Partido a Prefeito da Capital, com o reestabelecimento das eleições diretas. Lobo já se proclamou candidato à sucessão de Freitas Neto. No entendimento de ambos, é evidente que ali se desenvolveu um lance da disputa pelo colégio eleitoral de Teresina. [...] (O BIOMBO DAS DIRETAS. Coluna Abertura de Wilson Fernando. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.711, 26 abr. 1984, p. 03).

O título da matéria “Biombo das diretas” chama a atenção por conta da palavra “biombo”, que segundo o *Dicionário Online de Português*⁷⁷ significa “tabique [divisória de madeira] móvel [...] que serve para esconder qualquer coisa, ou separar um recanto num aposento, ou que se usa como simples adorno”. Para Bahia (1990, p. 47), em uma matéria, o título deve resumir a notícia que se quer informar. Além de atrair a atenção e dar uma ideia geral dos fatos, o título anuncia o fato, resume a notícia e embeleza a página. Por esse motivo, precisa ser não apenas bem elaborado na redação, como também graficamente bem feito, com caracteres apropriados.

De acordo com a matéria, Wilson Fernando chamou de “biombo” a “desavença” entre os representantes de partidos em torno da organização da campanha das Diretas, uma vez que cada um dos partidos pretendia ganhar destaque no comício. Dentre os atritos ocorridos estão o fato de membros do PT ter estendido uma faixa no palanque do comício e irritado representantes do PCdoB, gerando uma briga e também pela própria seleção dos políticos para falar do palanque. Esse último ato, de alguma forma, angaria capital simbólico para o político e certo protagonismo na medida em que falaria para um número maior de pessoas, quando comparado aos políticos que não tinham chance de falar ao microfone.

No entanto, o “biombo das diretas” pode ter relação também com a própria disputa pelo colégio eleitoral de Teresina, que fez com que autoridades até então “unidas” pelas Diretas Já

⁷⁷Significado de Biombo. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/biombo/>>. Acesso: 07 mar. 2020.

se desentendessem. O fato aconteceu porque duas autoridades que apoiavam as Diretas Já foram impedidas de discursar no palanque, no caso o vereador de Teresina Carlos Lobo (1983-1989/PMDB) e o deputado estadual do Piauí Deoclécio Dantas (1979-1985/PMDB), jornalista que na década de 1960 trabalhou na redação do jornal *O Dia*, mas que na década de 1980, estava afastado das atividades do jornalismo.

O deputado Deoclécio Dantas além de ter sido o 2º vice-presidente em exercício do PMDB, de acordo com Wilson Fernando, ainda havia sido o deputado mais votado do PMDB e seu nome era lembrado como possível candidato da legenda para o cargo de Prefeito de Teresina para as próximas eleições. Em contrapartida, a matéria destacou o nome do deputado estadual Marcelo Castro (PMDB/PI), que era líder da bancada estadual, por ter discursado sem nenhuma restrição. Assim, de acordo com a leitura da matéria produzida pelo colunista Wilson Fernando, denota-se que nos bastidores da organização do comício na praça Landri Sales a favor da campanha Diretas Já havia atritos entre os representantes dos partidos e restrição de políticos para falar ao público do palanque. Essas divergências criava um biombo entre os partidos e políticos, sobretudo, por motivos eleitorais.

Através da análise do discurso publicado em *O Dia*, nota-se que durante as mobilizações havia interesses para além da instalação das eleições diretas para presidente da República. O fato é que os palanques dos comícios pelas Diretas serviam aos seus oradores como uma espécie de vitrine eleitoral, na qual os políticos que tinham potencial para candidaturas ganhariam visibilidade frente ao público. Muito mais do que anunciar possíveis candidaturas, as autoridades ainda podiam apontar suas preferências ideológicas e partidárias. Dessa forma, o jornal *O Dia* aponta uma disputa de atenção pública entre o deputado estadual Deoclécio Dantas (PMDB-PI) e o vereador Carlos Lobo para o cargo de prefeito de Teresina.

3.3.3 Votação da Dante de Oliveira com vigília cívica e censura à imprensa

As medidas de emergência instituídas por meio do Decreto nº 89.566, de 18 de abril de 1984, foram normas instituídas pelo regime civil-militar para coibir quaisquer tipos de manifestações e protestos em Brasília (DF) e em 10 municípios de Goiás (GO), como: Goiânia; Formosa Cristalina; Luziânia; Ipameri; Catalão; Anápolis; Itumbiara; Pires do Rio; e Jataí. As normas vigoraram entre 19 de abril a 17 de junho de 1984 e tinha como foco

principal a data 25 de abril de 1984, dia da votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional.

Com base nas medidas de emergência, as autoridades políticas e demais manifestantes pró-diretas foram proibidos de acompanhar de perto o desenrolar da emenda das Diretas Já, exceto os deputados federais que votariam na sessão. As caravanas que partiriam de todas as regiões do país até Brasília foram canceladas. Até a grande imprensa também sofreu restrições no acesso ao Congresso Nacional, principalmente as empresas de televisão e rádio.

O jornal *O Dia*, no espaço dedicado ao conteúdo de política local, publicou na edição de 25 de abril de 1984 a matéria “Deputado contra constrangimentos da emergência”, que diz respeito ao pronunciamento do deputado estadual do Piauí Francisco das Chagas Ribeiro Magalhães (1964-1987/PMDB). O periódico informou que o parlamentar se pronunciou na Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 24 de abril de 1984, e criticou a implantação das medidas de emergência instituídas pelo presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) e a censura aos meios de comunicação. (DEPUTADO CONTRA CONSTRANGIMENTOS DA EMERGÊNCIA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 03).

As críticas contra as medidas de emergência renderam pauta, novamente, na edição do dia 26 de abril de 1984, na matéria “Repudiada a censura nas medidas de emergência”. De acordo com o jornal, no Piauí, o deputado estadual Deoclécio Dantas (1979-1985/PMDB) também repudiou a censura às comunicações radiofônicas, bem como a invasão ocorrida no dia 24 de abril de 1984 na sede da Federação dos Jornalistas do Brasil (Fenaj), localizada em Brasília (DF). A invasão de oito policiais da Swat se deu em razão da faixa com o escrito “Os jornalistas exigem eleições diretas já”, anexada a uma janela do prédio, que culminou na detenção do vice-presidente da Fenaj, Raimundo José Pinto, já que este se recusou a retirá-la. (REPUDIADA A CENSURA NAS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, 6.711, 26 abr. 1984, p. 03).

De acordo com a *Agência Câmara de Notícias*⁷⁸, a sessão de votação da emenda Dante de Oliveira foi considerada longa, por ter iniciado às 9 horas do dia 25 de abril de 1984 e terminado às 2 horas da madrugada no dia 26 de abril de 1984. Para se manterem informados

⁷⁸CÂMARA CELEBRA HOJE 30 ANOS DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA. *Agência Câmara de Notícias*. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/401872-camara-celebra-hoje-30-anos-da-emenda-dante-de-oliveira>>. Acesso: 10 mar. 2020.

sobre o andamento da votação Dante de Oliveira, as autoridades políticas e os demais interessados acompanharam em vigílias cívicas, agendadas para o dia 25 de abril de 1984, em algumas capitais brasileiras.

No jornal *O Dia* foram citadas vigílias cívicas nas cidades de Teresina (PI), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Goiânia (GO) e Brasília (DF). Na matéria “Comitê pró-diretas”, o jornal informou sobre a realização da vigília cívica ocorrida no Rio de Janeiro (RJ), desde às 14h do dia 24 de abril de 1984, em frente à Câmara de Vereadores, localizada no centro da capital. A vigília cívica no Rio de Janeiro prometeu encerrar apenas quando terminasse a votação da emenda das Diretas Já. (COMITÊ PRÓ-DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 04).

A matéria “Dante de Oliveira derrotada antes de ir ao Senado”⁷⁹, publicada no dia 26 de abril de 1984, trata da votação da emenda Dante de Oliveira, iniciada em 25 de abril de 1984, no Congresso Nacional, em Brasília (DF). A notícia ressaltou que a contabilização dos votos foi concluída às 02h da manhã do dia 26 de abril de 1984. Dessa forma, a redação do jornal *O Dia* acompanhou até o resultado final da votação para fechar a edição dessa data, já que o periódico publicou a notícia da rejeição da emenda das Diretas no mesmo dia em que a sessão foi concluída.

Para Sousa Filho (2017, p. 79), que realizou estudo sobre as mudanças tecnológicas ocorridas no jornal *O Dia* com ênfase no fotojornalismo, nos anos de 1980, as matérias jornalísticas ainda eram feitas nas máquinas de escrever pelos redatores e também havia pelo menos um profissional responsável por manusear a máquina de composição de textos. Mesmo com tais dificuldades, esse periódico conseguiu realizar a cobertura jornalística da votação da emenda Dante de Oliveira e entregar ao público leitor exatamente na mesma data em que o Congresso Nacional rejeitou tal emenda.

Em relação ao acompanhamento da votação da emenda das Diretas Já, a matéria de *O Dia* pontuou que Teresina enfrentou fortes chuvas na noite daquela quarta-feira de 25 de abril de 1984, o que impossibilitou muitos manifestantes de seguirem em protestos pelas ruas, que ficou expresso por meio do texto: “Em quase todos os Estados, a votação da Dante de Oliveira foi acompanhada em vigílias cívicas, sendo que no Piauí, com um mau tempo iniciado às 22

⁷⁹ DANTE DE OLIVEIRA DERROTADA ANTES DE IR AO SENADO. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.711, 26 abr. 1984, p. 01.

horas, praticamente não houve acompanhamento, a não ser em recintos fechados” (DANTE DE OLIVEIRA DERROTADA ANTES DE IR AO SENADO. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, n. 6.711, 26 abr. 1984, p. 01). Assim, no turno da noite, qualquer forma de manifestar ou protestar aconteceria apenas dentro das instituições ou associações favoráveis a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

As análises do jornal *O Dia* apontaram que entidades favoráveis as Diretas organizaram duas vigílias cívicas em Teresina (PI) para acompanhar os votos de cada deputado federal na sessão do Congresso Nacional, votação que definiria o resultado da emenda Dante de Oliveira. As vigílias cívicas na capital piauiense aconteceram na Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP), atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Piauí (SINTE/PI)⁸⁰, e na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella, todos localizados na capital piauiense.

Na matéria “Professores fazem vigília cívica”, o jornal *O Dia* deu visibilidade para as duas vigílias cívicas ocorridas em Teresina (PI) na edição de 26 de abril de 1984. Segundo a notícia, a vigília cívica na sede da Associação dos Professores do Piauí ocorreu durante todo o dia de 25 de abril de 1984 e conseguiu reunir cerca de três mil professores. Para acompanhar a votação da emenda Dante de Oliveira, os professores se revezaram na sede da APEP e suspenderam as aulas dos colégios estaduais na capital.

A outra vigília cívica divulgada pelo jornal *O Dia* aconteceu no dia 25 de abril de 1984, na Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella, em Teresina (PI), em que os professores e estudantes se reuniram para acompanhar a votação da emenda Dante de Oliveira. A matéria destacou que uma das ações dos estudantes foi confeccionar um painel com nomes dos deputados federais, a fim de acompanhar os votos destes parlamentares.

Cerca de três mil professores se revezaram, durante todo o dia de ontem, na sede da Associação dos Professores do Piauí, para acompanhar a votação da emenda Dante de Oliveira. A vigília cívica dos professores ocasionou a suspensão das aulas em vários colégios. O presidente da Associação dos Professores, Eurivam Sales Ribeiro, mantinha, na sede da entidade, permanentemente contato por telefone com políticos piauienses em Brasília. Ao mesmo tempo em que recebia as informações políticas de Brasília, o

⁸⁰ Na década de 1980, na Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP), atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Piauí (SINTE/PI), tinha como sede um prédio localizado na sede da Rua Rui Barbosa, no centro de Teresina.

dirigente da Associação transmitia os dados disponíveis para os professores que lotavam a sede da classe. NA UNIVERSIDADE. Na Universidade Federal do Piauí, estudantes e professores também acompanhavam a votação, sempre protestando contra as medidas de Emergência e declarando-se a favor das eleições diretas já. Os estudantes armaram no Campus um painel, contendo os nomes dos deputados federais, para que todos acompanhassem o processo de votação da emenda Dante de Oliveira. Nas ruas de Teresina, o policiamento foi discreto, mas eficaz, não se registrando tumultos em qualquer área da cidade. Só no final da tarde as emissoras de rádio passaram a divulgar, dentro da orientação do Dentel, o processo de votação (PROFESSORES FAZEM VIGÍLIA CÍVICA. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, 6.711, 26 abr. 1984, p. 03).

Na falta das mídias rádio e televisão, o telefone foi o principal meio de tapear as medidas de segurança e de manter os políticos piauienses que não foram a Brasília informados *pari passu* aos acontecimentos. A matéria “Professores fazem vigília cívica” explica como o presidente da Associação dos Professores do Piauí, Eurivam Sales Ribeiro, fazia para ter informações sobre a votação da emenda das Diretas Já e repassar aos professores que lotavam a sede. Eurivam Ribeiro mantinha “permanentemente contato por telefone com políticos piauienses” que estavam em Brasília (DF).

Vale ressaltar que a matéria ainda informou que apenas no final da tarde, de 25 de abril de 1984, foi que as emissoras de rádio passaram a divulgar informações a respeito do processo de votação, iniciado às 9h daquela data. Indício de que a mídia foi obrigada a seguir as determinações do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL). Além disso, o fato de a mídia ser proibida de levar ao público determinado acontecimento não implica dizer que as pessoas ficaram desinformadas, até porque existiam outras formas de divulgação/informação, como já citado o telefone e o próprio boca-a-boca.

É possível destacar que o Decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984, referente as medidas de emergência, afetou o país, apesar de ter sido aplicado apenas em Brasília e em 10 municípios de Goiás (GO). A razão principal foi por conta da censura aos meios de comunicação, inclusive dos jornalistas que fariam a cobertura da votação da emenda Dante de Oliveira. A Portaria que trata desse decreto foi publicada na íntegra pelo *O Dia* na matéria “Transmissões sobre a votação terão censura”, de 25 de abril de 1984, e através dela é possível verificar as normas para que toda matéria jornalística fosse submetida a apreciação prévia do DENTEL para que após tal procedimento fossem liberadas.

A portaria na íntegra é a seguinte: “O diretor-geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - Dentel, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao disposto no decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984 e na resolução nº 01/ME/84 do sr. executor das medidas de emergência, resolve: 1. Toda matéria abrangida nas diretrizes contidas nos atos mencionados, a ser submetida a apreciação prévia deste departamento, para fins de liberação, observará: 1.1 – Quando apresentada por concessionária ou permissionária de serviços de radiodifusão sonora, deverá ser datilografado, em duas vias, acompanhado de indicação da data e hora prevista para irradiação e, quando for o caso, da respectiva gravação magnética. 1.2 – Quando apresentada por concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) deverá sê-lo em gravação magnética, em áudio e vídeo. 2. – A matéria de que trata o item deverá ser encaminhada: 2.1 – Pelas emissoras com uma no Distrito Federal, ao grupo de análise de programação, sob a via n-2 anexo ao Ministério das Comunicações – térreo. 2.2 – Pelas emissoras com [inelegível] nos municípios de Goiânia/GO e Anápolis/GO, na diretoria regional do Dentel, em Goiânia, cita a rua 13 nº 618 – setor [inelegível] Goiânia/GO. 2.3 – As emissoras de radiodifusão sonora, sediadas nos municípios de Formosa, Cristalina, Luziânia, Ipameri, Catalão, Itumbiara, Pires do Rio, e Itajaí deverão subordinar-se a matéria sujeita a aprovação [inelegível] ao grupo de análise no Distrito Federal ou a diretoria regional em Goiânia. 2.4 – As emissoras sediadas fora das localidades relacionadas acima, ao grupo de análise da programação. 3 – As gravações referentes às matérias irradiadas deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de vinte (20) dias, depois de transmitidas, pelas emissoras de radiodifusão sonora e por trinta (30) dias e somente por áudio, pelas concessionárias de serviço de radiodifusão de áudio e imagens (televisão). 4 – As emissoras de radiodifusão que infringirem os decretos contidos nos atos mencionados poderão ter suas transmissões imediatamente interrompidas até a apuração final da infração, em processo administrativo” (TRANSMISSÕES SOBRE A VOTAÇÃO TERÃO CENSURA. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, 6.710, 25 abr. 1984, p. 08).

A matéria “Transmissões sobre a votação terão censura” ajuda a compreender sobre as proibições sofridas pelos meios de comunicação, em suas práticas jornalísticas em vista da votação da emenda Dante de Oliveira, que aconteceu no dia 25 de abril de 1984. A falta de informações oficiais dos meios de comunicação, principalmente, do rádio e da televisão atingiram a sociedade como um todo. As autoridades políticas de Teresina (PI) também sofreram com a não veiculações de notícias sobre a votação, principalmente, os deputados estaduais, prefeitos, vereadores, associações e instituições, que contribuíram com a fomentação da campanha Diretas Já.

O jornal *O Dia* destacou sobre a falta de informação a respeito da votação da emenda Dante de Oliveira na matéria “Desinformação nos meios políticos”, publicada em 26 de abril

de 1984. A notícia buscou resumir o cenário político piauiense durante a votação da emenda e teceu críticas a respeito das medidas de emergência e suas proibições.

Além disso, o jornal informou que a Câmara Municipal de Teresina estava de recesso desde o dia 20 de abril de 1984. Já a Assembleia Legislativa seguiu com a programação de atividades corriqueiras, inclusive o *O Dia* sugeriu na matéria “Desinformação nos meios políticos” que os parlamentares, de certo modo, ignoraram a votação da emenda das Diretas Já.

A desinformação foi o detalhe mais observado nas rodas políticas durante o dia todo de ontem, no acompanhamento que deputados e vereadores fizeram sobre a votação da emenda Dante de Oliveira. Na Câmara Municipal, o gabinete do presidente, José Albuquerque, esteve sempre repleto de colegas seus usando o telefone para informações diretamente do Congresso Nacional. Não houve sessão, porque o poder se encontra de recesso desde o dia 20. Na Assembleia Legislativa não havia local certo para tomadas de informações. Os parlamentares só demonstraram maior interesse pelos acontecimentos depois que circularam os jornais do sul do país. O próprio presidente do PDS, deputado Sebastião Leal, confessou que as informações que tinha ainda eram da noite anterior, de uma ligação com o deputado Celso Barros. O presidente da Assembleia, deputado Waldemar Macedo, demonstrava muita tranquilidade, preferindo acreditar nas previsões sobre um amplo consenso após a derrota da Dante de Oliveira, que em sua opinião não teria condição de ser aprovada. À tarde, próceres do PMDB, sem mandato, recorriam à Assembleia, em busca de informações, mas os deputados não sabiam nada além do que estava publicado nos jornais. A sessão foi normal, com a votação de alguns requerimentos e uma mensagem do governo (em seu segundo dia) sobre pedido de empréstimo. Ao final dos trabalhos de ontem, os parlamentares não demonstraram muita apreensão em torno da votação Dante de Oliveira. Foram a uma missa de sétimo dia pela morte do professor Melo Magalhães, e uma parte prometia acompanhar o desenrolar da votação numa “casa de pasto” que o suplente de deputado Elias Júnior ia inaugurar ontem, onde seria comemorada a vitória ou curtida derrota da emenda pelas diretas. Mas o dia de ontem na Assembleia não escapou aos boatos que costumam se espalhar na cidade quando há coisa importante no país, a informação de que o Newton Cruz havia suspenso o bloqueio à entrada e saída no Distrito Federal, se espalhou como tendo sido o fim das medidas de emergência. Só aí houve maior interesse por contatos telefônicos com Brasília de onde chegava o desmentido. (DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS POLÍTICOS. *O Dia*. Teresina, ano XXXIII, 6.711, 26 abr. 1984, p. 03).

A matéria apontou que os parlamentares do Piauí apresentaram comportamentos atípicos, em 25 de abril de 1984, no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. *O Dia* destacou que as autoridades políticas não demonstraram interesse no assunto e nem estavam

apreensivos quanto ao resultado, mesmo diante da possibilidade de uma reforma política, caso a emenda das Diretas Já fosse aprovada. A notícia pontuou também que apenas um fato fez com que os parlamentares tivessem “maior interesse por contatos telefônicos com Brasília”, foi a informação de que o general Newton Cruz, chefe do Comando Militar do Planalto, teria suspenso as medidas de emergência, o que logo foi desmentida.

A matéria cita ainda o nome das seguintes autoridades do Piauí: o vereador de Teresina José Soares de Albuquerque (1982-1988/PMDB); deputado estadual Sebastião Rocha Leal (1975-1993/PDS), que era presidente do diretório estadual do PDS; o deputado estadual Waldemar de Castro Macedo (1983-1992/PDS); o deputado federal Celso Barros Coelho (1983-1987/PDS) e o suplente a deputado federal Elias Ximenes do Prado Júnior (1979-1983/PMDB).

De acordo com a matéria, pode-se observar que as legendas políticas das autoridades citadas no texto foram apenas duas: PDS e PMDB. Esses partidos eram um dos poucos legalizados no país no início da década de 1980, após a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979⁸¹, que colocava fim no bipartidarismo, bem como eram as duas agremiações com melhor estrutura partidária e com representantes nos principais cargos eletivos no Piauí. O vereador de Teresina, José Soares de Albuquerque (1982-1988/PMDB), era presidente da Câmara Municipal de Teresina e o deputado estadual Waldemar de Castro Macedo (1983-1992/PDS), o presidente da Assembleia Legislativa no Piauí, além do governador do Piauí Hugo Napoleão (1983-1986/PDS) e o prefeito de Teresina Antônio Freitas Neto (1983-1986/PDS).

Após a reforma partidária ocorrida em 1979, houve eleições para governadores estaduais, mais especificamente no ano de 1982. Segundo as análises do jornal *O Dia*, se observa que no início da década de 1980 cinco partidos foram criados e passaram a concorrer às eleições, como PDS, PMDB, PT, PDT e PTB. Para Ferreira, Batista e Stabile (2008, p. 433), a criação de novos partidos representou um desafio para o eleitorado, que se deparou com agremiações partidárias novas e às quais deveria adaptar-se. As exceções eram PMDB e PDS, herdeiros, respectivamente, do espólio político e eleitoral do MDB e da ARENA. Os autores ainda apontam que, nesse período:

⁸¹BRASIL. Lei Nº 2 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Disponível em: <<http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/06/Lei-6767-de-20-de-dezembro-de-1979.compressed.pdf>. > Acesso: 11 mar. 2020.

As elites políticas, por sua vez, também estavam diante de alguns desafios, dentre eles, criar e estruturar novos partidos em todo território nacional, exigência da legislação partidária. E, além disso, adaptar-se ao recém-inaugurado panorama plural da competição política, buscar um diferencial que lhes conferisse um perfil programático ou ideológico, tornar o partido conhecido do eleitorado e, sobretudo, conquistar seu apoio. No âmbito desse processo, lideranças foram reintegradas à vida pública, beneficiadas pela anistia, e procuraram se restabelecer e conquistar seu espaço na disputa política. Além disso, novos atores políticos surgiram e entraram no mercado eleitoral (FERREIRA; BATISTA; STABILE. 2008, p. 433 apud KRAUSE; PAIVA, 2002).

Dessa forma, tanto o PDS quanto o PMDB conseguiram se restabelecer e ganharam espaço logo nas primeiras eleições que disputaram. O PDS mais rápido ainda, pois tinha como um de seus principais representantes o presidente da República João Batista Figueiredo (1979-1985/PDS). No Piauí, com o pluripartidarismo implementado em 1979, dois governadores que sucederam esse processo também eram do PDS, como é o caso do governador do Piauí Lucídio Portela (1979-1983/PDS) e Hugo Napoleão (1983-1986/PDS).

Além disso, o cenário político não foi diferente em Teresina (PI) entre os anos de 1979 a 1986, já que assumiram o comando da capital piauiense três prefeitos do PDS: José Raimundo Bona Medeiros (1979-1982/ PDS); Jesus Tarja (1982-1983/PDS); Antônio Freitas Neto (1983-1986/PDS). Diante desse panorama, é possível perceber a influência social, política e midiática dessas autoridades, que como bem apontam Ferreira, Batista e Stabile (2008, p. 433) ao destacar que o PDS e o PMDB faziam parte de uma elite política.

Os discursos produzidos e veiculados no jornal *O Dia* seguiu o percurso do poder no jogo das relações. Ao tempo em que a campanha Diretas Já conseguiu, aos poucos, adesão popular, o assunto ganhou espaço em suas páginas. No entanto, acredita-se que esse periódico temia que as eleições diretas para presidente da República fossem realizadas no ano de 1984, como sugeria a emenda das Diretas Já.

Frente ao exposto, verifica-se que o jornal *O Dia* deu maior visibilidade a campanha Diretas Já na editoria intitulada “1984 ano da Sucessão”, veiculada na página 04, que foram publicadas somente matérias sobre a campanha Diretas Já com conteúdo nacional. Essa editoria foi criada em 23 de fevereiro de 1984 e deixou de circular nas páginas de *O Dia* após a derrota da emenda Dante de Oliveira, ou seja, na edição do dia 26 de abril de 1984.

No entanto, as matérias sobre a campanha das Diretas no Piauí não eram dispostas na editoria “1984 ano da Sucessão”, mas, sim, na página 03, espaço dedicado ao conteúdo de

política local. Assim, as notícias sobre as Diretas no Piauí foram veiculadas lado a lado de matérias com outros conteúdos de política. As matérias das Diretas Já no Piauí geralmente trataram sobre a organização de comícios, informação sobre participação de autoridades, repercussão das mobilizações. Os assuntos eleições diretas e campanha Diretas Já ganharam visibilidade além dos espaços dedicados a política, sendo possível encontrar debates sobre tais conteúdos em espaços dedicados a charge, artigo de opinião e editorial, no entanto, não foi o propósito dessa dissertação analisá-los.

Vale salientar que as matérias veiculadas pelo jornal *O Dia* fez a cobertura dos comícios pelas Diretas, especialmente porque os seus organizadores eram representantes políticos, com atividades em exercício, como governadores, senadores, deputados e vereadores. No caso do Piauí, prefeitos, deputados federais e estaduais e vereadores se envolveram na campanha Diretas Já, exceto o prefeito Antônio Freitas Neto (1983-1986/PDS) e o governador Hugo Napoleão (1983-1986/PDS), principalmente, em razão de suas linhas partidária e ideológica, não eram favoráveis a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

4 AS MATÉRIAS NO JORNAL *O ESTADO* DA CAMPANHA DIRETAS JÁ

4.1 A campanha Diretas Já nas páginas do jornal *O Estado*

A campanha Diretas Já foi um movimento idealizado por partidos de oposição ao regime civil-militar, principalmente o PMDB e o PT, além do PDT, PTB, PCdoB e até os dissidentes do PDS; grupo formado por membros que discordavam das orientações vindas do Presidente da República João Figueiredo (1979-1985/ARENA-PDS). Essas legendas se uniram pela primeira vez na história com um objetivo comum: as eleições diretas para a presidência da República.

As mídias impressas produziram ou veicularam matérias sobre a campanha Diretas Já, a partir de dois posicionamentos contraditórios: ora acreditando nas eleições diretas de imediato, ora fortalecendo posicionamentos do presidente da República e de seus aliados, que acreditavam que ainda não era o momento adequado para tal passo.

De acordo com Said (1998), os meios de comunicação são os lugares da produção social do sentido em torno de determinados acontecimentos. Como detentores de poder, a mídia produz notícia e a faz circular com determinados discursos e sentidos, segundo as características do contexto social, político, econômico e cultural. O autor acrescenta que as produções de sentidos têm a ver também com o encadeamento de novos acontecimentos relacionados ao evento que o antecede. Os novos acontecimentos, por sua vez, produzem um novo curso histórico, no qual fatos aparentemente distintos se entrelaçam e se implicam de maneira mútua e correlata.

Não é um poder nascido a priori, em condições já dadas e constituídas, em estruturas sócio-históricas seculares (embora as mesmas ainda tenham uma certa relevância), mas um poder que se molda e constitui a partir de situações específicas, elementos de ordem conjuntural que engendram a explosão intempestiva dos eventos divulgados pelos meios de comunicação. (SAID, 1998, p. 48).

Para Said (1998), a construção de uma história imediata pelos veículos de comunicação de massa diz respeito às mediações em que se inscrevem determinados fenômenos. Além das especificidades próprias de cada veículo e do contexto social e profissional em que as mensagens são produzidas, divulgadas e consumidas.

O jornal *O Estado* veiculou notícias sobre a campanha Diretas Já (1983-1984), tanto a nível nacional, quanto local. Foram divulgadas informações que trataram: da aprovação dos documentos oficiais da campanha Diretas Já elaborados pelo PMDB, no dia 15 de dezembro de 1983, em Brasília (DF); do lançamento oficial desta campanha, ocorrida com o comício do 15 de junho de 1983, em Goiânia (GO); e, ainda, sobre o seu desdobramento findado na madrugada do dia 26 de abril de 1984, com a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, no dia 02 de março de 1983, de autoria do deputado federal do Mato Grosso, Dante de Oliveira (PMDB), pelo Congresso Nacional.

É importante pontuar que *O Estado* não demarcava as editorias específicas para cada página. Pelo menos entre os anos de 1980 a 1984 as indicações das editorias nas páginas não

foram encontradas nas edições analisadas. No entanto, as matérias de política nacional estavam dispostas, geralmente, nas páginas 02, 06, 08 e 11; já as de política local apresentavam-se nas páginas 02 e 05. Outro aspecto que se pode destacar é que, diferentemente do que fez *O Dia*, o jornal *O Estado* não dedicou uma editoria exclusiva para tratar das mobilizações pelas eleições diretas para a presidência da República.

A aprovação dos documentos oficiais da campanha Diretas Já, ocorrida em 15 de abril de 1983, em Brasília (DF), foi divulgada pelo jornal *O Estado*, com a matéria “PMDB aprova campanha para voto direto em 85”, que tratou do debate em torno da elaboração do documento pelo diretório nacional do PMDB. Segundo a matéria, o documento oficial da campanha Diretas Já foi elaborado “com muitas cautelas”, em vista de discordâncias internas do partido, situação que também foi pauta em *O Dia*.

Como nem todos os membros do PMDB concordavam que as eleições diretas para a presidência da República eram prioridade no país, outros temas foram agregados a este documento, como: a Constituinte, a rejeição do decreto que altera a política salarial, a aprovação do projeto de lei do seguro-desemprego, a retomada do desenvolvimento econômico e alinhamento do Brasil ao Terceiro Mundo e a dívida externa. Apesar disso, a matéria “PMDB aprova campanha para voto direto em 85” põe em destaque que por motivos “doutrinários”, mesmo com a inclusão de outras temáticas, as eleições diretas para presidente são prioridades dentre as demais:

Com muitas cautelas, o PMDB aprovará hoje, em reunião do seu diretório nacional, às 9 horas, no auditório Petrônio Portella, o lançamento da campanha pelas eleições diretas à presidência da República, definindo assim, ao menos por hora, a posição do partido quanto à sucessão presidencial. Um documento básico, cujos pontos principais foram acertados ontem numa reunião informal da comissão executiva, refletirá essas cautelas. O quadro político brasileiro mudou e o PMDB também. Por isso, os dirigentes peemedebistas temem que o partido se engaje totalmente na luta pelas diretas e perca as condições de interferir em outros assuntos, que ganhem mais importância no decorrer do tempo. De modo a contornar divergências internas, o documento colocará a luta pelas diretas ao mesmo nível de prioridade de outros problemas, especialmente o econômico. Além das diretas e de outro tema institucional, a Constituinte, o documento destacará a prioridade para a rejeição do decreto de lei que alterou a política salarial, a aprovação do projeto de lei do seguro-desemprego, a retomada do desenvolvimento econômico, o alinhamento do Brasil ao Terceiro Mundo e a dívida externa. Em termos doutrinários, o PMDB já se fixou na prioridade aos temas institucionais na medida em que entende que a solução dos problemas econômicos só será alcançada com mudanças a nível de poder.

Daí surgiu a idéia do lançamento de uma campanha para as eleições diretas à presidência da República. Acontece que há segmentos importantes do partido que vem destacando a necessidade do PMDB permanecer atento aos temas econômicos, mesmo porque a atual crise poderá inclusive ter consequências na sucessão presidencial. A campanha pelas diretas terá sua programação definida apenas numa próxima reunião da comissão executiva, devendo, porém, ficar a meia força, condicionado o seu desenvolvimento da resposta popular ao tema e aos novos desdobramentos políticos que porventura vierem se apresentar, como por exemplo, a fixação em termos finais da sucessão pela via indireta. Pelo mesmo motivo foram afastadas todas as cogitações de lançamento junto com a campanha de um candidato do PMDB à presidência da República, o que poderia criar problemas futuros, desgastando o nome do escolhido e diminuindo as possibilidades de o partido influenciar mais efetivamente no caso de confirmação da via indireta. [...] Uma última cautela refere-se ainda às relações do PMDB com os outros partidos de oposição – PDT, PTB e PT. (PMDB APROVA CAMPANHA PARA VOTO DIRETO EM 85. **O Estado**. Teresina, ano XVI, n. 3.025, 15 abr. 1983, p. 08).

As matérias divulgadas pelo jornal *O Estado*, que apresentaram a campanha Diretas Já, foram construídas discursivamente de duas maneiras: a primeira pontuava que a solução para a crise era instituir eleições diretas para a presidência da República; e a segunda destacava a necessidade de atacar o regime civil-militar e seus representantes, sendo o principal alvo o presidente da República, João Baptista Figueiredo (1979-1985/PDS). Após a aprovação do documento oficial da campanha Diretas Já, ocorrida em 15 de abril de 1983, em Brasília (DF), iniciaram-se as mobilizações nas capitais do país. A busca de adesão ocorreu com reuniões e pequenos comícios que apresentavam a proposta aos partidos políticos e entidades locais.

A matéria “Ulysses: PMDB já pôs direta nas ruas”, publicada no dia 17 de maio de 1983, informou que a campanha Diretas Já vinha ocorrendo nas praças das capitais do país. No trecho “[...] o PMDB está mobilizado para realizar convenções municipais no dia 4 de julho e [...] – A campanha já está nas ruas. [...]”, mostra que desde a aprovação da campanha Diretas Já as ruas e as praças públicas foram o principal cenário das mobilizações, formato que seguiu até abril de 1984, quando a emenda Dante de Oliveira foi votada e rejeitada pelos deputados federais no Congresso Nacional, em Brasília (DF) (ULYSSES: PMDB JÁ PÔS DIRETA NAS RUAS. **O Estado**. Teresina, ano XVI, n. 3.050, 17 maio 1983, p. 11).

É observado também na matéria “Ulysses: PMDB já pôs direta nas ruas” o discurso de ataque ao regime civil-militar, quando Ulysses Guimarães critica o PTB e PDS, destacando

que estes iriam “dificultar a caminhada no sentido da democracia”, ou seja, rejeitava a ideia de abertura política pregada pelo presidente João Figueiredo.

Em contrapartida, a matéria apresentou elogios ao PT, o maior aliado do PMDB, ressaltando que este estaria “lutando bravamente, com destemor” e que estava “honrando os compromissos assumidos em praça pública e não atraçou a população”. Assim, os discursos e as alianças políticas dos representantes da campanha Diretas Já foram sendo firmados.

Tais discursos foram marcados também na matéria “PMDB lança eleições diretas a Presidente”, publicada no dia 17 de abril de 1983, que trata do lançamento da campanha Diretas Já em Goiânia (GO), ocorrido no dia 15 de abril de 1983, por meio de um comício, que reuniu cerca de 05 (cinco) mil pessoas, sendo que a maior parte deste público era formado por estudantes. Segundo a notícia, este acontecimento foi classificado como uma “verdadeira festa democrática”, principalmente pelas presenças de faixas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), legendas não legalizadas.

Para Sales (2007), que realizou estudo sobre a trajetória do PCdoB nos de 1974 a 1985, o PCdoB é um dos mais antigos partidos políticos brasileiros, fundado em 1962, após a cisão no PCB. A legenda política sobreviveu, inclusive, ao período do regime civil-militar (1964-1985); à disputa ideológica com sua matriz, o PCB; à concorrência de novas forças de esquerda no início dos anos 1980 e outros. De acordo como autor, “o PCdoB, ao contrário, não apenas sobreviveu, como ampliou a sua participação política nos anos 1980 e 1990” (SALES, 2007, p. 340). O PCdoB conseguiu, em 1985, se tornar um partido legalizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral, e participou no ano de 1986 de sua primeira campanha eleitoral.

A matéria “PMDB lança eleições diretas a presidente” é um texto de agência de notícia que foi publicado pelo jornal *O Estado*, na edição do dia 17 de junho de 1983, e trata da primeira mobilização ocorrida em prol da campanha Diretas Já, em 15 de abril de 1983. A mobilização aconteceu em Goiânia (GO), mas contou com representantes do PMDB de outros Estados, como o deputado federal de São Paulo, Ulysses Guimarães (1951-1992/PMDB), que foi um dos oradores do evento.

Goiânia – O PMDB lançou ontem à noite, em Goiânia, a campanha por eleições diretas para presidente da República numa festa realizada na rua e que contou com expressivas figuras do partido, além do respaldo popular. Muita gente discursou. Entre os que falaram o deputado Ulysses Guimarães,

presidente nacional do PMDB, criticou a política desenvolvida pelo Governo Federal, dizendo que os “vetores do modelo que aí está há quase vinte anos apontam para todos os lados, menos para o povo brasileiro”, acrescentando que “é isto que precisa ser mudado”. [...] A campanha peemedebista por eleições diretas para presidente deve percorrer todo o Brasil e seu prosseguimento será em São Paulo, no próximo dia 17. Os discursos que os goianos ouviram ontem no lançamento da campanha por eleições diretas foram, do começo ao fim, uma tentativa de demonstrar que o partido está unido em torno dessa campanha e que esse será o compromisso do PMDB para com o povo brasileiro (PMDB LANÇA ELEIÇÕES DIRETAS A PRESIDENTE. **O Estado**. Teresina, ano XIV, n. 3.376, 17 jun. 1983, p. 08).

A matéria acima apresenta a crítica que o deputado federal de São Paulo, Ulysses Guimarães (1951-1992/PMDB), fez ao regime civil-militar de forma clara e aberta durante seu discurso no comício de lançamento da campanha Diretas Já em Goiânia (GO). Notícias como esta foram proibidas no Brasil quando o AI-5 esteve em vigor, período correspondente a 13 de dezembro de 1968 até 01 de janeiro de 1979. A censura prévia só foi suspensa quando os atos institucionais foram revogados pela emenda constitucional nº 11, que entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 1979, ainda no governo do presidente da República, general Ernesto Geisel (1974-1979/ARENA).

Na década de 1980, alguns jornais publicaram ou produziram matérias contendo críticas contra o regime civil-militar. Até porque a campanha Diretas Já foi uma forma de combater a permanência dos militares no poder e ainda buscava adesão popular, porém, a empresa jornalística que criticasse o governo militar corria riscos de sofrer algum tipo de punição, inclusive, financeira.

Para Matos (2008, p. 50), mesmo a censura de Estado sobre a mídia ter sido oficialmente anulada no ano de 1984, ela parecia ser uma “sombra escondida” em todas as redações. Devido aos temores, a maioria da grande imprensa se engajou inicialmente de forma tímida na campanha das Diretas Já, com uma tendência a reproduzir os pontos de vista do regime e a de se atrelar aos discursos oficiais, apoiando o movimento cívico basicamente nos últimos meses. Matos (2008, p. 52) ainda esclarece que:

Apesar de a censura ter acabado em 1984 e o país ter entrado numa fase de transição, temores em relação ao retorno dessas práticas repressivas eram realidade. As ações dos jornalistas estavam limitadas pelas rotinas de autocensura e pelo possível retorno de uma censura explícita. Muitos jornalistas ou se engajavam no jornalismo militante, ou reproduziam as visões oficiais que reafirmavam os medos dos generais de um retorno rápido

à democracia. Outros viram a oportunidade para usar as páginas da mídia para pressionar por mudanças.

O jornal *O Estado* divulgou matérias sobre as mobilizações pelas Diretas Já, inclusive, tratou sobre o lançamento desta campanha no país, que ocorreu em 15 de abril de 1983. Além de ter veiculado informações sobre a votação da emenda Dante de Oliveira, que aconteceu no dia 25 de abril de 1984. Todavia, o periódico não deu ampla visibilidade à campanha Diretas Já, deixando algumas das mobilizações de fora de suas páginas.

A exemplo disto está a matéria “PMDB lança eleições diretas a presidente”, publicada na edição do dia 17 de julho de 1983, que trata sobre o lançamento da campanha Diretas Já em São Paulo, para o “próximo dia 17”, o que corresponde a data de 17 de agosto de 1983. No entanto, nenhuma informação foi encontrada nas edições do jornal *O Estado* referente a este evento, nem na edição de 18 de agosto de 1983 e nem na edição de 19 de agosto de 1983.

A matéria “Teotônio acerta com Lula campanha em favor das diretas”, publicada no dia 07 de julho de 1983, é referente aos últimos ajustes para estruturar a campanha Diretas Já. Um desses ajustes era a tentativa de integrar o PDT, que, até então, seguia resistente às mobilizações pelas eleições diretas a presidência da República. O discurso proposto na notícia, por meio das falas de Teotônio Vilela⁸², traz críticas contra o regime civil-militar, ressaltando que a solução para a crise é instituir as Diretas imediatamente.

BRASÍLIA – [...] Enquanto aguardava o presidente do PT, Teotônio Vilela negou que existia qualquer possibilidade de confronto das oposições com as Forças Armadas, porque elas não estão pedindo a abdicação das forças oposicionistas, mas sim uma proposta. “E nós estávamos trabalhando para levar a elas essa proposta, embora com mobilização e pressão”. Teotônio Vilela criticou, ainda, aquelas pessoas que falam da crise estão voltadas para o passado, quando é necessário olhar para o futuro, procurar saber o que fazer a partir da crise. Segundo ele, a única saída é a mudança do Governo, e isso só será possível através das eleições diretas para a Presidência da República (TEOTÔNIO ACERTA COM LULA CAMPANHA EM FAVOR DAS DIRETAS. **O Estado**. Teresina, ano XIV, n. 3.093, 07 jul. 1983, p. 06).

⁸² Teotônio Brandão Vilela, natural da cidade de Viçosa (AL), foi deputado estadual, vice-governador e senador de Alagoas. Em 1979, se desfilou do ARENA, ingressando no MDB, o atual PMDB. A carreira de Teotônio Vilela foi interrompida, em pleno processo de abertura política do país, quando foi acometido por um câncer e faleceu no dia 27 de novembro de 1983.

Desde o início, as tentativas de impulsionar a campanha Diretas Já trouxeram um clima de incertezas ao país. Muitas informações sobre esta campanha foram especuladas, o que afastavam ou agregavam públicos. Com discurso combativo ao regime civil-militar, a campanha Diretas Já foi apresentada pela mídia em algumas situações, como a mobilização que causaria a desordem social ou a que confrontaria as forças policiais.

Por fim, a matéria “PMDB e PT vão às ruas em favor do pleito direto”, veiculada em 14 de julho de 1983, ressaltou parte do processo de organização e estruturação da campanha Diretas Já. Além disto, deu visibilidade aos discursos acordados entre os membros da oposição ao regime civil-militar, dentre eles o de que as eleições diretas para presidente da República seria a saída da crise econômica no país.

A notícia deu voz ao deputado federal de São Paulo Airton Soares (1982-1987/PT), que reforçou as críticas contra o regime civil-militar. Ao longo da campanha Diretas Já, o principal discurso proferido era que os governos militares e suas formas de administrar o país foram os grandes causadores das crises que a população enfrentou na década de 1980.

BRASÍLIA – O PT e o PMDB pretendem deflagrar uma campanha nacional pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, e o deputado Airton Soares, líder do Partido dos Trabalhadores, acha que os segmentos todos, se unidos em torno dessa bandeira, conduzirão o movimento à vitória. Lembrou o representante paulista que a medida é a única capaz de resolver todos os problemas do País, ainda mais porque considera o processo de eleição indireta passível de produzir uma ruptura na área governamental. [...] As agremiações promoverão, em todo o Brasil, a busca pelo voto popular e o povo terá restaurada, de verdade, através das eleições do presidente da República, a democracia no Brasil. Explicando por que vê no restabelecimento das eleições diretas a solução para as dificuldades nacionais, o líder petista reportou-se ao fato de que, no País, os Estados não são autônomos e independentes. Ao enfatizar que o modelo político propicia a concentração de poder nas mãos do presidente da República, o deputado afirmou não existir governador que consiga, atualmente, seja ou não oposicionista, administrar o seu Estado sem passar pelo Governo Federal. [...] De acordo com Airton Soares, há que se valer da fragilidade do colégio eleitoral para fortalecer a tese do pleito direto para a Presidência da República. A seu ver, os Partidos oposicionistas não podem abrir mão de expor toda corrupção que envolve tal processo de escolha, a dependência que o coletivo tem do poder econômico e das classes dominantes e a nenhuma influência, no referido colégio eleitoral, das classes dominadas, isto é, os trabalhadores em geral [...] (PMDB E PT VÃO ÀS RUAS EM FAVOR DO PLEITO DIRETO. **O Estado**. Teresina, ano XIV, n. 3.099, 14 jul. de 1983, p. 11).

À medida que as mobilizações foram sendo impulsionadas, as matérias publicadas no jornal *O Estado* apresentaram falas de autoridades políticas que apontavam o regime civil-militar como o responsável pelas crises que o país enfrentava. Não obstante, a campanha também foi atacada pelos governistas que afirmavam que os atos promovidos a favor da Campanha das Diretas eram preparados por “comunistas” e que afetavam a ordem social. Desta maneira, o Brasil estava dividido entre quem queria a permanência do regime civil-militar e de quem não queria.

Segundo Romancini e Lago (2007), o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS) foi o último presidente do ciclo militar e o primeiro da chamada “década perdida”, que corresponde aos anos de 1980, por serem marcados pelo crescimento econômico medíocre e pela inflação.

Indicado por Geisel para continuar a abertura política, Figueiredo teria que enfrentar ainda focos de resistência interna à ideia de distensão. Outro problema era a crise econômica que estava no horizonte. Ao persistir na busca do crescimento econômico, mesmo após o primeiro choque do petróleo, em 1973, o governo Geisel continuou o processo de endividamento do país, nos planos externo e interno, que teria sérias consequências quando do aumento de juros internacionais (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 155).

Assim, os autores apontam que diante da crise econômica o regime civil-militar, o Ministério da Secretaria do Planejamento, comandado por Antônio Delfim Neto (1979-1985/PDS), prometia crescimento econômico com controle da inflação. No entanto, não foi bem isso que se presenciou, pois ao mesmo tempo em que a crise causava reflexo na vida dos brasileiros, o sentimento de insatisfação ajudava a impulsionar o pedido por eleições diretas e o fim do regime ditatorial.

Para Medeiros (2014), o Brasil de fato enfrentou uma grande crise na década de 1980 com inflação altíssima e baixo crescimento. Todavia, o autor acredita que a chamada “década perdida” foi vista apenas por um lado, que foi o econômico. O estudioso acredita que do ponto de vista social e político não se deve classificar como decadência.

Os que olham a coisa pelo lado apenas econômico, chamam essa década de “década perdida”. Na realidade, do ponto de vista social e político, foi uma “década de avanço” no processo de democratização e no fortalecimento da sociedade civil. Esse último aspecto é que faz a diferença, no retorno à

democracia vivido pelo Brasil naquele momento (MEDEIROS, 2014, p.193).

Em vista dessa crise econômica, somado ao pluripartidarismo, o retorno dos anistiados ao Brasil e o fortalecimento dos sindicatos e associações de classe, fizeram com que as insatisfações sociais, políticas e trabalhistas ganhassem força nas ruas das principais capitais do país.

Inclusive, foi neste momento que eclodiu a greve dos metalúrgicos na região do ABC paulista, ocorrida entre os anos de 1979 a 1980. Com isso, o pedido pelas eleições diretas para todos os níveis foi se acalorando e ganhando cada vez mais adesão não só da população, mas principalmente, de partidos políticos e autoridades.

4.2 *O Estado* e a publicação de matérias produzidas pelas agências de notícias sobre os comícios e passeatas em torno da campanha Diretas Já

Os comícios e as passeatas em praças públicas das capitais foram marcas registradas da campanha Diretas Já, que eclodiu no ano de 1984, especialmente, por conta da possibilidade de aprovação da emenda Dante de Oliveira. Essa emenda pretendia estabelecer as eleições diretas para presidente da República, causando a adesão dos partidos políticos, sindicatos, associações de classe, entidades e da própria população.

Como toda seleção de notícia por uma empresa jornalística, nem tudo entra na pauta. E no tocante à campanha das Diretas Já, não foi diferente. Isso fica ainda mais claro por meio da pesquisa bibliográfica e empírica, inclusive a análise do jornal *O Dia* feita no capítulo anterior.

Mesmo sem realizar uma ampla cobertura nacional, o jornal *O Estado* divulgou informações sobre comícios de outros Estados que obtiveram grande público, no caso o comício na Praça da Candelária (RJ). Além disso, veiculou também informações sobre os preparativos da votação da emenda Dante de Oliveira em Brasília (DF). No entanto, outras mobilizações ficaram omissas nas páginas deste periódico, como são os casos das mobilizações realizadas em São Paulo (SP) e Goiânia (GO).

É importante pontuar que ao longo do regime civil-militar houve diversas formas de censurar a imprensa brasileira, como forma de controlar as informações que seriam

veiculadas. Se com o AI-05, que vigorou entre os anos de 1968 a 1979, as redações jornalísticas receberam censores para fiscalizar as matérias produzidas no dia, com a suspensão deste ato, o governo militar passou a utilizar outras armas de controle.

De acordo com Romancini e Lago (2007), o autoritarismo e a violência do regime foram os principais fatores da censura, porém, houve outros aspectos que foram cruciais para a convivência entre os governos militares e a imprensa. Dentre eles, o aspecto financeiro, já que as empresas necessitavam de publicidade e também das verbas governamentais para manter a estrutura técnica e administrativa em pleno funcionamento.

As punições indicadas para o não cumprimento da proibição eram a apreensão dos jornais ou a retirada do ar de emissoras de rádio e televisão, além da ameaça da censura prévia. O aspecto comercial da imprensa também propiciava um campo para a intimidação por parte do regime: auditorias contábeis, suspensão de anúncios do governo, pressões sobre anunciantes, gráficas ou comerciantes dos veículos foram meios usados para inviabilizar empresas e para controlar o jornalismo (ROMANCINI; LAGO. 2007, p. 132).

A imprensa publicava matérias elaboradas pelas agências de notícias contratadas pelas próprias empresas, a fim de ampliar o conteúdo nas páginas dos jornais e veiculava tal como o recebia. Nesse sentido, as omissões e/ou os silenciamentos de determinados assuntos nas páginas do jornal *O Estado* acompanhavam a ordem do momento que era apenas reproduzir os discursos que as agências de notícias pretendiam. A exemplo disso está a omissão de comícios pelas Diretas Já, que eram contrários ao governo militar. Os comícios da Praça da Sé e o do Vale do Anhangabaú, ambos ocorridos na capital paulista, não foram veiculados nas páginas do jornal *O Estado*.

Segundo Ferrari (2001, p. 92), os silêncios e os discursos são perpassados por relações de poder e jogos de força que passam a organizar as negociações e confrontos entre as partes envolvidas, acabando por exigir o seu constante investimento e vigilância. Diante das construções discursivas, os silenciamentos, inclusive na mídia, podem calar-se a partir de novos discursos, gerando verdades diversificadas em um mesmo contexto sócio-político.

É importante destacar que apesar das limitações editoriais e da própria autocensura, matérias de política local, que foram elaboradas por profissionais do jornal *O Estado*, trataram da divulgação e organização da campanha Diretas Já em Teresina (PI). Foram destaque os comícios realizados na Praça do Marquês e na Praça Landri Sales. Este periódico chegou a

divulgar nestas páginas informações de censura e até de detenções que atingiram autoridades políticas. Vale ressaltar que na pesquisa das edições do jornal *O Estado* não foi possível ter acesso aos meses de janeiro e fevereiro do ano 1984, em razão de estas edições já não estarem mais disponíveis para o manuseio no Arquivo Público do Estado do Piauí, encontrando-se lacradas em seu acervo. Porém, foi possível localizar algumas matérias das edições lacradas em trabalhos publicados que também tratam do tema.

4.2.1 Comício na Candelária (RJ): processo de visibilidade e o uso de porta-voz na presidência da República

Foi com a chamada de capa intitulada “Diretas reúnem mais de 1 milhão” que o jornal *O Estado* divulgou o comício na Praça da Candelária, no Rio de Janeiro, ocorrido em 10 de abril de 1984. Sem mais informações nas páginas internas, a notícia fez um amplo resumo de como se estruturou este comício e quais autoridades estiveram presentes.

A matéria destacou a presença no comício na Praça da Candelária de nomes que fizeram parte da campanha Diretas Já, como o locutor esportivo Osmar Santos, os cantores Chico Buarque e Milton Nascimento, sendo o último o intérprete e compositor da canção “Coração de Estudante”⁸³, que ficou conhecida (inter)nacionalmente por ser tema desta campanha.

Além disso, a matéria certificou a presença de cinco governadores, porém apenas dois nomes foram identificados no texto: o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983-1985/PDT), e o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (1983-1984/PMDB). Embora os dois tenham sido oradores e realizaram discursos no comício na Praça da Candelária, nenhuma das falas destas autoridades recebeu visibilidade na notícia.

Em contrapartida, o jurista Sobral Pinto, que também foi um dos oradores neste comício, teve a fala citada na matéria publicada no jornal *O Estado*. No trecho de seu discurso, o orador enalteceu a população brasileira dizendo ser ela a única voz que deveria ser ouvida, ao se referir ao engajamento popular nos comícios pelas diretas.

⁸³A canção Coração de Estudante foi composta por Milton Nascimento, em parceria com diretor musical, Wagner Tiso, e foi lançada no dia 21 de dezembro de 1983, no álbum intitulado “Ao Vivo”, pela gravadora BMG/Ariola.

O jurista Sobral Pinto disse que “Nós estamos aqui contra ninguém, mas a favor do povo para defender o direito constitucional, segundo o qual o poder emana do povo e em seu poder será exercido”. O comício começou com a apresentação dos artistas e representantes de classe sindicais. Os últimos oradores foram os governadores Tancredo Neves e Leonel Brizola (DIRETAS REÚNEM MAIS DE 1 MILHÃO. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.286, 11 abr. 1984, p. 01).

Levando-se em consideração o controle que o governo ditatorial tinha sobre as mídias e o próprio processo de escrita de uma notícia, a matéria “Diretas reúnem mais de 1 milhão” não apresentou, ao longo do texto, críticas diretas ao regime e nem ao presidente João Figueiredo (1979-1985/PDS), o que era recorrente nos discursos dos oradores da campanha Diretas Já. A matéria, mesmo citando a presença de cinco governadores, deu voz apenas para o jurista Sobral Pinto, principalmente, quando este destacou que “não estamos contra ninguém”, ou seja, dando a entender que a campanha Diretas Já não está contra o regime civil-militar, já que os organizadores desta campanha eram membros de partidos da oposição. Assim, ao privilegiar a fala do jurista, o jornal *O Estado* fez uma opção de não ressaltar falas que, de certa forma, ferisse o regime civil-militar, tal como seria, se tivesse feito a opção por falas dos representantes do PMDB, do PT ou do PDT.

Outro ponto importante é o fato de a matéria sobre o comício na Praça da Candelária (RJ) não ter dado voz ao governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola⁸⁴ (1983-1985/PDT), que foi considerado um dos maiores opositores de esquerda do regime civil-militar. O fato dele ser o governador do Estado que organizou o comício e ter sido um dos oradores e organizadores do ato público, eram motivos suficientes para ser uma das fontes da matéria, no entanto, o que faz com que o jornal refute Leonel Brizola, pode ter sido, justamente, suas críticas ferrenhas contra o governo militar.

É importante destacar que os sindicalistas também foram silenciados. Estes, além de estarem presentes, discursaram no ato público e as falas não foram destacadas pelo jornal *O Estado*. Até porque este período foi marcado por greves de operários, o que acabou tornando o discurso sindical mais agressivo contra o regime civil-militar.

⁸⁴ Leonel Brizola era, sem dúvidas, uma das maiores lideranças que combatia o regime civil-militar. Antes mesmo de assumir o cargo de governador do Rio de Janeiro. Ele, inclusive, foi um dos organizadores da Campanha da Legalidade, ocorrida entre os dias 25 de agosto de 1961 a 07 de setembro de 1961, que garantiu o João Goulart de assumir a presidência da República, com a renúncia de Jânio Quadros. Assim, era visto como um político de larga experiência em organização de manifestações de rua.

O ato de dar visibilidade, para uma determinada fonte de informação e não para outra possível fonte, pode ser compreendido por Bahia (1990, p. 42), que estuda o jornal impresso, a história e as técnicas utilizadas, ao explicar que as seleções de fontes fazem parte do processo de construção da notícia. Para o autor, o jornalista antes de escrever a notícia deve apurar todas as informações possíveis, e, após este procedimento, se depara com a necessidade de selecionar o que de fato estará na matéria.

Bahia (1990, p. 42) destaca que a seleção das informações deve acontecer de forma hierárquica, prevalecendo os elementos de maior interesse, novidade, importância, oportunidade e repercussão. Tais elementos devem se adequar às condições de tempo e espaço de determinado veículo de comunicação. O autor destaca ainda que esta seleção do que será escrito e publicado, dependerá, principalmente, da linha editorial da empresa de comunicação que escreveu a notícia, ou seja:

Cada veículo tem mecanismos de controle editorial por meio dos quais exerce os seus critérios de produção, seleção e organização das notícias, sem que o exercício dessa função implique autolimitações à liberdade de informar ou a prática condenável da autocensura interna para substituir a censura externa (BAHIA, 1990, p. 43).

Desta maneira, pode ser apontado na matéria “Diretas reúnem mais de 1 milhão” que o procedimento da hierarquia de autoridades não foi seguido. Neste caso, ocorreu a não visibilidade da autoridade que estruturou este comício, o governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, que em nenhum momento foi divulgada uma declaração feita por ele durante o comício.

O processo de seleção de informações, dentre elas, a escolha das fontes de informação da notícia, é explicado em razão da hierarquia, isto é, a ordem de mencionar no texto jornalístico a fonte mais representativa para o acontecimento. No caso da matéria “Diretas reúnem mais de 1 milhão”, Leonel Brizola seria uma das principais fontes a ser ouvida e citada na matéria. Como reforçam Leonelli e Oliveira (2004) ao apontar que tudo esteve sob o crivo do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, desde a segurança, panfletos, a estrutura de som e, principalmente, as questões políticas:

Tudo passou pelas mãos de Brizola, que justificou a fama de centralizador. Ele esmerou-se em cuidados nos dez dias que antecederam o comício. O

governador do Rio decidiu desde a distribuição de credenciais até o esquema de segurança e, claro, todas as questões políticas. Estas, evidentemente, foram as mais complexas. Eram extenuantes e conflituosas as relações de Brizola com o Comitê Pró-Diretas carioca. Os atritos de Brizola com o jornalista Augusto Villas Boas foram à imprensa. Como sempre, um dos maiores problemas foi a lista dos oradores, na qual, por exemplo, os partidos que estavam na ilegalidade queriam incluir seus representantes. Como a maioria do Comitê queria a inclusão, o governador propôs que os deputados federais apoiados pelos partidos clandestinos falassem e pedissem sua legalização. Para conseguir aprovar sua proposta, Brizola usou um argumento que pareceu irrecusável: quem não tinha eleito nenhum deputado federal não tinha representatividade para reivindicar a palavra. Assim, ele eliminou os grupos mais radicais e incômodos, como o MR-8 e o Alicerce da Juventude Socialista. O PCB e o PCdoB seriam representados, respectivamente, pelos deputados federais Roberto Freire (PMDB-PE) e Aurélio Peres (PMDB-SP) (LEONELLI E OLIVEIRA, 2004, p. 485-486).

Leonelli e Oliveira (2004) pontuam ainda que no comício na Praça da Candelária (RJ), em razão das exigências feitas pelo governador Leonel Brizola, os políticos poderiam discursar e cobrar mudanças políticas, porém até certo ponto, uma vez que os oradores eram previamente escolhidos e os temas dos discursos avaliados. Para os autores, Leonel Brizola queria evitar a propagação de múltiplos discursos fugindo da principal proposta, as eleições diretas para a presidência da República. Tais normas elaboradas por Leonel Brizola foram seguidas, mas em certos momentos foram desrespeitadas pelos manifestantes. Mesmo assim, a mobilização foi considerada um sucesso.

A grandiosidade do comício na Praça da Candelária (RJ) pouco apareceu nas páginas do jornal *O Estado*. A repercussão ficou centrada a um suposto desentendimento ocorrido entre o presidente da República, João Figueiredo (1979-1985/PDS), e um de seus porta-vozes, o deputado federal de São Paulo Alcides Franciscato (1983-1987/PDS). Na matéria “Figueiredo: eu também queria ir ao comício”, publicada em 12 de abril de 1984, foi abordada a suposta vontade do presidente da República em se fazer presente no comício da Praça da Candelária (RJ). Contudo, o presidente da República, João Figueiredo e o porta-voz Alcides Franciscato e toda a comitiva presidencial estavam em Madrid, capital da Espanha.

Segundo a notícia, a declaração de que o presidente João Figueiredo queria ir ao comício na Praça da Candelária (RJ) e só não compareceu porque não estava no Brasil foi apresentada por um porta-voz até então não identificado na matéria de 12 de abril de 1984. Todavia, em matérias veiculadas nos dias seguintes foi possível identificar que o nome do porta-voz do presidente João Figueiredo, era o deputado federal de São Paulo Alcides

Franciscato. A declaração ajuizada pelo porta-voz da presidência chocou os aliados do regime civil-militar porque divergia do que João Figueiredo vinha se posicionando sobre as eleições diretas para presidente da República, o que demonstrava simpatia pela emenda Dante de Oliveira. Esta matéria se apresentou como chamada de capa do jornal *O Estado*, sem maiores informações nas páginas internas do impresso.

O presidente Figueiredo disse ontem que se estivesse no Brasil no dia do comício da Candelária, no Rio, o número de pessoas que teria comparecido ao evento teria sido acrescido de mais um, que seria ele. O presidente disse ainda que compareceria ao comício pelas diretas “, [sic.] pois esta é uma bandeira de luta minha”. Ele encarou o acontecimento com naturalidade e ressaltou que esse é mais um exemplo que o País está caminhando no rumo da total democracia. A afirmação do presidente foi encarada por políticos da oposição como uma forma de apoio a aprovação da emenda Dante de Oliveira e provocou uma [sic.] ligeira agitação dentro de Brasília. Por outro lado, políticos do PDS acreditam que a afirmação do presidente é mais uma frase para se averiguar o efeito. [...]. (FIGUEIREDO: EU TAMBÉM QUERIA IR AO COMÍCIO. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.287, 12 abr. 1984, p. 01).

É importante lembrar que o presidente João Figueiredo não concedia entrevistas diretamente à imprensa e as informações eram divulgadas pelos seus porta-vozes que concediam a autoria dos textos ao presidente. No entanto, na matéria “Figueiredo: eu também queria ir ao comício” não foi possível identificar qual deles teria produzido tal declaração, sendo revelado o nome do porta-voz somente na matéria da edição do dia seguinte.

Partindo do pressuposto de que todo discurso tem uma razão de ser, Cavalcante (2009, p. 20) explica que ao se produzir um discurso, em um determinado momento histórico, está se respondendo às necessidades postas nas relações em um meio social, carregando consigo o histórico e o ideológico dessas relações. Assim,

Não há, pois, discurso neutro ou inocente. Todo discurso é ideológico, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma partida ideológica, e assim veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa. O discurso é, pois, campo de mediações que articula novos sentidos ao já conhecido. Ele tem a capacidade de (re)significar o que já foi dito e instituir uma nova memória discursiva (CAVALCANTE, 2007, p. 35).

Dessa forma, não se pode rejeitar a possibilidade de haver uma intenção no discurso do porta-voz Alcides Franciscato que, em nome do presidente João Figueiredo (1979-

1985/PDS), afirmava que ele estaria apoiando a campanha Diretas Já. Até porque, neste momento, o cenário político já se encontrava dividido entre os que apoiavam as eleições diretas e os que tinham interesse na manutenção da ditadura brasileira. Ao se posicionar favorável à campanha das Diretas, João Figueiredo corria o risco de perder seus aliados.

Em virtude da repercussão que teve a afirmação do porta-voz, Alcides Franciscato, que havia afirmando que o presidente João Figueiredo almejava ser “o milionésimo primeiro no comício das diretas no Rio de Janeiro”, voltou aos jornais para corrigir aquilo que considerou um erro de comunicação. Este comunicado saiu publicado no jornal *O Estado* de 13 de abril de 1984 através de duas matérias: “João Figueiredo manda deputado se desmentir” e “Franciscato: eu não soube me expressar”.

A matéria “João Figueiredo manda deputado se desmentir”, publicada na manchete principal do jornal *O Estado* do dia 13 de abril de 1984, apresenta uma retratação do porta-voz Alcides Franciscato pela afirmação de que o presidente Figueiredo seria o milésimo primeiro no comício a favor das Diretas. Essa notícia foi construída através de um discurso elaborado pelo secretário de Imprensa e Divulgação da presidência da República e também porta-voz da Presidência, Carlos Átila⁸⁵, durante entrevista ocorrida em Madrid, na Espanha, para o “Jornal Nacional” da *Rede Globo*. Carlos Átila fez um discurso de defesa a Alcides Franciscato, onde assegurava que ele teria se precipitado ao afirmar uma suposta mudança de posição política do presidente. Além desses dados, a matéria apresentou outros aspectos dos bastidores da relação existente entre o presidente João Figueiredo e seus porta-vozes após este episódio:

MADRI [sic.] – o presidente João Figueiredo ficou aborrecido com as declarações do deputado Alcides Franciscato (PDS-SP) feitas anteontem de que ele (Figueiredo) seria o milionésimo primeiro no comício das diretas no Rio de Janeiro e ameaçou o deputado paulista de desligá-lo da comitiva presidencial se não desmentisse as declarações. “Eu não disse nada ao Franciscato. Não sei de onde ele tirou isso”. A frase foi dita em tom irritado pelo presidente João Figueiredo ao secretário de Imprensa e Divulgação, Carlos Átila, minutos antes de o presidente da República receber no Palácio Real do Pardo o presidente do Governo Espanhol Felipe Gonzalez [...]

⁸⁵Carlos Átila Álvares da Silva, natural de Nova Lima (MG), foi assessor adjunto da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, entre os anos de 1978 a 1979, no governo do presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979). E entre os anos de 1981 a 1985, foi nomeado secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República e porta-voz da Presidência, no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985).

(JOÃO FIGUEIREDO MANDA DEPUTADO SE DESMENTIR. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.288, 13 abr. 1984, p. 01).

A notícia “João Figueiredo manda deputado se desmentir” destacou o erro de comunicação na informação produzida pelo porta-voz Alcides Franciscato, que causou repercussão tanto entre as autoridades da oposição quanto as de situação. A matéria afirma que não foi o presidente João Figueiredo quem fez tal colocação, o isentando de quaisquer riscos políticos gerados pela declaração divulgada por Alcides Franciscato.

Na mesma edição do jornal *O Estado*, do dia 13 de abril de 1984, foi impressa a matéria intitulada “Franciscato: eu não soube me expressar”, onde repercutiu novamente o erro de comunicação entre o porta-voz, Alcides Franciscato e o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS). A matéria deu visibilidade à justificativa de Alcides Franciscato pelo erro de informação repassado por ele em nome do presidente, marcados principalmente nas frases: “Foi uma má colocação minha, eu não soube me expressar” e “foi uma colocação errada minha”.

Em entrevista concedida ontem, o deputado Alcides Franciscato voltou a afirmar: o presidente não disse. Foi uma má colocação minha, eu não soube me expressar. Quero fazer uma retificação. Desta maneira, o deputado Alcides Franciscato (PDS-SP) negou, durante a visita do presidente João Figueiredo ao Senado espanhol, que o chefe do Governo tinha declarado que seria o milionésimo primeiro participante do comício do Rio de Janeiro caso estivesse no Brasil. Para o parlamentar paulista – que logo cedo esteve na presidência da República nesta visita à Espanha – a sua real intenção ao fazer as declarações aos jornalistas foi “demonstrar uma posição que eu senti no sentimento do presidente Figueiredo. Durante o encontro com Figueiredo, o deputado Franciscato disse que: “foi uma colocação errada minha”. (FRANCISCATO: EU NÃO SOUBE ME EXPRESSAR. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.288, 13 abr. 1984, p. 01).

Nota-se que o discurso presente nas matérias de um mesmo jornal pode variar não apenas de uma editoria para outra, mas também de uma edição para outra. Como é o caso do jornal *O Estado* com: uma matéria na edição do dia 12 de abril de 1984 e duas matérias na edição do dia 13 de abril de 1985. Os discursos são moldados de acordo com as circunstâncias expostas dentro de um contexto e dos interesses do jornal ou dos grupos de poder. Para Foucault (2008, p. 26), o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. É por isso que em uma análise de discurso, o olhar deve ser voltado não apenas para um recorte, mas para o todo do acontecimento.

É preciso ter em mente dois fatos: a análise dos acontecimentos discursivos não está, de maneira alguma, limitada a semelhante domínio; e, por outro lado, o recorte do próprio domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço (FOUCAULT, 2008, p. 34).

Ainda sobre a fala do porta-voz de Figueiredo, o jornal *O Estado* concedeu mais espaço de suas páginas para este assunto com a publicação da matéria “Porta-voz esclarece episódio do deputado”. Nela, o secretário de Imprensa e Divulgação da presidência da República e também porta-voz da Presidência, Carlos Átila, volta a falar do acontecimento reforçando que houve erro de comunicação entre o porta-voz Alcides Franciscato e o presidente Figueiredo, denominando a situação de um “pequeno incidente político” e reitera que “ele não havia expressado com fidelidade o que o presidente pensava”. Outro ponto que deve ser salientado é que, embora a matéria “João Figueiredo manda deputado se desmentir” tivesse apontado para um certo embaraço entre as o presidente Figueiredo o porta-voz Alcides Francisco; na matéria do dia 14 de abril de 1984, Carlos Átila garante que a relação do parlamentar com o presidente João Figueiredo não teria sido abalada por conta da declaração publicada pela imprensa.

MADRID – O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, afirmou ontem, na capital espanhola, que o relacionamento pessoal que existe entre o presidente João Figueiredo e o deputado federal Alcides Franciscato (PDS-SP) em nada foi prejudicado por um pequeno incidente político. Carlos Átila explicou aos jornalistas que o presidente João Figueiredo fez ver ao deputado Franciscato que ele não havia expressado com fidelidade o que o presidente pensava: - E mesmo porque ele, apenas como amigo do presidente tentou interpretar o pensamento do presidente pensava – afirmou Átila. [...] (PORTA-VOZ ESCLARECE EPISÓDIO DO DEPUTADO. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.289, 14 abr. 1984, p. 02).

A frase presente na matéria “ele não havia expressado com fidelidade o que o presidente pensava” sugere que o porta-voz Alcides Franciscato costumava falar o que acreditava estar de acordo com as ideias do presidente João Figueiredo, sem que o comunicado passasse de fato por qualquer aprovação. A matéria veiculada pelo jornal *O*

Estado justificou que o erro de comunicação foi do porta-voz e não do presidente, discussão que ganhou espaço em mais de duas edições de *O Estado*.

Sobre a discussão da atividade do porta-voz, cabe pontuar como essa atividade profissional é exercida. Para Duarte (2010), a profissão de porta-voz é um cargo estratégico da Comunicação Organização de uma empresa, sendo responsável por falar, responder e representar uma organização. O autor classifica a função de porta-voz como ponte de diálogo da organização para com os seus públicos, devendo transmitir confiança e credibilidade para os diversos setores envolvidos. Para tanto, Duarte (2010) destaca a importância de treinamentos específicos para atender a imprensa:

A capacitação de fontes de porta-vozes é um dos instrumentos de assessoria de imprensa que mais se popularizaram nos últimos anos. Aperfeiçoar continuamente os assessorados em compreender a imprensa, interagir com jornalistas, atender adequadamente suas demandas, ser proativo e aproveitar as oportunidades para transmitir mensagens de maneira eficiente tornou-se uma estratégia prioritária para as equipes de comunicação (DUARTE, 2010, p. 360).

Desta forma, o porta-voz articula com os meios de comunicação discursos capazes de favorecer uma determinada figura pública ou uma empresa, seja ela pública ou privada. Para que esta articulação seja eficaz é necessário que o porta-voz esteja preparado para diversas situações neste procedimento de interação com a mídia.

Vale destacar que o porta-voz, na ausência da fonte oficial, pode assumir o posicionamento oficial da empresa e deve ser uma pessoa de credibilidade junto aos públicos, bem informada sobre a pauta e a organização em si, e ainda quem deve ser constantemente assessorada para manter o contato físico e direto com a imprensa. Tal ideia é reforçada por Matos (2006, p. 231), ao afirmar que o profissional de comunicação, o porta-voz ou Relações Públicas “deve primar por uma boa desenvoltura oral, conhecimento da história da empresa e o que se pretende divulgar aos públicos”.

Apesar disto, designar a função de porta-voz a alguém pode ser algo frequente, pois nem sempre a fonte oficial estará disponível para prestar entrevistas, por conta das atividades internas. É por conta disto que as Relações Públicas e Assessoria de Comunicação devem prever cenários, situações e selecionar, estrategicamente, outras fontes institucionais que possam substituir o porta-voz oficial, em casos de ausência.

Na década de 1980, verificou-se nas análises realizadas nos jornais *O Dia* e *O Estado* a presença de alguns porta-vozes ao longo do governo do presidente da República João Figueiredo (1979-1985/ PDS). Nomes como o do deputado federal de São Paulo, Alcides Franciscato (1983-1987/ PDS); porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila; do Ministro da Comunicação Social, Said Farhat; o Ministro da Justiça Ibrahim, Abi-Ackel; o subsecretário de imprensa, Alexandre Garcia; e até o senador do Maranhão, José Sarney (1971-1985/ PDS).

Todos falaram em nome do presidente da República, João Figueiredo, em seus principais comunicados e entrevistas para a imprensa, pelo menos, nas matérias analisadas. Vale destacar que alguns dos porta-vozes da presidência da República eram políticos e não jornalistas profissionais.

O jornal *O Estado* deu um amplo espaço para as matérias encaminhadas pelas agências de notícias que tratavam sobre o “erro de comunicação” entre o presidente e o seu porta-voz, ao ter ele afirmado que João Figueiredo seria “o milionésimo primeiro no comício das diretas no Rio de Janeiro”. O acontecimento e sua atualização foram veiculados nas edições do jornal *O Estado* entre os dias 11 de abril a 14 de abril de 1984.

Em contrapartida, o jornal *O Estado* pouco divulgou sobre o comício na Praça da Candelária (RJ) e nada foi veiculado a respeito da manifestação favorável às eleições diretas para a presidência da República no Brasil, ocorrida no dia 12 de abril de 1984, na Praça de Colón, em Madrid na Espanha. A informação sobre a manifestação em Madri foi acessada apenas na edição do dia 13 de abril de 1984 do jornal *O Dia*, por meio da matéria “Exterior pede diretas” (EXTERIOR PEDE DIRETAS. **O Dia**. Teresina, ano XXXIII, n. 6.703, 13 abr. 1984, p. 01). A manifestação na Praça de Colón envolveu mais de 100 brasileiros e aconteceu por conta da visita de João Figueiredo a Espanha, onde foi exigida as eleições diretas no Brasil, o que fortalecia a campanha Diretas Já.

4.2.2 Discurso jornalístico sobre as medidas de emergência e controle policial dos protestos e em Brasília

Vinte e quatro de abril de 1984, véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, as atenções da imprensa se voltaram para Brasília (DF). Em razão dos organizadores da campanha Diretas Já anunciarem caravanas para capital federal, o governo militar utilizou-se

de meios legais para censurar e ameaçar quem se atrevesse a protestar, ou no caso da imprensa, a fazer cobertura jornalística.

A ação contou com o auxílio do Decreto nº 89.566, de 18 de abril de 1984, que instituiu as medidas de emergência aplicadas em Brasília (DF) e em 10 municípios de Goiás. Na realidade, era uma forma de controlar e impedir os comícios, passeatas e qualquer tipo de mobilização em prol das eleições diretas para presidente da República.

O jornal *O Estado*, por meio da veiculação de matérias nacionais, não deu visibilidade a informações sobre as medidas de emergência que legitimavam as fiscalizações, censura e até prisões pelas autoridades. Este controle que o Governo passou a fazer contra os manifestantes foi visto nas matérias como forma de promover segurança em Brasília e manter a ordem social. Em contrapartida, mesmo com suas limitações política-ideológica, assuntos referentes às medidas de emergência, censura e detenções podiam ser localizadas na editoria de política local de *O Estado*, mas apenas quando envolveu autoridades piauienses.

A matéria “Caravanas pró-diretas recebem advertência”, publicada como chamada de capa de *O Estado* no dia 18 de abril de 1984, diz respeito a uma nota oficial da presidência da República, onde informa que não seria permitido os protestos em Brasília no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, que aconteceu no dia 25 de abril de 1984. A mensagem na nota é destinada a “nação” ou ao “povo brasileiro”, como se fossem um grupo social distinto dos que manifestavam.

Em nota oficial, distribuída ontem, a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República adverte as caravanas que pretendem seguir para Brasília nesta quarta-feira quando será votada a emenda Dante de Oliveira que defende a realização de eleições diretas já. A nota é a seguinte na íntegra. Em mensagem à nação, o presidente João Figueiredo manifestou ontem ao povo brasileiro a sua disposição de “conforme a vontade popular, mudar a constituição”. Assinalou o chefe do governo que “vamos mudá-la, mas é preciso mudar com responsabilidade, com segurança, com tranquilidade”. Coerente com essa postura, o presidente João Figueiredo exortou todos os brasileiros, especialmente, as lideranças políticas do país, a buscar uma solução negociada para as divergências políticas, a buscar o entendimento e a conciliação para que “a abertura política prossiga sem recuos”. Desde há alguns dias, o país assiste a manifestações públicas integradas ostensivamente por grupos de militantes de ideologias incompatíveis com nossa ordem constitucional. Seguindo esquemas de mobilização organizados os manifestantes se propõem declaradamente a constranger e intimidar parlamentares brasileiros a votar com a determinada orientação. O Governo Federal considera que esse procedimento configura intolerável tentativa de coação sobre membros do Poder Legislativo – em

especial o presidente da República – está obrigado a garantir o livre exercício do Poder Legislativo. O Governo Federal alerta à nação brasileira para a gravidade da situação que se ameaça criar na Capital Federal, sobretudo em vista do propósito declarado de criar constrangimento físico sobre membros do Congresso Nacional. Cômico de suas responsabilidades constitucionais, o Governo Federal adverte os integrantes das caravanas que, de vários pontos do país, pretendem dirigir-se a Brasília para a obrigação que lhe assiste de preservar a liberdade e a autonomia do Poder Legislativo, evitando e repelindo ações destinadas a impedir a livre deliberação dos parlamentares, no exercício do mandato popular. O momento exige ponderação [sic.] e equilíbrio, para que a nação possa caminhar no sentido da conciliação e do entendimento. Brasília, 17 de abril de 1984 (CARAVANAS PRÓ-DIRETAS RECEBEM ADVERTÊNCIA. *O Estado*. Teresina, ano XV, ano 3.292, 18 abr. 1984, p. 01).

A matéria apresenta um certo interesse do presidente da República, João Figueiredo, em se colocar disponível aos debates sobre as eleições diretas no Brasil. Como uma espécie de conciliador no sentido de buscar entendimentos com a oposição e ainda compreensível a vontade do povo. Ao longo do texto, é possível sublinhar elogios a João Figueiredo, enaltecendo sua imagem.

O que chama a atenção é que esta matéria foi publicada no dia em que o decreto que determina o uso das medidas de emergência foi sancionado no Brasil, em 18 de abril de 1984. Estas normas davam poderes legais para censurar, fiscalizar e prender pessoas, em especial, aquelas que ousassem a se manifestar contra o regime ditatorial. Entretanto, nada sobre tais regras de acesso e/ou restrição a Brasília e aos 10 municípios de Goiás foram divulgadas nas páginas do jornal *O Estado*. Nem mesmo com a divulgação da nota oficial da presidência da República informando que puniria os manifestantes por meio das medidas de emergência foi noticiada pelo jornal.

Contudo, se por um lado, a matéria publicada no jornal *O Estado* enalteceu João Figueiredo e o regime civil-militar; por outro, a campanha Diretas Já e seus representantes foram depreciados. Os manifestantes foram denominados de “intolerantes” e responsáveis pela “desordem social”, além de sugerir que eles tentavam coagir e intimidar os parlamentares e o próprio presidente da República.

A matéria “Mulheres pedem votos para as diretas já”, divulgada pelo jornal *O Estado* em 18 de abril de 1984, como chamada de capa, trata-se de uma mobilização feita por um grupo de mulheres, em Brasília (DF). O objetivo desta mobilização foi pressionar alguns parlamentares do PDS a votarem favorável à emenda Dante de Oliveira. Em especial, dois

nomes: o deputado federal do Rio Grande do Sul, Nelson Marchezan (1975-1987/PDS), que também era presidente da Câmara dos Deputados do Brasil (1981-1983); e o deputado federal do Mato Grosso, Bento Porto (1983-1987/PDS). Na tentativa de dialogar com os parlamentares que votariam na emenda Dante de Oliveira, o grupo de mulheres foi em busca dos parlamentares, independentemente de onde eles estivessem:

Várias caravanas estão se dirigindo a Brasília para participarem da sessão de votação da emenda Dante de Oliveira. Ontem um grupo de mulheres chegou à Capital Federal com o objetivo de pressionar os deputados e senadores para votarem a favor da emenda que prevê eleições diretas para presidente da República já. O grupo de mulheres procurou em primeiro lugar o gabinete do líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan e cobraram a posição mais firme do parlamentar em relação à emenda Dante de Oliveira. Em seguida as mulheres se dirigiram à residência do deputado Bento Porto, parlamentar mais bem votado em Mato Grosso e receberam a adesão dos familiares, pois não encontraram o deputado (MULHERES PEDEM VOTOS PARA AS DIRETAS JÁ. **O Estado**. Teresina, ano XV, ano 3.292, 18 abr. 1984, p. 01).

Destaca-se que a notícia não apresentou dados sobre as componentes do grupo de mulheres, de onde vinham, quais eram os nomes de suas lideranças/representantes e se tinham alguma relação com algum partido político. Em contrapartida, informou quais os parlamentares do PDS que sofreram as investidas do grupo de mulheres que, por sinal, se tratava de autoridades políticas que tinham grande representatividade na legenda. A matéria deu visibilidade às abordagens das mulheres sugerindo que eram até “abusivas” e/ou “evasivas”, já que apontam a residência de um deles como ponto de abordagem.

A edição do dia 24 de abril de 1984 do jornal *O Estado*, data que antecedia a votação da emenda Dante de Oliveira, destacou em três chamadas de capa as ações que o regime civil-militar adotou na tentativa de manter a ordem social em Brasília (DF), especialmente, ao redor do Congresso Nacional. Em todas as chamadas de capa, o periódico apontou o dia 24 de abril de 1984 como uma “data intensa” e “preocupante”, porém, não divulgou maiores informações nas páginas internas.

Uma das chamadas de capa foi intitulada “Brasília vive um dia tenso” e trata das medidas de emergência em Brasília (DF) que, até então, não haviam sido citadas pelo jornal *O Estado*. Na notícia, as medidas de emergência são vistas como formas de prevenir a desordem

social e afastar os manifestantes, que foram enunciados como pessoas que causariam problemas de violência ou algum tipo de conturbação.

A polícia continua colocando em ação as medidas de emergência decretadas quarta-feira pelo João Figueiredo. Ontem, continuaram as fortes barreiras nas estradas e o controle do aeroporto de Brasília e mais dez municípios do interior de Goiás onde as medidas estão decretadas. A polícia está verificando e revisando todos os veículos que se dirigem a Brasília. Nos ônibus está sendo verificada minuciosamente a relação de passageiros (BRASÍLIA VIVE UM DIA TENSO. **O Estado**. Teresina, ano XV, ano 3.294, 24 abr. 1984, p. 01).

As medidas de emergências, quando foram citadas em matéria divulgada pelo jornal *O Estado*, foram repassadas aos leitores como algo benéfico para a manutenção da ordem e segurança da população, ao afastar prováveis perturbações aos cidadãos. Para isso, a polícia deveria verificar todos os acessos de Brasília, indicando uma eficácia em seus trabalhos. Vale pontuar que o termo “tenso” era utilizado pelo periódico para descrever o cenário em Brasília em que as intensas fiscalizações das forças policiais eram uma realidade para conter qualquer tipo de manifestação que ameaçasse a ordem da capital federal no dia votação da emenda Dante de Oliveira.

Interessa destacar que *O Estado* publicou matérias que tratava da organização da polícia para assegurar uma votação de forma tranquila em Brasília. Contudo, não foi localizada em suas páginas qualquer matéria que abordasse as detenções e as invasões a sede de organizações, como o jornal *O Dia* fez. Por exemplo, *O Dia* informou na matéria intitulada “Congresso vota cercado emenda pelas diretas”, publicada no dia 25 de abril de 1984, sobre a prisão do senador de Goiás (GO), Henrique Antônio Santillo (1979-1987/PMDB) e de quatro vereadores, não citados na matéria. Segundo o jornal, o motivo das prisões foi pelo fato de as autoridades protestarem a favor das Diretas, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. Também foi destaque nesta mesma matéria de *O Dia* a invasão à Câmara Municipal de Goiânia, pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, que buscava impedir a realização de uma vigília cívica.

A notícia “Congresso vai distribuir as senhas amanhã”, publicada no dia 24 de abril de 1984, reforça a ideia de proteção e segurança em Brasília (DF), informando como seria a questão do acesso ao Congresso Nacional. Segundo a notícia, o acesso seria por meio de

senhas, o que restringiria completamente o espaço para o público que tinha a intenção de protestar a favor das eleições diretas.

O Congresso Nacional já mandou confeccionar 1 mil e senhas que servirão de ingresso para as galerias no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Deste total de 548 foram distribuídas para os deputados com o objetivo de que eles enviem convites a seus amigos preferidos. Mais de 400 jornalistas brasileiros já solicitaram o credenciamento, entretanto, até o momento não o receberam, porque segundo informações que circularam em Brasília, a gráfica ainda não tinha confeccionado todos (CONGRESSO VAI DISTRIBUIR AS SENHAS AMANHÃ. *O Estado*. Teresina, ano XV, ano 3.294, 24 abr. 1984, p. 01).

É importante observar que das mil senhas confeccionadas, número informado na matéria de *O Estado*, mais da metade foram distribuídas para os deputados federais, para que estes enviassem em forma de convite a seus amigos. Desta forma, tais limitações indicaram que o público presente na votação fosse constituído de pessoas devidamente selecionadas e que, provavelmente, não fariam protestos. Assim, foi subtraído o direito dos demais cidadãos de acompanhar presencialmente a votação da Dante de Oliveira, emenda que poderia mudar o processo de eleição para presidente da República no Brasil.

Esta subtração de direito de acesso livre ao local da votação foi marcada também ao tratar da imprensa, que não tinha sido contemplada com as senhas, situação que foi justificada por meio da nota emitida pelo Congresso Nacional: “gráfica ainda não tinha confeccionado todos”. Com tal alegação, o governo militar ficaria isento da culpa pela ausência da imprensa, ao tempo que fugiria da ideia de censura aos jornalistas. Sem as senhas de acesso ao Congresso Nacional, o trabalho da imprensa ficou inviabilizado, por conseguinte, o acompanhamento da votação pelo público através das mídias, principalmente, as de televisão e rádio.

Já a notícia intitulada “Fiscalização é rigorosa”, publicada no dia 24 de abril de 1984, aponta para o “clima muito tenso” em Brasília, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. A tensão tratada no texto se refere à movimentação entre os parlamentares de oposição ao regime civil-militar, especialmente as autoridades que buscavam negociar estratégias para aprovarem a emenda.

Faltando apenas 48 horas para votação da emenda Dante de Oliveira, que propõe eleições diretas para presidente da República já. Brasília viveu ontem

um clima muito tenso. Os partidos de Oposição já definiram sua estratégia para a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Ontem os partidos de Oposição passaram o dia inteiro tentando reunir os seus deputados convocando-os para reuniões constantes. Por outro lado, os parlamentares do PDS foram aconselhados pelo líder do partido na Câmara, Nelson Marchezan a não participar da sessão de votação (FISCALIZAÇÃO É RIGOROSA. **O Estado**. Teresina, ano XV, ano 3.294, 24 abr. 1984, p. 01).

Na notícia “Fiscalização é rigorosa” é explicitada a estratégia política que o PDS propunha aos deputados federais filiados ao partido, que estavam em dúvidas sobre o voto ou que havia manifestado interesse em votar a favor da Dante de Oliveira. A estratégia era que estes deputados faltassem à sessão de votação. No texto, é citado o líder da Câmara dos Deputados do Brasil, deputado federal Nelson Marchezan (1985-1987/PDS), como o principal articulador e quem dispunha de controle dos votos pelos deputados do PDS.

É possível ressaltar que mesmo diante do que alguns autores classificam de decadência do regime civil-militar, o governo ditatorial ainda detinha controle em vários setores do país, como: o econômico, social, político, imprensa e outros. Para Paulo Neto (2014, p. 212), o presidente da República João Figueiredo (1979-1985/PDS), conseguiu sustentar, até os seus dois primeiros anos de mandatos, o chamado de “milagre econômico”, iniciado ainda no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979/ARENA).

No governo Geisel, o esgotamento do “milagre econômico” não implicou o reconhecimento da exaustão do “modelo econômico” próprio da ditadura – com as opções do II PND, Geisel operou uma espécie de “fuga para a frente”: os estrangulamentos econômicos não foram solucionados, apenas adiados, empurrados para diante. [...] Figueiredo pôde insistir na mesma estratégia – mas em 1981-1982, foi compelido a uma inflexão que se revelou inepta para evitar a formidável recessão que levaria o seu governo a experimentar o desastre econômico-social que haveria de marcar o fracasso do “modelo econômico” da ditadura; e, no marco de uma gravíssima crise, o peso daqueles estrangulamentos apareceu com força (PAULO NETTO, 2014, p. 212).

Mesmo enfrentando crises nos setores, não somente econômico, mas também sociais e políticas, o regime civil-militar conseguiu fazer com que no dia 25 de abril de 1984, a emenda Dante de Oliveira fosse rejeitada, não tendo chances de seguir para votação no Senado Federal. Do total de parlamentares, 113 faltosos foram contabilizados, o que fez com que os 298 votos favoráveis a emenda não atingissem os 320 votos que garantiriam a aprovação das diretas.

4.3 Jornal *O Estado* e a cobertura das mobilizações da campanha Diretas Já em Teresina

O jornal *O Estado* divulgou a campanha Diretas Já (1983-1984), mas com certas limitações. É possível pontuar diferenças discursivas nas matérias oriundas das agências de notícias frente às matérias produzidas pelos jornalistas do próprio periódico. Nas matérias provenientes de agências de notícias, percebe-se a pouca cobertura dada aos comícios e mobilizações em torno da campanha a nível nacional. Enquanto que as matérias de cunho local, produzidas por profissionais do jornal *O Estado*, deram visibilidade aos principais comícios realizados na capital piauiense, noticiando também posicionamentos das autoridades políticas diante da campanha Diretas Já e até detenções de parlamentares com base nas medidas de emergência.

A cobertura jornalística do jornal *O Estado* deu visibilidade aos dois principais comícios realizados em Teresina (PI), no caso: do dia 13 de fevereiro de 1984, na Praça do Marquês de Paranaguá; e do dia 24 de abril de 1984, na Praça Landri Sales, conhecida como Praça do Liceu.

É importante destacar que tiveram outros comícios e passeatas na capital e em outras cidades do Piauí. No entanto, estas mobilizações não ganharam a mesma repercussão nas páginas de *O Estado*. Talvez isso se explica pela dificuldade de deslocamento da equipe jornalística, pois carecia de custos para que os profissionais viajassem para outras cidades; ou ainda, pela ausência de jornalistas correspondentes nos demais municípios do Estado que repassem as informações diretamente do local dos acontecimentos.

As notícias do jornal *O Estado* sobre a campanha Diretas Já, em Teresina (PI), foram divulgadas além da capa, nas páginas de política local, geralmente, veiculadas nas páginas 02 e 05. Nestas páginas eram comuns também a presença de matérias nacionais. Assim, não houve uma editoria própria sobre o assunto sucessão presidencial, como foi observado no jornal *O Dia* que criou a editoria “1984 ano da Sucessão”.

A matéria “Vereadores vão lançar campanha pelas Diretas” do jornal *O Estado*, divulgada em 01 de dezembro de 1983, ressaltou informações iniciais sobre o lançamento da campanha Diretas Já em Teresina (PI), que estaria prevista para os dias 11 a 15 de dezembro de 1983, na Praça do Marquês, zona Norte, e em outros bairros da capital.

Sem maiores detalhamentos a respeito do lançamento da campanha pelos vereadores, foi pontuado que estas manifestações contariam com a presença de “figuras do partido de expressão nacional”. Porém, a participação do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, não estaria confirmada, sob a justificativa de que neste período ele estaria em reunião na ONU.

[...] Segundo informou Osmar Júnior, a presença de Ulysses Guimarães não está confirmada. [...]. Em seu lugar deverá vir o senador gaúcho Pedro Simon. Osmar Junior afirmou mais adiante, que todos os preparativos para o lançamento oficial da campanha pelas eleições diretas estão sendo feitos e que estarão concluídos até o final da próxima semana. Disse que antes da manifestação estão programados comícios em diversos bairros da capital e que na véspera da manifestação pública haverá uma grande passeata com carros pelas ruas de Teresina. Por outro lado, o vereador Acilino Ribeiro revelou ontem, que durante os comícios e a manifestação pública, lançará oficialmente a sua candidatura a prefeito de Teresina. Revelou ainda, Acilino Ribeiro, que já está em fase final o cronograma de sua campanha política para o próximo ano (VEREADORES VÃO LANÇAR CAMPANHA PELAS DIRETAS. *O Estado*. Teresina, ano 14, n 3200, 1 dez. 1983, p. 02).

Esse trecho da matéria “Vereadores vão lançar campanha pelas Diretas” reforça o discurso de que algumas autoridades que participavam dos comícios pelas Diretas tinham outro interesse, além da promoção da democracia no país, que era o de ganhar visibilidade pública. As autoridades que almejavam visibilidade pública consideravam estes comícios um ambiente propício de ganharem cartaz pela mídia e por possíveis eleitores. Desta forma, os comícios serviam como espécie de catálogo onde os políticos poderiam divulgar a sua imagem para os mais diversos públicos, inclusive para as mídias, expondo seus posicionamentos políticos e sociais, além de alianças partidárias.

Com a matéria “Ato público inicia campanha pelas diretas”, publicada no dia 20 de dezembro de 1983, foi anunciada pelo jornal *O Estado* a informação sobre a realização do primeiro comício das Diretas em Teresina, prevista para janeiro de 1984. O periódico mostrou o processo de organização do PMDB desta mobilização, no entanto, ainda não se tinha maiores detalhes sobre onde seria realizado e de quem realmente participaria dele, já que os nomes divulgados foram apenas especulações.

Está confirmada para o dia 23 de janeiro, a realização do ato público que o PMDB realizará em Teresina com vistas a oficializar a campanha por eleições diretas. [...] A informação foi prestada ontem pelo deputado Tomaz Teixeira, vice-líder da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, acrescentando que a realização do ato público está sendo organizada há vários dias e que não há nenhuma dúvida sobre o êxito do comício. Antes, porém, do ato, está prevista para a tarde, uma grande passeata pelas ruas de Teresina. [...] O comício do PMDB oficializando a campanha por eleições diretas, deverá ser realizado dentro do prazo de seis horas devendo começar às 20 horas e se encerrar às 2 da manhã. Do ato público, participarão políticos de grande destaque nacional, entre os quais o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, e o senador Pedro Simon. Além dos políticos também participarão do ato de um grupo de artistas, confirmada inclusive a presença dos atores Walmor Chagas e Cristiane Torloni (ATO PÚBLICO INICIA CAMPANHA PELAS DIRETAS. **O Estado**. Teresina, ano XIV, n. 3.213, 20 dez. 1983, p. 02).

Na década de 1980, os veículos de comunicação no Brasil passavam por censuras, ainda assim, o jornal *O Estado* conseguiu publicar notícias sobre a campanha Diretas Já ocorridas em Teresina (PI). Diversas foram as censuras e fiscalizações que a imprensa sofreu ao longo do regime civil-militar, entretanto, foram nos “anos de chumbo” (1968-1974) que a repressão militar foi acentuada com a promulgação do AI-5. A instalação de militares exercendo a função de censores nas redações jornalísticas contribuiu para que os conteúdos fossem afetados diretamente pelas interferências do governo militar.

O jornal *O Estado* mostrou quem eram os organizadores da campanha Diretas Já em Teresina (PI) e apontou o PMDB como o maior encabeçador deste movimento. Inclusive, o nome do jornalista e deputado estadual Francisco Tomaz Teixeira (1983-1987/PMDB) apareceu na matéria “Ato público inicia campanha pelas diretas”, publicada no dia 20 de dezembro de 1983, porque era uma figura representativa para a legenda partidária, já que era vice-líder da bancada na Assembleia Legislativa do Piauí.

A partir dos dados analisados, verifica-se que os comícios a favor das Diretas em Teresina foi, aos poucos, ganhando estrutura física, como equipamentos de som, microfone e um palanque. Além disto, era preciso contar com a presença de políticos e artistas que levantassem a bandeira das Diretas, isto é, realizar a campanha Diretas Já no Piauí no formato que se apresentou no cenário nacional. Apesar de alguns artistas serem citados no texto, pelo menos no Piauí, os comícios pelas Diretas não contaram com a presença de artistas nacionais, nem atores e nem de cantores.

No dia 21 de dezembro de 1983, é publicada a matéria “Oposição exclui Piauí da campanha da eleição direta” no jornal *O Estado* tratando da incompatibilidade de agenda do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com a data do comício de Teresina. Isto é, um dos maiores incitadores das eleições diretas para presidente da República no Brasil não tinha a presença confirmada no primeiro comício da capital piauiense, o qual seria realizado pelo diretório regional do PMDB.

O Piauí não está incluído no roteiro de visitas do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, defendendo as eleições diretas, divulgado ontem pelo diretório nacional do partido e distribuído à imprensa de Teresina pelo deputado federal Ciro Nogueira. Embora a executiva regional do Piauí tenha confirmado para o dia 23 de janeiro uma concentração pública em Teresina em defesa das eleições diretas naquele dia, Ulysses Guimarães nem ao menos estará viajando. Pelo roteiro traçado, ele voltará a viajar no dia 26, para o Estado de Pernambuco. NOVA DATA. O deputado Ciro Nogueira revelou a data da visita a Teresina de Ulysses Guimarães poderá ocorrer por ocasião de sua viagem ao Ceará, marcada para o dia 28 de janeiro. Se a informação se confirmar, o Partido do Piauí deverá alterar a data da concentração, mudando 23 para o dia 27 a 29, ou seja, um dia antes ou depois da visita de Ulysses fará ao Ceará. O roteiro de viagens do presidente nacional do PMDB começa no dia 12 pelo Estado do Paraná e terminará dia 25 de fevereiro, em Sergipe (OPOSIÇÃO EXCLUI PIAUÍ DA CAMPANHA DA ELEIÇÃO DIRETA. *O Estado*, Teresina, ano XIV, n. 3.214, 21 dez. 1983, p. 02).

A matéria põe em destaque o fato de Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, não confirmar presença no comício em Teresina (PI) agendado para o dia 23 de janeiro de 1984. O jornal *O Estado* fez uma crítica sobre a ausência de Ulysses Guimarães no comício das Diretas em Teresina e apontou uma exclusão do Piauí da campanha Diretas Já na programação nacional do PMDB.

O periódico destaca que a ausência de Ulysses Guimarães não era por questão de agenda, pois no dia do comício em Teresina, ele não teria compromissos agendados. A reclamação é feita como base a agenda do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que havia confirmado presença nos comícios pelas Diretas nos Estados: do Paraná, 12 de janeiro de 1984; Pernambuco, 26 de janeiro de 1984; Ceará, 28 de janeiro de 1984; e em Sergipe, 25 de fevereiro de 1984. O Piauí teria ficado de fora.

Desta forma, o jornal *O Estado* buscou pressionar o PMDB nacional para que Ulysses Guimarães marcasse presença também no comício em Teresina (PI), agendado para o dia 23 de janeiro de 1984, até porque este seria o segundo comício no Piauí sem a presença dele. As

primeiras mobilizações pelas Diretas no Piauí ocorreram entre os dias 11 e 15 de dezembro de 1983 e foram anunciadas na matéria “Vereadores vão lançar campanha pelas Diretas”, veiculada em 01 de dezembro de 1983. Nela foi pontuado a ausência de Ulysses Guimarães nos comícios em pleno lançamento da campanha Diretas no Piauí, em razão de agenda. Ulysses Guimarães tinha uma reunião na Organização das Nações Unidas (ONU), neste mesmo período.

É importante destacar que não foi possível acessar a edição de 23 de janeiro de 1984 do jornal *O Estado*, data de realização de um dos comícios pelas Diretas em Teresina. Em razão das edições correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1984 se encontrarem indisponíveis para pesquisas no Arquivo Público de Teresina. Assim, a informação sobre o comício realizado no dia 23 de janeiro de 1984 só foi possível de abordar com base nas matérias publicadas em outras edições do jornal *O Estado* que trataram desta mobilização, como: “Ato público inicia campanha pelas diretas”, publicada no dia 20 de dezembro de 1983; e a “Oposição exclui Piauí da campanha da eleição direta”, veiculada em 21 de dezembro de 1983.

Apesar de o PMDB ser considerado o mentor da campanha Diretas Já em Teresina (PI); o PT, que tinha como presidente no Piauí o professor Antônio José Medeiros⁸⁶, organizou uma série de comícios na capital e em outras cidades do Piauí. *O Estado* informou na matéria “PT divulga o roteiro das Diretas” sobre a programação destes comícios.

De acordo com a matéria do jornal *O Estado*, no ano de 1984, os comícios pró-diretas realizados pelo PT em Teresina aconteceriam no Bairro Planalto Ininga, no dia 16 de março; no Parque Piauí, 24 de março; e no Bairro Itararé, em 30 de março. Já nas demais cidades piauienses, os comícios agendados na programação apresentam-se da seguinte forma: de União, 18 de março; Campo Maior, 19 de março; e Água Branca, 30 de março. Apesar de a programação ter sido divulgada pelo periódico, a realização dos comícios não teve repercussão em suas páginas, isto é, não houve matérias que dessem visibilidade a nenhum destes comícios.

⁸⁶ Antônio José Castelo Branco Medeiros, natural de União (PI), em 1980, assumiu a presidência do PT no Piauí e entre 1989 a 1993, foi eleito vereador de Teresina. A partir de 1981, ingressou como docente efetivo da UFPI, no Departamento de Filosofia. Em 1985, passou a integrar o Departamento de Ciências Sociais, onde exerce a função docente até nossos dias atuais.

[...] Em reunião realizada junto com a executiva municipal de Teresina, a direção estadual do Partido dos Trabalhadores decidiu prosseguir a campanha pela volta das eleições diretas, mesmo que a emenda Dante de Oliveira seja rejeitada pelo Congresso. Vários comícios serão realizados em Teresina e no interior no [sic.] Estado visando a permanência da luta pelas diretas. Ao apresentar ontem esta informação, o presidente do diretório regional do PT, Antônio José Medeiros, disse que durante a reunião do partido foi elaborado ainda um calendário de realizações de comício durante todo o mês de março, começando no próximo dia 18, com um comício no bairro Planalto Ininga, com início previsto para as 20 horas. Além do comício, o partido pretende ainda incentivar a promoção de debates nos sindicatos, associações de classe e de moradores, bem como grupo de jovens e uma ampla campanha de divulgação sobre essas discussões. O Partido dos Trabalhadores vai levar ao comitê pró-diretas propostas: a realização de comícios preparatórios em diversos bairros da capital para o grande ato público do dia nacional de luta pelas eleições diretas, a nível nacional; realização de eleições simuladas e organização de um abaixo-assinado a ser enviado aos parlamentares no Congresso Nacional. (PT DIVULGA O ROTEIRO DAS DIRETAS. **O Estado**. Teresina, ano XIV, n. 3.258, 10 mar. 1984, p. 02).

O jornal *O Estado* pontuou apenas as ações e o engajamento do PT em prol da implantação das eleições diretas a presidente da República no Piauí. A matéria informou ainda sobre o roteiro dos comícios programados pela legenda no mês de março de 1984, sem tecer críticas à campanha Diretas Já ou aos seus representantes, se limitando apenas a informar de maneira clara e direta, dando visibilidade a um representante sindical, no caso ao presidente do PT, Antônio José Medeiros.

Um dos discursos apresentados pelo jornal *O Estado* é que na campanha Diretas Já haviam propósitos que vão além da implantação das eleições diretas para presidente da República. Na medida em que há denúncias de que a campanha estava sendo usada como um espaço para lançar candidaturas e novos políticos. Além disto, o jornal também acentua que havia pouco engajamento e desordem entre seus representantes, nacionais e regionais ao longo da realização dos comícios a fim de atingir a reputação da campanha Diretas Já e, assim, interferir na opinião pública.

4.3.1 Cobertura do “grande comício que as oposições piauienses” fizeram em Teresina na Praça do Marquês

A Praça do Marquês foi um dos principais cenários da campanha Diretas Já no Piauí. Segundo o jornal *O Estado*, tanto no comício que lançou esta campanha, ocorrido no dia 23 de janeiro de 1984, quanto no que foi considerado um dos maiores comícios realizados na capital, em 13 de fevereiro de 1984, todos aconteceram na Praça do Marquês, localizada na zona Norte de Teresina.

Em dezembro de 1983, o jornal *O Estado* começou a empreitada de divulgações da agenda dos comícios da Diretas Já que seriam realizadas em Teresina no ano de 1984. Uma das primeiras matérias que apresenta notícias sobre os comícios de 1984 foi publicada na edição de 01 de dezembro de 1983, com o título “PMDB confirma grandes nomes para o comício”. Nesta matéria não é informado ainda qual seria o local da realização daquilo que a oposição piauiense estava denominando de “grande comício” que seria realizado em Teresina e que contaria com a participação de autoridades políticas e artistas de renome nacional e local, como pode ser observado no trecho a seguir:

Já está definitivamente acertada a data de realização do grande comício que as oposições piauienses farão em Teresina. Será mesmo no dia 13 de fevereiro, uma concentração que deverá reunir desde políticos do interior do Estado a importantes figuras de projeção nacional do PMDB a começar pelo seu presidente, Ulysses Guimarães, o governador mineiro Tancredo Neves, e o senador paulista Fernando Henrique Cardoso. O deputado Deoclécio Dantas, líder do PMDB na Assembleia assegurou que até sexta-feira próxima acertará com a Executiva Nacional de seu partido todos os detalhes relacionados ao comício que a oposição irá realizar em defesa das eleições diretas para presidente da República. Dantas adiantou que deverão participar da caravana pró-diretas que chegará a Teresina alguns artistas, entre eles, as atrizes Cristiane Torloni e Renata Sorah. Ele acha que o comício de Teresina terá também a participação de conhecidos cantores da MPB (PMDB CONFIRMA GRANDES NOMES PARA O COMÍCIO. *O Estado*. Teresina, ano XIV, n. 3.207, 1 dez. 1983, p. 02).

Esta matéria trouxe o discurso de que o diretório regional do PMDB vinha se articulando a favor da campanha Diretas Já tanto nos municípios piauienses, quanto na região Sudeste do país. No Piauí, o que ainda não estava confirmada era a presença de artistas nacionais, todavia, não foi de todo rejeitada esta possibilidade. Assim, a campanha das Diretas foi ganhando espaço público no jornal *O Estado*, mas ainda com desconfianças de seu propósito e incertezas de sua força.

A realização do comício na Praça do Marquês, no dia 13 de fevereiro de 1984, foi divulgada na chamada de capa do jornal *O Estado* sob o título “Comício defende eleição direta”. Este comício reuniu um grande público alcançando um número de dez mil pessoas, cerca de aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) entidades, em defesa das eleições diretas em Teresina, segundo dados apresentados pelo jornal *O Estado*. A Figura 1 é um recorte da matéria que foi construída pelo jornal por de elementos discursivos textuais e visuais apresentando a dimensão do comício que previamente foi denominado de “o grande comício” pela oposição piauiense, sendo liderada pelos partidos PMDB, PT e PDT. Além do público é possível ainda visualizar a presença dos oradores, todos no palanque.



Figura 11: Comício na Praça do Marquês realizado em 13 de fevereiro de 1984.

Fonte: MACIEL, 2018, p. 129.

O comício realizado na Praça do Marques, em Teresina (PI), contou com a presença de autoridades de grande expressão política, como o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães; o presidente nacional do PT, Lula; e o presidente nacional do PDT, Doulet de Andrade. Das autoridades que promoveram a organização do comício pelas Diretas a nível local, nenhum nome foi citado. O único que ganhou destaque foi o ex-deputado Francisco

Figueiredo (PMDB/PI). Já a presença de artistas neste comício também não foi citada, nem mesmo os de repercussão local.

Apesar de ter destacado informações sobre o comício na Praça do Marquês, ocorrido no dia 13 de fevereiro de 1984, o discurso na matéria do jornal *O Estado* apresenta duras críticas sobre esta mobilização. De tais críticas presentes na matéria “Comício defende eleição direta”, publicada em 14 de fevereiro de 1984, prevaleceram duas: a primeira refere-se à falta de orientação aos oradores que deveriam discursar nomeadamente sobre as eleições diretas; e a segunda assinala a precariedade nos equipamentos de som na transmissão dos discursos das autoridades políticas.

[...] Algumas pessoas ligadas à própria organização do encontro de ontem à noite se queixavam da falta de orientação de alguns oradores de Teresina, que, ao invés de se limitarem à defesa da eleição direta como forma de convocar a população para a luta, preferiram dirigir suas críticas diretamente contra autoridades e militares, gritando slogans conclamando a população a fazer o mesmo. O sistema de som, deficiente; prejudicou sensivelmente a transmissão dos discursos. Entre os que se queixavam da organização ouvia-se o ex-deputado Francisco Figueiredo, do PMDB, que não aceitava o tema dos discursos, explicando que havia necessidade de despertar a atenção do povo para a eleição direta e não pedir votos para um candidato a presidente, que não existe. O palanque foi cercado de bandeiras, faixas e cartazes. As lideranças do PMDB consideravam que foi o maior acontecimento já visto no Piauí em defesa das eleições diretas e os oradores mais aplaudidos foram aqueles que criticavam a política econômica, mas poucos deles chegaram a discutir o sistema de eleições diretas e indiretas, confrontando-as no seu aspecto institucional [...] (COMÍCIO DEFENDE ELEIÇÃO DIRETA. *O Estado*. Teresina. ano XIV, n. 3.239. 14 fev. 1984, p. 01)⁸⁷.

O discurso proposto pelo jornal *O Estado* foi de um comício prenhe de falhas e de desarticulação entre as lideranças que apresentou outros interesses, já que, segundo o periódico, ao invés de esclarecer a importância das eleições diretas ao povo, se limitaram a dirigir críticas contra o regime civil-militar. Questão paradoxal, uma vez que a crítica ao regime de alguma forma endossava a necessidade de eleições diretas no país. Em compensação, a matéria garantiu que os representantes do PMDB acreditaram no sucesso do comício.

⁸⁷ A matéria “Comício defende eleição direta”, do mês de fevereiro de 1984, correspondente ao período no qual a pesquisadora não teve acesso ao material no Arquivo Público do Estado do Piauí. Os dados usados encontram-se registrados na dissertação de Maciel (2018), intitulada *A campanha Diretas Já na perspectiva dos jornais O Estado e O Dia em Teresina (1983-1984)*.

Vale pontuar que nenhuma das autoridades que criticou o regime civil-militar foi citada na matéria, tampouco seus discursos foram apresentados. O único orador do comício na Praça do Marquês que ganhou destaque no texto foi o ex-deputado estadual do Piauí Francisco Figueiredo (1971-1979/PMDB), que mesmo sem mandato efetivo, foi citado e se posicionou contra os discursos dos oradores do comício. De acordo com a matéria, o ex-parlamentar não concordava com argumentos que não tinham relações com as eleições diretas e com supostos lançamentos de candidaturas. Assim, Francisco Figueiredo é citado como fonte de informação, justamente, para dar visibilidade ao que o jornal *O Estado* pretendia destacar.

4.3.2 Movimento estudantil de Teresina e a organização de comícios pela defesa da emenda Dante de Oliveira na Praça Saraiva

O movimento estudantil dá seus primeiros passos ainda na década de 1930 com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 11 de agosto de 1937, em esfera nacional. Com a implantação do regime civil-militar, em 01 de abril de 1964, o movimento estudantil sofreu diversas interferências em sua atuação. Dentre os impedimentos, o AI-5, mais especificamente o Art. 5º, que propôs censuras mais duras retirando o direito de as pessoas protestarem ou realizarem greves.

Após a revogação desta medida, ocorrida em 01 de janeiro de 1979, o movimento estudantil foi se reafirmando e ganhando força em todo o país. De acordo com Cavalari (1987), que fez um estudo sobre o movimento estudantil entre os anos de 1964 a 1980, os estudantes retornaram à cena pública no ano de 1975, tendo atingido o ápice em 1977, com as grandes manifestações de rua. Em 1980, o movimento já estava estabelecido nas principais capitais brasileiras.

Desde as importantes greves estudantis de 75 até a reconstrução da UNE em 79, o movimento foi marcado por uma crescente organização e mobilização. Neste período, São Paulo era o estado em que o ME [movimento estudantil] encontrava-se mais organizado. Como consequência desta organização, tivemos a reconstrução das primeiras entidades estudantis no país depois do AI-5. Depois de São Paulo, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul eram os estados em que o ME se encontrava mais fortalecido (CAVALARI, 1987, p. 209).

Para Cavalari (1987), no final da década de 1970, apesar da crescente expansão do movimento estudantil no país, havia divergências no interior desta organização,

especialmente, na forma de conduzir as atividades e nas análises da conjuntura política. No entanto, o que unia os representantes do movimento eram as bandeiras comuns de luta contra o regime civil-militar, tais como: as tendências favoráveis a “derrubada da ditadura; por liberdade democrática; pela anistia; e por uma Assembleia Nacional Constituinte” (CAVALARI, 1987, p. 210). A partir de 1976, o movimento estudantil passou a realizar os Encontros Nacionais Estudantis (ENEs) a fim de se reorganizar no âmbito nacional.

No Piauí, a década de 1970 chegou sem grandes organizações de luta estudantil, principalmente porque foi neste período que a primeira instituição superior foi instalada no Estado. De acordo com Fonseca Neto (2008), a Universidade Federal do Piauí⁸⁸ foi fundada no ano de 1971, ainda sob a modalidade de Fundação, segundo modelo indicado em acordos do regime civil-militar com os seus preceptores norte-americanos. Com a instalação da UFPI são criadas, oficialmente, o que se chamou de Diretórios Setoriais:

A UFPI foi instalada em 1971, sob a modalidade fundação, segundo modelo indicado em acordos do regime militar, com os seus preceptores norte-americanos. [...] pouco tempo depois são criados, oficialmente, os Diretórios Setoriais (DS's), representação estudantil por Centro de Ensino, como parte da estrutura burocrática da Universidade, tudo conforme as leis da ditadura, cujo sentido era esvaziar as representações por curso. [...] Em 1974 é eleita uma Diretoria para o Setorial do CCHL, que conseguirá de alguma forma ampliar o sentido reivindicatório da entidade levantando campanhas pela consolidação do Restaurante Universitário (RU), mais vagas nas disciplinas ofertadas e melhoria nas condições do transporte coletivo para o campus, então uma questão das mais graves. [...] No Piauí, em meados dos 70, toda essa agitação que se agiganta é timidamente percebida. Como já referido, o CCEP terá restaurado uma relativa autonomia com a volta dos estudantes à presidência, mas será ainda por vários anos uma entidade cuja ligação com a base estudantil será quase que tão-somente pela expedição das identidades estudantis e pela Casa do Estudante que mantinha sob sua administração (FONSECA NETO, 2008).

Para Fonseca Neto (2008), a partir do ano de 1976, os Diretórios Setoriais foram ganhando uma dinâmica maior, porém, nada que podia ainda chamar de atuação política. O autor ressaltou ainda a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPI, em 07 de novembro de 1979. A fundação do DCE teve como base o Decreto de Lei nº 228, de 28 de

⁸⁸ A Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi fundada com base nos termos Lei nº 5.528, de 11 de novembro de 1968, no entanto, em 12 de março de 1971 foi oficialmente instituída.

fevereiro de 1967⁸⁹, que proibiu definitivamente os diretórios nacionais ou estaduais, possibilitando a criação de Departamentos Acadêmicos (Das) e DCEs.

Fonseca Neto (2008) pontua que, no início da década de 1980, os movimentos estudantis tiveram grandes desafios a serem cumpridos, especialmente, em relação ao desenvolvimento das atividades e as novas posturas a serem assumidas. Até porque outros movimentos ganhavam corpo e voz no interior da UFPI, como a ADUFPI e em seguida a ASUFPI, que tinham como bandeiras a defesa da universidade e educação pública, a realização de concursos e a valorização profissional.

80, 81 e 82 tinham mesmo assim suas grandiosas tarefas. Consolidar o DCE não seria tarefa tão simples, E os Centros Acadêmicos (CA's) por curso? Tínhamos que (re?) inventá-los. Afinal, as vitórias do povo naquela conjuntura (e quem disse que estudante não é povo?) não foram garantia de se ter assegurada uma universidade, um ensino melhor. Até pensávamos que assim seria. Mas não era (FONSECA NETO, 2008).

No início da década de 1980, de acordo os dados analisados no jornal *O Estado*, as instituições estudantis promoveram diversas manifestações em Teresina (PI). Tais mobilizações não debatiam apenas conflitos referentes à educação do ensino público, mas também assuntos de cunho político. Inclusive, a aprovação da emenda Dante de Oliveira foi tema de protestos nas ruas e até motivo de vigília cívica durante a votação, no dia 25 de abril de 1984, na sede da Universidade Federal do Piauí, no Campus Petrônio Portella.

Em vista do papel importante que o movimento estudantil angariou na fomentação da campanha Diretas Já no Brasil, o jornal *O Estado* destacou a organização de atos públicos em defesa das eleições diretas para presidente da República na cidade de Teresina, na chamada de capa “Estudantes promovem ato público hoje”, veiculada na edição de 28 de março de 1984:

Depois de uma reunião realizada ontem, estudantes da Universidade Federal do Piauí decidiram que realizarão, hoje, um ato público na Praça Saraiva em defesa da aprovação da emenda Dante de Oliveira, que prevê a realização de eleições diretas para presidente da República. Os estudantes também defenderão maiores verbas para a educação e melhoria da qualidade de ensino. Segundo os estudantes o encontro de hoje faz parte de um dia nacional de luta promovido pelos partidos de oposição, diretórios de estudantes, sindicatos e associações (ESTUDANTES PROMOVEM ATO

⁸⁹ BRASIL. **Decreto -lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967**. Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm>. Acesso: 27 mar. 2020.

PÚBLICO HOJE. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.274, 28 mar. 1984, p. 01).

Para além do texto escrito, a matéria “Estudantes promovem ato público hoje” é construída com a apresentação de uma foto da reunião dos estudantes da Universidade Federal do Piauí no dia 27 de março de 1984, como se pode observar na Figura 2. O ato público foi aprovado para acontecer no dia seguinte da reunião dos estudantes, 28 de março de 1984, tendo como cenário principal a Praça Saraiva, região central de Teresina. A mobilização teria como pautas: as eleições diretas para presidente da República; a aquisição de maiores verbas para a educação; e melhoria na qualidade de ensino público.



Figura 12: Estudantes decidem por ato público hoje.

Fonte: ESTUDANTES PROMOVEM ATO PÚBLICO HOJE.
O Estado. Teresina, ano XV, n. 3.274, 28 mar. 1984, p. 01).

Esta chamada de capa, ao tratar do ato público dos estudantes, colocou em destaque a pauta da defesa pelas eleições diretas para presidente da República, em meio a outras que tinham relações retilíneas com a educação. Pode-se perceber uma abertura do discurso

jornalístico de *O Estado* para as mobilizações em tona da campanha Diretas Já. O discurso apresentado sobre a mobilização na Praça Saraiva foi breve e informativo, sem desvalorizar a mobilização e nem seus representantes.

Vale pontuar que nesta mesma edição do dia 28 de março de 1984, mais especificamente na página 05, o jornal *O Estado* apresentou um “erro” na disposição do título de duas matérias. A Figura 3 é ilustrativa para entender o equívoco existente entre o título das matérias “Universitários farão greve em todo o país” e “Pesquisa de Mortes é irregular” e seu conteúdo que estavam trocados. De forma proposital ou não, o certo é que o conteúdo pode ter passado (ou não) despercebido por um grande número de leitores do periódico.



Figura 13: Matérias do jornal sobre manifestação das Diretas Já.

Fonte: MATÉRIAS DO JORNAL SOBRE MANIFESTAÇÃO DAS DIRETAS JÁ.
O Estado. Teresina, ano XV, n. 3.274, 28 mar. 1984, p. 05.

A notícia referente ao ato público dos estudantes universitários dá destaque a uma possível greve de cunho nacional. Desta forma, não colocou em primeiro plano da informação a pauta eleições diretas para presidente da República, diferentemente do que aconteceu com a chamada de capa.

Ao citar os temas que seriam debatidos no ato público dos estudantes universitários na Praça Saraiva, a pauta eleições diretas para presidente da República foi a última a ser citada na matéria: “[...] a melhoria salarial dos professores e funcionários, mais verbas para a educação; e eleições diretas para a presidência da República” (PESQUISA DE MORTES É IRREGULAR. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.274, 28 mar. 1984, p. 05). As edições do jornal *O Estado* que sucederam a mobilização do dia 28 de março de 1984 não divulgaram como ocorreu tal ato público e se restringiu a veicular a informação apenas nesta edição, do dia 28 de março de 1984.

Mesmo com pouca divulgação, o jornal *O Estado* passou a dar visibilidade à campanha Diretas Já e as autoridades ou representantes de classe que estavam alinhados com ideias de partidos da oposição ao governo ditatorial. Como aconteceu na matéria sobre os atos públicos, em que o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Marcos Lopes Vasconcelos, teve sua fala destacada no texto.

4.3.3 Sob fiscalização policial, o comício na Praça Landri Sales foi pacífico

O comício na Praça Landri Sales⁹⁰, ocorrido no dia 24 de abril de 1984, pode ser apontado como uma das mobilizações da campanha Diretas Já mais marcantes em Teresina, principalmente, por ter acontecido às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. Neste momento, o país aguardava com muita tensão o resultado da sessão em Brasília e o comício na Praça Landri Sales, organizado pelo comitê pró-diretas e pelo Movimento Frente Municipalista, seria realizado simultaneamente a outros em todo o país.

O jornal *O Estado* anunciou a realização do comício na Praça Landri Sales na chamada de capa “Comício hoje em Teresina pelas diretas”, na edição de 24 de abril de 1984, onde foi destacado que este seria antecedido por uma passeata, realizada às 16 horas na Praça Saraiva. A matéria pontuou, de forma resumida, dois objetivos desta mobilização: as eleições diretas para a sucessão do presidente Figueiredo e a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

[...] O ritual se realizará em todo o país e está sendo organizado pelo comitê pró-diretas em conjunto com o movimento Frente Municipalista, que já traçou todo o esquema de como funcionará a manifestação popular, elaborando inclusive um programa que será cumprido durante toda a tarde

⁹⁰ A Praça Landri Sales é, popularmente, conhecida como Praça do Liceu.

mobilizando a população a comparecer e a participar da concentração pública. Ontem, foi realizada uma passeata com a participação de diversos veículos lotados de manifestantes, à frente o comitê pró-diretas, liderado pelo vereador Osmar Júnior. Os veículos percorreram diversas ruas de Teresina convocando a população para participar da concentração pública que será realizada hoje. Logo que chegar à Praça Landri Sales, no centro de Teresina, os manifestantes se aglomerarão para assistir ao comício pelas diretas [...] (COMÍCIO HOJE EM TERESINA PELAS DIRETAS. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.294, 24 abr. 1984, p. 02).

Diferentemente da forma que explanou o comício na Praça do Marquês, onde foi apontado a desorganização e o desinteresse de autoridades da oposição, a matéria transcrita acima apresenta um discurso sobre o movimento como um “ritual” nacional e que sob o comando da Frente Municipalista e do comitê pró-diretas há uma organização da passeata que reuniu diversos manifestantes. Ainda salienta que o comício na Praça Landri Sales contou com representantes da campanha Diretas Já, a exemplo do vereador Osmar Júnior (PMDB/PI) apontado como um dos responsáveis pela preparação do comício na capital piauiense. Ou seja, *O Estado* traz a cena autoridades que até o momento não tinham recebido visibilidade nas páginas do período ao tratar das eleições diretas para presidência da República.

Em virtude da dimensão social em que a passeata assumiu nas ruas de Teresina, o jornal *O Estado* publicou matéria de capa intitulada “Passeata e comício defendem as Diretas Já” com uma foto (ver Figura 14), na qual é possível observar a formação da aglomeração de manifestantes com faixas gravadas com palavras de ordem. De acordo com o jornal, o público presente nas ruas do centro de Teresina contabilizou mais de 20 mil pessoas, número conquistado ao longo do trajeto iniciado na Praça Saraiva, com passagem pela Rua Barroso, tendo como destino final a Praça Landri Sales. A matéria afirma ainda que “o movimento parou quase que por completo o centro de Teresina, pois diversas lojas fecharam suas portas e alguns funcionários se reuniram aos manifestantes” (PASSEATA E COMÍCIO DEFENDEM DIRETAS JÁ. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.295, 25 abr. 1984, p. 01).

EXPECTATIVA NA VOTAÇÃO DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA

Muita tensão e expectativa cerca a votação da emenda Dante de Oliveira, prevista para hoje. A primeira sessão está marcada para às 10 horas de hoje e para a qual já estão inscritos mais de 50 deputados. Haverá em seguida uma outra sessão com duração prevista de quatro horas. Os parlamentares inscritos podem falar até durante 20 minutos na defesa da emenda ou contra ela. Ontem, um grupo de estudantes tentou penetrar na Câmara, mas foram impedidos pela Polícia. O Congresso Nacional está cercado pelas tropas e as emissoras de rádio e televisão estão sob pesada censura sem condições de noticiar nada. Para a aprovação da emenda Dante de Oliveira são necessários de 77 votos dos parlamentares pedesistas. Trata-se de matéria que exige a aprovação de dois terços dos parlamentares num total de 320 deputados favoráveis. A expectativa é grande e para Brasília aguardam ontem governadores da Cisplatina de mais de oito Estados brasileiros. Há também uma presença maciça de prefeitos e vereadores de todo o País na tentativa de obter apoio para a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

VEREADORES PIAUIENSES SÃO PRESOS
Quando desembarcavam na noite da última segunda-feira em Brasília, sete vereadores piauienses, entre os quais Fernando Monteiro e Themistócles Filho, de Teresina, Raimundo Bona, mais conhecido como "Carburador", foram detidos e submetidos a um interrogatório que durou exatamente três horas. Em seguida, os políticos municipalistas foram liberados graças à intervenção dos deputados Celso Barro e Giro Nogueira. Página 2

Saneamento tem seminário hoje
O diretor-presidente da Agaspisa, engenheiro Carlos Correia Lima, informou, ontem, que, com o objetivo de discutir e apresentar soluções alternativas para sistemas de esgotos nas grandes cidades, será iniciado, às 8h30min de hoje, no auditório da Associação Comercial (Palácio do Comércio), o II Seminário sobre Metodologias Aplicáveis a Estudos de Saneamento, que contará com a presença de técnicos de todo o País. O seminário tem a organização e promoção da Agaspisa e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CONDU Mintr), contando com todo o apoio do governador Hugo Napoleão. Página 4

Conselho Regional de Contabilidade do Piauí
Os contadores e técnicos em Contabilidade, como participantes ativos do labor de aprimoramento dos organismos econômicos, têm consciência do papel nobilitante que desempenham na sociedade e de seus deveres para com ela. Hoje, 25. Dia do Contabilista, o CRC do Piauí saúda toda a classe e a convida para uma tomada de posição, em favor do seu fortalecimento. Djaima da Costa e Silva, Presidente do CRC do Piauí.

Jovens são contra fim de tartaruga
Mário Freitas, Marlene Freitas e Neucan Pereira da Silva, integrantes do Grupo de Jovens do bairro Matadouro — DIS —, compareceram ontem à noite à redação deste jornal, para protestar contra o extermínio da tartaruga trazida de São Luís anteontem à noite. Um senhor conhecido como Horácio, residente na Rua Pernambuco, em Pirajá, está com a tartaruga e prometeu matá-la hoje bem cedo. Ele se recusou a receber os representantes do grupo de jovens, alegando que não está disposto a proceçar "espécie nenhuma".

Energia sobre semana que vem
Página 6

PASSEATA E COMÍCIO DEFENDEM DIRETAS JÁ

Uma passeata seguida de um comício reuniu ontem uma multidão de mais de 20 mil pessoas no centro de Teresina pedindo eleições diretas para a Presidência da República, já. A passeata teve início na Praça Saraiva e seguiu pela Rua Barroso até a Praça Landri Sales, onde foi realizado o comício. O movimento parou quase que por completo o centro de Teresina, pois diversas lojas fecharam suas portas e os funcionários se reuniram aos manifestantes. A Secretaria de Segurança e a Polícia permaneceram desde ontem em estado de alerta mas "com finalidade de evitar depredações na cidade caso a emenda Dante de Oliveira seja rejeitada". Segundo explicações do secretário Juarez Tapety, para hoje está prevista uma vigília cívica no Clube do Professor, localizado na zona Norte, para acompanhar a votação da emenda durante todo o dia. Página 2

HUGO ASSISTE POSSE NA 10ª REGIÃO MILITAR
Uma delegação do Piauí, liderada pelo governador Hugo Napoleão, prestigiou ontem, em Fortaleza, a solenidade de posse do general Francisco Batista Torres de Melo no comando da 10ª Região Militar, sediada naquela cidade e que abrange os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. O general Francisco Batista Torres de Melo substituiu o general Haroldo Erichsen da Fonseca, que passa a servir ao Exército em Brasília. Da comitiva do Piauí, além do governador, participavam o vice-governador José Raimundo Bona Medeiros, o ex-governador Luciano Portella Nunes e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Waldemar Macedo. Página 2

Figura 14: Passeata pelas diretas nas ruas do centro de Teresina

Fonte: PASSEATA E COMÍCIO DEFENDEM DIRETAS JÁ. O Estado. Teresina, ano XV, n. 3.295, 25 abr. 1984, p. 01.

Na matéria “Passeata e comício defendem as Diretas Já” também foi divulgado os próximos passos da organização dos comícios com o objetivo de acompanhar a votação da emenda Dante de Oliveira. Dentre as ações está a vigília cívica no Clube do Professor, localizado na zona Norte da capital, prevista para o dia 15 de abril de 1984. É possível destacar que houve uma adesão espontânea das pessoas nas ruas, por mostrar que a mobilização refletia a vontade popular, contando com o envolvimento da população e não apenas de autoridades políticas e de entidades de classes.

Com a matéria “Comício reúne mais de 20 mil pedindo diretas”, publicada na página interna da mesma edição do dia 25 de abril de 1984, o jornal *O Estado* informou com maiores

detalhes sobre o comício na Praça Landri Sales. Na matéria é reforçado que, a despeito de precária estrutura física e com um público numeroso, o comício foi pacífico.

Outro dado que consta no jornal *O Estado* é os nomes de autoridades políticas que firmaram presença no comício na Praça Landri Sales, dentre eles: o deputado estadual Deoclécio Dantas (1979-1985/PMDB); deputado estadual Paulo dos Santos Rocha (1983-1987/PMDB); deputado estadual Thomaz Teixeira (1983-1987/PMDB); deputado estadual Elias Ximenes do Prado (1979-1987/PMDB); deputado estadual Marcelo Castro (1983-1995/PMDB); e do deputado estadual Luciano Nunes Santos (1983-1994/PMDB).

Além destes nomes, também estão os vereadores de Teresina: Osmar Júnior (1983-1989/PMDB), Fernando Mendes (1983-1989/PMDB), José Albuquerque (1983-1989/PMDB), Acilino Ribeiro (1983-1989/PMDB) e Olímpio Castro (1983-1989/PMDB). E ainda, nomes como o do presidente do PDS no Piauí, Ubiratan Carvalho; e do PT, Antônio José Medeiros. Por fim, os nomes das entidades de classes: a OAB, Federação Nacional dos Engenheiros, ADUFPI, DCE, Centro Colegial de Estudantes Piauienses.

Apesar da falta de estrutura para a realização da concentração, já que sem um sistema de som sofisticado e um caminhão improvisando um palanque, os diversos oradores que se dispuseram no curso dos pronunciamentos, pediram eleições diretas e responsabilizaram o regime militar pelo atraso de que é vítima o Estado do Piauí. [...] Mesmo sendo uma manifestação pacífica, a Secretaria de Segurança permaneceu desde ontem em estado de alerta, mas “com a finalidade de evitar distúrbios na cidade caso a emenda Dante de Oliveira seja rejeitada”, segundo explicações do secretário Juarez Tapety, da Segurança Pública. Para hoje, está prevista uma vigília cívica no Clube do Professor, localizado na zona Norte de Teresina, com vistas a acompanhar a votação da emenda. Ontem, às 20 horas ocorreu “a hora do barulho”, com um movimento que atingiu o centro e as principais ruas da capital (COMÍCIO REÚNE MAIS DE 20 MIL PEDINDO DIRETAS. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.295, 25 abr. 1984, p. 02).

O discurso do jornal *O Estado* demonstra um posicionamento favorável as eleições diretas para presidente da República. Isto é percebido tendo em vista o espaço de visibilidade empregado pelo período a esta mobilização. Além disto, apontou crítica ao regime civil-militar, classificando-o como responsável pelo atraso de desenvolvimento no Piauí. Até então, o jornal não havia publicado nada que criticasse diretamente o regime ditatorial em suas páginas e/ou discursos que destacassem as falas dos oradores proferidas em palanque dos

comícios e as frases de ordem proferidas pelos manifestantes durante as passeatas e os comícios.

Na edição de 25 de abril de 1984, o jornal *O Estado* deu mais visibilidade ainda ao comício na Praça Landri Sales com a matéria “Passeata quase parou o centro”, onde é destacado que o comércio de Teresina foi orientado a fechar as portas. Segundo a matéria, a orientação de que as lojas fossem fechadas é justificada para possibilitar a participação de clientes e de funcionários neste comício.

Diante do sucesso da campanha Diretas Já, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, o jornal *O Estado* chega a comparar os comícios na Praça Landri Sales, que aconteceu no dia 24 de abril de 1984, ao da Praça do Marquês ocorrido no dia 13 de fevereiro de 1984. No entanto, ao citar o comício na Praça do Marquês, o jornal *O Estado* trouxe em seu discurso a ideia de desorganização do comício e descrença no sucesso da campanha Diretas Já.

Durante mais de meia hora, ontem, estudantes e trabalhadores representantes de todas as classes, em Teresina, desfilaram pela Rua Barroso, no centro de Teresina, gritando “diretas já” ou “Já Já Já fora Figueiredo e o regime militar”. Os manifestantes seguiram por toda a via até a Praça Landri Sales, onde foi realizado um comício gigante. Um fato curioso durante o curso do movimento, foi a presença do deputado Maurício Melo, exibindo uma bandeira do Brasil. O parlamentar desde que assumiu o mandato na Assembléia, sempre se manifestou a favor das eleições diretas. Ontem, porém, antes mesmo de chegar a Praça Landri Sales, onde foi realizado o comício, o deputado desapareceu negando-se a participar. No momento em que se aproximava da Praça, os manifestantes ganhavam adesão dos trabalhadores e pedestres que se achavam sobre as calçadas. Com isso, a multidão foi crescendo ao ponto de impressionar aos organizadores que chegaram a comparar a concentração de ontem àquela realizada em fevereiro passado, com a presença de grandes figuras da política nacional. (PASSEATA QUASE PAROU O CENTRO. *O Estado*. Teresina, ano XV, n. 3.295, 25 abr. 1984, p. 02).

A matéria do jornal *O Estado* apresentou a dimensão popular que a campanha Diretas Já assumiu com as mobilizações realizadas no dia 24 de abril de 1984, em Teresina (PI), às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. O periódico já não cita especificamente um partido chave que teria organizado as mobilizações na cidade de Teresina, mas sim, diversos

públicos que estavam engajados na campanha, como estudantes e representantes de classes da capital, além de trabalhadores do comércio e pedestres.

Além da adesão popular, *O Estado* ressaltou que a campanha Diretas Já contou com a adesão de autoridades políticas da oposição e até do partido da situação, no caso o PDS. O jornal destacou a presença do deputado estadual do Piauí, Maurício Ribeiro Melo (1983-1991/PDS), que segurava uma bandeira do Brasil na passeata pelas eleições diretas para presidente da República, trazendo a ideia do nacionalismo. No entanto, não perdeu a oportunidade de tecer críticas ao deputado Maurício Ribeiro Melo do PSD pelo fato de ele ter se negado a participar do comício na Praça Landri Sales.

Em abril de 1984, período em que foi articulado os votos em torno da emenda Dante de Oliveira, o PDS passava por divergências internas em que alguns representantes eram contrários as Diretas e outros favoráveis. Como foi o caso do deputado estadual Maurício Ribeiro Melo que era favorável as Diretas. No entanto, a preocupação maior do PDS era com os deputados federais da legenda votantes na sessão da emenda das Diretas, que ocorreria no dia 25 de abril de 1984, no Congresso Nacional, em Brasília (DF). Após apresentar a emenda Leitão de Abreu, em 16 de abril de 1984, o PDS nacional orientou aos seus representantes que votassem contra a emenda Dante de Oliveira ou se ausentassem da sessão. Tais recomendações contribuíram para que a emenda das Diretas fosse rejeitada no Congresso Nacional, sem chances de ser votada pelo Senado Federal.

4.4 Medidas de emergência proíbem protestos e causa detenção de vereadores piauienses

Pouco antes da implantação das medidas de emergência, instituídas em 19 de abril de 1984, partidos políticos, associações, sindicatos e entidades pretendiam se organizar em caravanas a fim de acompanhar a sessão no Congresso Nacional, em Brasília (DF). Com o estabelecimento de tais normas, as caravanas e qualquer outro tipo de protesto foram proibidos e as forças policiais passariam a fiscalizar as ruas, as estradas e os aeroportos das regiões atingidas pelas medidas de emergências, no caso, Brasília e 10 municípios de Goiás.

Os preparativos de uma caravana de Teresina para Brasília, organizada pelo DCE da UFPI, foram abordados pelo jornal *O Estado* na matéria “Universitários vão assistir à votação da emenda”. A matéria deu voz ao presidente do DCE, Marcos Lopes Vasconcelos, e

apresentou a mobilização que se fazia em torno da votação da emenda Dante de Oliveira, neste caso, a solicitação de um ônibus para a reitoria da UFPI, com o intuito de transportar os interessados em participar da caravana:

[...] “Se tudo ocorrer como estamos esperando, a caravana sairá daqui na noite da próxima segunda-feira, a fim de que possamos chegar a tempo, realmente, de ter uma participação efetiva naquele momento que ficará na história do nosso país”, esclareceu o presidente do DCE (UNIVERSITÁRIOS VÃO ASSISTIR À VOTAÇÃO DA EMENDA. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.289, 19 abr. 1984, p. 02).

O jornal *O Estado* deu visibilidade, pelo menos em Teresina, para a preparação de mobilizações as vésperas da votação da emenda, quando partidos políticos e instituições se organizavam para protestar e acompanhar a sessão. Sem deturpar a iniciativa, o periódico apresentou o interesse que os estudantes tinham em implementar uma mudança no cenário político, ou seja, a queda do regime civil-militar com as eleições diretas para o presidente da República.

As medidas de emergência foram instituídas pelo Governo Federal pelo Decreto nº 89.566, de 18 de abril de 1984, e assinada pelo general Newton Cruz, permanecendo no período entre 19 de abril a 17 de junho de 1984. As medidas de emergência, como já apontado, servia de instrumento para que as fiscalizações, as detenções e as proibições de quaisquer tipos de manifestações e protestos ocorridas em Brasília (DF) ou em 10 cidades de Goiás fossem legitimadas.

Sobre o assunto, o jornal *O Estado* editou a matéria de capa “Decretadas medidas de emergência”, em 20 de abril de 1984. Segundo o jornal, a implantação das medidas de emergência teria sido repassada pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, e tinha base no artigo 155, da Constituição Federal. Dentre as normas adotadas estavam: fica permitida a detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns; a busca e apreensão em domicílios; a suspensão da liberdade de reunião e associação; e a intervenção de entidades representativas de classes ou categorias profissionais. Além destes normativos, jornal informava ainda que:

[...] o Governo Decretou ontem medidas de emergência para o Distrito Federal, que vigorarão por 60 dias. A decisão foi tomada após reunião convocada pelo presidente Figueiredo, no Palácio do Planalto, e da qual

participaram os três ministros militares; o chefe do Gabinete Militar, general Rubem Ludwig; o ministro Leitão de Abreu, do Gabinete Civil; o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini; e o ministro Ibrahim Abi-Akel, da Justiça. (DECRETADAS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.290, 20 abr. 1984, p. 01).

Após a implementação das medidas de emergência, os grupos que encabeçavam a campanha Diretas Já tiveram que rever o plano de protestar em Brasília (DF), se organizando mesmo nas suas cidades. O jornal *O Estado* aponta na matéria “Universitários vão parar amanhã pelas Diretas Já”, publicada em 24 de abril de 1984, as formas de protestar dos estudantes de Teresina que seriam favoráveis à aprovação da emenda Dante de Oliveira. Isto é, os estudantes, representados pelo DCE, tinham o apoio da ADUFPI, que juntos orquestrariam uma paralisação na instituição.

O jornal aponta ainda que os estudantes universitários criaram uma programação com Assembleia Geral, protestos e debates para serem promovidos no campus da UFPI, na cidade de Teresina, tendo como foco a aprovação da emenda das Diretas. Além disto, no mês de abril de 1984, os estudantes universitários instalaram uma tarja verde-amarela nas portas de todas as salas de aula, dos banheiros e dos departamentos de cursos na UFPI, como forma de manifestar apoio à emenda das Diretas.

O presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Piauí, Marcos Lopes Vasconcelos, disse, ontem, que já existe uma programação para amanhã quando as atividades estudantis da UFPI deverão ser paralisadas, em apoio, segundo ele, a aprovação da emenda Dante de Oliveira, que prevê eleições diretas para a presidência da República. “Ainda vamos realizar uma assembléia geral, logo mais, para discutir sobre o assunto, mas a própria Associação dos Docentes já se manifestou favorável à paralisação, de modo que tudo indica de que, na quarta-feira, estaremos acompanhando com muito interesse a votação da emenda”, disse ele. Marcos Vasconcelos declarou que, pela manhã, os universitários poderão participar de uma assembleia no bloco da Biblioteca Central. Além disso, está prevista a instalação de um painel com os nomes dos parlamentares que votam contra ou a favor das “Diretas Já”. TARJA AMARELA. Há várias semanas, a movimentação dos estudantes sobre a emenda Dante de Oliveira vem se desenvolvendo e culminou com a colocação de uma tarja verde-amarela nas portas de todas as salas de aula, dos banheiros e dos departamentos de cursos, sem nenhum dizer [...] (UNIVERSITÁRIOS VÃO PARAR AMANHÃ PELAS DIRETAS JÁ. **O Estado**. Teresina, ano XV, n. 3.295, 24 abr. 1984, p. 05).

É possível destacar que após o impedimento da caravana, o periódico mostrou o engajamento da entidade estudantil em torno da campanha Diretas Já. Mesmo considerando que uma produção jornalística pode favorecer determinadas informações ou fontes de notícias em detrimento de outras, o jornal *O Estado* não silenciou, pelo menos neste momento, as ações que os universitários realizaram como forma de protesto.

O jornal *O Estado* divulgou na matéria “Municipalistas não marcharão sobre Brasília”⁹¹, veiculada em 24 de abril de 1984, outra informação sobre a organização de um protesto que estava previsto para acontecer em Brasília, porém foi proibida pelas medidas de emergência de ser realizado. Segundo a matéria, o movimento tinha como objetivo pressionar deputados e senadores a votarem favoravelmente na emenda Dante de Oliveira.

De tal modo, o protesto teria sido intitulado de “Marcha sobre Brasília” e reuniria vereadores e prefeitos de todo o país. No Piauí, a “Marcha sobre Brasília” estava sendo organizada pela Frente Municipalista, que contabilizou um total de 30 prefeitos e 50 vereadores. Todavia, devido às medidas de emergência aplicadas em Brasília (DF) e em 10 municípios de Goiás, esta mobilização foi cancelada.

Apesar disto, a matéria destacou o nome de três vereadores de Teresina que seguiram rumo a Brasília (DF), mesmo impedidos pelas medidas de emergência, a exemplo do vereador Carlos Lobo (1983-1987/PMDB); Themístocles de Sampaio Pereira Filho (1983-1987/PMDB); e Fernando Alberto de Brito Monteiro (1983-1987/PDS). O jornal ainda esclarece que estes vereadores foram a Brasília (DF) apenas para acompanhar a votação de perto e não participariam de nenhum protesto.

Com a decretação das medidas de emergência sobre Brasília e sua região geoeconômica, esvaziou-se completamente o movimento denominado “marcha sobre Brasília” do qual participariam prefeitos e vereadores de todo o país. O movimento tinha em vista pressionar deputados e senadores a votarem favoravelmente na emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas já. No Piauí, organizados pela Frente Municipalista, anunciou-se que cerca de 30 prefeitos e cinquenta vereadores seguiriam em ônibus especiais a fim de participarem da chamada “marcha sobre Brasília”. No entanto, com as medidas de emergência, a participação do Piauí esfriou-se completamente, não estando nenhuma excursão prevista com a participação de prefeitos e vereadores. Porém, para acompanhar no

⁹¹ MUNICIPALISTAS NÃO MARCHARÃO SOBRE BRASÍLIA. *O Estado*. Teresina, ano XV, n. 3.296, 24 abr. 1984, p. 02.

Congresso Nacional a votação da Dante de Oliveira, seguiram ontem à tarde para Brasília os vereadores Carlos Lobo e Themistocles Filho, do PMDB, e o vereador Fernando Monteiro do PDS. Os três políticos municipalistas, entretanto, viajarão apenas como representantes da Câmara Municipal de Teresina, sem qualquer participação em movimentos que visem pressionar os congressistas. Soube-se, por outro lado, que alguns prefeitos piauienses viajaram no último domingo a fim de assistirem em Brasília a votação da emenda Dante de Oliveira entre os quais o prefeito de Monsenhor Gil, Antônio de Noronha. (MUNICIPALISTAS NÃO MARCHARÃO SOBRE BRASÍLIA. *O Estado*. Teresina, ano XV, n. 3.295, 24 abr. 1984, p. 02).

O Estado construiu discursivamente este cenário de proibições e interdições instituídos pelo regime civil-militar. As medidas de emergência atingiram não apenas a população residente em Brasília (DF) e nos dez municípios de Goiás, como também afetou as autoridades políticas com cargos eletivos, que precisavam transitar por estas regiões. Não ficou isento das fiscalizações nem mesmo os parlamentares do PDS, partido de situação.

Mesmo sem protestar, as autoridades políticas que seguiram a Brasília às vésperas da votação Dante de Oliveira foram punidas. É o que mostra o jornal *O Estado* na matéria “Vereadores Piauienses são presos”, publicada no dia 25 de abril de 1984, que trata da detenção de sete vereadores piauienses, que foram submetidos à fiscalização, interrogatório pela Polícia Federal e detenção. Além dos cargos que ocupavam, outro ponto comum dos vereadores era o posicionamento favorável as eleições diretas para a presidência da República, afirmativa que teve como base as análises das matérias dos jornais alvos desta pesquisa.

Quando desembarcavam no aeroporto de Brasília, na noite da última segunda-feira, sete vereadores piauienses entre os quais Fernando Monteiro e Themistocles Filho, de Teresina, e Raimundo Bona, de Campo Maior, foram presos pela Polícia Federal e submetidos a um longo interrogatório que durou aproximadamente três horas. A prisão dos políticos municipalistas piauienses faz parte da operação em execução traçada dentro das medidas de emergência decretadas pelo presidente da República em todo o Distrito Federal e mais dez cidades do Estado de Goiás que, de acordo com o Governo, visa conter o avanço de massas com vistas a pressionar o Congresso para que aprove a emenda Dante de Oliveira. A informação da prisão dos vereadores piauienses chegou a Teresina através de telefonema dado pelo deputado federal Wall Ferraz ao gabinete do vereador Olímpio Castro, na Câmara de Vereadores de Teresina. A informação dava conta ainda de que os vereadores foram detidos juntamente com outros políticos municipalistas residentes em outros Estados, quando também desembarcavam no aeroporto de Brasília. A detenção dos vereadores piauienses, segundo revelou o deputado Wall Ferraz, verificou-se mais por

imprudência, pois antes de desembarcarem foram orientados para que, ao chegar ao aeroporto de Brasília, não se identificassem como vereador, a fim de evitar ser revistados ou mesmo detidos para enfrentarem interrogatório por parte da Polícia Federal. Ocorreu, porém, que os sete vereadores esqueceram a orientação e, ao chegarem ao aeroporto, sem serem reconhecidos, foram convidados a passarem para outra ala da casa de passageiros e considerados detidos. Levados para um compartimento, onde funciona o Departamento da Polícia Federal, os sete vereadores foram submetidos a três longas horas de interrogatório (VEREADORES PIAUIENSES SÃO PRESOS. *O Estado*. Teresina, ano XV, n. 3.295, 25 abr. 1984, p.02).

A matéria aponta que sete vereadores piauienses foram detidos, mas apenas três tiveram seus nomes divulgados no texto, no caso: os vereadores de Teresina, Themístocles Filho (1983-1987/PMDB) e Fernando Monteiro (1983-1987/PDS); e o vereador de Campo Maior (PI), Raimundo Bona (1983-197/PDS). A escolha destes três nomes de vereadores com seus respectivos partidos políticos ajuda a compreender quem o jornal *O Estado* queria dar voz e visibilidade.

Dos vereadores citados na matéria do *O Estado*: 01 (um) pertence ao PMDB e 02 (dois) pertencem ao PDS, os dois partidos que dominaram as eleições de 1982 para os cargos de vereadores. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TER-PI), a respeito das eleições municipais no ano de 1982, do total de 27 vereadores eleitos em Teresina (PI): 21 (vinte um) eram do PMDB; e 06 (seis) do PDS. Tais dados podem destacar a força política destes dois partidos na capital.

Vale pontuar que PDS era o partido do prefeito de Teresina, Antônio Freitas Neto (1983-1986/PDS); do governador do Piauí, Hugo Napoleão (1983-1986/PDS); e do próprio presidente da República, João Baptista Figueiredo (1979-1985/PDS), os três principais cargos políticos, cada um em seu nível, na escala das entidades do Poder Executivo Brasileiro, que são: União, Unidades Federativas e Municípios.

Dentre os três vereadores citados pelo jornal *O Estado*, destaca-se Fernando Monteiro (1983-1987/PDS), que fazia parte do partido de situação, o PDS, e era presidente da Associação dos Vereadores do Piauí (AVEPI), grupo político que passou a se posicionar favorável as eleições diretas para presidência da República. Esta organização foi citada na matéria “Vereadores reivindicam as diretas”, publicada no dia 18 de abril de 1984, pelo jornal *O Estado*.

A matéria “Vereadores reivindicam as diretas” tratou a respeito de um documento elaborado pela AVEPI e apresentado na reunião ocorrida no dia 17 de abril de 1984. O documento seria encaminhado para os deputados federais e senadores piauienses buscando convencer parlamentares a votarem a favor da emenda Dante de Oliveira. A reunião promovida pela AVEPI contou com a participação do presidente da OAB e do movimento pró-diretas do Piauí, o advogado Reginaldo Furtado; e do prefeito de Monsenhor Gil (PI), Antônio Noronha, que representou a Frente Municipalista do Piauí. A respeito do documento criado pela AVEPI, a matéria assinala que não se trata de um documento criado às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira:

[...] Antes do início da reunião, a presidência da entidade mostrou aos vereadores e demais pessoas presentes, as instalações da entidade, que já está funcionando em sua sede própria, localizada no centro da capital. De acordo com o documento, os vereadores lembram aos parlamentares, que o manifesto da classe, ocorreu durante o congresso de criação da entidade, na cidade de Campo Maior, no ano passado, quando à época, a campanha pelas eleições diretas não havia atingido o nível que ora se encontra, através de correspondência dirigida às autoridades representativas do Estado [...] (VEREADORES REIVINDICAM AS DIRETAS. *O Estado*. Teresina, ano XV, n. 3.288, 18 abr. 1984, p. 02).

Como já foi apontado, o vereador Fernando Monteiro, presidente da AVEPI, fazia parte do PDS, porém não estava alinhado com as ideias do presidente da República João Figueiredo (PDS), pois queria as eleições diretas para o ano de 1984. A informação de que este vereador de Teresina (PI) tenha sido detido no aeroporto de Brasília (DF), às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, como penalidades impostas pelo regime civil-militar, reforça que todos estavam vulneráveis as normas das medidas de emergência e que elas, de fato, estavam sendo aplicadas com rigor.

Mesmo com as censuras que os veículos de comunicação enfrentaram na década de 1980, o jornal *O Estado* publicou matérias sobre a campanha Diretas Já (1983-1984), tanto a nível nacional, quanto local. Diferentemente do que fez *O Dia*, *O Estado* não criou uma editoria exclusiva para a temática, desta forma, os acontecimentos em torno das Diretas Já foram dispostos nas páginas dedicadas a política nacional e também nas de política local. Observou-se que *O Estado* veiculou matérias que apresentavam discursos que ora tratou as eleições diretas para presidente da República como solução para a crise econômica que o país

enfrentava; ora atacou o regime civil-militar e seus representantes, como o presidente da República, João Figueiredo (1979-1985/PDS).

O jornal *O Estado* não realizou ampla cobertura dos comícios das Diretas a nível nacional, deixando de fora de suas páginas as mobilizações ocorridas em São Paulo (SP) e em Goiânia (GO). Vale ressaltar, que um dos motivos principais que levou a exclusão de matérias relacionadas a dois grandes comícios da campanha Diretas Já pode ter sido em razão da linha editorial do jornal. Em contrapartida, divulgou por meio de matérias de agências de notícias sobre o comício na Candelária (RJ), porém com o foco nas críticas contra o governador Leonel Brizola, causando omissões e silenciamentos de informações a respeito das Diretas. Já os comícios ocorridos no Piauí, *O Estado* deu visibilidade apenas para dois: o da Praça do Marquês e o da Praça Landri Sales, ambas em Teresina (PI). Quanto as mobilizações ocorridas em outras cidades do Estado, não ganharam a mesma repercussão neste periódico, o que pode ser apontado como uma dificuldade de deslocamento da equipe jornalística até as cidades interioranas, ou a falta de jornalistas correspondentes nestas regiões, ou até mesmo a falta de interesse do jornal em fazer este tipo de cobertura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o regime civil-militar, implantado em 01 de abril de 1964 até seu fim, em 15 de março de 1985, se presenciou cerceamento de direitos, censuras, fiscalizações, punições, violências, mortes etc. E é possível apontar situações em que houve intervenções, mesmo que em menor escalas, contra os opositoristas deste sistema ditatorial ou qualquer pessoa que fosse considerada suspeita, a exemplo dos “subversivos”, “cabeludos”, “comunistas”. É inegável que as intervenções militares foram intensificadas com o AI-5, mas isto não implica dizer que após a revogação deste ato, em 13 de outubro de 1978, a censura, as fiscalizações, as punições e as violências deixaram de acontecer no Brasil. Pelo contrário, o controle e as intervenções ainda seguiram lado a lado do debate em torno da abertura política, na década de 1980.

Ao realizar estudos sobre o regime civil-militar no Brasil é possível perceber que o Estado promoveu diversas formas de controle não apenas contra partidos políticos e entidades de classe, mas também contra a imprensa, principalmente, com decretos, medidas e atos institucionais. Durante estes 21 anos que perdurou os governos ditatoriais houve fiscalizações, censuras e até prisões de jornalistas ou mesmo fechamento de redações. Caso os profissionais da imprensa tentassem burlar as normas aplicadas por estes governos, corriam grandes riscos de sofrerem punições.

Nota-se que na década de 1980, ao mesmo tempo em que o regime civil-militar trazia o discurso da abertura política e o retorno da democracia, a política de censurar e controlar a imprensa não foi descuidada pelas autoridades. Dentre as leis que interferiram no trabalho dos jornalistas, pode ser citada as medidas de emergência, instituída por meio do Decreto nº 89.566, de 18 de abril de 1984, que foram aplicadas em Brasília (DF) e em 10 municípios de Goiás, no período de 19 de abril a 17 de junho de 1984. Este decreto impedia mobilizações e divulgações sobre a votação da emenda Dante de Oliveira, tais como: comícios, passeatas e até coberturas da imprensa, especialmente, das emissoras rádio e televisão.

A presente dissertação teve como objetivo central analisar a cobertura das Diretas Já. Nos jornais *O Dia* e *O Estado*, num recorte temporal demarcado entre os anos de 1980 a 1984, período que iniciou o debate sobre as eleições diretas no país. Inicialmente, com as diretas para o cargo de governador, com a emenda Lobão e depois para presidente da República, por meio da emenda Dante de Oliveira. Buscou-se compreender as estratégias discursivas que deram visibilidade ou silenciaram a campanha Diretas Já nos jornais *O Dia* e *O Estado*.

Pode-se perceber que as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais *O Dia* e *O Estado* que deram visibilidade ou silenciaram uma determinada informação têm ligação com o tipo de acontecimento e de fontes que foi utilizada pelo jornal, isto é, quanto mais estreita se apresentaram as relações de poder das autoridades políticas com os jornais analisados, maior foi a visibilidade empreendida. Em contrapartida, os partidos políticos que não tinham relações de poder com estes jornais, muitas vezes, sofreram silenciamento e não tiveram suas fontes oficiais mencionadas na matéria, tampouco ouvidas. Assim, a produção do acontecimento e a produção de sentidos são processos que perpassam por controles do que se deve ou não divulgar, quem deverá ser ouvido e qual será o enquadramento escolhido.

As emendas Lobão e Dante de Oliveira, que tinham como proposta instituir respectivamente as eleições diretas para governadores e para presidente da República, contribuíram para acelerar o processo de redemocratização do país. Estas emendas foram divulgadas pelos jornais *O Dia* e *O Estado*, principalmente, nas editorias de política nacional. A visibilidade que a imprensa deu a estas emendas não ajudou na aprovação delas, mas fortaleceu a proposta dos políticos que ansiavam pela realização das eleições diretas para todos os cargos do poder executivo, inclusive, o de presidente da República que veio a acontecer no ano de 1989. Além disto, houveram os desdobramentos políticos que foram se desenhando antes da instituição de eleições diretas, como: a Lei da Anistia; o fortalecimento dos movimentos sociais entre as décadas de 1970 a 1980; o fim do bipartidarismo; e a formação de novos partidos partidários, implantando a volta do pluripartidarismo, tão temido pelos militares durante os anos que estiveram à frente do executivo nacional.

O jornalismo praticado ao longo do regime civil-militar se apresentou de formas diversificadas, mesmo sendo alvo de intervenções militares, é possível afirmar que este ocupou um espaço de poder, mesmo que refutasse ou abraçasse a causa das eleições diretas no país. Os discursos jornalísticos sofreram influências de diversos setores, como político, social, econômico, publicitário, cultural e outros, e tinham de fazer uso de estratégias na construção de sentidos para firmar seus posicionamentos, mesmo que estes fossem alterados durante o processo de visibilidade de determinado acontecimento.

Diante das hipóteses apontadas foi possível observar que, durante o debate sobre as eleições diretas no país, os jornais *O Dia* e *O Estado* nem sempre estiveram alinhados ao regime civil-militar, principalmente, nas matérias que eram produzidas pelas redações destes periódicos com conteúdos locais. É possível apontar que as matérias oriundas de agências de notícias apresentaram discursos que minimizavam a força das manifestações e dos partidos políticos envolvidos. Apesar de o jornal *O Dia* ter divulgado a cobertura jornalística de uma boa parte das mobilizações nas ruas das capitais brasileiras, como: em São Paulo (Praça da Sé e no Vale do Anhangabaú), Goiânia (Praça Cívica) e no Rio de Janeiro (Praça da Candelária), *O Estado* veiculou matérias com informações apenas sobre o comício no Rio de Janeiro, deixando fora de suas páginas os comícios realizados em São Paulo e em Goiânia. Desta forma, a ausência da cobertura jornalística pelo *O Estado* sobre as mobilizações pelas Diretas provocou um silenciamento de informações de grandes comícios realizados no país.

Todavia, as coberturas jornalísticas apresentadas nas matérias sobre as Diretas Já no cenário teresinense assumiram outra postura, ao possibilitar visibilidade as passeatas e comícios, inclusive, aos grupos que contribuíram na realização da campanha na capital. Inicialmente, apontaram a falta de organização, ausência de representantes nacionais e desentendimentos entre autoridades, mas em abril de 1984, os discursos jornalísticos destes periódicos passaram a dar maior destaque as mobilizações, principalmente, por conta da conquista de engajamento dos partidos políticos, movimentos sociais e da adesão popular. Assim, os jornais *O Dia* e *O Estado* apresentaram, inicialmente, as Diretas com grandes desconfianças e sem acreditarem no sucesso da campanha. Vale ressaltar que os dois periódicos chegaram a trata-la como uma mobilização desorganizada e que não conquistaria adesão popular. Com o sucesso desta campanha, os discursos propostos pelos periódicos foram sendo modificados, apresentando posicionamentos de avanços e recuos a respeito das eleições diretas, já não mais negavam a importância de serem instituídas.

É importante destacar também que as matérias de *O Dia* e *O Estado* analisadas nesta dissertação seguiram os acontecimentos de acordo com o fervor das mobilizações. O debate em torno de eleições diretas para governador aconteceu entre os anos de 1980 a 1982 com menor intensidade que as Diretas para presidente da República nos anos de 1983 a 1984. A proposta de lei do deputado federal do Maranhão, Edison Lobão (1979-1982/PDS), não conseguiu a adesão de partidos políticos, movimentos sociais e da sociedade civil logo de imediato. Diferentemente do que aconteceu com a emenda Dante de Oliveira, que ganhou em adesão não só de partidos políticos e da sociedade, mas também das entidades de classe, de instituições e de artistas, chegando a reunir milhares de manifestantes em comícios e passeatas realizados em algumas capitais do país.

Desta maneira, os jornais passaram a mostrar com maior frequência a articulação e as organizações dos partidos políticos em torno das Diretas Já; declarações de políticos favoráveis ou não as Diretas; divergências internas de partidos, inclusive do PDS; divulgação dos comícios e passeatas; críticas contra o regime civil-militar e também contra a campanha das Diretas. Ou seja, a cobertura jornalística publicada pelos periódicos apresentou posicionamentos que variavam de acordo com suas relações de poder e de interesses da linha editorial adotada pelo jornal, delegando o protagonismo das Diretas bem mais aos partidos políticos do que as entidades de classe ou ao público manifestante.

O Dia promoveu uma divulgação mais ampla que *O Estado* a respeito dos movimentos pelas eleições diretas para governador e presidente da República, chegando a criar uma editoria especial intitulada “1984 ano da Sucessão”, onde eram veiculadas matérias, exclusivamente, de agências de notícias. Além disto, as matérias de cunho local também ganharam destaque, porém, foram veiculadas na página dedicada a matérias com conteúdo de política piauiense.

Em contrapartida, *O Estado* divulgou timidamente matérias de cunho nacional que trataram das eleições diretas para governador e presidente da República. As matérias sobre as Diretas eram veiculadas juntas com outras informações de políticas, ou seja, não havia um espaço dedicado apenas para este tema no periódico. A visibilidade do movimento pelas Diretas só foi intensificada em 1984, mais especificamente, com os comícios e passeatas de cunho local. Já as mobilizações nacionais não tiveram a mesma repercussão neste periódico, até porque se tratavam de matérias produzidas por agências de notícias e os comícios nacionais pouco foram explorados nas páginas do *O Estado*.

A história da imprensa no Brasil e, especialmente, no Piauí tem apresentado um jornalismo muito mais a favor das ideologias políticas e dos interesses econômicas, do que assumindo o papel de informar o cidadão sem censuras ou autocensura. Até porque os atos de censuras não vêm apenas de governos ditatoriais, como também de restrições publicitárias e da própria autocensura dos profissionais da imprensa.

A imprensa livre e democrática é utópica, na medida em que as produções jornalísticas sofrem intervenções do que veicular ou não, de acordo com suas relações no jogo do poder. O que se pode observar nas matérias analisadas nos jornais *O Dia* e *O Estado* é que a relação de poder é capaz de orientar dentro de uma produção jornalística: que tipo de acontecimento merece visibilidade jornalística; quais as fontes devem ser acionadas; qual o enquadramento que deve ser realizado em um acontecimento; que partidos políticos ganharam visibilidade. São estas orientações que ajudam a compreender os posicionamentos que as empresas jornalísticas assumiram em um determinado período, posturas que podem se manter ou alterar ao longo do desenrolar dos acontecimentos.

Em vista destas discussões, a problematização do tema da presente dissertação teve como base o seguinte questionamento: Qual a importância da atuação da imprensa como partido político e como isso se reflete na cobertura jornalística sobre as *Diretas Já* construída

pelos jornais *O Dia* e *O Estado* no período de 1980 a 1984? A resposta deste questionamento pode ser compreendida por meio da concepção teórica de Gramsci (2006, p. 105) que analisa a relação entre a imprensa e partido político. O autor acredita que a imprensa, muitas vezes, atua como partido político em razão de seu caráter ideológico e por propagar e legitimar posicionamentos frente a sociedade, segundo suas relações de poder. Nesta perspectiva, verificou-se que *O Dia* e *O Estado* realizaram a cobertura jornalística das mobilizações pelas Diretas Já, ao dar visibilidade as autoridades políticas vinculadas ao regime civil-militar, como é o caso do Partido Democrático Social (PDS), que tinha representantes em grandes cargos do executivo, além de prefeitos, deputados e governadores, no cargo de presidente da República. As autoridades ligadas ao governo ditatorial, na maioria das vezes, se manifestaram contrários aos comícios e a instituição das eleições diretas, posturas que acabavam sendo legitimadas e repercutidas pelos jornais analisados.

Portanto, essa dissertação se ateve a pesquisar as matérias jornalísticas das editorias de política local e nacional dos jornais *O Dia* e *O Estado*, considerados os dois maiores impressos de circulação no Piauí com atenção especial para a cobertura jornalística das Diretas Já e seus desdobramentos por meio da proposição das emendas Lobão e Dante de Oliveira, as manifestações, passeatas e comícios. No entanto, outros olhares deixaram de ser apresentados por fugir da proposta deste trabalho, como por exemplo, o estudo das charges, dos editoriais, dos artigos de opinião, as editorias esportivas, as colunas sociais ou mesmo o espaço dedicado a cultura. Isso significa dizer que ainda há outras possibilidades de análises e abrem margens a outros tipos de pesquisa envolvendo a mesma temática, as Diretas Já na década de 1980, bem como a cobertura deste acontecimento por outros jornais, quer da grande imprensa, quer da imprensa alternativa do Piauí.

REFERENCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50.
- ABREU, Alzira Alves de. WELTMAN, Fernando Lattman. FERREIRA, Marieta de Moraes.
- ABREU, JOÃO LEITÃO DE. **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-leitao-de-abreu>>. Acesso de 15 de out. 2020.
- ASSUNÇÃO, Rosângela. **Sindicalismo e Memória da vivência docente superior do Estado do Piauí**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1911.pdf>.
- ATO_INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso: 04 de nov. 2019.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006)**. Eco-Pós, v.12, p. 48- 65, 2009.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo**. 4 ed. São Paulo: Básica Universitária, 1990.
- BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800 – 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRANCO, Lucídio Castelo. **Da memória de um repórter**. Porto Alegre: AGE, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Novos estudos: CEBRAP. 2006, n.74, p.25-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002006000100003&script=sci_abstract&tlng=t Acesso: 05 abr. 2020.

CÂMARA CELEBRA HOJE 30 ANOS DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA. **Agência Câmara de Notícias**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/401872-camara-celebra-hoje-30-anos-da-emenda-dante-de-oliveira>. Acesso: 10 mar. 2020.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do Movimento Estudantil: 1964-1980**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. **Fenaj**. Disponível em <http://fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros1.pdf> Acesso em: 10 mar. 2019.

DANTAS, Deoclécio. **Marcas da ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

DECRETO Nº 89.566 DE 18 DE ABRIL DE 1984. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89566.htmmimpressao.htm. Acesso: 11 nov. 2019.

DJIK, Teun Van. **Semântica do discurso ideológico**. Pedro, Emília Ribeiro (org). Análise Crítica do Discurso: Uma perspectiva sociológica e funcional. Lisboa: Editora Caminho, 1997.

DOCUMENTOS DOSSIÊ. **Fundação Perseu Abramo**. Disponível em: https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/04-PrimeiraProvaDasUrnas_15novembro1982.pdf. Acesso: 05 abr. 2020.

DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. Tradução Silvana Vieira; Luis Carlos Borges – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ELEIÇÕES 1982 - RESULTADO POR MUNICÍPIO PARA PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADOR. **Tribunal Regional Eleitoral do Piauí**. Disponível em: http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-prefeito-vice-prefeito-vereador-1982/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-prefeito-vice-prefeito-vereador-1982/at_download/file . Acesso em 24 mar. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em < <https://portalconservador.com/livros/Boris-Fausto-Historia-do-Brasil.pdf> /> Acesso em: 20 jun. 2018.

FERNANDO, Jorge. **Cale a boca, jornalista: o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira**. 5ª ed. Osasco: Novo Século Editora, 2008.

FERRARI, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco. **Silêncios e Educação**. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2011.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; Stabile, Max. **A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006**. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, 2008, p.432-453.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANÇA, Vera. **O Acontecimento e a mídia**. *Galaxia*: São Paulo, nº24, p.10-21, dez. 2012.

FREIRE, Eduardo Nunes. **O design do jornal impresso diário: do tipográfico ao digital**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 291-310, dez. 2009.

FONSECA NETO. **Movimento Estudantil no Piauí nos anos 70/80**. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/06/movimento-estudantil-no-piau-nos-anos.html>. Acesso: 25 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11. ed. Loyola: São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.

GUERRA CIVIL EM EL SALVADOR. **Memória Globo**. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/guerra-civil-em-el-salvador/>. Acesso: 05 out 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 5/** Antônio Gramsci; edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 6/** Antônio Gramsci; tradução, organização e edição Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, vol. 2/** Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo. Jornalismo, vol. II.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

JN 1984 SÃO PAULO 430 ANOS DIRETAS JÁ. **YOUTUBE.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3syHGJOXGi4>> Acesso: em 01 de mai. 2019.

LANÇA, Isabel Babo. **A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública.** In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Nº 8-9. Lisboa: ISCTE / Casa das Letras / Editorial Notícias, 2006, p. 85-94.

LEI DA IMPRENSA. LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm> Acesso em: 06 fev. 2019.

LEI FALCÃO. LEI Nº 6.339, DE 1ª DE JULHO DE 1976. **Planalto.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm. Acesso em 07 jun. 2019.

LEI Nº 2 6.767, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979. **Instituto de Direito Eleitoral (IBRADE).** Disponível em: <http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/06/Lei-6767-de-20-de-dezembro-de-1979.compressed.pdf>. Acesso: 11 mar. 2020.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalistas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí (1951 e 1954).** (Tese de Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

MACIEL, Jéssica de Souza. **A campanha Diretas Já na perspectiva dos jornais O Estado e O Dia em Teresina (1983-1984).** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria.** Coleção Comunicação. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTINO, Luiz C. **Abordagens e representação do campo comunicacional. Comunicação, Mídia e Consumo.** 15º Encontro Anual da Compós: Bauru, jun. 2006.

MATOS, Carolina. Jornalismo de Mercado em busca da Democracia: uma análise da Folha de S. Paulo e a Cobertura das Diretas Já. In. MATOS, Carolina. **Jornalismo e Política Democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATOS, Heloiza Helena Gomes. Relações com a mídia. IN: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Obtendo resultados com relações públicas**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. p. 198-204.

MELO, Demian Bezerra. **O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**. In. MELO, Demian Bezerra (org). A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Carla Barbosa. Censura e silenciamento no discurso jornalístico. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 321.

MOUILLAUD, M. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PAIVA, Denise; CAMPOS, F. Itami. **O poder legislativo em Goiás: memórias e registros**. Goiânia: Cânone Editorial, 2017, p. 142.

PAULO NETTO, José. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>. Acesso: 04 out 2019.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 4ª ed. Teresina: Bienal, 2017.

NUNES, Jônathas de Barros; WEYNE, Gastão Rúbio de Sá. **“1964: o DNA da conspiração. O depoimento de dois oficiais do exército que não aderiram ao golpe militar de 1964”**. 2ª ed. Teresina: Diário do Povo, 2013.

OLIVEIRA, Domingos Leonelli Dante de Oliveira. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

OLIVEIRA, Marylu. **“Contra a foice e o nartelo. Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal “O Dia”**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2007.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

ORLANDI, Eni. As formas do silêncio. **No movimento dos sentidos**. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RAMOS, Plínio de Abreu. **A Imprensa em Transição**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **A Ditadura Militar no jornalismo: uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória**. In: Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014 - ISSN 2238-5126.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). **Regimes Ditatoriais: Comunicação, Cultura e Memórias**. Teresina: EDUFPI, 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In. TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

ROMANCINI, Richard. LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANT’ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Teresina: APL/Banco do Nordeste, 2001.

SAID, Gustavo Fortes. **Mídia, poder e história na era pós-moderna**. Teresina: EDUFPI, 1998.

SANTOS, Nathércia Vasconcelos. **Moda e Modos: cultura de consumo no jornalismo de moda em O Estado e O Dia na década de 1970**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, UFPI, 2018.

SALES, Jean Rodrigues. **Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)**. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742007000200017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 12 nov. 2019.

SANTOS, Lourival de Carvalho. **Cronologia Histórica da Assembleia Legislativa do Piauí**. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão, 2019, 204p.

SOUSA FILHO, Cantídio. **Mudanças e permanências do Fotojornalismo em O Dia na era digital**. Universidade Federal do Piauí. 2017. (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, Rodrigo Lima. **Santo Agostinho e o Pecado Original como consequências do distanciamento do sumo bem para o próprio bem.** Teologia e Espiritualidade, v. 06, p. 117 – 144, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VIAGEM DO PRESIDENTE GEISEL AO JAPÃO 1976. **YOUTUBE.** Publicada em 15 jul. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jFZa7InPiaw>. Acesso: 05 nov. de 2019, 1.519 visualizações.

VOLTAM AS ELEIÇÕES DIRETAS PARA GOVERNADOR E SENADOR. In: O CONGRESSO APROVA A ELEIÇÃO DIRETA EM 82. **Banco de Dados Folha.** Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14nov1980.htm. Acesso: 25 de set. 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL- 1980. CENSO DEMOGRÁFICO: DADOS DISTRITAIS. PIAUÍ. **Biblioteca IBGE.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd_1980_v1_t3_n6_pi.pdf/. Acesso: 29 de abr. 2019.

50 ANOS PMDB: O partido que muda o Brasil. **Fundação Ulysses Guimarães.** Brasília: Positiva, 2016. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Livro_PMDB50anos.pdf. Acesso: 08 mar. 2020.